



**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - BACHARELADO**

São Borja

2016

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIPAMPA - CAMPUS SÃO BORJA**

Reitor: Marco Antônio Fontoura Hansen

Vice-reitor: Maurício Aires Vieira

Pró-Reitor de Graduação: Ricardo Howes Carpes

Diretor do Campus São Borja: Ronaldo Bernardino Colvero

Coordenadora Acadêmica do Campus São Borja: Elisângela Maia Pessoa

Coordenador Administrativo do Campus São Borja: Luis André Padilha

Equipe responsável pela elaboração deste documento:

– Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Serviço Social

- Prof.^a Dr.^a Elisângela Maia Pessoa
- Prof.^a Dr.^a Simone Barros Oliveira
- Prof.^a Dr.^a Jaina Raquel Pedersen
- Prof.^a Dr.^a Jaqueline Carvalho Quadrado
- Prof. Dr. José Wesley Ferreira
- Prof.^a Dr.^a Loiva de Oliveira Machado

Comissão do Curso de Serviço Social

- Prof.^a Dr.^a Loiva de Oliveira Machado
- Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva

- Prof.^a Dr.^a Adriana Hartemink Cantini
- Prof. Dr. Jocenir de Oliveira Silva
- Prof. Dr. Walter Firmo Cruz
- Prof. Dr. Cesar Beras
- Prof.^a Esp. Keli Krause
- Prof.^a Dr.^a Monique Soares Vieira
- Prof.^a Dr.^a Elisângela Maia Pessoa
- Prof.^a Dr.^a Simone Barros Oliveira
- Prof.^a Dr.^a Jaina Raquel Pedersen
- Prof.^a Dr.^a Jaqueline Carvalho Quadrado
- Prof. Dr. José Wesley Ferreira
- Prof.^a Me.^a Solange Emilene Berwig

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	8
1.1 UNIPAMPA	8
1.2.1 Contexto de inserção regional do campus São Borja	22
1.3 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	28
1.4 LEGISLAÇÃO	31
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	35
2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	35
2.1.1 Contextualização e concepção do Curso de Serviço Social	35
2.1.2 Objetivos:	39
2.1.2.1 Objetivo geral:.....	39
2.1.2.2 Objetivos específicos:	40
2.1.3 Perfil do Egresso em Serviço Social.....	41
2.1.4 Competências e habilidades do egresso em Serviço Social.....	41
2.1.5 Áreas de atuação do Assistente Social:.....	42
2.2 DADOS DO CURSO	44
2.2.1 Administração Acadêmica do Campus São Borja.....	45
2.2.2 Comissão de curso de graduação e coordenação de curso	46
2.2.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso	46
2.2.4 Funcionamento do Curso.....	49
2.2.4.1 Titulação conferida: Bacharel e Bacharela em Serviço Social	49
2.2.4.2 Do processo seletivo, da oferta de vagas, ingresso e regime de matrícula:	49
2.2.4.3 Período de realização do curso: Integral (matutino e vespertino) ..	50
2.2.4.4 Calendário acadêmico:	50
2.2.4.5 Carga horária e respectiva distribuição no curso:.....	50
2.3 FORMAS DE INGRESSO	51
2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	53

2.4.1 Integralização Curricular	53
2.4.1.1 Atividades Complementares de Graduação (ACG)	54
2.4.1.2 Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social	66
2.4.1.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	67
2.4.2 Metodologias de Ensino-Aprendizagem e Avaliação.....	68
2.4.3 Matriz Curricular.....	82
2.4.4 Ementário	87
2.4.4.1 Ementário dos Componentes Curriculares Obrigatórios	87
2.4.5 Flexibilização Curricular	167
2.4.5.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCG).....	167
2.4.5.2 Ementário dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCG)	168
2.4.6 Migração Curricular.....	186
3 RECURSOS	192
3.1 CORPO DOCENTE	192
3.2 CORPO DISCENTE	195
3.2.1 Oferta de componente curricular em Libras	202
3.2.2 Meio ambiente e educação ambiental	202
3.2.3 Educação em Direitos Humanos.....	203
3.2.4 História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	204
3.3 INFRAESTRUTURA	205
3.3.1 Laboratório de criação e produção gráfica (Sala 1303)	205
3.3.2 Laboratório de informática (Sala 2101).....	206
3.3.3 Laboratório de redação (Sala 1307)	207
3.3.4 Estúdio de Rádio (Sala 1304)	208
3.3.5 Laboratório de Vídeo	209
3.3.6 Estúdio de TV	211
3.3.7 Laboratório de Fotografia.....	212
3.3.8 Laboratório de Pesquisa de Opinião Pública e Social	213
3.3.9 Agências Integradas de Comunicação	215

3.3.10 Salas de reuniões	217
3.3.11 Sala do Diretório Acadêmico	217
3.3.12 Espaços utilizados pelo curso de Serviço Social	217
3.3.13 Salas de aula do Serviço Social.....	217
3.3.14 Laboratório de Orientação, Supervisão e Práticas em Serviço Social:	220
3.3.15 Sala da Coordenação de curso de Serviço Social:	220
3.3.16 Sala dos professores do Serviço Social:.....	220
3.3.17 Biblioteca	220
3.4 PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	223
3.5 PROTAGONISMO DISCENTE	224
4 AVALIAÇÃO	228
4.1 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	228
4.1.1 Metodologia de trabalho do processo de autoavaliação	232
4.2 POLÍTICA DE EGRESSOS E A FORMAÇÃO CONTINUADA.....	236
4.2.1 Política de Egressos	236
4.2.2 A Formação Continuada	237
REFERÊNCIAS.....	239
ANEXO A: REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL UNIPAMPA ..	243
ANEXO B: REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIPAMPA ..	246
ANEXO C: REGULAMENTO INTERNO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	317
ANEXO D: TERMO DE ANUÊNCIA.....	348
ANEXO E: PEDIDO DE MIGRAÇÃO DE MATRIZ CURRICULAR DE CURSO DE GRADUAÇÃO	349

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA que está em consonância com o projeto de diretrizes curriculares nacionais para o Serviço Social – resolução Número 15 de 13 de março de 2002, com as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABPSS e com o Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2014-2018. Este curso baseia-se em uma perspectiva interdisciplinar, presencial, que visa qualificar os futuros profissionais para apreender a questão social e intervir sobre ela através de sua inserção como assistente social no mercado de trabalho tanto nas esferas estatal, privada, bem como no terceiro setor. O Curso tem duração de 04 (quatro) anos e assim objetiva formar profissionais capacitados para intervir nas diversas expressões da questão social, visa contribuir com o desenvolvimento da pesquisa e da produção intelectual relacionada ao estudo da questão social e suas múltiplas expressões na sociedade brasileira.

Atende, portanto, o que dispõe clara e explicitamente às Diretrizes Gerais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e as diretrizes curriculares nacionais para o Serviço Social que recomenda que a formação em Serviço Social ofereça subsídios aos estudantes para apreender a questão social em suas dimensões universais, singulares e particulares, assim como para a intervenção nas manifestações da contradição entre capital e trabalho que se apresentam como demandas de trabalho nos espaços sócio-cupacionais. Neste sentido, o curso propõe o desenvolvimento das competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas baseado na questão social como eixo norteador dos conteúdos dos componentes curriculares com o intuito de capacitar os futuros assistentes sociais para o exercício profissional.

Ressalta-se, também, a contribuição do curso para o processo de construção e reconstrução da cidadania a partir da análise das múltiplas expressões da questão social incentivada através da formação de grupos de pesquisa e o estabelecimento de convênios e intercâmbios de cooperação científica com instituições nacionais e internacionais. No caso destas últimas, sem dúvida, um passo importante a ser dado, inclusive pela proximidade geográfica, é a construção de “pontes de colaborações institucionais” com universidades da Argentina, do Uruguai e do Paraguai.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 UNIPAMPA

A Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA é produto da organização coletiva da comunidade regional que reivindicou sua instalação na região da fronteira do Rio Grande do Sul. O Estado brasileiro absolveu a demanda da comunidade e inseriu-a no programa de expansão e renovação de instituições federais de ensino superior. A UNIPAMPA foi planejada com a

finalidade de contribuir com o desenvolvimento da “metade sul do Estado”¹ do Rio Grande do Sul e sua instalação busca favorecer a integração da região da fronteira.

A criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem de ensino superior gratuito. Sua instalação na região da “metade sul do Estado” do Rio Grande do Sul – denominada de Região da Campanha e Fronteira Oeste - região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é

¹ A expressão “metade sul do estado” se refere a região sul do Estado do Rio Grande do Sul que é considerada a região economicamente mais pobre do Estado.

potencializador de novas perspectivas. A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse processo, porque com a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. Com o declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região, levou-a, no final do século XX, a baixos índices econômicos e sociais (PDI, 2014, p.23).

A expectativa das comunidades que lutaram pela criação da UNIPAMPA atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsável às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolam as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão e visão (PDI, 2014, p. 13).

A UNIPAMPA foi instalada no dia vinte e sete de julho de dois mil e cinco, em ato público na cidade de Bagé, onde foi instalada a reitoria na Avenida General Osório, nº 900 – Bagé, Rio Grande do Sul. Cep: 96400-100 (www.unipampa.edu.br). Na ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul para instalação da nova universidade. Em vinte e dois de novembro de 2005, foi assinado o consórcio firmando acordo de cooperação técnica entre Ministério da Educação, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e a Universidade Federal de Pelotas – UFPel, com a finalidade de ampliar a educação superior no Rio Grande do Sul. A UFSM ficou responsável por implantar os *campi* localizados em São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel; a UFPel instalou os *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento.

Em setembro de 2006, tiveram início as atividades acadêmicas nos *campi* vinculados à UFPel; em outubro nos *campi* vinculados à UFSM. Em março de 2007, foi constituída a Comissão de Implantação da UNIPAMPA com

a finalidade de instalar a nova universidade. Em janeiro de 2008, a Lei 11.640 institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA que passou a existir de forma autônoma em relação ao consórcio que anteriormente a vinculava com as instituições tutoras. Atualmente está sendo administrada pelo Prof. Dr. Marco Antônio Fontoura Hansen.

A presença da UNIPAMPA é fundamental para o desenvolvimento sustentável de regiões periféricas brasileiras, tendo em vista que as atividades de ensino, pesquisa e extensão contribuem com a melhoria da qualidade de vida da população, ao proporcionar a problematização e a intervenção nas demandas da comunidade e o aproveitamento das potencialidades locais. Portanto, uma das justificativas da criação e implantação da Universidade nessa região está ligada ao reconhecimento e a importância da educação como processo formativo e transformador na vida dos seres humanos e como um dos pilares para o desenvolvimento político-econômico, sociocultural e educacional de regiões de fronteira, como a Metade Sul do Rio Grande do Sul. Assim, a UNIPAMPA amplia o acesso à educação e favorece o desenvolvimento das potencialidades econômicas, sociais e culturais da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul.

A Universidade Federal do Pampa está distribuída entre campus instalados nas cidades de Alegrete, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana, Santana do Livramento, São Gabriel, Itaqui, Dom Pedrito, Jaguarão e Caçapava do Sul. Os dez *campi* são organizados administrativamente por Direção, Coordenação Acadêmica, Coordenação Administrativa e Coordenação de Curso.

No campus de São Borja, localizado na Rua Vereador Alberto Benevenuto, nº 3200 - São Borja - RS - Cep: 97670-000, Telefone: (55) 3430 9850, se oferta o curso de Serviço Social que tem como finalidade formar profissionais com uma postura crítica, reflexiva e propositiva, com capacitação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política para apreender as

expressões da questão social e intervir sobre elas nos espaços sócio-ocupacionais visando atender com qualidade as demandas postas à profissão.

A UNIPAMPA garante a interiorização da educação pública e preenche lacunas geográficas, ocupando espaços em regiões nas quais a vulnerabilidade social impede o acesso das populações menos favorecidas economicamente ao ensino superior e, consequentemente, contribui com o desenvolvimento regional. A instalação da universidade constitui-se como um investimento do governo federal que favorece a ampliação do atual percentual de estudantes matriculados no ensino superior público.

A criação da estrutura multicampi favorece o desenvolvimento da “metade sul do estado” e promove a melhoria do nível de vida da população nessa região desfavorecida economicamente. A UNIPAMPA instalou 63 cursos de graduação nos quais trabalham 810 docentes e 848 servidores técnico-administrativos em educação e 12.214 alunos de graduação, consolidando a expansão do ensino superior público no Estado.

Missão

A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

Visão

A UNIPAMPA busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento e principalmente com a formação de agentes para atuar em prol da região, do país e do mundo.

A UNIPAMPA adota os seguintes princípios orientadores:

- Formação acadêmica, ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade;
- Excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas;
- Sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma Nação justa e democrática (PDI, 2014, p. 28).

Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA. Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da

futura UNIPAMPA, que se materializou em 11 de janeiro de 2008 (PDI, 2014). Criada a Universidade, foi instituída pelo Ministério da Educação uma gestão Pró-tempore de Reitora: Maria Beatriz Luce e Vice-Reitor: Norberto Hoppen. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de campus, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. No entanto, na perspectiva de garantir a democracia, ainda ao final de 2008, foram realizadas eleições para a Direção dos *campi*, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos. Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membro eleitos. O CONSUNI, a partir de sua criação, produziu um amplo corpo normativo. No final do ano de 2011, realizou-se a primeira eleição de reitorado da Universidade e, no final do ano de 2012, eleições para o segundo mandato dos dirigentes dos *campi* e coordenadores de cursos (PDI, 2014, p. 13-15).

Objetivos e metas da instituição

A partir de demandas anunciadas pela comunidade acadêmica e a comunidade onde a universidade está inserida, a UNIPAMPA se desenvolve articulada em quatro eixos estruturantes que especificam as ações a serem realizadas nos próximos cinco anos: excelência acadêmica, aperfeiçoamento institucional, dimensão humana e compromisso social.

Dentre os temas que compõe o eixo excelência acadêmica estão: a tríade ensino, pesquisa e extensão; bibliotecas; inovação; desenvolvimento sustentável; interdisciplinaridade; manutenção e ampliação dos laboratórios de ensino; e outras.

No eixo aperfeiçoamento institucional, são abarcadas as temáticas afeitas à gestão; à infraestrutura; à comunicação; à consolidação das relações internacionais; e a outras áreas.

No eixo dimensão humana são trabalhados temas como: dimensionamento de pessoal; encargos docentes; políticas de qualificação e capacitação do corpo de servidores, dentre outros.

No último eixo, denominado compromisso social, estão compreendidas: as ações afirmativas; a temática da acessibilidade; as políticas voltadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, dentre outras temáticas (PDI, 2014, p. 19-20).

Na UNIPAMPA, a partir de sua concepção pedagógica, pretende-se formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciada e comprometida com as necessidades contemporâneas locais e globais. Para alcançar esse propósito, torna-se fundamental ter estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios dos componentes curriculares, valorizem a relação teórico-prática e reconheçam a interdisciplinaridade como elemento fundante da construção do saber. Torna-se, ainda, imprescindível a existência de um corpo docente que se comprometa com a realidade institucional, que tenha capacidade reflexiva, que seja permanentemente qualificado, de forma a responder aos desafios contemporâneos da formação acadêmico-profissional.

Nesta perspectiva, o ensino será pautado pelos seguintes princípios específicos:

- Formação cidadã, que atenda ao perfil do egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento;
- Educação compromissada com a articulação entre os sistemas de ensino e seus níveis: educação básica e educação superior;

- Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e compromissado com os interesses públicos;
- Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
- Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
- Equidade de condições para acesso e permanência no âmbito da educação superior;
- Consideração do discente como sujeito no processo educativo;
- Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
- Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como internacional.
- Promoção institucional da mobilidade acadêmica nacional e internacional, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação;
- Implementação de uma política linguística no nível da graduação e pós-graduação que favoreçam a inserção internacional.

Considerando que a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, na UNIPAMPA, a extensão deve articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Nessa concepção, a extensão assume o papel de promover essa articulação entre a universidade e a sociedade, seja no movimento de levar o conhecimento até a sociedade, seja no de realimentar suas práticas acadêmicas a partir dessa relação dialógica entre os diversos setores da Universidade e da sociedade. Desta forma, se desenvolve um caráter dinâmico e significativo de vivências proporcionadas aos estudantes e

demais extensionistas, através das ações de extensão, estimulando que a própria Universidade repense a estrutura curricular existente numa perspectiva da flexibilização curricular (PDI, 2014).

A Política de Extensão deve ser pautada pelos seguintes princípios específicos:

- Valorização da extensão como prática acadêmica;
- Impacto e transformação: que cada ação de extensão da Universidade se proponha a observar a complexidade e a diversidade da realidade dessa região, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e a mitigação dos problemas sociais da região;
- Interação dialógica: A extensão deve promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. Ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da Universidade;
- Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação;
- Interdisciplinaridade: as ações devem buscar a interação entre os componentes curriculares, áreas de conhecimento, entre os *campi* e os diferentes órgãos da Instituição;
- Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: Compreendida como estruturante na formação do aluno, as ações de extensão podem gerar aproximação com novos objetos de estudo, envolvendo a pesquisa, bem como revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente;

- Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, colaborando com políticas públicas na esfera municipal, estadual e federal da cultura;
- Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias, bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional (PDI, 2014, p.33).

A política de pesquisa na UNIPAMPA se dá a partir da relação da pesquisa com o ensino e a extensão, o que possibilita uma leitura contínua e crítica da realidade. As atividades de pesquisa devem estar voltadas à geração de conhecimento, associando ações pedagógicas que envolvam acadêmicos de graduação e de pós-graduação. Para isso, são incentivadas práticas, como a formação de grupos de pesquisa que promovam a interação entre docentes, discentes e técnicos administrativos.

O enfoque de pesquisa, interligado à ação pedagógica, deve desenvolver habilidades nos discentes, tais como: a busca de alternativas para a solução de problemas, o estabelecimento de metas, a criação e a aplicação de modelos e a redação e a difusão da pesquisa de forma a gerar o conhecimento científico (PDI, 2014, p. 31).

A pesquisa e a pós-graduação serão pautadas pelos seguintes princípios específicos:

- Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
- Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentado;
- Incentivo a programas de colaboração internacional em redes de pesquisa internacionais;

- Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científica e intercâmbio de docentes no País e no exterior através de parcerias com programas de pós-graduação do País e do exterior (PDI, 2014, p. 32).

São ofertados na Instituição 63 cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores em tecnologia, com 3.240 vagas disponibilizadas anualmente. Conforme os dados de março de 2016, a Universidade conta com um corpo de servidores composto por 810 docentes e 848 técnicos-administrativos em educação, os quais proporcionam apoio para atender os discentes nos cursos de graduação ofertados:

Campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; Engenharia Agrícola, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações;

Campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Física, Química, Matemática, Letras - Português, Letras - Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas e Música;

Campus Caçapava do Sul: Geofísica, Ciências Exatas, Geologia, Mineração e Engenharia Ambiental e Sanitária;

Campus Dom Pedrito: Zootecnia, Enologia, Agronegócio e Ciências da Natureza e Educação do Campo;

Campus Itaqui: Agronomia, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Matemática e Engenharia de Agrimensura;

Campus Jaguarão: Pedagogia, Letras - Português e Espanhol, História, Gestão de Turismo e Produção e Política Cultural;

Campus Santana do Livramento: Administração, Ciências Econômicas, Direito, Relações Internacionais e Gestão Pública;

Campus São Borja: Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Relações Públicas, Serviço Social, Ciências Sociais – Ciência Política e Ciências Humanas;

Campus São Gabriel: Ciências Biológicas (Bacharelado), Ciências Biológicas (Licenciatura), Engenharia Florestal, Gestão Ambiental e Biotecnologia;

Campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia, Ciências da Natureza, Medicina Veterinária, Medicina, Aquicultura, Educação Física e Fisioterapia.

A instituição também oferece cursos de pós-graduação, em nível de especializações, mestrados e doutorados. Atualmente, de acordo com informações do site da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento 17 (dezessete) programas de pós-graduação *stricto sensu* (14 mestrados e 3 doutorados) e 32 (trinta e dois) programas de pós-graduação *lato sensu* (especialização), nos 10 (dez) *campi* da UNIPAMPA:

Modo *Stricto sensu*

Campus Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharias.

Campus Bagé: Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada.

Campus Caçapava do Sul: Mestrado Profissional em Tecnologia Mineral.

Campus Jaguarão: Mestrado Profissional em Educação.

Campus Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração.

Campus São Borja: Mestrado Profissional em Políticas Públicas.

Campus São Gabriel: Mestrado Acadêmico em Ciências Biológicas; Doutorado em Ciências Biológicas.

Campus Uruguaiana: Mestrado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado Acadêmico em Ciências Fisiológicas; Doutorado em Bioquímica; Doutorado em Ciências Fisiológicas.

Modo *Lato Sensu*

Campus Alegrete: Especialização em Engenharia Econômica.

Campus Bagé: Especialização em Linguagem e Docência; Especialização em Educação e Diversidade Cultural; Especialização em Ensino de Literatura; Especialização em Processos Agroindustriais.

Campus Caçapava do Sul: Especialização em Geofísica e Geologia Aplicadas a Recursos Naturais e Meio Ambiente; Especialização em Educação Científica e Tecnológica.

Campus Dom Pedrito: Especialização em Produção Animal; Especialização em Agronegócio; Especialização em Educação do Campo e Ciências da Natureza.

Campus Itaqui: Especialização em Produção Vegetal.

Campus Jaguarão: Especialização em Culturas, Cidades e Fronteiras; Especialização em Direitos Humanos e Cidadania; Especialização em Educação Ambiental; Especialização em Metodologia do Ensino de Línguas e Literatura; Especialização em Tecnologias Digitais e Educação.

Campus Santana do Livramento: Especialização em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira; Especialização em Gestão Estratégica de Pequenas e Médias Empresas; Especialização em Gestão Pública.

Campus São Borja: Especialização em Políticas Públicas; Especialização em Serviço Social e Direitos Humanos; Especialização em Atividades Criativas e Culturais; Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intra-familiar.

Campus São Gabriel: Especialização em Educação: Interdisciplinaridade e Transversalidade; Especialização em Gestão Pública e Meio Ambiente.

Campus Uruguaiana: Especialização em História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Especialização em Educação em Ciências; Especialização em Neurociência Aplicada à Educação; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

O campus São Borja conta em 2016/1 com um total de: 61 docentes efetivos, 08 docentes substitutos, 36 Técnicos Administrativo em Educação, 918 alunos de graduação, sendo que destes 162 estão matriculados no Curso de Serviço Social. Na Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar estão matriculados 35 alunos. Na Especialização em Atividades Criativas e Culturais estão matriculados 18 alunos. No Mestrado Profissional em Políticas Públicas estão matriculados 15 alunos. (Dados da Coordenação Administrativa e Coordenação Acadêmica-2016/1).

1.2 REALIDADE DE INSERÇÃO DA UNIPAMPA

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) fez parte do programa de expansão das universidades federais no Brasil. Um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), previu a ampliação do Ensino Superior na metade sul do estado do Rio Grande do Sul. A Universidade Federal do Pampa foi criada pelo governo federal por meio da lei nº 11.640, de 11/01/2008, para minimizar o processo de estagnação econômica onde está inserida, pois a educação viabiliza o desenvolvimento regional, buscando ser um agente da definitiva incorporação da região ao mapa do desenvolvimento do Rio Grande do Sul (<http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/universidade>, acesso 23/08/2016).

A expansão da educação pública superior, com a criação da Universidade Federal do Pampa, além de concretizar um antigo sonho da população, permite que a juventude, ávida de conhecimentos, permaneça em sua região de origem e adquira as informações necessárias para impulsionar o progresso de sua região, no momento em que se forma mão-de-obra qualificada, e aumenta-se a autoestima de seus habitantes, tendo, como consequência, o surgimento de novas famílias, cujos filhos vislumbrarão opções para que se desenvolvam sociedades cultural e economicamente

independentes (<http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/universidade>, acesso 23/08/2016). Segue abaixo mapa de inserção regional da Universidade Federal do Pampa.

Figura: 01



2

Fonte: Material retirado da internet.

1.2.1 Contexto de inserção regional do campus São Borja

O município de São Borja tem a sua origem no município de Rio Pardo, criado pela Resolução do Presidente da Província em Conselho em 11 de março de 1833 quando passou a pertencer em definitivo ao Império Brasileiro, pois antes desta data, pertenceu à Coroa Espanhola, fazendo parte das reduções jesuíticas, constituindo-se como o primeiro dos Sete Povos das Missões. São Borja, fundada em 1.682, historicamente pertence à região das

2 <https://www.google.com.br/search?q=mapa+de+inserção+da+unipampa>, acesso 23/08/2016

Missões, porém, geograficamente, tem elementos que a identificam com outros municípios da Fronteira-Oeste.

São Borja limita-se ao Norte com os municípios de Garruchos e Santo Antônio das Missões (Brasil); ao Sul, faz divisa com Maçambará e Itaqui; a Leste, com os municípios de Itacurubi e Unistalda e, a oeste, com a cidade de Santo Tomé, na Argentina (limite demarcado pelo Rio Uruguai), estando distante 595 km da capital do Estado (Porto Alegre).

O turismo ainda é incipiente, com foco em atividades desportivas, sobretudo esportes náuticos e pesca amadora, turismo rural e ecoturismo e, principalmente, o turismo cultural, visto ser o berço de dois presidentes da República – Getúlio Vargas e João Goulart, ambos sepultados em São Borja, assim como o estadista e ex-governador Leonel Brizola. A história é preservada por museus de significativa importância histórico-cultural.

O município de São Borja, pertencente ao Conselho de Desenvolvimento Regional - COREDE fronteira oeste -possui 61.012 habitantes, com uma área

de 3.616,0 Km² e uma densidade populacional de 17,1 hab./Km²³. Esses dados indicam grande vazio populacional para uma área significativa onde a população concentra-se na área urbana. Essa situação é decorrente de um longo processo de concentração de terras que nos remonta ao século XIX e a um modelo econômico concentrador na pecuária extensiva, passando nas décadas de 70 e 80 do século XX para a produção extensiva do arroz, ou seja, mudou a matriz produtiva, mas permaneceu a grande propriedade como dominante na produção. O êxodo tanto rural como urbano é caracterizado pela falta de indústrias, a maioria dos empregos formais giram em torno da prefeitura municipal, exército, universidades, instituto federal e poucas indústrias. Muitos sujeitos em idade jovem e adulta vêm buscando

³ Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%20Borja>
Acesso em 16/12/2014.

oportunidades de emprego na capital e principalmente em outras regiões do país.

Alguns indicadores econômicos corroboram e reforçam a situação de fragilidade econômica. Em 2012, o Produto Interno Bruto, preço de mercado-PIBpm - foi de um milhão, quatrocentos e sessenta e nove mil e duzentos e vinte e dois reais e dois centavos (R\$ 1.469.222,02), o Produto Interno Bruto – PIB - per capita, em 2012 foi de R\$ 24.011,00 e as exportações totais do

município em 2013 somaram U\$ 597.783,00⁴. Outro indicador que converge nessa mesma direção é o referente à produção do arroz no município. O município de São Borja, conforme a divisão do Instituto Rio-Grandense do Arroz – IRGA – pertence à Regional Fronteira Oeste. Na safra do arroz de 2013/2014 no município a área cultivada foi de 51.096 ha, sendo que a produtividade por 7.760 Kg/ha e a produção total foi de 596.505 toneladas. Essa produção do município de São Borja corresponde a 15,19% da produção da Regional Fronteira

Os indicadores sociais também mostram nas suas entrelinhas sobre essa concentração econômica. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais foi de 6,51% em 2010 e o coeficiente de mortalidade infantil em 2012 foi de 09 por mil nascidos vivos. Esses indicativos mostram a persistência de condições precárias, principalmente no acesso a saúde, apesar da expectativa de vida ao nascer em 2010, conforme o último censo demográfico

ter chegado há 76,61 anos.⁵

Em âmbito regional, essa realidade sócio-político-cultural de São Borja se vê agravada por uma realidade econômica também comum a toda a “Metade Sul do Estado” que, em termos econômicos, acaba significando a

4 Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%C3%AAo+Borja> Acesso em 16/12/2014, às 13:14

5 Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%C3%AAo+Borja> Acesso em 16/12/2014, às 13:14.

"metade mais pobre" do Rio Grande do Sul. Estudos comparativos entre a fronteira e a região central do Estado do Rio Grande do Sul contribuem para perceber uma assimetria sócio econômica entre os municípios que compõem estas duas regiões. A própria distância da capital fragiliza as possibilidades de acesso a políticas públicas, qualificação profissional e expansão industrial (GUINDANI; GUINDANI; NASCIMENTO, 2014).

Em relação à educação, os autores citados anteriormente investigaram a relação entre a realidade socioeconômica e o rendimento escolar dos alunos, a partir de uma comparação entre dois grupos de municípios. O primeiro grupo é composto por municípios localizados na região fronteiriça do Estado do Rio Grande do Sul, pertencentes à 35^a e à 10^a CRE (Coordenadoria Regional de Educação) e o segundo grupo, composto por municípios localizados na região central e serrana do Estado, mais próximos à capital, pertencentes à 4^a CRE (Coordenadoria Regional de Educação). A tabela abaixo representa esses indicadores de cada município.

Tabela 01 - Indicadores socioeconômicos e educacionais dos municípios da fronteira oeste e região central/serrana do Estado do Rio Grande do Sul⁶

CRE:Coordenadoria Regional de Educação	Município	População (Censo 2010)	Crescimento anual da população 2000 – 2010 (%)	IDE ⁷ 2011	IDH ⁸ 2000	Percentual de indigência e pobreza (2010)	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos (2000)
10 ^a Fronteira	Alegrete	77.673	-0,82	3,8	0,793	9.9	64.2
	Barra do Quaraí	4.016	0,33	4,0	0,777	26,6	65,8
	Itaqui	38.166	-0,41	3,5	0,801	12,7	64,0
	Manoel Viana	7.074	0,11	3,8	0,754	14,6	63,3
	Uruguaiana	125.507	-0,11	3,8	0,788	13,3	64,8
	Antônio	12.837	-0,06	3,7	0,841	1,2	55,1

6 Os indicadores foram extraídos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD (2013) que sistematizou os índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Ministério da Educação.

7 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (BRASIL, 2013) referente ao 9º ano das escolas públicas dos referidos municípios em análise.

8 Índice de Desenvolvimento Humano.

4ª Serra/ centro	Prado						
	Cambará do Sul	6.545	-0,44	3,9	0,760	5,8	56,5
	Canela	39.238	1,56	4,1	0,818	6,4	57,2
	Caxias do Sul	435.482	1,91	4,5	0,857	2,4	55,8
	Farroupilha	63.641	1,41	5,2	0,844	2,1	53,3
	Flores da Cunha	27.135	1,37	4,9	0,839	1,6	51,7
	Gramado	32.300	1,23	4,5	0,841	3,1	54,1
	Jaqirana	4.177	-1,41	2,8	0,734	21,0	54,4
	Nova Pádua	2.445	0,20	4,6	0,832	0,3	51,0
	Nova Petrópolis	19.058	1,21	5,0	0,847	2,4	53,5
	Nova Roma do Sul	3.347	0,99	4,4	0,830	1,2	6,0
	Picada Café	5.182	1,04	5,8	0,819	2,1	7,4
	S. Francisco de Paula	20.540	0,41	4,1	0,757	8,4	58,9
	São Marcos	20.105	0,59	4,4	0,843	1,7	54,2

Fonte: Guindani et all (2014)

Numa primeira análise dos indicadores educacionais, é possível perceber que há uma clara relação entre a educação e os indicadores socioeconômicos. Dentre os dez municípios com os piores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEBs (entre 2,8 e 3,8) oito possuem os Índices de Desenvolvimento Humano - IDHs na casa dos 0,7. Dentre os dez municípios com os melhores IDEBs (entre 4,4 e 5,8) oito possuem os melhores IDHs, na casa dos 0,8. Dos dez municípios com o maior índice de indigentes e pobres, seis deles também possuem os menores IDEBs. Dentre os dez municípios com maiores índices de concentração de renda, sete deles estão entre os dez com menores IDEBs. Já dentre os cinco municípios com os menores índices de concentração de renda, quatro municípios estão dentre os dez melhores IDEBs. Todas essas análises levam a concluir que melhores níveis de distribuição de renda e menores índices de pobreza correspondem a melhores índices educacionais, e os baixos índices educacionais correspondem a baixos índices socioeconômicos e de qualidade de vida.

Numa análise comparativa entre as regiões (fronteira e serra/centro) são

possíveis vários apontamentos. O primeiro deles refere-se aos IDEBs, em que a média dos municípios da fronteira alcança o índice de 3,79, já na região central e serrana esta média sobe para 4,42. Com relação ao crescimento anual da população, dos doze municípios da fronteira, dez deles apresentam um decrescimento populacional. Por outro lado, dentre os quatorze municípios da região serrana/central, apenas três apontam um decrescimento. Com relação ao IDH, na região da fronteira, apenas dois municípios possuem um índice que ultrapasse a casa dos 0,7. Já na região serrana/central, apenas três estão na casa dos 0,7, estando todos os demais acima de 0,8. Com relação ao percentual de indigência e pobreza, na região da fronteira, dos doze municípios, onze deles possuem mais de 9% de pobres e indigentes dentre sua população, já na região serrana e central, apenas um município (entre os catorze) possui mais de 9% de pobres e indigentes.

A realidade local e regional apresentada é muito semelhante à realidade global, na qual muitas pessoas não têm uma visão do futuro, mas percebem a existência:

- das profundas diferenças de desenvolvimento existentes entre países ricos e pobres;
- da crescente dependência dos pobres em relação aos ricos;
- das sérias injustiças sociais que dividem os homens em favorecidos e excluídos;
- do uso irresponsável, de forma descontrolada, dos recursos naturais, que põe em risco a expectativa da vida no Planeta;
- da utilização manipuladora e alienante dos meios de informação e de comunicação - cada vez mais eficientes - sem que tal eficiência resulte numa aproximação humana que contribua para a superação dos conflitos existenciais;

- da substituição do homem pela máquina, que agiganta a sombra do desemprego, levando à aceitação da exploração da força de trabalho e da relação trabalhista informal como grande privilégio;
- do violento processo de exclusão que ainda condena muitos adultos ao analfabetismo; e que impossibilita crianças de frequentarem a escola;
- da desvalorização ideológica do papel do professor como forma de não investir na educação, de não motivar para a verdadeira e competente profissionalização e de não remunerar condignamente os trabalhadores da área.

O município vem se destacando pelos investimentos federais na Educação. Além do campus da Universidade Federal do Pampa, que atrai alunos de todo o Brasil, São Borja conta com uma unidade do Instituto Federal Farroupilha, focado na oferta de cursos tecnológicos e de nível superior.

O Campus da Universidade Federal do Pampa em São Borja, desde 2006 vem marcando história na realidade regional. Seja economicamente, uma vez que a comunidade acadêmica ao consumir os serviços do município passa a participar no movimento da economia por meio de folha de pagamento, locação de imóveis, formaturas, etc. Ou ainda, por meio da inserção significativa de egressos do Curso de Serviço Social no município e região em instituições públicas e do Terceiro Setor. Nesse sentido, a universidade vem cumprindo seu compromisso com ensino de qualidade e desenvolvimento regional.

1.3 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

A criação de um Curso de Serviço Social justificou-se inicialmente pela necessidade de criação do primeiro Curso de Serviço Social instituído por uma

Instituição Federal de Ensino Superior no Rio Grande do Sul, haja vista que o primeiro Curso em instituição privada no Rio Grande do Sul já possui mais de 50 anos, sendo assim alunos que desejavam cursar Serviço Social em instituição pública optavam por deslocar-se para outros estados do Brasil.

Considerando que a região metade sul sofreu nas últimas duas décadas em decorrência de um desempenho econômico insatisfatório aliado a uma contínua deterioração da distribuição de emprego e renda, decorrente das políticas neoliberais assumidas pelo Estado brasileiro, abre-se um novo momento de retomada da discussão a respeito do futuro desta região, onde as perspectivas de desenvolvimento e o papel da Universidade podem ocupar um espaço importante no cenário de debates e desenvolvimento regional.

A escolha da implantação do curso na cidade de São Borja tornou-se oportuna num momento em que os estudos sobre o desenvolvimento acentuam cada vez mais a necessidade da construção de projetos locais e regionais que partissem das condições históricas do lugar, da sua cultura, dos seus recursos e da sua gente. Supõe pensá-las na perspectiva dos direitos, da provisão das necessidades sociais do cidadão, da equidade, da igualdade, da cidadania e da emancipação, fundamentos demarcados do código de ética do profissional do Serviço Social (CFESS, 1993) assim como as intervenções profissionais em prol de políticas públicas qualificadas que atendam a necessidade da população.

A partir da Constituição Federal de 1988 e da aprovação da Lei Orgânica – LOAS, surgem a Norma Operacional Básica – NOB/99 que normatiza a implantação da Política de Assistência Social. Nesse sentido, estados e municípios passam obrigatoriamente a buscar o profissional do Serviço Social para compor equipe básica de atendimento, tendo intensificada a procura por profissionais a partir de 2006 por conta da implantação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil.

Em 2006, São Borja e região contavam com poucos profissionais do Serviço Social – grande maioria oriunda de outros estados brasileiros, acumulando vários espaços de trabalho ao mesmo tempo – tornava-se emergente a necessidade de ampliação de oferta de curso de graduação para estímulo à inserção de profissionais do Serviço Social em novos espaços contemporâneos que emergiam. Particularmente na área pública, historicamente necessitada de profissionais qualificados para ampliar o desenvolvimento local e regional, assim como o índice de desenvolvimento humano desta região da fronteira oeste.

Para além de ampliação de mercado de trabalho a região carecia de profissionais habilitados criticamente para elaborar, planejar, organizar e gestar políticas públicas, programas e projetos sociais com foco na efetivação de direitos em detrimento a todo um histórico coronelista e assistencialista que marca a região. Sendo assim, as cidades que integram a Região Metade Sul demandam necessidade de profissionais Assistentes Sociais, para o atendimento das necessidades decorrentes do agravamento da questão social.

Egressos graduados em Serviço Social da UNIPAMPA tem se inserido de forma significativa em São Borja e região. Há índice considerável de aprovações em concursos públicos, mestrados, doutorados, assim como ampliação de espaços em instituições privadas e do Terceiro Setor, ou seja, a partir da implantação do curso vem se constituindo na região identidade profissional peculiar da região.

Ao longo destes dez anos de inserção nesta região da Fronteira Oeste, o Curso de Serviço Social vem dando contribuições importantes através de abertura de campos de estágio na cidade de São Borja e Região; Criação de Pós-graduação na modalidade Lato sensu (Políticas e Intervenções em Violência Intrafamiliar/EPIVI e Serviço Social e Direitos Humanos/SSDH), criação e participação em Residência Multiprofissional em Saúde. Recentemente tem-se adensado na elaboração de uma proposta de Mestrado em Serviço Social para esta região.

Nesse sentido, perpetua-se a justificativa da implantação e permanência do curso na região que vem galgando abertura de novas possibilidades por meio de residências multiprofissionais, oportunidades de pós-graduação e debates sobre necessidade de melhorias na oferta e ampliação de políticas públicas que possam garantir amplitude de direito assim como busca constante por desenvolvimento econômico e social. Ainda há caminhos a serem trilhados para o fortalecimento de movimentos sociais, conselhos de direitos, incubadoras, responsabilidade social, desenvolvimento sustentável etc. Fica evidente que há necessidade de manutenção e fortalecimento da potencialidade que o Curso de Serviço Social pode ofertar para São Borja e região.

1.4 LEGISLAÇÃO

O currículo mínimo proposto pela ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, é o resultado de um amplo processo de debate entre as Instituições de Unidades de Ensino de Serviço Social brasileiras, acompanhadas pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO, realizado desde 1994, para revisar o currículo que foi implantado em 1982. Este processo culminou com a elaboração do documento base do currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 08 de novembro de 1996, contemplado na proposta das Diretrizes Gerais de Graduação para o Curso de Serviço Social. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9394/1996 e a consequente reforma do ensino, as Diretrizes Curriculares foram encaminhadas para aprovação à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto – SESU/MEC. Uma comissão de especialistas na área de Serviço Social, por convocação da mesma Secretaria apreciou a matéria e, em consonância com as propostas da

ABEPSS, e com a Lei 8.662/1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social, definindo também o perfil do Bacharel em Serviço Social como: profissional que atua nas expressões da questão social, formulando, implementando e avaliando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais, políticas públicas, dos movimentos sociais e das organizações do terceiro setor; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica; profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. Assim foi construída a Resolução nº 15 de 13 de Março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Tal normativa foi aprovada pelo Presidente da Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002.

Além dos pressupostos legais citados anteriormente, o curso também se pauta pelos seguintes documentos (legislação):

- A Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências;
- Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e a Resolução nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Parecer CNE/CP nº 08/2012 e a Resolução nº 01/2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

- Nota Técnica MEC nº 24/2015, a qual apresenta a dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação;
- Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; o Decreto nº 4.281/2002, o qual regulamenta a Lei nº 9.795/1999 e a Resolução nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Lei nº 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- Lei nº 11.788/2008, a qual estabelece as normas para realização de estágios de estudantes;
- Resolução CONSUNI nº 20/2010, que dispõe sobre a realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os estágios realizados no âmbito desta Instituição;
- Orientação Normativa nº 02/2016, a qual estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
- Lei nº 11.640/2008, que cria a Fundação Universidade Federal do Pampa;
- Lei nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências;
- Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES e dá outras providências;
- Resolução CNE/CES nº 02/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;
- Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;
- Lei nº 12.764/2012, que trata da Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista;
- Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Portaria nº 3.284/2003, a qual dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- Portaria nº 4.059/2004 a qual dispõe sobre oferta na modalidade semipresencial;
- Decreto nº 5.622/2005, art. 4º, inciso II, § 2º, sobre a prevalência da Avaliação presencial de EaD;
- Resolução CONSUNI nº 05/2010, que aprova o Regimento Geral da UNIPAMPA, alterado pela Resolução 27/2011;
- Resolução CONSUNI nº 29/2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas;

- Resolução CONSUNI nº 80/2014, a qual aprova o Programa de Avaliação de Desempenho Docente na UNIPAMPA;
- Resolução CONAES nº 01/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante;
- Resolução CONSUNI nº 97/2015, a qual normatiza o NDE na UNIPAMPA;
- Resolução CONSUNI nº 71/2014, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (2014 – 2018).

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1.1 Contextualização e concepção do Curso de Serviço Social

O Curso de Serviço Social da UNIPAMPA iniciou suas atividades em 16 de outubro de 2006. É o primeiro curso público em uma Universidade Pública Federal do Estado do Rio Grande do Sul. Apresenta conceito 4, conforme avaliação do MEC, realizada em 24, 25, 26 e 27 de agosto de 2011. Durante esses dez (10) anos de existência (completos em outubro de 2016), o curso já formou um total de duzentos quinze (215) alunos. Atualmente conta com cento e setenta (170) alunos matriculados. As informações sobre o curso podem ser consultadas no endereço eletrônico: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/> ou pelo telefone (55) 3430-9850.

É importante destacar que o curso de Serviço Social da UNIPAMPA instituiu-se nesta região visando à formação de profissionais com

habilidades e competências inerentes a Planejamento, Avaliação e Execução de Políticas Públicas, bem como críticos e propositivos para intervir na perspectiva do enfrentamento das manifestações da questão social.

Considerando que o desenvolvimento da região da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul historicamente apresenta déficits econômicos, sociais, políticos e culturais (IBGE, 2010) aliados a uma contínua deterioração da vida social, decorrentes do modo de produção capitalista, abre-se um novo momento no qual o Curso de Serviço Social ocupa um espaço importante no cenário regional, na perspectiva dos direitos, da provisão das necessidades sociais do cidadão, da equidade, da igualdade, da cidadania e da emancipação, fundamentos constitutivos da Lei de Regulamentação da profissão e do Código de ética do Serviço Social.

O processo de formação dos acadêmicos do curso de Serviço Social da UNIPAMPA orienta-se, além das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social do MEC, pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Tais Diretrizes apresentam uma nova lógica curricular, que articula três Núcleos de Fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional, sendo eles: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Tais núcleos se tornam eixos articuladores dos conteúdos necessários para a formação e o trabalho profissional do assistente social e “desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 63).

O Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo

os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório (ABEPSS, 1996).

O Núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada (ABEPSS, 1996).

O Núcleo de fundamentos do trabalho profissional compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei (ABEPSS, 1996).

Além de subsidiar a organização do conjunto de componentes curriculares, os núcleos se materializam em diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão:

Ensino

A partir das recomendações das Diretrizes Curriculares o processo de ensino deve oportunizar a formação ético política, teórico metodológica e técnico operativa interdisciplinar. Para isto faz-se necessário desenvolver a

capacidade de leitura crítica da realidade, para a apreensão e intervenção na perspectiva do enfrentamento das expressões da questão social, eixo fundante da profissão.

Pesquisa

Considerando as particularidades das expressões da questão social na região da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, torna-se imprescindível fomentar a construção do conhecimento a partir de uma atitude investigativa com senso crítico por meio da pesquisa científica. A pesquisa contribuirá para o conhecimento de realidade e subsidiará argumentações para futuras intervenções numa perspectiva propositiva.

Nos últimos anos evidencia-se uma articulação interdisciplinar do Serviço Social com diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanas, que vem contribuindo para o estudo da realidade social e da produção do conhecimento científico na área social.

Extensão

A extensão é um processo educativo que possibilita a aproximação dos acadêmicos com demandas sociais presentes na comunidade local e regional, constituindo-se num espaço teórico prático privilegiado de construção do conhecimento. A extensão é um elo entre a universidade e a comunidade, que se expressa como uma contrapartida institucional, na medida em que se estabelecem parcerias para a formação profissional e o desenvolvimento local e regional sustentável.

Destaca-se que programas e projetos de extensão podem ser elaborados para a qualificação e fortalecimento dos componentes curriculares com carga horária teórico-prática da Matriz Curricular do Curso, a exemplo de

Oficinas de Processos Interventivos em Serviço Social, Introdução ao Estágio em Serviço Social, Estágio em Serviço Social I e II, Oficinas de Processos Interventivos e trabalho multiprofissional.

Tendo em vista as dificuldades encontradas pelo curso de Serviço social da UNIPAMPA em viabilizar vagas de estágio para todos os (as) alunos (as) aptos a se matricular no referido componente curricular, os programas e projetos de extensão podem constituir-se em uma possibilidade para tal. Entre as dificuldades, pode-se destacar a precarização das políticas sociais públicas; a precarização das condições de trabalho dos Assistentes Sociais, com destaque para a instabilidade dos vínculos empregatícios; o número reduzido de profissionais; a distância geográfica do município de São Borja em relação aos municípios da Região, o que dificulta a realização de estágios nestas outras localidades, tendo em vista a necessidade de compatibilizar horas de estágio e outros componentes curriculares que precisam ser cursadas concomitantemente, além dos custos para deslocamento.

É importante destacar que os projetos de extensão serão considerados como última opção para abertura de vagas de estágio, dando-se prioridade para as vagas ofertadas em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor que contam com o trabalho de um(a) assistente social. Quando da necessidade de programas ou projetos de extensão para a oferta de vagas para os(as) estagiários(as), estes também irão possibilitar o fortalecimento e ampliação das parcerias com os profissionais e instituições do município, bem como contribuir na qualificação dos processos interventivos dentro dos espaços sócio-ocupacionais dos(as) assistentes sociais.

2.1.2 Objetivos:

2.1.2.1 Objetivo geral:

•Promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de profissionais comprometidos com desvendamento e intervenção na questão social e as suas expressões, com base nos princípios e valores defendidos pelo projeto ético político do Serviço Social.

2.1.2.2 Objetivos específicos:

- Preparar profissionais a partir de uma teoria social crítica, que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Orientar profissionais comprometidos com a direção social e política do projeto profissional;
- Capacitar profissionais para a apreensão do significado social da profissão e para o desvendamento das possibilidades de intervenção contidas na realidade;
- Subsidiar profissionais com bases teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos;
- Formar profissionais comprometidos com os valores e princípios norteadores do Código de Ética Profissional;
- Instruir profissionais com clareza das competências e atribuições à apreensão e intervenção nas expressões da questão social, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais;
- Proporcionar a formação de profissionais a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, fomentando problematizações acerca das particularidades da questão social na realidade regional de fronteira oeste.

2.1.3 Perfil do Egresso em Serviço Social

O curso de Serviço Social da UNIPAMPA visa formar um profissional comprometido com a materialização do projeto ético-político, centrado em valores e princípios como respeito à diversidade, liberdade, ética, justiça social, solidariedade, ampliação e consolidação da cidadania, defesa e aprofundamento da democracia entendida como ampliação dos processos emancipatórios, o acesso aos meios de produção e a riqueza socialmente produzida. Nesse sentido os egressos devem apresentar:

- Competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa para intervir nas múltiplas expressões da questão social e habilidades para o trabalho em equipes multiprofissionais;
- Postura crítica, atento às transformações societárias contemporâneas e seus impactos nas condições e no modo de vida da classe trabalhadora;
- Compromisso com a educação permanente e com a inserção nos espaços políticos-organizativos da categoria profissional;
- Atitude investigativa nos processos de desvendamento e intervenção crítica na realidade social; capacidade para o exercício da pesquisa, desenvolvimento do conhecimento científico, planejamento, execução, gestão e avaliação de políticas públicas a fim de contribuir com a universalização do acesso aos direitos sociais e com o desenvolvimento local e regional.

2.1.4 Competências e habilidades do egresso em Serviço Social

O perfil do egresso de Serviço Social pressupõe a apreensão e intervenção na questão social e suas expressões, por isso faz-se necessário o

desenvolvimento das seguintes competências e habilidades de acordo com o Parecer 492/2001:

- Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e organizações populares;
- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam no âmbito de intervenção em Serviço Social com participação da sociedade civil;
- Garantir o acesso à informação para a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- Realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas públicas e o exercício profissional;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, organizações privadas com e sem fins lucrativos e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos humanos, civis, políticos e sociais da coletividade;
- Planejar, organizar e administrar Unidades de Ensino em Serviço Social;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

2.1.5 Áreas de atuação do Assistente Social:

O Assistente Social possui uma formação generalista que o capacita para apreender a questão social e intervir nas suas expressões. Neste sentido o exercício profissional ocorre em diversos espaços sócio ocupacionais no

planejamento, desenvolvimento, execução e avaliação das políticas sociais, públicas e privadas.

Algumas áreas de atuação profissional do assistente social:

- a) Assistência Social Pública: Secretarias Municipais ou Estaduais de Assistência Social, Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, e demais instituições públicas e privadas que de Atendimento à população em situação de risco e vulnerabilidade social.
- b) Saúde pública e privada: Secretarias de Saúde, (municipal e estadual), Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF, Estratégia Saúde da Família - ESF, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Centros de Saúde, Hospitais, Clínicas, Ambulatórios e Instituições Privadas que oferecem serviços e planos de saúde;
- c) Previdência Social: órgãos da previdência social pública ou privada em nível federal, estadual e municipal;
- d) Área Empresarial: Indústrias, empresas públicas e privadas, órgãos patronais de Serviço Social (SESC, Sesi, SENAC, SENAI, SEBRAE);
- e) Habitação: Órgãos de financiamento e planejamento habitacional, (Secretarias de Habitação), companhias e cooperativas habitacionais;
- f) Educação: Secretarias de Educação, escolas públicas e particulares, centros de educação especial, Centros de readaptação de crianças, Universidades; Escolas Técnicas;
- g) Área sócio jurídica: Secretarias de Segurança Pública, Delegacias, Polícia Militar, Forças Armadas, Penitenciárias; Tribunais de Justiça, Promotorias, Defensorias Públicas e Serviços de Assistência Jurídica;
- h) Movimentos Sociais Populares: Movimentos populares; comunidade de base;

- i) Terceiro Setor: Organizações Não-Governamentais;
- j) Conselhos de Políticas Públicas: Conselhos de Saúde, Conselhos da Assistência Social, Conselhos da Educação, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Idosos, Conselhos da Pessoa com Deficiência, Conselhos da Mulher, Conselhos do Meio Ambiente;
- k) Ensino e Pesquisa em Serviço Social: Ensino dos conteúdos específicos e supervisão de estágios em Serviço Social e desenvolvimento de pesquisas;

2.2 DADOS DO CURSO

Denominação: Serviço Social

Modalidade: Presencial

Titulação Conferida: Bacharel e Bacharela em Serviço Social

Habilitação: Assistente Social

Tempo mínimo para integralização: 8 semestres

Carga Horária Total do Curso: 3.180 horas

Turno: integral (matutino e vespertino)

Número de vagas oferecidas por semestre: 50 vagas com entrada somente no primeiro semestre letivo de cada ano

Periodicidade: semestral

Unidade Acadêmica: Rua Ver. Alberto Benevenuto, 3200 - Passo - São Borja, RS 97670-000 - Fone: (55) 3430-4323

Endereço eletrônico: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/>

2.2.1 Administração Acadêmica do Campus São Borja

A interface administrativa direta do curso de Serviço Social é a administração do campus São Borja a qual articula-se com a estrutura organizacional da universidade conforme seu estatuto e regimento.

Constituem a administração acadêmica do Campus:

- a) o Conselho do Campus: órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Campus. Integrado por coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação do campus; coordenador da comissão de pesquisa; coordenador da comissão de extensão; representação docente; representação dos técnico-administrativos em educação; representação discentes e representação da comunidade externa.
- b) a Direção: integrada por diretor, coordenador acadêmico e coordenador administrativo.
- c) a Coordenação Acadêmica: integrada pelo coordenador acadêmico; coordenadores de curso do campus; Núcleo de Desenvolvimento Educacional - NuDE; comissões locais de ensino, de pesquisa e de extensão; secretaria acadêmica; Biblioteca do Campus; laboratórios de ensino, de pesquisa e de informática e outras dependências dedicadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. As Comissões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão: são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área (ensino, pesquisa e extensão) que têm por finalidade planejar e avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, de pesquisa e extensão de natureza acadêmica, respectivamente, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, técnicos administrativos e representantes discentes.
- d) Coordenação Administrativa: integrada pelo Coordenador Administrativo; Secretaria Administrativa; Setor de Orçamento e Finanças; Setor de Material e

Patrimônio; Setor de Pessoal; Setor de Infraestrutura; Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do campus e o Setor de Frota e Logística.

As atribuições da administração acadêmica do campus, bem como da coordenação do curso e comissão de curso são regidas pelo estabelecido no Regimento da Universidade.

2.2.2 Comissão de curso de graduação e coordenação de curso

O curso de Serviço Social da UNIPAMPA é atualmente coordenado pela professora Jaina Raquel Pedersen, Bacharela, Mestre e Doutora em Serviço Social, bem como pelo coordenador substituto o professor José Wesley Ferreira, Bacharel, Mestre e Doutor em Serviço Social. Desde sua criação em 2006, o curso já foi coordenado por 06 Professores, sendo eles Dra. Caroline Goerck, Dra. Elisangela Maia Pessoa, Dr. Jorge Alexandre da Silva, Dra. Mariléia Goin e Dr. Jocenir de Oliveira Silva.

Como instância decisória, o Curso conta com a sua Comissão de Curso, que atualmente é formada pelos seguintes docentes: Profa. Dra. Jaina Raquel Pedersen, Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva, Prof. Dr. Jocenir de Oliveira Silva, Profa. Dra. Elisângela Maia Pessoa, Profa. Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado, Profa. Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado, Profa. Dra. Simone Barros de Oliveira, Profa. Me. Solange Emilene Berwig, Prof. Dr. José Wesley Ferreira, Profa. Dra. Monique Soares Vieira, Profa. Dra. Adriana Hartemink Cantini, Prof. Dr. Walter Firmo de Oliveira Cruz, Prof. Dr. César Beras. Também integram a comissão a discente Jamile Benevides e o assistente em administração Manoel Eduardo Fonseca.

2.2.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso

Em 2011, quando houve a avaliação do curso pelo MEC, o NDE era constituído por 10 professores, sendo 07 com formação em Serviço Social e 03 com formação em outras áreas. Destes, 03 professoras Assistentes Sociais participaram da implantação do PCC do curso de Serviço Social.

Atualmente o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Serviço Social é formado por seis (06) professores, sendo eles: Elisângela Maia Pessoa, Jaina Raquel Pedersen, Jaqueline Quadrado, José Wesley Ferreira, Simone Barros de Oliveira e Loiva Mara de Oliveira Machado, todos com regime de 40 horas – Dedicação Exclusiva – DE.

A Resolução nº 97, de 19 de março de 2015 institui e estabelece as normas de funcionamento do NDE:

Art. 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada Curso de Graduação é proposto pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico.

Art. 2º O NDE tem caráter consultivo e propositivo em matéria acadêmica, tendo as seguintes atribuições:

I. elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso (PPC);

II. propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria;

III. conduzir os processos de reestruturação curricular para aprovação na Comissão de Curso, sempre que necessário;

IV. atender aos processos regulatórios internos e externos;

V. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso e para os demais marcos regulatórios;

VI. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação e de sua articulação com a pósgraduação, bem como das exigências do mundo do trabalho, sintonizadas com as políticas próprias às áreas de conhecimento;

VII. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;

VIII. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo.

Parágrafo único. As proposições do NDE são submetidas à apreciação e deliberação da Comissão de Curso.

Art. 3º O Núcleo Docente Estruturante é composto por um mínimo de 05 (cinco) docentes pertencentes ao corpo docente do Curso, atendidos os seguintes critérios:

I. ser indicado pela Comissão de Curso;

II. ter, ao menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu;

III. ter, ao menos, 20% (vinte por cento) dos seus membros em regime de trabalho de tempo integral.

Art. 4º O tempo de vigência de mandato para o NDE deve ser de, no mínimo, 03 (três) anos, sendo adotadas estratégias de renovações parciais de modo a haver continuidade no pensar do Curso.

Art. 5º Quando da composição ou alteração do NDE, essas devem ser aprovadas pelo Conselho do Campus, que, através de seu representante máximo, deve enviar, para o Gabinete da Reitoria, a Ata de constituição do Núcleo, prevendo o mandato dos membros, para designação formal via portaria.

Art. 6º O Núcleo Docente Estruturante deve ter um Presidente e um Secretário escolhidos pelos pares, para um mandato de 03 (três) anos.

Art. 7º Cabe a cada NDE elaborar o seu regimento definindo as atribuições do Presidente e do Secretário, bem como estabelecendo as diretrizes para convocação e quórum, além da forma que devem ser conduzidas as reuniões.

Art. 8º O NDE reúne-se, ordinariamente, no mínimo, 02 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

Internamente o curso possui um regimento próprio denominado Regimento Interno do Núcleo Docente Estruturante (NDE). O mesmo está organizado em dois capítulos, sendo que o primeiro estabelece a finalidade e atribuições do NDE e o segundo faz referência à composição e funcionamento do NDE (Anexo A).

2.2.4 Funcionamento do Curso

2.2.4.1 Titulação conferida: Bacharel e Bacharela em Serviço Social

2.2.4.2 Do processo seletivo, da oferta de vagas, ingresso e regime de matrícula: O Curso de Serviço Social oferece 50 vagas anuais, com ingresso único no primeiro semestre letivo de cada ano por processo seletivo. O regime de oferta e de matrícula é semestral, funcionando por sistema de créditos (horas-aula) com matrícula por componente curricular, observando o cumprimento de pré-requisito (quando houver). O curso está estruturado para ser integralizado em quatro anos (oito semestres). O tempo máximo de integralização, segundo o Parecer CNECES n. 08/2007 é de um acréscimo de 50% sobre a duração dos mesmos. Nesse sentido, o tempo máximo será de 6 anos/12 semestres. Durante os semestres do curso, os alunos deverão

matricular-se em no mínimo 240 horas-aula e no máximo 540 horas-aula de pré-requisito (quando houver).

2.2.4.3 Período de realização do curso: Integral (matutino e vespertino)

2.2.4.4 Calendário acadêmico: O Calendário Acadêmico da UNIPAMPA, conforme as Normas Básicas da Graduação da Instituição prevê dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 dias letivos cada um. Cabe ressaltar que cada semestre letivo é composto por 18 semanas letivas

2.2.4.5 Carga horária e respectiva distribuição no curso: A matriz curricular do Curso de Serviço Social é estruturada em três núcleos de Fundamentação (Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional) e respectivos componentes curriculares. O regime de matrícula é semestral, por componente curricular e respectiva carga horária/ créditos, sendo que, cada quinze (15) horas corresponde a 1 (um) crédito.

O currículo prevê 3.180 horas no total, desenvolvidas nos componentes curriculares, conforme descrito abaixo:

- a) componentes curriculares obrigatórios (de natureza técnico-científico – 2.820 horas;
- b) estágio curricular supervisionado (faz parte dos componentes curriculares obrigatórios) - 570 horas;
- c) Trabalho de conclusão de curso (faz parte dos componentes curriculares obrigatórios) – 120 horas;
- d) Componentes curriculares complementares de graduação – 180 horas;
- e) Atividades complementares de graduação (ACG) – 180 horas.

2.3 FORMAS DE INGRESSO

1. Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) com a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):
 - I. ocorre para todos os cursos de graduação 1 (uma) vez por ano, no 1º (primeiro) semestre, conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição e, excepcionalmente, no 2º (segundo) semestre, se autorizado pelo Conselho Universitário, para cursos específicos;
 - II. é realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Parágrafo único. Excepcionalmente podem ser realizados processos seletivos específicos autorizados pelo Conselho Universitário.

2. Reopção: forma de mobilidade acadêmica condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação da UNIPAMPA, poderá transferir-se para outro curso de graduação desta Universidade.

A mudança de curso ou turno pode ocorrer até 2 (duas) vezes.

3. Processo seletivo complementar:

3.1 Reingresso: ingresso de ex-discente da UNIPAMPA em situação de abandono ou cancelamento de curso a menos de 2 anos.

3.2 Transferência voluntária: ingresso de discente regularmente matriculado ou com trancamento de matrícula em curso de graduação de outra Instituição de Ensino Superior (IES), que deseje transferir-se para esta Universidade.

3.3 Portador de Diploma: forma de ingresso para diplomados por outra IES, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma da

lei.

4. Transferência compulsória (EX OFFICIO): forma de ingresso concedida ao servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do campus pretendido ou município próximo.

5. Regime especial: consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos, é concedida para portadores de diploma de curso superior, discente de outra IES e portador de certificado de conclusão de ensino médio com idade acima de 60 anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica.

A matrícula no Regime Especial não constitui vínculo com qualquer curso de graduação da instituição.

6. Programa estudante convênio: matrícula destinada à estudante estrangeiro mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados.

7. Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional: permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares da UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado pelo convênio assinado entre as Instituições.

8. Programa de mobilidade acadêmica intrainstitucional: permite ao discente da UNIPAMPA cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros *campi*.

9. Matrícula Institucional de cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06/06/84 e Portaria 121, de 02/10/84.

Ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012, a UNIPAMPA oferta 25% (vinte e cinco por cento) das vagas de cada curso para as ações afirmativas L1 e L2; 25% (vinte e cinco por cento) para as ações afirmativas L3 e L4; 3% (três por cento) para a ação afirmativa A1 e 47% (quarenta e sete por cento) para a ampla concorrência.

I - estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita:

- a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (ação afirmativa L2);
- b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. (ação afirmativa L1).

II - estudantes egressos de escolas públicas, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita:

- a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas; (ação afirmativa L4);
- b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. (ação afirmativa L3).

III - estudantes com deficiência (ação afirmativa A1).

IV - estudantes que independente da procedência escolar, renda familiar ou raça/etnia (denominada ampla concorrência ou AC).

2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

2.4.1 Integralização Curricular

Para a integralização curricular os(as) acadêmicos(as) deverão cumprir uma carga horária mínima nas seguintes atividades: Componentes Curriculares Obrigatórios (CCO) – o que inclui Estágio Obrigatório em Serviço Social I e II e Trabalho de Conclusão de Curso I e II –, Componentes Curriculares

Complementares de Graduação (CCCG), Atividades Complementares de Graduação (ACG), Estágio Curricular Obrigatório, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

DADOS INERENTES À INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR:	
Carga horária a ser vencida em:	
Componentes Curriculares Obrigatórios (CCO)	2.820
Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCG)	180
Atividades Complementares de Graduação (ACG)	180
Carga horária total mínima a ser vencida:	3.180
PRAZO PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR EM SEMESTRES:	
Mínimo	8
Médio (estabelecido pela Sequência Aconselhada do Curso)	8
Máximo (estabelecido pela Seq. Aconselhada + 50%)	12
LIMITES DE CARGA HORÁRIA REQUERÍVEL POR SEMESTRE:	
Máximo	540
Mínimo	240

Destaca-se que o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE é componente curricular obrigatório para integralização curricular do curso.

2.4.1.1 Atividades Complementares de Graduação (ACG)

Segundo as Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas, instituídas pela resolução nº 29, de 28 de abril de 2011, a Atividade Complementar de Graduação (ACG) é definida como “atividade desenvolvida pelo discente, no âmbito de sua formação humana e acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como a legislação pertinente” (p. 17). As atividades complementares classificam-se em 04 (quatro) grupos: a) Grupo I:

Atividades de Ensino; b) Grupo II: Atividades de Pesquisa; c) Grupo III: Atividades de Extensão; d) Grupo IV: Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão. O Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, campus São Borja, prevê a realização de, no mínimo, 180 horas de Atividades Complementares de Graduação como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau. Ainda, é necessário salientar que desta carga horária total cada discente precisa cumprir uma carga horária mínima de 10% (dez por cento) em cada um dos quatro grupos citados acima.

Para fins de esclarecimento, as atividades aceitas em cada grupo são as descritas abaixo:

GRUPO I – Atividades de Ensino: componente curricular de graduação, desde que aprovado pela Comissão do Curso (excluídos os Componentes Curriculares obrigatórios e os Componentes Curriculares aproveitados como CCCGs); cursos nas áreas de interesse em função do perfil de egresso; monitorias em componentes curriculares de cursos da UNIPAMPA; participação em projetos de ensino; estágios não obrigatórios ligados a atividades de ensino; organização de eventos de ensino; participação como ouvinte em eventos de ensino, pesquisa e extensão.

Para fins de registro das horas de Atividades de Ensino – Grupo I no histórico do aluno será utilizada a carga horária registrada no documento que oficializa a participação na referida atividade (certificados, comprovantes, atestados, declarações e histórico comprovando a aprovação em Componentes Curriculares).

Cada discente deverá cumprir a carga horária mínima de 18 horas nas Atividades Complementares de Graduação (ACGs) na modalidade de Ensino. Conforme descrito no item 2.3.1.1, essa quantidade de horas corresponde a 10% do total das 180 horas das Atividades Complementares de Graduação exigidas como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau. Ressalta-se que o restante das 180 horas deve ser cumprido nas demais modalidades das Atividades Complementares de Graduação.

Os critérios para validação e cômputo das Atividades Complementares de Graduação referentes ao ensino seguem de acordo com o quadro 01. Ressalta-se que, no tange a participação em atividades, a carga horária máxima refere-se ao máximo de horas que serão validadas pelo Curso de Serviço Social nas respectivas atividades. Já no que tange a publicação e/ou apresentação de trabalhos a carga horária máxima equivale à quantidade de horas que o Curso de Serviço Social validará para cada trabalho publicado e/ou apresentado.

Quadro 01 - Atividades de Ensino:

Discriminação	Carga horária máxima	Documento
Componentes Curriculares do ensino superior	Carga horária do componente curricular	Comprovante de Aprovação no componente curricular (desde que cursado após a matrícula do discente no curso).
Participação em cursos de língua estrangeira	60h	Comprovante de Aprovação
Participação em cursos de Informática	60h	Comprovante de Aprovação
Participação em monitorias	60h	Declaração do Orientador
Participação na equipe de trabalho projetos de ensino	60h	Declaração do professor responsável pelo projeto
Participação como público-alvo em projeto de ensino	40h	Certificado/ Declaração do professor responsável pelo projeto
Cursos de aperfeiçoamento	60h	Comprovante/ Certificado
Projetos ou Programas Institucionais de Iniciação Científica	120h	Certificado/ Declaração do professor responsável pelo projeto ou programa
Publicação de artigo científico sobre atividades de ensino (ou com aceite final de publicação) em periódico internacional especializado, com comissão editorial.	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Publicação de artigo científico sobre	40h	Cópia do trabalho publicado ou

atividades de ensino (ou com aceite final de publicação) em periódico nacional especializado, com comissão editorial.		carta de aceite.
Trabalho completo sobre atividades de ensino publicado em evento internacional	40h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo sobre atividades de ensino publicado em evento nacional	30h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo sobre atividades de ensino publicado em evento regional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo sobre atividades de ensino publicado em evento local	15h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido sobre atividades de ensino publicado em evento internacional	30h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido sobre atividades de ensino publicado em evento nacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido sobre atividades de ensino publicado em evento regional e local	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo publicado sobre atividades de ensino em evento internacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo sobre atividades de ensino publicado em evento nacional	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo sobre atividades de ensino publicado em evento regional e local	5h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Apresentação de trabalhos sobre atividades de ensino (banners ou apresentação oral) em evento internacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.

Apresentação de trabalhos sobre atividades de ensino (banners ou apresentação oral) em evento nacional	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.
Apresentação de trabalhos sobre atividades de ensino (banners ou apresentação oral) em evento regional e local	5h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.

GRUPO II – Atividades de Pesquisa: participação em projetos de pesquisa desenvolvidos na UNIPAMPA, ou em outra IES ou em espaço de pesquisa reconhecido legalmente como tal; publicação de pesquisa em evento científico ou publicação em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica; participação na condição de conferencista, ou painelista, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de pesquisa, tais como grupos de pesquisa, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, entre outros; estágios ou práticas não obrigatórios em atividades de pesquisa.

Cada discente deverá cumprir a carga horária mínima de 18 horas nas Atividades Complementares de Graduação (ACGs) na modalidade de Pesquisa. Conforme descrito no item 2.3.1.1, essa quantidade de horas corresponde a 10% do total das 180 horas das Atividades Complementares de Graduação exigidas como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau. Ressalta-se que o restante das 180 horas deve ser cumprido nas demais modalidades das Atividades Complementares de Graduação.

Para fins de registro das horas de Atividades de Pesquisa – Grupo II no histórico do aluno será utilizada a carga horária registrada no documento que oficializa a participação na referida atividade (certificados, comprovantes, atestados, declarações, entre outros documentos), salvo para publicações, em que serão consideradas as seguintes cargas horárias:

Os critérios para validação e cômputo das Atividades Complementares de Graduação referentes à pesquisa seguem de acordo com o quadro 02. Ressalta-se que no tange a participação em atividades a carga horária máxima refere-se ao máximo de horas que serão validadas pelo Curso de Serviço Social nas respectivas atividades. Já no que tange a publicação e/ou apresentação de trabalhos a carga horária máxima equivale à quantidade de horas que o Curso de Serviço Social validará para cada trabalho publicado e/ou apresentado.

Quadro 02 - Atividades de Pesquisa:

Discriminação	Carga horária máxima	Documento
Participação em projetos de pesquisa desenvolvidos na UNIPAMPA, ou em outra IES ou em espaço de pesquisa reconhecido legalmente como tal.	120h	Comprovante/ Atestado expedido pela instituição responsável pelo projeto.
Participação na condição de conferencista, ou painelista, ou debatedor em eventos que tratam de pesquisa, tais como grupos de pesquisa, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, entre outros.	60h	Comprovante/ Atestado expedido pela instituição responsável pela atividade.
Participação em estágios ou práticas não obrigatórios em atividades de pesquisa.	40h	Comprovante/ Atestado expedido pela instituição responsável pela atividade.
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico internacional especializado, com comissão editorial.	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico nacional especializado, com comissão editorial.	40h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Trabalho completo referente à pesquisa publicado em evento internacional	40h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.

Trabalho completo referente à pesquisa publicado em evento nacional	30h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo publicado em evento regional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo referente à pesquisa publicado em evento local	15h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido referente à pesquisa publicado em evento internacional	30h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido publicado referente à pesquisa em evento nacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido publicado referente à pesquisa em evento regional e local	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo publicado referente à pesquisa em evento internacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo publicado referente à pesquisa em evento nacional	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo publicado referente à pesquisa em evento regional e local	5h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Apresentação de trabalhos referente à pesquisa (banners ou apresentação oral) em evento internacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.
Apresentação de trabalhos referente à pesquisa (banners ou apresentação oral) em evento nacional	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.
Apresentação de trabalhos referente à pesquisa (banners ou apresentação oral) em evento regional e local	5h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.

GRUPO III – Atividades de Extensão: participação em projetos e/ou atividades de extensão desenvolvidos na UNIPAMPA ou outra IES, ou em instituição governamental ou em organizações da sociedade civil com fim educativo, de promoção da saúde, da qualidade de vida ou da cidadania, do desenvolvimento social, cultural ou artístico; estágios e práticas não obrigatórios, em atividades de extensão; organização e/ou participação em eventos de extensão; publicação de atividade de extensão ou publicação de material pertinente à extensão em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica; participação na condição de conferencista, ou painelista, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de extensão, como grupos de estudos, seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros.

Cada discente deverá cumprir a carga horária mínima de 18 horas nas Atividades Complementares de Graduação (ACGs) na modalidade de Extensão. Conforme descrito no item 2.3.1.1, essa quantidade de horas corresponde a 10% do total das 180 horas das Atividades Complementares de Graduação exigidas como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau. Ressalta-se que o restante das 180 horas deve ser cumprido nas demais modalidades das Atividades Complementares de Graduação.

Para fins de registro das horas de Atividades de Extensão – Grupo III no histórico do aluno será utilizada a carga horária registrada no documento que oficializa a participação na referida atividade (certificados, comprovantes, atestados, declarações, entre outros documentos), salvo para publicações, em que a carga horária será validada mediante certificados e cartas de aceite.

Os critérios para validação e cômputo das Atividades Complementares de Graduação referentes à Extensão seguem de acordo com o quadro 03. Ressalta-se que no tange a participação em atividades a carga horária máxima refere-se ao máximo de horas que serão validadas pelo Curso de Serviço

Social nas respectivas atividades. Já no que tange a publicação e/ou apresentação de trabalhos a carga horária máxima equivale à quantidade de horas que o Curso de Serviço Social validará para cada trabalho publicado e/ou apresentado.

Quadro 03 - Atividades de Extensão:

Discriminação	Carga horária máxima	Documento
Participação em projetos e/ou atividades de extensão desenvolvidos na UNIPAMPA ou outra IES, ou em instituição governamental ou em organizações da sociedade civil com fim educativo, de promoção da saúde, da qualidade de vida ou da cidadania, do desenvolvimento social, cultural ou artístico.	120h	Comprovante/ Atestado expedido pela instituição responsável pela atividade.
Estágios e práticas não obrigatórios, em atividades de extensão	60h	Comprovante/ Atestado expedido pela instituição responsável pela atividade.
Organização e/ou participação em eventos de extensão.	40h	Comprovante/ Atestado expedido pela instituição responsável pela atividade.
Participação na condição de conferencista, ou painelista, ou debatedor em eventos que tratam de extensão, como grupos de estudos, seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros.	60h	Comprovante/ Atestado expedido pela instituição responsável pela atividade.
Publicação de artigo científico referente à extensão (ou com aceite final de publicação) em periódico internacional especializado, com comissão editorial.	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Publicação de artigo científico referente à extensão (ou com aceite final de publicação) em periódico nacional especializado, com comissão editorial.	40h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Trabalho completo referente à extensão publicado em evento internacional	40h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do

		trabalho.
Trabalho completo referente à extensão publicado em evento nacional	30h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo referente à extensão publicado em evento regional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo referente à extensão publicado em evento local	15h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido referente à extensão publicado em evento internacional	30h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido referente à extensão publicado em evento nacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido referente à extensão publicado em evento regional e local	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo referente à extensão publicado em evento internacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo referente à extensão publicado em evento nacional	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo referente à extensão publicado em evento regional e local	5h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Apresentação de trabalhos (banners ou apresentação oral) referente à extensão em evento internacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do

		evento.
Apresentação de trabalhos (banners ou apresentação oral) referente à extensão em evento nacional	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.
Apresentação de trabalhos (banners ou apresentação oral) referente à extensão em evento regional e local	5h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.

GRUPO IV – Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão: organização ou participação ou premiação em atividades de cunho cultural, social ou artístico; participação na organização de campanhas benéficas, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico; premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura; representação discente em órgãos colegiados; representação discente em diretórios acadêmicos; participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica; participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica.

Cada discente deverá cumprir a carga horária mínima de 18 horas nas Atividades Complementares de Graduação (ACGs) na modalidade de Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão. Conforme descrito no item 2.3.1.1, essa quantidade de horas corresponde a 10% do total das 180 horas das Atividades Complementares de Graduação exigidas como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau. Ressalta-se que o restante das 180 horas deve ser cumprido nas demais modalidades das Atividades Complementares de Graduação.

Para fins de registro das horas de Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão – Grupo IV no histórico do aluno será utilizada a carga horária

registrada no documento que oficializa a participação na referida atividade (certificados, comprovantes, atestados, declarações, entre outros documentos).

Cabe salientar que os casos omissos e os critérios de aproveitamento e as equivalências da carga horária nas ACG são definidos pela Comissão do Curso de Serviço Social, considerando o perfil do egresso definido neste PPC.

Os critérios para validação e cômputo das Atividades Complementares de Graduação referentes às Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão seguem de acordo com o quadro 04. Ressalta-se que no tange a participação em atividades a carga horária máxima refere-se ao máximo de horas que serão validadas pelo Curso de Serviço Social nas respectivas atividades.

Quadro 04 - Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão:

Discriminação	Carga horária máxima	Documento
Organização ou participação ou premiação em atividades de cunho cultural, social ou artístico	40h	Comprovante/ Certificado
Participação na organização de campanhas benéficas, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico	40h	Comprovante/Declaração da instituição responsável pela atividade.
Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura	20h	Certificado
Representação discente em órgãos colegiados	20h	Comprovante/Atestado expedido pelo órgão colegiado
Representação discente em diretórios acadêmicos	20h	Comprovante/Atestado expedido pela Coordenação de Curso
Participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica	40h	Declaração do professor responsável
Participação em estágios não obrigatórios	40h	Comprovante/Atestado

com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica		expedido pela instituição que ofertou o estágio
---	--	---

2.4.1.2 Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social

De acordo com a Lei 11.788/2008, Art. 2º: “O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso”. No Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, o Estágio Curricular Obrigatório é um componente previsto no Projeto Pedagógico do Curso. Este prevê a inserção discente em espaços sócio ocupacional que possibilitem a experiência e articulação teórico-prática entre formação e trabalho profissional, o que pressupõe supervisão direta, conforme Resolução CFESS nº 533/2008. O Art. 130 da Resolução nº 29/2011, CONSUNI-UNIPAMPA dispõe que: “O Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) ou regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da UNIPAMPA, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais”. Esta Resolução no Art. nº 133, refere que o objetivo geral do estágio é “oportunizar aos discentes a inserção em espaços que possibilitem a experiência pré-profissional para o exercício de uma postura ética, crítica e propositiva frente às demandas relacionadas aos seus objetos de estudo e de intervenção, caracterizando momento de aprendizagem, e fortalecendo a pesquisa técnico-científica relacionada aos problemas peculiares de cada curso, em consonância com o perfil de egresso do curso e da Instituição”.

De acordo com esta normativa, o Estágio em Serviço Social, visa entre outros, a capacitação discente nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o trabalho profissional. Para tanto, conforme a

Lei 8.662/1993, a Supervisão Direta de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório consiste em atividade privativa do(a) assistente social. A supervisão direta de estágio é constituída por duas instâncias, que são distintas e ao mesmo tempo complementares: supervisão acadêmica, a qual corresponde ao professor orientador (docente da UNIPAMPA), conforme refere a Resolução nº 20, de 26 de Novembro de 2010 da UNIPAMPA, que é realizada por docente assistente social e supervisão de campo, por profissional assistente social vinculado ao campo de estágio. Esta modalidade prevê a participação do supervisor de campo e do supervisor acadêmico, através de acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio, conforme estabelece Política Nacional de Estágios (ABEPSS, 2010).

O Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social ocorre no período letivo escolar e segue, entre outros regulamentos, as orientações descritas na Lei 11.788/2008, Lei 8.662/1993, Resolução CFESS nº 493/2006 e 533/2008 e Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010), que prevê o mínimo de 15% de carga horária de estágio obrigatório, considerando a carga horária total do Curso. Já o Estágio Curricular Não Obrigatório, constitui-se como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, constituindo-se como Atividade Complementar de Graduação (ACG). O Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social está estruturado a partir do Regulamento de Estágios, conforme disposto no **ANEXO B**, deste documento.

2.4.1.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui componente curricular obrigatório para fins de obtenção do título de Bacharel ou Bacharela em Serviço Social. Será considerado aprovado o/a discente que obtiver, no mínimo, nota final igual a 6,0 (seis).

Neste sentido, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da graduação em Serviço Social. O TCC estrutura-se, enquanto, um estudo no qual o/a acadêmico/a sistematiza seu conhecimento por meio de Projeto de Pesquisa ou Relatório Teórico-Prático. Esse processo de investigação e análise crítica da experiência se desenvolverá por meio da orientação de um/a docente do curso de Serviço Social, visando garantir a científicidade e cuidado ético na construção dos trabalhos.

A efetivação do acompanhamento e normalização dos procedimentos e avaliações do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa se dará por meio do regulamento de TCC (ANEXO C).

2.4.2 Metodologias de Ensino-Aprendizagem e Avaliação

No Processo de Ensino-Aprendizagem do Curso de Serviço Social é fundamental ter-se métodos que façam do aluno não só um espectador da aula exposta, mas um discente crítico em relação ao conteúdo, permitindo que dúvidas e problemas de aprendizagem sejam sanados.

Freire (1996, p. 12) dispõe sobre ensino-aprendizagem afirmando que: "quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado [...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender".

A reflexão acima revela a importância da troca de conhecimentos para formação de um discente crítico, como também de um docente cada vez mais capacitado. Por isso a rigorosidade metódica, na qual o docente, norteando-se por este saber, deve reforçar a capacidade crítica do aluno auxiliando-o a tornar-se criador, investigador, inquieto, rigorosamente curioso, humilde e persistente.

A concepção que norteia o processo avaliativo de ensino e aprendizagem considera o aprendizado como resultante da construção do conhecimento mediado pela articulação teórico-práticos, ético-política e técnico-operativa, com vistas a uma formação Profissional de qualidade, comprometida com o Projeto ético político do Serviço Social.

Assim, há ênfase na avaliação contínua e sistemática com o objetivo de diagnosticar a situação da aprendizagem, em relação à programação curricular, com critérios bem definidos aos alunos. O documento que estabelece os critérios acadêmicos, no âmbito da Universidade, está materializado na Resolução 29/2011. A qual estabelece a média mínima para aprovação seis (6,0) com no mínimo 75% de frequência. Ressalta-se que o docente dispõe de autonomia para determinar número de avaliações e, conforme especificidades do componente curricular.

Não obstante, menciona-se a existência de várias técnicas e instrumentos de avaliação do ensino-aprendizagem e de desenvolvimento acadêmico geral. Para avaliar o ensino-aprendizagem do acadêmica/o existem seis técnicas básicas e uma variedade de instrumentos de avaliação apresentados no quadro a seguir:

Quadro 05 - Instrumentos de avaliação

TÉCNICA	INSTRUMENTOS	OBJETIVOS BÁSICOS
Observação	Registro de Observação Fichas Anedotário Diário de Campo	Acompanhar o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos alunos.
Inquirição	Questionário Inventário Escala de Atitudes Entrevistas Reuniões Sociograma Grupos de Trabalhos; Seminários; Rodas de Conversa; Oficinas;	Compreender as percepções, sentimentos e necessidades dos alunos.
Pesquisa	Produção Textual (Artigos, Pôster, Resumos, Resenhas, Fichamentos, etc);	Promover a argumentação, a crítica, a análise e a autonomia do aluno.

	Relatórios (Técnico, de Viagem); Leituras; Exercícios; Registros; Análise Fílmica; Projetos (Intervenção e Pesquisa); Planos de Trabalho; Visita Técnica; Estudos Socioeconômicos, Laudos e Pareceres Técnicos; Tecnologias Digitais (Moodle, Rede Sociais, Site, Blogs e Softwares, Recursos. Digitais de Áudio, Vídeos e Fotografia	
Autoavaliação	Registro da autoavaliação	Desenvolver a percepção sobre si mesmo em relação ao que é capaz de realizar no contexto.
Portfólio	Registros pessoais e das aulas	Possibilitar registros e as experiências significativas do aluno.
Testagem	Prova Oral Prova Escrita: Dissertativa Objetiva	Coletar informações sobre as aprendizagens do aluno nos aspectos analítico-descritivos.

Fonte: quadro sintético produzido por Jaqueline Carvalho Quadrado com base na pesquisa de diversos autores (2016)

Exemplificam-se, a seguir, os instrumentos mais utilizados em cada modalidade de avaliação:

Para a avaliação diagnóstica, pode-se utilizar o teste diagnóstico, a ficha de observação ou qualquer outro instrumento elaborado pelo professor.

Para a avaliação formativa, têm-se as observações, os exercícios, os questionários, as pesquisas e o portfólio.

Para a avaliação somativa, os dois tipos de instrumentos mais utilizados são as provas objetivas e as provas dissertativas.

Essa divisão entre técnicas e instrumentos de avaliação da aprendizagem e de desenvolvimento acadêmico geral serve apenas para ilustrar o agrupamento das diferentes técnicas e instrumentos. Pois, na prática, ambos os aspectos são relacionados e avaliados ao mesmo tempo.

Destaca-se ainda, que a lista de técnicas e instrumentos não tem a pretensão de ser exaustiva, ilustra, tão somente, a amplitude de possibilidades

que os docentes possuem para avaliar a aprendizagem dos alunos, como também proporcionar durante o desenvolvimento do componente curricular uma ampla possibilidade de estudos e atividades de recuperação ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

Quando identificado alunos com necessidades educacionais especiais, o corpo docente construirá juntamente com a equipe multiprofissional do Nude um plano de trabalho que contemple as ações estratégicas de atendimento as demandas dos alunos.

É importante destacar que no conjunto e ferramentas e instrumentos de ensino e aprendizagem o corpo docente, utiliza tecnologias digitais: ex, moodle, redes sociais, site, blogs e softwares, recursos digitais de áudio e vídeos.

Destaca-se que a UNIPAMPA vem se preocupando com o uso de tecnologias de informação e comunicação acessíveis uma vez que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova York (2007) e promulgada como Emenda à Constituição do Brasil pelo Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009, determinou que as estruturas curriculares, em qualquer etapa, nível ou modalidade de formação, devem fazer a previsão de “adaptações razoáveis”, que se constituem como modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretam ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. O mesmo documento inclui a recusa de “adaptação razoável” como “discriminação por motivo de deficiência” e afirma, em seu preâmbulo, que discriminação dessa natureza configura violação da dignidade e do valor inerentes ao ser humano. Não se trata, portanto, de “simplificar” ou de “baratear” o currículo, mas de torná-lo abrangente o suficiente para acolher outras formas de saber e de fazer que constituem a humanidade e que perpassam o mundo do trabalho e as diferentes profissões no mundo globalizado.

Deste modo, a implementação de uma estrutura curricular flexível está diretamente relacionada à acessibilidade pedagógica e atitudinal que, por sua vez, viabiliza o acesso ao currículo por parte dos estudantes que apresentam deficiências e/ou necessidades educacionais especiais advindas de outras condições de desenvolvimento pessoal. Este acesso ao currículo se dá por meio de adequações nos elementos pedagógicos, a saber:

- (a) adequação nos materiais didático-pedagógicos;
- (b) adequação nos mobiliários e equipamentos;
- (c) adequação de objetivos;
- (d) adequação de conteúdos;
- (e) adequação de metodologia;
- (f) adequação na avaliação; e
- (g) adequação da temporalidade das atividades.

A acessibilidade pedagógica e atitudinal tem como fundamento os princípios do “Desenho Universal para Aprendizagem” em seus três aspectos centrais: os meios de representar informações, os meios para expressar o conhecimento e os meios de envolvimento na aprendizagem (ROSE & MEYER, 2002). Os conteúdos fazem parte do conjunto dos elementos curriculares. Considerando a importância dos mesmos para a formação dos estudantes, a acessibilidade deve ser provida por dispositivos/estratégias de acesso, com a inserção de adequações:

- (a) na introdução/apresentação dos conteúdos: utilização de recursos materiais diversificados; utilização de diferentes formas de apresentação do conteúdo (visual, sonora, tátil, gráfica, lúdica, por experimentação, etc.);
- (b) apresentação dos conteúdos por meio de recursos de tecnologia assistiva (TA);
- (c) complementação de estudos com base em monitoria e/ou trabalho colaborativo em sala de aula (mediação do conhecimento por pares). Desse

modo, o entendimento é o de que um currículo flexível não elimina ou empobrece a oferta de seus conteúdos, mas os torna acessíveis aos estudantes, de acordo com suas características de desenvolvimento pessoal e acadêmico. Do mesmo modo, evita-se a introdução de conteúdos meramente individualizados, tendo como referência uma simples diferenciação curricular. Para efetivar o acesso aos conteúdos, deve existir coerência entre a metodologia, o uso de tecnologias da informação e comunicação e das tecnologias assistivas, elementos essenciais para a acessibilidade ao currículo que, por sua vez, extrapola a noção de um simples rol de conteúdos.

De acordo com os pressupostos do PDI 2014-2018, a UNIPAMPA reafirma o compromisso com a inclusão social e com o reconhecimento da diversidade como direito e como fonte de enriquecimento das experiências a serem vivenciadas através do currículo. As metodologias ativas de construção do conhecimento possibilitam essa construção e têm como base as premissas fundamentais da acessibilidade pedagógica e atitudinal, que pressupõe as diferentes formas de acessar, construir, vivenciar e expressar o conhecimento. Além das pessoas que não enxergam, não ouvem ou que possuem uma deficiência física ou intelectual, para as quais o acesso aos espaços físicos e à informação se dá de diferentes formas, também há pessoas que, aparentemente, não possuem nenhuma deficiência, mas que se beneficiam de formas alternativas de abordagem do conhecimento acadêmico.

Portanto, busca-se configurar uma metodologia que seja suficientemente flexível para atingir a todos. Assim, a metodologia propicia a construção do conhecimento e deve levar em conta as diferentes origens e vivências dos sujeitos da aprendizagem e as formas diferenciadas de como esses sujeitos dão significado às informações acadêmicas. Por isso, é importante planejar todas as situações de ensino aprendizagem a partir de estratégias metodológicas que propiciem aos acadêmicos vivenciarem o currículo de diferentes formas e o mais próximo possível dos conhecimentos que constituem a sua “bagagem” cultural. Do ponto de vista da inclusão, a

acessibilidade metodológica facilita o acesso ao conteúdo programático e ao conhecimento de maneira geral.

A UNIPAMPA tem como compromisso a inclusão educacional de seus estudantes materializada pelo trabalho do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA). Esse trabalho é realizado de modo transversal, intersetorial e multidisciplinar na Universidade, alcançando de modo ramificado todas as unidades acadêmicas, setores da Reitoria e Pró-Reitorias. Para tanto, além do grupo de servidores próprio do NInA/Reitoria, o Núcleo conta com uma rede de servidores (Interfaces NInA) para área da inclusão e acessibilidade nos dez *campi*, os quais atuam como facilitadores/mediadores no processo de articulação entre as demandas existentes no campus e o NInA.

O NInA é o setor responsável pela articulação de ações visando ao desenvolvimento e execução das políticas de inclusão e acessibilidade na UNIPAMPA. São ações variadas, conforme as áreas da acessibilidade e políticas internas, a saber:

- (a) formação continuada de docentes e técnico-administrativos em educação;
- (b) orientação, cooperação e planejamento junto aos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE) em cada campus;
- (c) aquisição de recursos de acessibilidade;
- (d) realização de levantamentos de dados e acompanhamento pedagógico dos alunos com deficiência na instituição (AEE – atendimento educacional especializado);
- (e) fomento e planejamento da acessibilidade arquitetônica e da infraestrutura, na comunicação e informação, nos projetos pedagógicos dos cursos, em materiais pedagógicos e recursos de apoio à aprendizagem, entre outras ações.

A política de apoio ao estudante é efetivada por meio dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE); tal setor é constituído por técnico

administrativos de apoio pedagógico e da assistência estudantil, que efetivam a operacionalização das ações de atendimento educacional especializado e acompanhamento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Dentre as ações de apoio realizadas aos estudantes, destacam-se:

- (a) programa de monitores/tutores NInA-NuDE, de periodicidade anual;
- (b) ações de atendimento educacional especializado: conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas: I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Assim, o apoio ao discente tem como meta eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência. A abrangência do conceito garante que não se restringe somente a recursos em sala de aula, mas estende-se a todos os ambientes de aprendizagem, propiciando o acesso e a participação efetiva de todos os estudantes e durante todo o tempo. Assim, as tecnologias da informação e comunicação (TIC) aumentam, melhoram ou mantêm capacidades funcionais dos alunos com deficiência. Geralmente são projetadas especificamente para ajudar as pessoas com deficiência em superar barreiras no seu meio e no aumento das suas oportunidades para a independência. Os usuários a que se destinam as TIC são geralmente as pessoas com deficiência, não sendo, porém, exclusividade deste público-alvo, pois beneficiam a todos os estudantes. As TIC são projetadas, equipadas e adaptadas de acordo com as características dos estudantes, considerando suas dificuldades/limitações para acesso ou construção do conhecimento, assim como suas habilidades reais ou potenciais. Exemplos de tecnologias da informação e comunicação acessíveis são:

materiais didáticos e pedagógicos acessíveis (livros, desenhos, mapas, gráficos e jogos táteis, em LIBRAS, em Braille, em caracteres ampliados, com contraste visual, imagéticos, digitais, entre outros); mouses e acionadores, teclados com colmeias, sintetizadores de voz, linha Braille, entre outros; recursos ópticos; pranchas de comunicação alternativa e aumentativa (CAA), engrossadores de lápis, ponteira de cabeça, plano inclinado, tesouras acessíveis, quadro magnético com letras imantadas, etc.

As TICs constituem-se, portanto, importantes ferramentas para os ambientes de aprendizagem no que diz respeito às dificuldades de muitas pessoas com necessidades educacionais especiais no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Trata-se de uma ajuda eficaz no processo de construção dos conhecimentos. De acordo com o site do NInA, A UNIPAMPA, Campus São Borja, conta com os seguintes recursos de tecnologias da informação e comunicação:

- 1 Impressora *braile Juliet Pro*;
- 1 Impressora *laser HP M1120 MFP*;
- 2 *Netbooks*;
- 8 Mesas acessíveis para cadeiras de rodas;
- 1 Teclado numérico;
- 2 Gravadores digitais;
- 1 Lupa eletrônica ALLADIN;
- 6 Cadeiras para obesos;
- 2 Licenças do software leitor de telas *Jaws*;
- 1 Scanner “leitor”;
- Software *boardmaker*.

A avaliação é a fase do processo de ensino-aprendizagem na qual se observa a expressão do conhecimento construído pelo estudante. Se os sujeitos acessam, constroem e vivenciam o conhecimento de diferentes formas, sua aprendizagem é potencializada quando mais de uma estratégia de

expressão é proporcionada de forma associada. Esse pressuposto deve nortear o processo de avaliação.

Por exemplo, se em uma turma nem todos os alunos podem se expressar através da fala, o seminário oral não poderia ser a única forma de expressão dos conhecimentos/avaliação nessa turma; da mesma forma, nem todos os alunos escrevem com a mesma destreza ou com os mesmos instrumentos.

Portanto, o processo de avaliação prescinde de diferentes formas de expressão: pode-se propor que cada grupo ou cada aluno escolha a forma que melhor domina ou propor variados instrumentos avaliando a todos, atribuindo nota ou conceito de acordo com a potencialidade de cada um, visando uma avaliação formativa.

Ao propor uma variedade de instrumentos/formas de expressão que contemplem as diferenças dos alunos de uma turma é possível garantir a equidade do processo, mesmo quando se utiliza a média aritmética das notas para avaliação do desempenho. É preciso considerar que a atividade avaliativa é também uma atividade de aprendizagem, portanto, as diferentes formas de verificação de um dado conhecimento (conteúdo) se constituem como novas oportunidades de aprendizagem para todos. Além disso, processos de verificação do conhecimento colaboram com a avaliação mais ampla do estudante, proporcionando o desenvolvimento do autor regulação e da metacognição por meio da autoavaliação.

São exemplos de ações/formas de apoio a serem previstas:

a) adaptações em provas e testes:

- oferta de provas em versão braille;
- auxílio de tecnologia assistiva/equipamento adaptativo;
- orientação por meio de sinalização;
- leitura oral dos testes para os alunos;

- tempo extra para realização dos testes;
- intervalos nas sessões dos testes;
- possibilidade de respostas ditadas para um tutor/assistente;
- realização do teste em outro local fora da sala de aula;
- realização do teste ou prova em mais de um dia ou ocasião;
- aplicação de testes orais e/ou escritos manualmente ou com suporte de alguma tecnologia;
 - demonstração prática;
 - uso de testes gravados;
 - uso de imagens;
 - aplicações no ambiente real;

b) realização de instruções em passos/etapas (escritas/sinalizadas/verbais);

- c) utilização de apoio escrito para as instruções orais;
- d) utilização de instruções por sinais;
- e) provimento de sugestões extras;
- f) permissão para gravação ou digitação das instruções;
- g) utilização de prova transcrita para o braille;
- h) leitura de prova pelo professor (função de leitor);
- i) registro de respostas por meio de reglete/punção ou máquina de escrever Braille;
- j) utilização de arquivos digitalizados dos instrumentos avaliativos (provas, trabalhos, etc.) em notebook ou computador, dentre outros.

De acordo com o Decreto N° 7.611/2011, as condições de acessibilidade da UNIPAMPA estão sob a responsabilidade do Núcleo de Inclusão e

Acessibilidade (NInA), segue a descrição breve de ações já desenvolvidas visando o cumprimento da Legislação:

Para atender aos requisitos previstos nos artigos 205 e 206, inciso I da Constituição Federal de 1988, a Universidade adotou, como política de acesso, a cota de 3% para estudantes com deficiência, incentivando o ingresso deste público alvo ao ensino superior. Para garantir a acessibilidade de alunos e servidores surdos, a UNIPAMPA realizou 2 (dois) concursos públicos de seleção de Intérpretes de LIBRAS (Editais nº 39/2013 e nº 237/2013). Ainda nesta área, com a finalidade de garantir o ensino e fomento de LIBRAS pela instituição, foram realizados 2 (dois) concursos públicos para docentes, sendo ofertadas 9 vagas totais, conforme Editais nº. 107/2013 e 51/2014.

Decreto nº 5.296/2004: quanto ao atendimento prioritário e imediato, o NInA realizou um encontro de formação no mês de março de 2015, junto com a PROGRAD, esclarecendo e pontuando os aspectos deste Decreto, implementando uma ação conjunta para os fluxos deste atendimento na Universidade (secretarias acadêmicas, Núcleos de Desenvolvimento Educacional e coordenações de cursos).

A NBR 9050/2004, da ABNT e Lei Nº 10.098/2000: quanto à parte física e estrutural da UNIPAMPA, identificaram-se os pontos que necessitavam de uma intervenção arquitetônica emergencial. Nesse sentido, foram realizadas adaptações físicas para o recebimento de elevadores, plataformas elevatórias e adequações de banheiros e rampas. Em 2014, foram adquiridos bebedouros de água de pressão PNE para todas as unidades acadêmicas e administrativas, cadeiras para obesos, mesas adaptadas para cadeirantes, modelo estudante e modelo de refeitório, para estarem disponíveis nos Restaurantes Universitários (compras realizadas com o recurso do Programa Incluir). Os espaços externos foram projetados pela equipe da Coordenadoria de Obras, prevendo construção de calçadas para circulação de pedestres, rebaixamento de calçadas com rampa, instalação de piso tátil direcional e de alerta e sinalização de estacionamento para cadeirantes. Essas obras foram

Reconhecimento dos Cursos de Graduação: orientações gerais 87 projetadas nos planos de urbanização dos *campi*. Pretende-se uniformizar as condições nas unidades acadêmicas, por meio de obras executadas ou licitadas.

A Lei nº 10.098/2000, art. 17 a art. 19: O novo site da UNIPAMPA, implantado em janeiro de 2015, respeita o conjunto de recomendações proposto pelo Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), contendo mecanismos que permitem utilização de leitores de tela, teclas de atalho, alto contraste, possibilitando que pessoas com dificuldades motoras, deficiências visuais e auditivas possam utilizar o site com maior comodidade. Os sites com layout antigo, ainda não estão adequados a estes modelos, serão progressivamente atualizados para atender essas recomendações. A ACS (Assessoria de Comunicação Social), por sua vez, realiza as seguintes medidas em relação à acessibilidade:

- lançamento do novo portal: fotografias postadas em notícias têm texto em comunicação alternativa, com descrição de imagem, de modo a permitir acesso para pessoas com deficiência visual;
- criação de manual de atendimento para o setor de Jornalismo, com orientação quanto ao atendimento acessível e produção de notícias acessíveis;
- produção de vídeo institucional (vídeo “Fronteiras Invisíveis”), com janela de tradução em Libras; a partir deste, há planejamento para novos vídeos institucionais com essa funcionalidade;
- publicação de notícias no site (Campus São Borja, em caráter experimental), com notícias traduzidas em LIBRAS, sob supervisão de docente surdo.

O decreto n. 7611/2011, embora previsto na legislação, ainda não está discriminado em diretrizes educacionais nacionais. A UNIPAMPA vem implementando, em caráter experimental, o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência realizado por meio dos NuDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional), nos *campi*. Tal atendimento tem sido estruturado de duas formas pontuais:

(a) com organização e oferta no âmbito das unidades acadêmicas: por meio da atuação de pedagogos, assistentes sociais e programa de monitoria/tutoria [discente];

(b) com participação do NInA em estudos de casos de alunos com deficiência [flexibilizações curriculares], por demanda das unidades acadêmicas.

Em 2014, foram realizados atendimentos específicos aos casos de: 03 alunos com deficiência visual/cegueira nos *campi*

Bagé e campus Itaqui; e aluna com deficiência intelectual no campus Uruguaiana. Ainda quanto ao AEE, o NInA lançou os editais nº 69/2014 e nº 38/2015, com o objetivo de selecionar monitores para auxiliarem os NuDE. Para demonstrar esforço coletivo ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, a UNIPAMPA promove ações de formação continuada (em serviço) para os servidores técnico-administrativos e docentes. No ano de 2014, promoveu os seguintes cursos:

- Acessibilidade física, para servidores e monitores das dez unidades acadêmicas e servidores da Proplan – setor de Obras;
- Cursos de LIBRAS para servidores em cinco unidades acadêmicas;
- Curso de Inclusão e Acessibilidade, para servidores interface NInA-
NuDE e monitores das dez unidades acadêmicas;
- Curso sobre Tecnologia Assistiva e educação inclusiva, para servidores e monitores das dez unidades acadêmicas;
- Oficina de Deficiência Visual/Cegueira para os *campi* Bagé e Itaqui, nos temas linguagem Braille, apresentação de materiais pedagógicos e mobilidade. Para 2015 estão previstas as seguintes formações: Curso de Desenho Universal; Cursos de LIBRAS; Produção e Adaptação de Materiais para o Braille; Iniciação ao Braille; Acessibilidade na Web; e dois cursos de Inclusão e Acessibilidade - modalidade EAD.

Assim fica evidente que a UNIPAMPA de forma geral vem fortalecendo possibilidades de atendimento aos discentes que tem necessidades educacionais especiais.

2.4.3 Matriz Curricular

Sobre a operacionalização na nova Matriz Curricular, faz-se necessário, apresentar duas ressalvas: 1) sugere-se que os discentes que já ingressaram no curso até 2016/1 mantenham-se na matriz vigente. Desta forma, a nova matriz curricular será obrigatória para os ingressantes em 2017/1. No entanto, caso algum discente queira fazer a migração, deverá estar ciente do acréscimo de carga horária, bem como da possibilidade de aumento do tempo de integralização do curso; 2) toda a carga horária cursada que não tiver Componente Curricular Obrigatório equivalente será aproveitado como CCCG através dos Componentes ofertados pelo curso ou em ACGs – modalidade ensino. Poderá ser aproveitado em CCCG a totalidade da carga horária indicada pelo curso para esta modalidade, ou seja, 180 horas.

Cabe ressaltar, que a Matriz Curricular vigente será extinta em três anos, encerrando sua oferta ao final de 2019/2. Se tiver acadêmicos que não conseguiram integralizar a carga horária até este prazo terão que migrar para a nova matriz curricular.

A complementação de carga horária prática para os componentes curriculares teórico-práticos dar-se-á dentro do próprio componente, que poderá prever a participação dos alunos em projetos de extensão, desde que esta atividade esteja prevista no plano de ensino do componente e seja acompanhada e avaliada pelo professor responsável pelo componente curricular.

Considerando a necessidade de flexibilização, que atende aos anseios do aluno e concomitantemente o responsabiliza pela sua formação profissional,

o curso possibilita de que esse aluno defina parte de sua formação profissional de acordo com seus interesses e habilidades através das atividades previstas nos Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs) e nas Atividades Complementares de Graduação (ACGs). Além disso, o curso assegura o mínimo de 10% de sua carga horária em programas e projetos de extensão, os quais poderão estar vinculados aos componentes curriculares, incluindo-se nesse percentual as Atividades Complementares de Graduação (ACG) na modalidade “extensão”, em consonância com a estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação, aprovado em 25 de junho de 2014.

Na realização da formação acadêmica, o curso deve orientar-se pelo princípio da indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, criando uma nova relação teoria/prática e universidade/sociedade.

Quadro 06: Componentes curriculares e Pré-requisitos

Códigos dos Componentes Curriculares	Componentes Curriculares	Semestre	*CH (T – P)	Pré-Requisitos
SB0427	Introdução ao Serviço Social	1º	60	
SB0428	Trabalho e Questão Social	1º	60	
SB0429	Fundamentos da Psicologia	1º	60	
SB0430	Leitura e Produção Textual	1º	60	
SB0431	Sociologia	1º	60	
SB0432	Identidades Culturais	1º	60	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE			360	
SB0433	Economia Política	2º	60	
SB0434	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	2º	60	
SB0435	Fundamentos Ontológicos do Ser Social	2º	60	
SB0436	Proteção Social	2º	60	
SB0437	Direito e Legislação Social	2º	60	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE			300	

SB0438	Formação da Sociedade Brasileira e Questão Social	3º	60	
SB0439	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	3º	60	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I;
SB0440	Ética Profissional e Serviço Social	3º	60	
SB0441	Teoria Política, Estado Moderno e Sociedade Civil	3º	60	
SB0442	Direitos Humanos e Instrumentos de Proteção	3º	60	Direito e Legislação Social
SB0443	Introdução ao Método na Teoria Social	3º	60	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE			360	
SB0444	Transformações Societárias e Processos de Trabalho	4º	60	Trabalho e Questão Social;
SB0445	Pesquisa em Serviço Social I	4º	60	
SB0446	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	4º	60	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II;
SB0447	Política Social	4º	60	Proteção Social
SB0448	Oficinas de Processos Interventivos em Serviço Social	4º	60 (30T+30P)	
SB0449	Sociologia Brasileira	4º	60	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE			360	
SB0450	Instrumentalidade em Serviço Social	5º	60	Fundamentos Ontológicos do Ser Social
SB0451	Acumulação capitalista e Desigualdades Sociais	5º	60	Transformações Societárias e processos de Trabalho
SB0452	Pesquisa em Serviço Social II	5º	60 (45T+15P)	Pesquisa em Serviço Social I
SB0453	Saúde Coletiva e Saúde Mental	5º	60	
SB0454	Seguridade Social I – Assistência Social	5º	60	Política Social
SB0455	Introdução ao Estágio em Serviço Social	5º	90 (45T+45P)	Introdução ao Serviço Social;

				Fundamentos Ontológicos do Ser Social; Trabalho e Questão Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Ética Profissional e Serviço Social, Proteção Social; Transformações Societárias e Processos de Trabalho
CARGA HORÁRIA DO SEMESTRE			390	
SB0456	Estado, Classes e Movimentos Sociais	6º	60	
SB0457	Gestão e Serviço Social I	6º	60	
SB0458	Estágio em Serviço Social I	6º	285 (255P+30T)	Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Ontológicos do Ser Social; Trabalho e Questão Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Ética Profissional e Serviço Social, Proteção Social; Política Social; Transformações Societárias e Processos de Trabalho; Instrumentalidade em Serviço Social; Introdução ao Estágio em Serviço Social.
SB0459	Oficinas de Processos Interventivos e Trabalho Multiprofissional	6º	60 (30T+30P)	
SB0460	Seguridade Social II –	6º	60	

CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE	Saúde			
			525	
SB0461	Estágio em Serviço Social II	7º	285 (255P+30T)	Estágio em Serviço Social I, Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Ontológicos do Ser Social; Trabalho e Questão Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Ética Profissional e Serviço Social, Proteção Social; Política Social; Transformações Societárias e Processos de Trabalho; Instrumentalidade em Serviço Social; Introdução ao Estágio em Serviço Social.
SB0462	Seguridade Social III – Previdência Social	7º	60	
SB0463	Trabalho de Conclusão de Curso I	7º	60	Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Ontológicos do Ser Social; Trabalho e Questão Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Ética Profissional e Serviço Social; Política Social; Transformações Societárias e Processos de Trabalho;

				Introdução ao Estágio em Serviço Social; Proteção Social; Pesquisa em Serviço Social I e II; Estágio em Serviço Social I;
SB0464	Gestão e Serviço Social II	7º	60	Gestão e Serviço Social I
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE			465	
SB0465	Trabalho de Conclusão de Curso II	8º	60	TCC I
	CCCG - a ser definida no semestre de oferta	8º	60	
	CCCG - a ser definida no semestre de oferta	8º	60	
	CCCG - a ser definida no semestre de oferta	8º	60	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE			240	

* CH = Carga Horária; T = Teórica; P = Prática;

2.4.4 Ementário

2.4.4.1 Ementário dos Componentes Curriculares Obrigatórios

1º SEMESTRE

Identificação do Componente Curricular	
Introdução ao Serviço Social	Carga horária: 60 horas
Ementa	
A formação profissional em Serviço Social. O Serviço Social como profissão. O assistente social na divisão sócio técnica do trabalho. A legislação profissional e os fundamentos éticos da profissão. As condições sócio históricas do processo de profissionalização do	

Serviço Social no Brasil. O Serviço Social e sua participação no processo de produção e reprodução das relações sociais. Os espaços sócio ocupacionais do Assistente Social. O Serviço Social na atualidade. Os órgãos de representação da categoria profissional (CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO);

Objetivos

Geral: Possibilitar aos acadêmicos uma compreensão inicial sobre o processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil, bem como de sua participação no processo de produção e reprodução das relações sociais, considerando os diferentes espaços sócio ocupacionais do Assistente Social.

Específicos:

- Contextualizar como vem se constituindo o processo formativo dos assistentes sociais brasileiros nos últimos anos (ensino presencial, EAD, público, privado);
- Evidenciar como se configura o ensino universitário e, especificamente, o curso de graduação em Serviço Social;
- Problematizar o Serviço Social inserido na divisão social e técnica do trabalho, como uma profissão regulamentada e partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais;
- Analisar o processo sócio histórico de profissionalização do Serviço Social e suas (re) configurações;
- Identificar os espaços sócio ocupacionais do Assistente Social;
- Problematizar as características do Serviço Social na atualidade.
- Apresentar os órgãos de representação da categoria profissional e a legislação profissional

Referências Bibliográficas Básicas

ESTEVÃO, Ana Maria R. **O que é Serviço Social.** 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Primeiros passos, 111).

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11 ed. SP: Cortez, 1996.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 9^aed. São Paulo: Cortez, 2005.

Referências Bibliográficas Complementares

BULLA, Leonia Capaverde. **Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro**. In: Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, dez. 2003.

GENTILLI, Raquel. **Representações e práticas**; identidade e processo de trabalho no Serviço Social. SP: Veras, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. S. Paulo, Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na cena contemporânea**. IN: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M.V. **Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social**. IN: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PEREIRA, Larissa Dahmer; FERREIRA, Andreza Telles dos Santos; SOUZA, Andréa Cristina Viana de. **Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EAD e presenciais**. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 181-202, jan./jun. 2014.

YAZBEK, M.C. **O significado sócio-histórico da profissão**. IN: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Identificação do Componente Curricular

Trabalho e Questão Social

Carga horária: 60h

Ementa

O trabalho como elemento fundante do ser social, os processos de alienação do trabalho, a gênese da relação da produção material com a práxis política, a produção capitalista e a questão social como resultante da contradição entre capital e trabalho. As teses contemporâneas sobre o fim da centralidade do trabalho e sobre a nova questão social

Objetivos

Geral:

Oportunizar aos estudantes o entendimento do trabalho como categoria fundante do ser social, e da relação do modo de produção capitalista com a questão social.

Específicos:

Compreender o trabalho a partir de sua dimensão contraditória;

Identificar os processos de alienação do trabalho;

Compreender a gênese da relação entre a produção material e a práxis política os processos de alienação;

Identificar a mediação do modo de produção capitalista com a Questão Social;

Apreender criticamente as teses contemporâneas em torno do fim da centralidade do trabalho e da nova questão social

Referências Bibliográficas Básicas

PONTES, R. N. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Públicas**. Módulo 04: Brasília: CEAD, 1999, p. 36-50.

TONET, I; LESSA, S. **Introdução a teoria marxiana**. São Paulo, Expressão Popular 2010.

TEMPORALIS, n. 3, ano II, jan./jun. Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

Referências Bibliográficas Complementares

LEFEBVRE. H. **Lógica Formal e Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KOSIK. K. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, J. **Particularidades da Questão Social no Capitalismo Brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social da Faculdade Federal do Rio de Janeiro.

COUTINHO. C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, 1997.

Identificação do Componente

Fundamentos da Psicologia	Carga Horária: 60h
Ementa	
Psicologia, ciência e senso comum; a dimensão subjetiva do sujeito a partir da desnaturalização da dicotomia indivíduo x sociedade; fundamentos das principais teorias psicológicas; a psicologia social e comunitária; concepções de normalidade psíquica através da avaliação crítica dos conceitos de saúde e doença; o aparelho psíquico.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral: Apresentar aspectos da psicologia científica a partir de suas principais teorias.</p> <p>Objetivos específicos: Apresentar a psicologia a partir dos princípios da ciência; Sensibilizar para a compreensão das dicotomias próprias do pensamento positivista; Desenvolver a compreensão das diferentes formas de entendimento do ser humano através das distintas correntes teóricas; Apresentar criticamente as concepções de normalidade psíquica a partir da compreensão do que se configura como saúde/doença; Conhecer o funcionamento do aparelho psíquico.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
BOCK, Ana. Mercês Bahia et al. Psicologias: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia. 13 ed. São Paulo: Saraiva. 1999.	
DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2008.	
VASCONCELOS, Eduardo. Abordagens Psicosociais. Vol. I – História, teoria e trabalho no campo. 2 ^a ed. São Paulo: HUCITEC, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	

HERRMANN, Fábio, **O que é psicanálise?** 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **Psicologia: Uma nova introdução.** São Paulo: EDUC. 1999.

FOUCAULT, Michel. **Problematização de Sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise.** Rio de Janeiro: Forense, 2010.

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na civilização.** Em, *Sigmund Freud - Obras Completas.* (Tradução de Paulo César de Souza) (Vol. 18, pp. 13 – 122). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obra original publicada em 1930).

SILVA, Rosane Neves da. **A invenção da psicologia social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Identificação do Componente Curricular

Leitura e produção textual	Carga horária:60 horas
----------------------------	------------------------

Ementa

O processo de comunicação científica, texto, contexto e situação; Normas acadêmicas de produção textual, citações, referências, estrutura, formatação; planejar e redigir trabalhos científicos, estilo, linguagem; A prática de construção de Artigos, resenhas, resumos, fichamentos; Organização da vida de estudo na universidade, aproveitamento das aulas; Leitura proveitosa, análise do texto, fases, objetivo e procedimento, partes da análise de textos; Técnicas de estudos, seminário; análise de documentários, filmes vídeos didáticos.

Objetivos

Geral:

Apreender o processo de comunicação científica, texto, contexto e situação, em consonância com as normas acadêmicas de produção textual, citações, referências, estrutura, formatação; planejar e redigir trabalhos científicos, estilo, linguagem; A prática de construção de Artigos, resenhas, resumos, fichamentos; Organização da vida de estudo na universidade, aproveitamento das aulas; Leitura proveitosa, análise do texto, fases, objetivo e procedimento, partes da análise de textos; Técnicas de estudos, seminário; análise de documentários, filmes vídeos didáticos.

Específicos:

- Compreender os processos de comunicação científica, texto, contexto e situação; Normas acadêmicas de produção textual, citações, referências, estrutura, formatação;
- Desenvolver práticas de planejamento e redação dos trabalhos científicos, considerando

estilo e linguagem;

- Apreender as práticas de construção de Artigos, resenhas, resumos, fichamentos;
- Ajudar os acadêmicos na organização da vida de estudo na universidade, aproveitamento das aulas; Leitura proveitosa, análise do texto, fases, objetivo e procedimento, partes da análise de textos;
- Estudar técnicas de estudos, seminário; análise de documentários, filmes vídeos didáticos.

Referências Bibliográficas Básicas

ANDRADE, Maria M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação.** 3 ed. São Paulo. Atlas. 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 4 ed. São Paulo Atlas. 2001.

MACHADO, Anna Rachel. **Resumo.** (leitura e produção de textos acadêmicos) São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 11^a ed. 5^a reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

REY, Luiz. **Planejar e Redigir Trabalhos científicos.** 2 ed. 4 reimpressão. São Paulo:Editora EDGARD BLÜCHER LTDA, 2003.

Referências Bibliográficas Complementares

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica.** Revista Serviço Social e Sociedade. № 50-80. São Paulo: Cortez, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo. Atlas. 1999.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa científica em ciências sociais.** P. 22-33. - 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social métodos e técnicas.** 3 ed. São Paulo. Atlas, 1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 21^a ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.V.

Identificação do Componente Curricular

Sociologia	Carga horária: 60 horas
------------	-------------------------

Ementa

Configuração da sociologia enquanto ciência. Seus precursores clássicos, junto com seu

itinerário conceitual- explicativo: Marx, Comte, Durkheim e Weber. A atualidade ou não destas contribuições para a análise da sociedade contemporânea.

Objetivos

Objetivo Geral: Analisar o contexto histórico e a formação da Sociologia como ciência, possibilitando o olhar sociológico na contemporaneidade.

Objetivos Específicos:

- Discutir o contexto histórico de formação da sociologia, identificando as transformações sociais, econômicas, políticas e intelectuais que tornaram possível o surgimento desta ciência.
- Analisar o papel da sociologia, como forma de consciência nas sociedades modernas, discutindo a importância para a vida do homem em sociedade;
- Identificar e analisar as diferentes perspectivas de construção do objeto de investigação sociológica no pensamento de Durkheim, Weber e Marx, focalizando suas interpretações sobre a formação e desenvolvimento das sociedades modernas.
- Conhecer o itinerário conceitual- explicativo: Marx, Comte, Durkheim e Weber, visando compreender os fenômenos sociais presentes em todas as fases de expansão, do modo de produção capitalista na modernidade tardia, estabelecendo uma conexão com os dilemas contemporâneos.

Referências Bibliográficas Básicas

COMTE, August. **Curso de Filosofia Positiva**; Discurso Preliminar sobre o Conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista. 4 ed. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DURKHEIM, Émile it ali. **Introdução ao Pensamento Sociológico**: Coletânea de textos organizada por Ana Maria de Castro e Edmundo Fernandes Dias. São Paulo: Centauro, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret: 2008.

_____.**Da divisão social do trabalho**. São Paulo. Martins Fontes, 2010

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro,2007.

_____.**Critica do Programa de Gotha**. São Paulo: BoiTempo,2012

_____ **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858:** esboços da crítica da economia política. São Paulo/Rio de Janeiro: BoiTempo/Editora UFRJ, 2011

_____ **Manifesto Comunista.** São Paulo: BoiTempo, 2011

_____ **Manuscritos econômicos –filosóficos.** São Paulo: BoiTempo, 2008

_____ **O 18 de Brumário.** São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____ **O capital:** crítica de economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais.** São Paulo: ática, 2006

_____ **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____ **Ciência e Política:** duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011

_____ **Economia e Sociedade:** fundamentos da Sociologia Compreensiva -vol2. Brasília: UnB, 2009

_____ **Metodologia das ciências sociais-parte 2.** São Paulo: Cortez, 2001.

Referências Bibliográficas Complementares

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas:** Uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 2007.

COLLINS, Randon. **Quatro tradições sociológicas.** Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

COSTA, Cristina. **Sociologia:** introdução à ciência da sociedade. 3º ed. São Paulo: Moderna, 2008.

GIDDENS, Anthony. & TURNER, Jonatham. **Teoria Social Hoje.** São Paulo: UNESP, 1999.

GERTH, Hans H & MILLS, Wright (org.) WEBER. **Ensaios de sociologia.** 5º edição. Rio de Janeiro.

CHALMERS, A.F. **O que é ciência afinal?** São Paulo, Brasiliense, 1993.

COHN, Gabriel. **Sociologia:** Para Ler os Clássicos. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

CUIN, C-H & GRESLE, F. **História da Sociologia.** Lisboa, Dom Quixote, 1995.

DOWBOR, Ladislaw; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo- Edgar A. (org.). **Desafios da Globalização.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DURKHEIM, E. **A Divisão do Trabalho Social.** Lisboa, Presença, 1984.

_____ . **As Regras do Método Sociológico.** São Paulo, Nacional, 1987.

_____ . **A Ciência Social e a Ação.** Lisboa, Bertrand, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada.** São Paulo, Pioneira,

1976.

_____. Florestan. (org.). **K. Marx, F. Engels**: história. S. Paulo, Ática, 1984. para o estudo de formação e desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1980.

FORACCHI, M. & MARTINS, J. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

GALLIANO, A.G. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Harbra, 1986.

GIDDENS, A. **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. Lisboa, Presença, 1994.

GIDDENS, A. & TURNER, J. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. S. Paulo, Loyola, 1996.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Guia Prático da Linguagem Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KALBERG, Stephen. **Max Weber**: uma introdução. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

LALLEMENT, Michel. **História das Ideias Sociológicas**. Das origens a Max Weber. Petrópolis, Vozes, 2003.

LIMA, Ricardo R. A. de & SILVA, Ana Carolina S. R. e. **Introdução à Sociologia de Max Weber**. Curitiba, Ed. Ibpex, 2009.

LÖWY, M. **Ideologia e Ciência Social**. São Paulo, Cortez, 1993.

_____. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo, Busca Vida, 1987.

MACRAE, Donald G. As ideais de Weber. **Coleção Mestres da Modernidade**. São Paulo: Cultrix, 1985.

MARCELLINO, Nelson C. (Org.) **Introdução às ciências sociais**. Campinas, Papirus, 1987.

MARTINS, Carlos B. **O que é Sociologia?** São Paulo, Brasiliense, 2006.

MARQUES, J. Luiz. **O Marxismo**. Passado e presente. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

MARX, K. **O Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro, Cátedra, 1985.

_____. **O Capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Hucitec, 1984.

SANTOS, B.V. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SIMMEL, Georg. **Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais**. Nº 34. São Paulo, Ática, 1983.

_____. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

WEBER, M. **Sociologia: Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo, Ática, 1982.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo, Pioneira, 1987.

_____. **Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília, Ed.UnB, 1991.

_____. **História Geral da Economia**. São Paulo, Centauro, 2006.

Velho, O.G., Palmeira, M., Bertelli, A. R. (orgs.). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

Identificação do Componente Curricular

Identidades Culturais

Carga horária: 60 horas

Ementa
Elementos epistemológicos da antropologia social e/ou cultural, de maneira introdutória, quanto ao conceito e objeto de estudo. De modo a construir uma reflexão sobre o imaginário, as representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais, com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais. A cultura e o Serviço Social.
Objetivos
<p>Objetivo geral:</p> <p>Oferecer um quadro analítico das identidades culturais expressas na realidade brasileira e nas particularidades regionais e, das condicionantes que põem ao exercício profissional do Assistente Social.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Relacionar Identidade e expressões culturais regionais e expressões multiculturais.</p> <p>Analizar questões étnico-raciais, família, gênero e violência na cultura brasileira.</p> <p>Refletir sobre a relação da Cultura com o serviço social.</p>
Referências Bibliográficas Básicas
<p>BHABHA, Home. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.</p> <p>CARDOSO, R de Oliveira. Identidade, etnia e estrutura social. S. Paulo, Pioneira, 1976.</p> <p>COSTA, A. e BRUSCHINI, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992.</p> <p>DA MATTA, Roberto. "Digressão: a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira", in DA MATTA, R. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Petrópolis, Vozes, 1981.</p> <p>FRY, Peter. Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.</p> <p>HALL, Stuart. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A, 1997.</p>
Referências Bibliográficas Complementares

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. CASTRO, Celso (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: Temas e Situações**. 4.ed. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

CANCLINI, Nelson Garcia. **Culturas Híbridas**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 2004.

DAMATTA, Roberto. **O que é o Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

_____. Relativizando: **Uma introdução à antropologia social**. São Paulo: Rocco Ed. 2005.

FONSECA, Cláudia (Org.). **Antropologia, diversidade e direitos humanos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem - filosofia da cultura**. São Paulo: Contexto, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura -um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Fronteiras Cruzadas**: etnicidade, gênero e redes sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

VIANNA, Hermano. (org.). **Galeras cariocas**. Territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

2º SEMESTRE

Identificação do Componente Curricular	
Economia Política	Carga horária: 60 horas
Ementa	
As bases históricas da passagem do feudalismo ao capitalismo e a necessidade/possibilidade de surgimento da Economia Política. O sistema capitalista segundo as análises liberal, marxista, keynesiana e neoliberal. As categorias fundamentais da produção capitalista, segundo a crítica marxiana. A lei geral da acumulação capitalista.	

Características e tendências do capitalismo contemporâneo.

Objetivos

Objetivo geral:

Oferecer uma análise teórica da dinâmica do modo de produção capitalista, direcionada à compreensão das problemáticas que circunscrevem o campo de intervenção do Serviço Social.

Objetivos específicos

Possibilitar uma introdução ao debate de questões centrais na Economia Política de forma articulada com outros conteúdos trabalhados na formação profissional.

Adensar a reflexão sobre a composição orgânica do capital e suas implicações nos desdobramentos da acumulação capitalista.

As transformações contemporâneas no padrão de acumulação e suas implicações nos mecanismos de regulação social.

Referências Bibliográficas Básicas

CARCANHOLO, Reinaldo **A. Capital**: essência e aparência. São Paulo, SP : Expressão Popular, 2011. 2 v.

MARX, Karl, **O capital**: critica de economia política. Livro 1 , v. 1. 29. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira , 2011.

MARX, Karl. **Contribuição a critica da economia politica**. 4. ed. São Paulo, SP: WM Martins Fontes, 2011. 405p.

MANDEL, Ernesto; SALAMA, Pierre; VALIER, Jaques. **Introdução à teoria econômica marxista**. Editora Sundermann, São Paulo, 2006.

MESZAROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo, SP: Boitempo, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: Uma introdução Crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

Referências Bibliográficas Complementares

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho / Giovanni Alves. 2^a edição. Londrina: Praxis. Bauru: Canal 6, 2007.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor / Peter Stallybrass; tradução de Tomaz Tadeu. - 3. ed. - Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2008.

CARCANHOLO, R. A. **Sobre a ilusória origem da mais-valia**. Crítica Marxista (São Paulo), São Paulo, v. 16, p. 76-95, 2003.

GRESPAN, Jorge. **Marx crítico da teoria clássica do valor.** Critica Marxista (São Paulo), São Paulo, v. 12, p. 59-76, 2001.

GRESPAN, Jorge. **A crise na crítica à economia política.** Critica Marxista (Roma), São Paulo, v. 10, p. 94-110, 2000.

COUTINHO, M. C.. **A Crítica da Economia Política: Teoria e Atualidade.** Critica Marxista (Roma), Campinas, v. 10, p. 122-132, 2000.

Identificação do Componente Curricular

Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	Carga horária: 60 horas
--	-------------------------

Ementa

O que são fundamentos. Bases sócio-políticas dos fundamentos do Serviço Social. A Revolução Industrial. Os fundamentos da gênese do Serviço Social mundial. A mirada científica da profissão nos Estados Unidos e a relação com a filantropia inglesa. A realidade latino-americana nas primeiras décadas do Século XX. Os fundamentos da gênese do Serviço Social latino-americano. A expansão do Serviço Social na América Latina e a influência europeia.

Objetivos

Objetivo geral: Problematizar a centralidade dos fundamentos na formação profissional em Serviço Social, de modo a apreender as bases que a sustentam seu vínculo estrito com a realidade social em âmbito mundial e latino-americano.

Objetivos específicos:

- Conceituar o que são fundamentos do Serviço Social e suas bases sócio-políticas;
- Analisar as mudanças sociais, econômicas, políticas e demográficas instituídas com a Revolução Industrial, de forma a apreender o vínculo que a profissão estabelece com e na realidade social;
- Debater a gênese do Serviço Social em âmbito mundial e latino-americano, no intento de problematizar a necessidade social da profissão e sua relação com as matrizes do conhecimento social.

Referências Bibliográficas Básicas

ARANDA, Miguel Miranda. **De la caridáde a la ciéncia.** Pragmatismo, Interacionismo Simbólico y Trabajo Social. 2^aEd. Zaragoza: Mira Editores, 2009.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina.** 8^aEd. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINELLI, M.L. **Serviço Social: Identidade e alienação.** 16^aEd. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social.** 2^aEd. São Paulo: Cortez, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 2, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política.** Trad. Maria Helena Barreiro Alves. 4^o Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** 2^aEd. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Identificação do Componente Curricular

Fundamentos Ontológicos do Ser Social	Carga horária: 60 horas
---------------------------------------	-------------------------

Ementa

A centralidade ontológica do trabalho. O processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade. O processo de trabalho e processo de valorização. A precariedade como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. As metamorfoses do trabalho e as formas histórico-societais do trabalho. O processo de modernização do capital. As

formas de ser da classe do proletariado e as formas do salariato.

Objetivos

Objetivo Geral:

Oferecer um espaço que privilegie a reflexão sobre centralidade ontológica do trabalho e a compreensão do desenvolvimento do ser social na sociedade capitalista.

Objetivos específicos

Analizar o trabalho enquanto categoria fundante do ser social e a processualidade interna à categoria do trabalho.

Problematizar o processo de trabalho no capitalismo e a sua distinção em relação ao processo de trabalho em outras formas societárias pré-capitalistas.

Analizar as metamorfoses do trabalho, as modernidades do capital e as formas do salariato.

Referências Bibliográficas Básicas

MARX, Karl, **O capital**: crítica de economia política. 29. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011 Livro 1, v. 1.

MARX, Karl, **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008, 175 p.

NETTO, Jose Paulo. **Economia política**: uma introdução crítica /5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009, 258 p.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: Feuerbach: a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista / São Paulo: Martin Claret, 2006, 147 p.

Referências Bibliográficas Complementares

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classes**. Espaço Aberto, Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. **Trabalho, Capitalismo e Formas do Salariato**. O Público e o Privado, v. 3, p. 109-128, 2005.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto; SELEGRIN, Esdras Fred Rodrigues. **A condição de proletariedade**: esboço de uma analítica existencial da classe do proletariado/Londrina,

Mediações, v. 16, n.1, p. 71-90, Jan./Jun. 2011.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

LESSA, Sergio. **A centralidade ontológica do trabalho de Lukacs**. Serviço social & sociedade. vol. 17, n. 52 (dez. 1996), p. 7-23.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukacs** . 3. ed. Ijuí, Unijuí, 2007 231p.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Temas de Ciências Humanas**, tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

SAVIANI, Dermerval. **O choque teórico da Politécnica**. Trab. educ. saúde [online]. vol.1, n.1, 2003, pp. 131-152.

SAVIANI, Dermerval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

Identificação do Componente Curricular

Proteção Social	Carga horária: 60 horas
-----------------	-------------------------

Ementa

Gênese do Sistema de Provisão e Proteção Social/Seguridade Social. Concepção e desenvolvimento das políticas sociais no contexto de formação do Estado capitalista. A constituição da cidadania a partir das relações entre Estado e sociedade civil. Categorias de análise centrais ao debate das políticas sociais e direitos sociais.

Objetivos

Objetivo Geral:

Analizar o desenvolvimento histórico da proteção social capitalista, as concepções e explicações teóricas e ideológicas dessa proteção como direito, no contexto da relação dinâmica e contraditória entre desenvolvimento econômico e mudanças sociais e políticas.

Objetivos específicos

Referenciar historicamente as formas de proteção social pré-capitalistas;

Compreender as medidas de proteção social desenvolvidas no modo de produção capitalista e suas diferentes modalidades de regulação, de dominação e de relações contraditórias entre capital, trabalho, Estado e Sociedade;

Aclarar o significado da proteção social no capitalismo sob diferentes perspectivas teóricas, ideológicas e políticas;

Identificar a acepção do termo proteção social mediante a identificação de seus elementos diferenciais relativos a outros termos correlatos como: segurança social, bem-estar social, estar bem, política social, Estado de Bem-Estar, regimes de bem-estar e regimes de Estado de Bem-Estar;

Evidenciar as determinações econômicas, sociais e políticas, que estão na base das teorias e ideologias e, os tipos diversificados de proteção social nas diferentes fases do capitalismo;

Desenvolver o significado de proteção social que, por ser contraditória e não estar exclusivamente comprometida com as necessidades sociais, deverá ser conquistada por meio de lutas políticas referenciadas na cidadania.

Referências Bibliográficas Básicas

BARBALET, Jack M. **A Cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BEHRING, Elaine Rosseti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 3^a ed. Biblioteca Básica do Serviço Social, v.2, São Paulo: Cortez, 2007.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CASTEL, Robert. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e modernidade**. In Perspectivas. São Paulo, v. 22, p. 41-59, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. SP: Cortez, 1980.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

TELLES, Vera da S. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Referências Bibliográficas Complementares

BEVERIDGE, William. **O Plano Beveridge**: Relatório sobre o Seguro Social e Serviços Afins. Tradução de Almir de Andrade. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.

BOBBIO, Norberto. **Liberdade e Igualdade**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2^a ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

_____. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1995.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COIMBRA, Marcos A. E. L. **Política e Políticas de Bem-Estar**. Recife: UMA MDU, 1978. Revista Serviço Social e Sociedade.n.79-83. SP: Cortez.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Notas sobre Cidadania e Modernidade**. In: Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro: UFRJ, v1, 1997.

_____. **Marxismo e política: a dualidade dos poderes e outros ensaios**. 2^a ed. São Paulo: Cortez Ed. 1996. (Capítulo 1).

DOYAL, Len & GOUGH, Ian. **Teoría de las necesidades humanas**. Barcelona: ICARIA/FUHEM, D.L, 1994.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do WelfareState**. In Revista Lua Nova, n.24. São Paulo: CEDEC, setembro de 1991.

_____. **O futuro do welfarestate na nova ordem mundial**. In: Lua Nova No.35. São Paulo: CEDEC, 1995.

FITUSSI, J & ROSANVALLON, P. **A nova era das desigualdades**. Oeiras: Celta, 1997.

IANNI, Otávio. **Classe e nação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MISHRA, Ramesh. **O Estado providência na sociedade capitalista**. Oeiras: Celta, 1995.

PEREIRA. **Concepção de bem-estar (social) em Marx**. In: PEREIRA-PEREIRA, Potyara A.; PEREIRA, Camila Potyara. **Marxismo e política social**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**: repensando o Estado Previdência. Brasília: Instituto Theotonio Vilela, 1998.

SALAMA, P. & VALIER, J. **Pobrezas e desigualdades no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Boaventura. **Reinventar a democracia**. Lisboa: Gradiva (s.d.).

SANTOS, Wanderley G.. **Cidadania e justiça**. RJ: Campus, 1979.

TONET, Ivo. **Democracia ou Liberdade?** 2ª. Ed. Maceió: EDUFAL, 2004.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Neoliberalismo em debate**. In: TEIXEIRA, J.S. & OLIVEIRA, Manfredo Araújo. (orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1998.

THORP, R. **Progresso, pobreza e exclusão**. Uma história econômica da América Latina no século XX. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1998.

Identificação do Componente Curricular

Direito e Legislação Social	Carga horária: 60 horas
-----------------------------	-------------------------

Ementa

Introdução ao Estudo do Direito. Teoria Geral do Estado. Os Direitos e as Garantias Fundamentais. Introdução ao Direito Civil. O Direito do Trabalho como um Direito Social. A Estabilidade no Emprego e o FGTS. O Direito Previdenciário.

Objetivos

Objetivo Geral: Compreender o significado do Direito e das normas jurídicas que ordenam a vida em sociedade, identificando os direitos e as garantias fundamentais considerando os direitos sociais e a legislação aplicável à atuação do profissional de serviço social.

Objetivos Específicos:

Identificar a concepção de Direito e sua relação com o serviço social, considerando suas fontes e a hierarquia do ordenamento jurídico;

Compreender o conceito de Estado moderno, reconhecendo sua formação histórica, suas relações, elementos constitutivos e as relações possíveis na ordem internacional;

Apreender sobre os direitos e as garantias fundamentais previstos na Constituição federal, identificando os instrumentos jurídicos de proteção;

Reconhecer o conceito jurídico de pessoa e da instituição da família;

Reconhecer o Direito do Trabalho como um direito social identificando os principais conceitos referentes à compreensão da relação trabalhista, considerando a legislação

vigente e os diferentes vínculos empregatícios;

Compreender de forma genérica os direitos da seguridade social nos âmbitos da previdência, da assistência e da saúde.

Referências Bibliográficas Básicas

BRANCATO, Ricardo Teixeira. **Instituições de Direito Público e de Direito Privado**. 14^a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 23^a Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Direito da Seguridade Social**: custeio da seguridade social benefícios, acidente do trabalho, assistência social e saúde. 24^a Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 28^a. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PEREIRA, Leone. **Direito do Trabalho**. 2^a Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Instituições de Direito Público e de Direito Privado**: introdução ao estudo do direito e noções de ética profissional. 24^a. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 3^a Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Brasília DF: Senado Federal, 2013.

_____. **Consolidação das Leis do Trabalho**. [compilação] Armando Casimiro Costa, Irany Ferrari, Melchiades Rodrigues Martins. 37^a Ed. São Paulo: LTr, 2010.

_____. **Decreto nº 7.788**, de 2012 que regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social e dá outras providências.

BUSNELLO, Ronaldo. **Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas**. In: BEDIN, Gilmar Antônio (org.). Reestruturação produtiva, desemprego no Brasil e ética nas relações econômicas. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000.

CANTINI, Adriana Hartemink; MOTTER, Adriana F. Canova Motter; GUINDANI, Evandro R. **Os Conselhos de Direitos e o Controle Social em São Borja (RS)**: Incluindo a compilação da legislação municipal sobre os Conselhos de Direitos. 1^a. Ed. São Borja (RS): Editora Faith, 2015.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2007.

PEREIRA, Leone. **Direito do Trabalho**. 2^a Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

OLIVEIRA, Simone Barros de; CANTINI, Adriana Hartemink, PESSÔA, Elisângela Maia.

(Orgs.) **Direitos Humanos em perspectiva**: análise interdisciplinar. Rio de Janeiro: Lunen Juris, 2014.

3º SEMESTRE

Identificação do Componente Curricular	
Componente Curricular: Formação da Sociedade Brasileira e Questão Social	Carga horária: 60 horas
Ementa	
A herança colonial e a constituição do Estado Nacional: patriarcado, patrimonialismo e as questões étnicas, emergência e crise na República Velha, a instauração e colapso do Estado Novo, o surgimento da questão social, industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos e as particularidades da questão social no Brasil. O nacionalismo, o desenvolvimento, a inserção dependente no sistema capitalista mundial, a modernização conservadora no pós 64 e Transição democrática e neoliberalismo.	
Objetivos	
<p>Geral:</p> <p>Identificar a formação sócio histórica do Brasil desde o descobrimento até os dias atuais e as particularidades da questão social no território nacional</p> <p>Específicos:</p> <p>Compreender a herança colonial e a constituição do Estado Nacional;</p> <p>Entender a emergência e a crise da República Velha, a instauração do Estado Novo e o surgimento da Questão Social no Brasil;</p> <p>Identificar o processo de industrialização, urbanização e o surgimento de novos sujeitos políticos e da contradição capital-trabalho, assim como a inserção dependente no sistema capitalista mundial;</p> <p>Compreender a modernização conservadora no pós 64, a transição democrática, o neoliberalismo e o neo-desenvolvimentismo.</p>	

Referências Bibliográficas Básicas

CARONE, E. **A República Velha**. Instituições e classes sociais (1889-1930). São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, J. M. de. **Os Bestializados**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CHALHOUB, S. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

COSTA, E. V. da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1982.

DE DECCA, M. A. G. **Indústria, trabalho e cotidiano – Brasil**. 1889-1930, 15.ed. São Paulo: Atual, 1999.

FRAGOSO, J. L.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **A política no Império e no início da República Velha**: dos Barões aos Coronéis. In: LINHARES, M.Y. (Org). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

GIULIANI, P. C. **A formação do Estado populista na América Latina**. São Paulo: Ática, 1989.

JR. PRADO. CAIO. A formação econômica do Brasil.....CESAR BUSCAR REFERENCIA

LINHARES, M. Y. (org). **História Geral do Brasil**. 8^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

PESAVENTO, S. J. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

SANTOS, J. **Questão Social: Particularidades no Brasil**. São Paulo. Ed. Cortez, 2008-VER QUAL EDIÇÃO DISPONIVEL NA BILBIOTECA..

Referências Bibliográficas Complementares

MENDONÇA, S. **A consolidação da república oligárquica**. In: LINHARES, M.Y. (Org). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MENDONÇA, S. **Sociedade e política**: construção e crise do Populismo no Brasil. In: LINHARES, M.Y. (Org). **História Geral do Brasil**, 8.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MONTEIRO, H. M. **O aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal**. In: LINHARES, M.Y. (Org). **História Geral do Brasil**. 8^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

CAIO, Prado Junior. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia / São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil Ed. Cortez, Rio de Janeiro, 2011.

Identificação do Componente Curricular	
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	Carga horária: 60 horas
Ementa	
<p>A realidade política, econômica e social do Brasil nos anos 1930. Os fundamentos da gênese do Serviço Social brasileiro. A relação com as experiências Francesa e Belga. A perspectiva norte-americana e o movimento hegemônico norte-americano a partir da II Guerra Mundial. O Movimento de Reconceituação latino-americano. Ditadura Militar, a perspectiva de Modernização Conservadora e o positivismo. Reatualização do Conservadorismo e a fenomenologia.</p>	
Objetivos	
<p>Objetivo geral: Analisar as particularidades da gênese do Serviço Social brasileiro ao Movimento de Reconceituação, no intento de apreender seu movimento sócio histórico, as correspondentes matrizes do conhecimento do social e a interlocução da profissão com a realidade social.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Discutir a institucionalização na Questão Social pelo Estado brasileiro no início do século XX e a gênese do Serviço Social brasileiro; - Problematizar as tendências e influências expressas na origem na profissão e os rebatimentos na intervenção profissional; - Apreender o movimento hegemônico norte-americano exercido em âmbito mundial nos anos 1940 e o modo com que rebatem no Serviço Social brasileiro; - Analisar o movimento de questionamento impresso na profissão na segunda metade do Século XX e o ceifamento expresso pelo cenário político da época. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35^aEd. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 16^a Ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>	

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 6^aEd. São Paulo: Cortez, 2011.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais**: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 4^a Ed. São Paulo: Global, 2008.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo Clássico**: elementos de caracterização crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2007.

Identificação do Componente Curricular

Ética Profissional e Serviço Social.	Carga horária: 60 horas
--------------------------------------	-------------------------

Ementa

Fundamentos éticos - ética e moral, o sujeito ético. Conceitos fundamentais à compreensão de Ética e da vida moral. As diferentes perspectivas da ética e da moral e suas implicações para a ética do Serviço Social. Os códigos de Ética do Serviço Social brasileiro.

Objetivos

Geral:

Aprender os conceitos fundamentais de ética e moral, as diferentes perspectivas da ética e moral, suas implicações para o Serviço Social.

Específicos:

Aprender conceitualmente a ética e a moral;

Conhecer os diferentes códigos de Ética Profissional na história do Serviço Social Brasileiro;

Estudar o significado ético-político proposto pelo código de Ética atual.

Referências Bibliográficas Básicas

ABAS (Associação Brasileira de Assistentes Sociais). **Código de Ética Profissional**. 1948.

BARROCO, M. L. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BONETTI, Dilséa A. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1965, 1975, 1986.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1993.

Dilséa Adeodato e t. all. **Serviço Social e Ética: um convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996.

Referências Bibliográficas Complementares

ARANHA, Maria Lúcia de A; MARTINS, Maria Helena P. **Introdução a filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.

BRASIL, Maria G. M. **Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética: Espaço de Estudo, Pesquisa e Extensão do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ceará**. Disponibilidade em: <<http://www.cfess.org.Br>>. Acesso em 27.05.02.

BRITES, Maria C. **A centralidade da Ética na formação profissional**. Temporais: Brasília. v. 1. n.2, 2000.

CHAUI, Marilene. **Convite a filosofia**. Rio de Janeiro, Ática, 1994 (334-339).

PAIVA, Beatriz & SALES Mione. **A nova Ética Profissional: Práxis e princípios**. In: BONETTI, Dilséa, SILVA, Marlise, SALLES, Mione& GONELLI, Váleria, M. M. (org). **Serviço Social e Ética (Um convite a uma nova práxis)**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 174-208.

RIOS, Terezinha, A. **Indivíduo Ética e Práxis**.n.3. Revista Inscrita. Brasília CEFSS. 1998.

SALES, Mione A. BRITES, Cristina A. **Serviço Social e Projeto Ético-Político no Cenário Atual**. In: CFESS. **Ética e Práxis Profissional**.n.2. Brasília, 2001.

Identificação do Componente Curricular	
Teoria Política, Estado Moderno e Sociedade Civil	Carga horária: 60 horas
Ementa	
As teorias do Estado. O Estado moderno na análise dos clássicos (Hobbes, Locke, Rousseau e Hegel). Estado e sociedade civil na análise liberal e na análise marxista. O debate contemporâneo acerca da democracia, da cidadania e do socialismo. O Estado e a reprodução capitalista.	
Objetivos	
<p>Geral: Propiciar, a partir da leitura dos clássicos da teoria política, um quadro de análise das relações entre Estado e sociedade de modo a adensar a reflexão sobre os papéis atribuídos ao Serviço Social.</p> <p>Específicos: Analizar o Estado moderno e sua relação com a sociedade civil. Problematizar a emancipação política e o surgimento do Estado moderno. Refletir sobre as categorias sujeito de direito e cidadania na sociedade do contrato. Refletir sobre a forma política estatal e reprodução capitalista.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
AZAMBUJA, Darcy, Teoria geral do estado . 4 ed. São Paulo : Globo, 2008. 455 p. BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política . São Paulo : Paz e Terra, 2010. 173 p. CARNOY, Martin, Estado e teoria política . 15. ed. Campinas, SP : Papirus, 2010. 339 p. LOSURDO, Domenico, Hegel, Marx e a tradição liberal : liberdade, igualdade, estado. São Paulo, SP: Ed. Universidade Estadual Paulista - UNESP, c1997. 244 p. MARX, Karl, A questão judaica . 6. ed. São Paulo, SP : Centauro, 2007. 104 p.	
Referências Bibliográficas Complementares	

BOBBIO, Norberto. **Ensaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil.** 2. ed. São Paulo, SP : Paz e Terra, 2002 137 p.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHAUI, Marilena. **Democracia e sociedade autoritária.** Comunicação & Informação. v. 15, n. 2, jul.-dez. 2012.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl, **O socialismo jurídico.** 2^a ed., São Paulo, Ensaio, 1991.

LESSA, Sérgio. **A Emancipação Política e a defesa de direitos.** Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos07_08/emancipacao_dirt_2008.PDF> Acesso em 19 de Marc. de 2015.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. v 1. Livro primeiro. Tomo 1. In: Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O. Rei da Prússia e a Reforma Social".** De um Prussiano. The Marxists Internet Archive, 1844.

MASCARO, Alysson. **Estado e forma política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

SOUZA, Jamerson Murillo. **Anunciação de. Estado e sociedade civil no pensamento de Marx.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2010, n.101, pp. 25-39. ISSN 0101-6628.

TONET, Ivo. **Cidadão ou Homem Livre?** Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/cidadao_ou_homem_livre.pdf> Acesso em 19 de Marc. de 2015.

TONET, Ivo. **Cidadania ou liberdade.** Disponível em:<<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2089/1711>> Acesso em 19 de Marc. de 2015.

Identificação do Componente Curricular

Direitos Humanos e Instrumentos de Proteção	Carga horária: 60 horas
---	-------------------------

Ementa

Os Direitos Humanos e o Serviço Social. Os Instrumentos Internacionais de Proteção Genérica aos Direitos Humanos. Os Instrumentos Internacionais de Proteção Específica dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos Protegidos pela Legislação brasileira: Criança e Adolescente, Idoso, Mulher, Deficientes, Indígenas, Negros. Os Órgãos e a Rede de Proteção.

Objetivos
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Compreender a relação entre os Direitos Humanos e a atuação do assistente social, considerando os direitos sociais e a legislação internacional e nacional aplicável à atuação do profissional, bem como os órgãos de proteção a estes direitos.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <p>Identificar a concepção de Direitos Humanos e sua relação com o serviço social, reconhecendo os documentos internacionais pertinentes, os valores neles expressos e os instrumentos jurídicos de proteção genérica e específica;</p> <p>Compreender a legislação nacional de proteção aos direitos da criança e adolescente, do idoso, da mulher, dos deficientes, dos indígenas e dos negros;</p> <p>Conhecer a organização do Poder Judiciário e identificar os órgãos de proteção social extrajudicial, considerando o acesso aos direitos fundamentais;</p> <p>Reconhecer e identificar a Rede de Proteção aos Direitos Humanos conhecendo os instrumentos básicos para o acesso aos direitos garantidos.</p>
Referências Bibliográficas Básicas
<p>CANTINI, Adriana Hartemink; MOTTER, Adriana F. Canova Motter; GUINDANI, Evandro R. Os Conselhos de Direitos e o Controle Social em São Borja (RS): Incluindo a compilação da legislação municipal sobre os Conselhos de Direitos. 1^a. Ed. São Borja (RS): Editora Faith, 2015.</p> <p>COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmiação Histórica dos Direitos Humanos. 8^a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. 2^a Ed. São Paulo: Moderna, 2008.</p> <p>DIMENSTEIN, Gilberto. O Cidadão de Papel: a infância e a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 21^a. Ed. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 28^a. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>ONU. Organização das Nações Unidas. Direitos Humanos e Serviço Social. Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social. Série Formação Profissional nº 01. ISBN 972-8308-04-03; Depósito Legal 145 880/99. Lisboa: Dezembro 1999.</p>
Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>.

_____. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>.

_____. Ministério da Justiça. Política nacional do idoso. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1998.

_____. **Lei Maria da Penha**. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

_____. Lei 7.853 publicada em 27 de outubro de 1989 que dispõe sobre **o apoio às pessoas portadoras de deficiência**, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência .

_____. Lei 6001 de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o **Estatuto do Índio**.

_____. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o **Estatuto da Igualdade Racial**; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Simone Barros de; CANTINI, Adriana Hartemink, PESSOA, Elisângela Maia. (Orgs.) **Direitos Humanos em perspectiva: análise interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Lunen Juris, 2014.

Identificação do Componente Curricular

Introdução ao Método na Teoria Social	Carga horária:60 horas
---------------------------------------	------------------------

Ementa

Os fundamentos e pressupostos ontológicos da concepção teórico-metodológica de Marx e a crítica à ordem social burguesa. Categorias centrais do método em Marx. Definições fundamentais do método em Marx. A tradição marxista e o método: as contribuições de Georg Lukács, Louis Althusser e Antonio Gramsci. O método em Marx e o desvendamento da realidade na intervenção profissional dos assistentes sociais.

Objetivos
<p>Geral:</p> <p>Realizar a capacitação teórico-metodológica dos alunos para a pesquisa orientada por uma apreensão crítica e histórico-dialética da totalidade social.</p> <p>Específicos:</p> <p>Compreender o processo de formação do pensamento marxiano na contramão das concepções burguesas de sociedade moderna.</p> <p>Debater a problemática do método na tradição marxista.</p> <p>Problematizar a construção da categoria enquanto desfecho da reflexão dialética.</p>
Referências Bibliográficas Básicas
<p>MARX, Karl. A ideologia alemã: Feuerbach: a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2006 147 p.</p> <p>MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1983.</p> <p>MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2008 175 p.</p> <p>KONDER, Leandro, O que é dialética. 28.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1998. 87 p.</p> <p>NETTO, José Paulo. Marxismo impenitente: contribuição a historia das ideias marxistas. São Paulo, SP: Cortez, 2004. 256 p.</p> <p>COUTINHO, Carlos Nelson. Intervenções: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo, SP: Cortez, 2006. 191 p.</p>
Referências Bibliográficas Complementares
<p>REDYSON, Deyve. 10 lições sobre Hegel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 88 p.</p> <p>KONDER, Leandro. Em torno de Marx. São Paulo, SP: Boitempo, 2010. 133 p.</p> <p>NETTO, José Paulo. Introdução ao Estudo do Método de Marx. Expressão Popular.</p> <p>TEIXEIRA, Francisco Jose Soares. Marx no século XXI. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009. 197 p.</p> <p>EVANGELISTA, João E. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>SANT'ANA, Raquel Santos; SILVA José Fernando Siqueira da. O método na teoria social de Marx: e o Serviço Social? Brasília (DF), Temporalis. Ano 13, n. 25, p. 181-203, jan./jun. 2013.</p> <p>LESSA, Sergio. O revolucionário e o estudo por que não estudamos? 1.ed. São Paulo,</p>

Instituto Lukács, 2014.

GRESPAN, Jorge. **A dialética do avesso.** Crítica Marxista. São Paulo, v. 14, p. 26-47, 2002.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. **Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos:** enfrentando o desafio de conhecer a realidade. Revista Emancipação, ano 6, n. 1. p. 25-40, 2006.

IANNI, Octavio. **A construção da categoria.** Aula ministrada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP, 1985. Revista HISTEDBR Online, Campinas, número especial, p. 397-416, abr2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/doc02_41e_1.pdf> Acesso em 01 de Jun. de 2015.

4° SEMESTRE

Identificação do Componente Curricular	
Transformações societárias e processos de Trabalho	Carga horária: 60 horas
Ementa	
A reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho (do taylorismo/fordismo à acumulação flexível). O Assistente Social como trabalhador inserido em processos de trabalho. As características e as condições do mercado de trabalho dos assistentes sociais brasileiros, seus impasses e desafios em face das expressões da questão social.	
Objetivos	
<p>Geral: Refletir sobre as transformações que vem ocorrendo do mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva e sobre os impactos no exercício profissional do Assistente Social.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender os impactos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho e no exercício profissional dos Assistentes Sociais; - Analisar a precariedade e a precarização do trabalho na contemporaneidade; - Problematizar os desafios e possibilidades da inserção do Assistente Social como 	

trabalhador em processos de trabalho;

- Identificar as características e condições do mercado de trabalho dos assistentes sociais

Referências Bibliográficas Básicas

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. Campinas: Universidade de Campinas, 2007.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

FREIRE, Lucia. **O serviço social na reestruturação produtiva**: espaços, programas e trabalho profissional.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9^aed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Referências Bibliográficas Complementares

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital**: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2^a edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade**: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

HARVEY, David, **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2007.

MESZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

Identificação do Componente Curricular

Pesquisa em Serviço Social I	Carga horária: 60 horas
Ementa	
Conhecimento científico, senso comum, método e processo de construção do conhecimento: o debate teórico-metodológico. Estilos e componentes de pesquisa quantitativa e qualitativa.	
Objetivos	
<p>Geral:</p> <p>Realizar uma reflexão sobre as concepções do conhecimento científico e senso comum, os estilos e componentes da pesquisa, a importância da pesquisa no Serviço Social. Compreender a pesquisa quantitativa e qualitativa e seus procedimentos metodológicos.</p> <p>Específicos:</p> <p>Aprender sobre conhecimento científico;</p> <p>Conhecer os tipos de pesquisa;</p> <p>Aprender metodologia de pesquisa;</p> <p>Aprofundar o conhecimento sobre pesquisa qualitativa;</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1992.</p> <p>_____. et alli. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1988.</p> <p>MARTINELLI, Maria Lúcia. Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.</p> <p>MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social: teoria, método, criatividade. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>RICHARDSON, Roberto J et al. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>SETUBAL, Aglair Alencar. Pesquisa em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1995.</p>	

Referências Bibliográficas Complementares

BARROS, Aidil de J. P. de; LEHFELD, Neide A. de S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 13. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1990.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Cortez: São Paulo, 1981.

FAZENDA, Ivani (org.) et. al. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortês, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Corno elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.

HUIHNE, Leda M. **Metodologia Científica: Cadernos de textos e técnicas**. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

LOWY, Michael. **Ideologia e ciência social**. Elementos para uma análise Marxista. São Paulo: Cortez, 1988.

LUCKESI, Carlos C. **Fazer Universidade: Uma proposta metodológica**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 31º ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social**. In: Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 282-297. jul./dez. 2007.

SPOSATI, Aldaíza. **Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social**. In: Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 15-25 2007.

Identificação do Componente Curricular

Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	Carga horária: 60 horas
--	-------------------------

Ementa

O Brasil a partir do final dos anos 1970. A perspectiva de Intenção de Ruptura e o marxismo. O Serviço Social sob uma ótica teórico-crítica: projeto de formação profissional; as dimensões formativas; projeto profissional; o trabalho do Assistente Social na mirada do Século XXI.

Objetivos

Objetivo geral: Problematizar as transformações impressas no Serviço Social brasileiro a partir da interlocução com a matriz marxiana em suas fontes diretas, a fim de apreender a

direção social e política expressa na intervenção profissional.

Objetivos específicos:

- Analisar a Intenção de Ruptura com o conservadorismo como uma guinada histórica na profissão e o atrelamento a um projeto societário emancipatório;
- Discutir o reordenamento da formação profissional em Serviço Social e suas dimensões formativas a partir dos anos 1980;
- Problematizar a consecução de um projeto ético-político contra-hegemônico e as lutas estabelecidas pela categoria para sua ampla defesa;
- Analisar os desafios interpostos ao trabalho profissional nas últimas décadas, com ênfase à precarização nos diferentes espaços ocupacionais.

Referências Bibliográficas Básicas

ALVES, Giovani. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais**: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15^aEd. São Paulo: Cortez, 2011.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Proposta Básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, N. 50, ano XVII, abril, São Paulo: Cortez, 1996, p. 143-172.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9^aEd. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabete (org). **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16^a Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen

Juris Editora, 2013.

Identificação do Componente Curricular	
Política Social	Carga horária: 60 horas
Ementa	
Desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Política social no Brasil contemporâneo. O público e o privado na análise das Políticas Sociais.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral: Contribuir para a compreensão do processo de constituição e desenvolvimento das Políticas Sociais na sociedade capitalista contemporânea, particularizando, o caso brasileiro e as políticas, que, impulsionadas pela Constituição de 1988 vem alcançando centralidade na agenda social.</p> <p>Objetivos Específicos: Desenvolver reflexão histórico conceitual, sobre a relação Estado e Políticas Sociais, na particularidade brasileira.</p> <p>Fornecer instrumentos para a compreensão das relações entre política social e Serviço Social, no marco do Estado de Bem-Estar Social e nas condições de sua crise contemporânea.</p> <p>Aclarar as perspectivas pública e a privada na análise das Políticas Sociais.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
BEHRING, ELAINE Rosseti. Política social no capitalismo tardio. São Paulo, Cortez, 1998. SADER, Emir; GENTILLI, Pablo(orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. BOBBIO, Norberto. Liberdade e Igualdade. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2 ^a ed.,	

Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BRAVO, Maria Inês S. & PEREIRA, Potyara. **Política Social e Democracia**. Rio de Janeiro: UERJ/São Paulo: Cortez, Ed., 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo, Cortez, 1981.

LAURELL, Asa Cristina. (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo, Cortez, 1995.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos Sociais e a Política Social**. 3^a ed., São Paulo, Cortez, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares

ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme; COIMBRA, Marcos Antônio. **Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

DINIZ, Eli. **Crise, reforma do estado e governabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DINIZ, Eli e Azevedo, Sérgio (orgs.). **Democracia e reforma do Estado no Brasil**. Brasília, Editora da UnB, 1996.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. TÍTULO VIII Da Ordem Social, Brasília, 1988.

BOSCHETTI, Ivanete. **A insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.112, p. 754-803, out./dez.2012.

CAPELLA, Cláudia Niedhardt. A. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas**. In HOCHMAN, G.; ARRETCHÉ, M.; MARQUES, E. (org.) **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

COIMBRA, Marcos A. E. L. **Política e Políticas de Bem-Estar**. Recife: UMA MDU, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Notas sobre Cidadania e Modernidade**. In: Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro: UFRJ, v1, 1997.

COSTA, Nilson do Rosário. **A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula**. In Ciência & Saúde Coletiva, 14 (3), 2009.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

DANTAS, Gilson. **Estados Unidos, Militarismo e Economia da Destrução: Belicismo Norte-Americano e Crise do Capitalismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

_____. (Org.) **A Estatística da Miséria e a Miséria da Estatística**. Rio de Janeiro:

Achiamé, 2009.

DRAIBE, Sônia M. **O WelfareState no Brasil:** características e perspectivas. In ANPOCS. Ciências sociais hoje. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1989. p. 13-61.

FAGNANI, Eduardo. **Política social e pactos conservadores no Brasil:** 1964-92. In Cadernos FUNDAP, São Paulo, n. 21, p. 59-102, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil.** In Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3: Política Social. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

FITUSSI, J & ROSANVALLON, P. **A nova era das desigualdades.** Oeiras: Celta, 1997.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** 2ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **Neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IANNI, Otávio. **Classe e nação.** Petrópolis: Vozes, 1986.

LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** S. Paulo, Cortez, 1995.

MEDICI, André C. & BRAGA, José Carlos S. **Políticas sociais e dinâmica econômica:** elementos para reflexão. In: Planejamento e políticas públicas Nº 10. Brasília: IPEA, Dezembro de 1993.

MISHRA, Ramesh. **O Estado-providência na sociedade capitalista.** Lisboa/Oeiras, Celta, 1995.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política.** Ideias para a reforma democrática do Estado. 1ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser- Pereira e Spink Peter. **Reforma do estado e administração pública e gerencial.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo.** In: BOSCHETTI, Ivanete et al (orgs.). Política social: alternativas ao neoliberalismo. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

_____. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.** In: BOSCHETTI, Ivanete et al (orgs.). Política social no capitalismo. São

Paulo: Cortez, 2008b.

_____. **Política Social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. (Org.); PEREIRA, Camila Potyara (Org.). **Marxismo e Política Social**. 1. ed. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010.

SALAMA, Pierre & VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Boaventura. **Reinventar a democracia**. Lisboa: Gradiva (2nd edition), 1998.

_____. **Democracia e Participação**: O Caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, Wanderley G.. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SEN, Amartya. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STEIN, Rosa Helena. **Implementação de políticas sociais e descentralização político-administrativa**. In Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3: Política Social. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2001.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Neoliberalismo em debate**. In: TEIXEIRA, J.S. & OLIVEIRA, Manfredo Araújo. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1998.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A Política Social Brasileira nos anos 90**: a refilantropização da questão social. In: Cadernos ABONG/CNAS. São Paulo: ABONG, 1995.

Identificação do Componente Curricular

Oficinas de Processos Interventivos em Serviço Social	Carga horária: 60 horas (30T/30P)
---	-----------------------------------

Ementa
O trabalho do Assistente Social. As possibilidades de intervenção nos diferentes espaços sócio-ocupacionais nas diferentes expressões da questão social. Compreensão crítica das práticas desenvolvidas. Técnicas e intervenção embasadas no materialismo histórico e dialético
Objetivos
<p>Objetivo Geral</p> <p>Possibilitar a apreensão dos limites e possibilidades postas ao trabalho dos assistentes sociais e o entendimento da articulação das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política durante a intervenção profissional.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Apresentar as possibilidades e limites do trabalho do assistente social;</p> <p>Identificar as intervenções dos assistentes sociais, construídas através da compressão crítica da realidade;</p> <p>Compreender e avaliar as intervenções profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais;</p> <p>Construir intervenções profissionais a partir da articulação das dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas.</p>
Referências Bibliográficas Básicas
<p>FAERMANN, L. A. O uso dos instrumentais e das técnicas no serviço social na perspectiva crítico-dialética: mediações necessárias. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, São Paulo, PUCSP, 2014.</p> <p>FERREIRA, J. W. Questão Social: apreensão e intervenção no trabalho dos assistentes sociais. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Porto Alegre, PUCRS, 2008.</p> <p>PONTES, R. N. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Públicas. Módulo 04: Brasília: CEAD, 1999, p. 36-50.</p> <p>PRATES, J. C. Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Porto Alegre, 2003.</p>

TURCK, M. G. M. G. **O lugar do método na formação e na intervenção profissional.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, PUCRS, 2008.

Referências Bibliográficas Complementares

BOAL, A. **Estética do Oprimido.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal e Lógica Dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MOREIRA, C. F. N. **O trabalho com grupos em Serviço Social– a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica.** São Paulo: Cortez, 2013.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TURCK, M. G. G. **Redes Internas e Redes Sociais:** o desafio permanente na teia das relações sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005.

Identificação do Componente Curricular

Sociologia Brasileira

Carga horária: 60 horas

Ementa

Estuda as contribuições teóricas da Sociologia no Brasil, os principais períodos de sua institucionalização como componente curricular acadêmico, e os ensaístas. As recepções de tradições sociológicas europeias e norte-americana pela sociologia brasileira, assim como a situação atual da Sociologia, os principais campos de pesquisa, os novos temas e novas abordagens que vieram a ser propostos para a explicação e/ou compreensão da situação social brasileira.

Objetivos

Geral:

Proporcionar aos alunos uma visão da construção do Brasil a partir das relações de poder

entre os povos que formam a identidade nacional.

Específicos:

Referenciar historicamente as principais obras, questões e debates intelectuais fundamentais e estruturadoras de uma compreensão sobre as transformações sociais do Brasil, de autores como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Nelson Werneck Sodré, Josué de Castro, Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, e, por certo, Florestan Fernandes e Octávio Ianni estão entre eles;

Aclarar a formação da identidade nacional – a partir da síntese romântica entre liberalismo e indianismo – e, igualmente, da transformação radical na estrutura e na produção de discursos e projetos sociais, literários e políticos para o Brasil, relacionada com a recepção positivismo e com os movimentos intelectuais de contestação da “geração de 1870”;

Evidenciar as contribuições culturais e sociais dos portugueses, negros, indígenas e imigrantes no processo de construção da identidade nacional;

Desenvolver a Sociologia crítica: o negro na sociedade de classes, a revolução Brasileira (a evolução política do Brasil e a Revolução Burguesa), subdesenvolvimento e dependência.

Referências Bibliográficas Básicas

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943.

CANDIDO, Antônio. **Florestan Fernandes**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

CARDOSO, Fernando H. e Faletto, Enzo. **Desenvolvimento e Dependência na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1973.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1990.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1969.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 11^a ed., 1972;

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

IANNI, Octávio. **Sociologia e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1975

FERREIRA, L. da C. (org.) **A sociologia no horizonte do século XXI**. SP: Boitempo, 1997.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto - o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro, Revista Forense, 1948.

MARTINEZ, Paulo (org.). **Florestan ou Sentido das Coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARTINS, José de Souza. Florestan: **Sociologia e Consciência Social no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

MICELLI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1995.

PRADO Júnior Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. São Paulo, Livraria Martins, 1942.

SANTOS, Mariza veloso Motta & MADEIRA, Maria Angélica. **Leituras Brasileiras**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro, Rocco.

SINGER, Paul. e Brandt, Vinicius. C. (orgs). São Paulo: **O Povo em Movimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SCHWARCZ, Lilia – **O Espetáculo das Raças**. Cia. das Letras, São Paulo, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Ed. Campus, RJ, 1988.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**: história, organização, psicologia. São Paulo, Monteiro Lobato, 1920.

Referências Bibliográficas Complementares

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial - 1500-1800**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1963.

ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1988.

ALENCAR, José de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1959.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. Ed. da UnB. Brasília. 1996.

_____. **A Sociologia na América Latina e particularmente no Brasil**. In: AZEVEDO, Fernando. **Princípios de Sociologia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

BARRETO, Lima. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**(1911).

BONFIM, Manuel. **América Latina**: Males de Origem (1905). Topbooks Editora, Rio de Janeiro, 1993.

BOSI, Alfredo. **A formação das ideias no contexto colonial**. In: Pensamento Brasileiro. Instituto Rio Branco, Roma/ Brasília, 1995. capítulo I.

_____. **Dialética da Colonização**. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

BRITO, Broca. **A Vida Literária no Brasil - 1900**. Livraria José Olímpio. Editora R. J. 1960.

BUARQUE, DE HOLANDA, Sérgio. **Capítulos de Literatura Colonial**. São Paulo. Ed. Brasiliense,1991.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Brancos e Negros em São Paulo**. 3a. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1971.

CAMARGO, Cândido P. et alii.: **Crescimento e Pobreza**. São Paulo 1975Edições Loyola, 1976.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo, Ed. Nacional, 1980.

_____. **O indivíduo e a Pátria**. In: Formação da Literatura Brasileira (vol. II). Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1981.

_____. **Método Crítico em Sílvio Romero**. In : Formação da Literatura Brasileira (vol. II). Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1981.

_____. **Literatura e Subdesenvolvimento**. In: A Educação pela Noite e outros ensaios . São Paulo, Ed. Ática, 1987.

CARDOSO, Fernando H. **As Ideias e seu Lugar**: Ensaios sobre as teorias do Desenvolvimento. Cadernos Cebrap 33. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

_____. **Autoritarismo e Democratização**. Petrópolis: Ed. Paz e Terra, 1976.

_____. e Ianni, O. 1960. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**. São Paulo: Cia Editora Nacional.

_____. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Difel, 1962.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

CHACON, Vamireh. **História das Ideias Sociológicas no Brasil**. São Paulo, Ed. Grijalbo/EDUSP, 1977.

COSTA LIMA, L. **Da existência precária**: O sistema intelectual brasileiro. In: *Dispersa Demanda*. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1981.

COLLIER, David. **O Novo Autoritarismo na América**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COSTA, Sílvio; SANTOS, Nivaldo dos. **Positivismo e Repúblca**. In: COSTA, Sílvio (org.). *Concepções e Formação do Estado Brasileiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999, pp. 11-31. 2.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Abril Cultural, São Paulo, 1979.

CUNHA, Luiz A. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1991.

_____. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. **Conta de mentiroso**: sete ensaios de Antropologia brasileira. Rio de Janeiro, Rocco. 1994.

_____. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro, Rocco, 1999.

D'INCAO, Maria Angela (org.), **O Saber Militante - Ensaio sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra - Ed. UNESP, 1987.

_____. **História e Ideal**. São Paulo, Ed. Brasiliense/UNESP, 1989.

IANNI, O. **A sociedade global**. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Tendências do pensamento brasileiro**. In: *Tempo Social*, 2000.

_____. **Notícias da Sociologia Brasileira**. In: IANNI, O. *Sociologia da Sociologia*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Florestan Fernandes e a Formação da Sociologia Brasileira**. In: IANNI, O. (org.). *Florestan Fernandes: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986.

IANNI, O. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

LAMOUNIER, D. **Formação de um pensamento político - autoritário na primeira república in Boris Fausto**. (ed) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Vol. 2

Difel.

LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império Brasileiro, 1821-1889. Belo Horizonte:** Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Revolução Burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **O Processo Constituinte.** Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1975a.

_____. **A Sociologia em Uma Era de Revolução Social.** 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1976b.

_____. **A transição prolongada.** São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **Brasil em Compasso de Espera.** São Paulo: Hucitec, 1980b.

_____. **Democracia e Desenvolvimento - A Transformação da Periferia e o Capitalismo Monopolista na Era Atual.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

_____. **Educação e Sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus- Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

_____. **Elementos de Sociologia Teórica.** São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1974b.

_____. **Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada.** 2a. ed. São Paulo: Pioneira Ed., 1971.

_____. **Folclore e Mudança Social no Brasil.** 2a.ed. Petrópolis: Vozes, 1976a.

_____. **Mudanças Sociais no Brasil.** São Paulo: DIFEL, 1974a.

_____. **O Negro no Mundo dos Brancos.** São Paulo: DIFEL, 1972.

_____. **Que Tipo de República?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **A Universidade Brasileira: reforma ou revolução,** São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

HOLANDA, Sergio B. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FREYRE, GILBERTO. **Casa Grande e Senzala, formação da família brasileira sob o regime de economia patriarca.** Rio de Janeiro, Maia e Schimidt, 1933;

_____. (1969), **Novo Mundo nos trópicos.** Rio de Janeiro, Record.

_____. (1990), **Sobrados e mucambos.** Rio de Janeiro, Record.

IANNI, O. **Raça e Classe.** In: IANNI, O. Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **A Sociedade Global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

_____. **A dialética da globalização.** IANNI, O. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 1997.

_____. **O Capitalismo, Violência e Terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **As Metamorfose do Escravo**. São Paulo: DIFEL, 1962.

_____. **Sociologia da Sociologia Latino Americana**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

_____. **Sociologia da Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

LAMBERT, Jacques. **Os Dois Brasis**. Rio de Janeiro: INEP – MEC, 1959.

LAMOUNIER, Bolivar. **Formação de um Pensamento Autoritário na Primeira República**. Uma Interpretação. In Fausto, B. (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira. III O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889 – 1930)*. São Paulo: Difusão Editorial S. A., 1977.

LIEDKE FILHO, Enno D. **A sociologia no Brasil**: história, teorias e desafios. IN: *Sociologia na América Latina*, ALAS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

MACHADO, NETO, Antônio L. **Estrutura Social da República das Letras**. Sociologia da Vida Intelectual Brasileira. São Paulo, EDUSP, 1973.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. S.P. Ed. Nacional, 1934.

_____. **O Abolicionismo (1983)**. São Paulo, Instituto Progresso Editora, 1949.

MAGNANI, Silvia L. **O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAIO, Marcos C. e SANTOS, R. V. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

MICELLI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

_____. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, IDESP, 1989.

_____. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995)**. São Paulo: Editora Sumaré, ANPOCS; Brasília, CAPES; V. 1. Antropologia – V. 2. Sociologia – V. 3. Ciência política, 1999.

_____. (org.). **O que ler na ciência social brasileira 1970 – 2002**. São Paulo: Editora Sumaré, ANPOCS, CAPES; 2002.

O'DONNELL, Guillermo. **Tensões do Estado Autoritário-Burocrático e a Questão da Democracia**. In: Collier, David. *O Novo Autoritarismo na América*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

OLIVEIRA, Francisco. **Para além do princípio do mercado**. IN: *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, ano 4, nº 6, 1998.

PAIVA, Vanilda (org.). **Pensamento Social Brasileiro**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PÉCAULT, D - **Os Intelectuais e a Política**: entre o povo e a nação. São Paulo, Ed. Ática, 1990.

ROMERO, Sílvio. **O Brasil Social e os Elementos que o Plasmaram**. In: História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1901.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As Razões do Iluminismo**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

_____. **Ideias importadas: um falso problema?** in Cadernos do IPRI. Tema de Atualidade Brasileira II – FUNAG, 1994.

RANGEL, Ignácio. **A Inflação Brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1978, 3^a edição.

RESPO, Regina; FALEIROS, Maria I. (orgs.); **Humanismo e compromisso**: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo: UNESP, 1996.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1988.

_____. **Que horas são?** São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

_____. **Pai de Família de outros estudos**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.

SILVA, Ricardo. **A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2004.

SIMONSEN, Mario Henrique. **Gradualismo x Tratamento de Choque**. Rio de Janeiro, APEC, 1970.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília, Ed. da UnB, 2000.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina**. In DURAND, J. C. G. Sociologia do Desenvolvimento I. R. J.: Zahar Ed., 1969.

SODRÉ, Nélson, Werneck. **Esboço da Literatura Nacional** (caps. 1,2,7,8 e 14). In: História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1964.

VENTURA, Roberto. **O Estilo Tropical**. São Paulo, Cia das Letras, 1991.

VIANNA, Luis Werneck, & CARVALHO, Maria Alice. **A experiência brasileira e democracia**. In CARDOSO, S. (org.). Retorno ao republicanismo. Belo Horizonte: Ed.

UFMG, 2004.

5º SEMESTRE

Identificação do Componente Curricular	
Instrumentalidade em Serviço Social	Carga horária: 60 horas
Ementa	
Processos de trabalho em que se insere o assistente social, instrumental teórico-metodológico, técnico-operativo, ético-político. Dimensão investigativa da profissão. Processos interventivos individuais, grupais e comunitários. Conhecimento, entrevista, observação, visitas domiciliares, estudo e parecer social, documentação.	
Objetivos	
<p>Geral: Compreender a intervenção e o uso da instrumentalidade a partir da inserção do Assistente Social em processos de trabalho.</p> <p>Específicos:</p> <p>Compreender a inserção do Assistente Social nos processos de trabalho;</p> <p>Apropriar-se da construção da instrumentalidade para o exercício profissional;</p> <p>Apreender e exercitar o uso de instrumentos e técnicas;</p> <p>Reconhecer as ações profissionais, os fundamentos teóricos e as habilidades necessárias frente às expressões da questão social.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>AMARO, Sarita. Visita domiciliar. Guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: AGE Editora, 2003.</p> <p>FREIRE, Lucia M.B. O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>GUERRA, Iolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação</p>	

profissional. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, Jaqueline Oliveira. **Práticas do Serviço Social**: espaços tradicionais e emergentes. Porto Alegre: Da Casa, 1998.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social**: cotidiano e formação alternativa na área da saúde. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MIOTO, Regina. C. T. **Perícia Social**: proposta de um percurso operativo. In Revista Serviço Social e Sociedade nº 67. Especial, Temas Sócio-Jurídicos. São Paulo: Cortez, 2001.

Referências Bibliográficas Complementares

BENJAMIN, Alfred. **A entrevista de ajuda**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez, 1993.

GARRETT, Annette Marie. **A entrevista, seus princípios e métodos**. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

GENTILLI, Raquel. **Representações e práticas**: identidade e processo de trabalho no serviço social. São Paulo: Veras, 1998.

GRANEMANN, Sara. **Processo de trabalho e serviço social**. In: **Capacitação em serviço social e política social**: MOD 2, Brasília: CEAD, 1999.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE N° 45.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE n° 56.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE n° 61. Ano XX. nov. 1999.

TURCK, Maria da Graca Maurer Gomes. **Serviço social jurídico**: perícia social no contexto da infância e da juventude: Manual de procedimentos técnicos. Campinas: Livro Pleno, 2000.

ZIMERMANN, David. **Como trabalhar com grupos**. Porto Alegre: artes médicas, 1997.

Identificação do Componente Curricular

Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais	Carga horária: 60 horas
--	-------------------------

Ementa

A crítica à globalização. Problematização sobre a mundialização da economia e

financeirização do capital. A predominância do capital financeiro no processo de acumulação capitalista. Os impactos do capital financeiro no mundo do trabalho. A desigualdade social e os processos de exclusão social.

Objetivos

Geral: Analisar o processo de mundialização da economia e financeirização do capital a fim de compreender seus efeitos no mundo do trabalho.

Específicos:

- Refletir sobre as contradições presentes no processo de globalização e expansão do capitalismo;
- Problematizar as dimensões da globalização;
- Compreender a globalização como uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo moderno;
- Apreender no que consiste o capital financeiro;
- Reconhecer e apreender os processos de exclusão social decorrentes do atual momento do capitalismo.

Referências Bibliográficas Básicas

ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização:** o capital e suas contradições. Londrina: G. A. P. Alves, 2001.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xama, 1996.

GENTILI, Pablo. **Globalização excludente:** desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, Jose de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo, SP: Paulus, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

AMIN, Samir. **Os desafios da mundialização.** Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

CASTEL, Robert.; BOGUS, Lúcia. (Org.). **As armadilhas da exclusão social.**

Desigualdade e questão social. São Paulo, SP: EDUC, 2008.

MESZAROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.

KATUTA, Angela Massumi. **Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI**. Ponta Grossa/PR, UEPG, 2010.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

Identificação do Componente Curricular

Pesquisa em Serviço Social II	Carga horária: 60 horas (45T/15P)
-------------------------------	-----------------------------------

Ementa

Fundamentação e Estruturação de Projeto de Pesquisa Científico. Estudo das Técnicas e elaboração de instrumentos de Coleta de Dados. Indicação das Questões éticas na metodologia da pesquisa social. Análise de conteúdo e elaboração de relatório de pesquisa.

Objetivos

Geral:

Elaborar projeto de Pesquisa segundo metodologia científica com foco em pesquisa social.

Específicos:

Assinalar as principais formas de técnica de coleta de dados.

Elaborar principais tipos de instrumento de coleta de dados.

Compor documentos que garantam ética em pesquisa que envolvam seres humanos.

Analizar dados coletas em pesquisa de campo com base na análise de conteúdo.

Elaborar relatório de pesquisa a partir de análise de conteúdo realizada.

Referências Bibliográficas Básicas

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social – métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SORIANO, Raul Rojas. **Manual de Pesquisa Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2009.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em Ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GIBBS, Graham. **Análise de dados Qualitativos**. Porto Alegre: Aramed, 2009.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais – um guia prático para o acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social – teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Identificação do Componente Curricular

Saúde Coletiva e Saúde Mental	Carga horária: 60 horas
-------------------------------	-------------------------

Ementa

Bases históricas do campo da saúde coletiva; a reforma psiquiátrica. O trabalho interdisciplinar em saúde; atuação interdisciplinar nas equipes de saúde mental; intervenções psicossociais. A Clínica ampliada e o processo grupal. A dependência química

Objetivos
<p>Geral:</p> <p>Aprofundar o conhecimento no âmbito da saúde coletiva e mental.</p> <p>Específicos:</p> <p>Apresentar a psicologia a partir dos princípios da ciência;</p> <p>Sensibilizar para a compreensão das dicotomias próprias do pensamento positivista;</p> <p>Desenvolver a compreensão das diferentes formas de entendimento do ser humano através das distintas correntes teóricas;</p> <p>Apresentar criticamente as concepções de normalidade psíquica a partir da compreensão do que se configura como saúde/doença;</p> <p>Conhecer o funcionamento do aparelho psíquico.</p>
Referências Bibliográficas Básicas
<p>BRASIL. Política Nacional de Saúde Mental. Disponível em:http://www.cress.belembvirtual.com.br/arquivos/File/legislacoes/11_Pol_SaudeMental.pdf.</p> <p>BRASIL. Cadernos de Atenção Básica em Saúde Mental. Ministério da Saúde: Brasília, 2013. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Parâmetro para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos(as) na Política de Assistência. Brasília, CFP/CFESS, 2007. 52 p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/publicacoes_livros.php></p>
Referências Bibliográficas Complementares
<p>FOUCAULT, Michel. Problematização de Sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense, 2010.</p> <p>FOUCAULT, Michel. A História da Loucura. São Paulo: Perspectiva, 1995.</p> <p>RIVIÈRE, Enrique Pichon. O Processo Grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1994.</p> <p>TUNDIS, Silvério; COSTA, Nilson do Rosário. Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>VASCONCELOS, Eduardo. Abordagens Psicossociais. Vol. I – História, teoria e trabalho</p>

no campo. São Paulo: HUCITEC, 2009.

VASCONCELOS, Eduardo. (org.) **Abordagens Psicossociais**. Vol. III – perspectivas para o Serviço Social. São Paulo: HUCITEC, 2009.

Identificação do Componente Curricular

Seguridade Social I: Assistência Social

Carga horária: 60 horas

Ementa

Constituição histórica da assistência social na sociedade brasileira. Gestão, Financiamento e Controle Social da Política de Assistência Social. Constituição do Controle Social com ênfase nos Conselhos de Assistência Social. Debates históricos em torno da Política de Assistência social. Implementação do Sistema Único de Assistência Social: diretrizes, princípios e operacionalização.

Objetivos

Geral: Analisar o processo histórico e de estruturação da política de assistência social no Brasil.

Específicos:

Estudar a trajetória histórica legislativa da política de assistência social.

Refletir sobre os processos de gestão, financiamento e controle social no âmbito da política de assistência social.

Pontuar a estruturação e funções dos conselhos de assistência social enquanto controle social

Discutir os desafios, ambiguidades e intersetorialidade da política de assistência social.

Reconhecer o processo de implementação do SUAS tendo como base de discussão princípios, níveis de proteção, a centralidade na família, tipificação dos serviços socioassistenciais e mecanismos de materialização da política de assistência social.

Referências Bibliográficas Básicas

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma questão possível.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva; RAICHELIS, Raquel. **O Sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social – ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Cultura da Crise e Seguridade Social – um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** São Paulo: Cortez, 2005.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social – caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez, 2008.

Referências Bibliográficas Complementares

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Orgs.). **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016

MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz G. **O sistema único de assistência social – entre a fundamentação e o desafio da implantação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

OLIVEIRA, Maria José de. **Cultura Política e Assistência Social – uma análise das orientações de gestores estaduais.** São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS – um processo de construção da assistência social.** São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A Assistência Social na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras – uma questão de análise.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **:Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil.** Revista Serviço Social e Sociedade nº 68 ANO XXII Novembro de 001.

_____. **:Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social.** Revista Serviço Social e Sociedade nº 77 ANO XXV Março de 2004.

Identificação do Componente Curricular

Introdução ao Estágio em Serviço Social

Carga horária: 90 horas (45T/45P)

Ementa
Conhecimentos sobre as bases do estágio profissionalizante. Documentação, contradições e possibilidades nos processos de análise da realidade. Aproximação teórico-prática dos campos de estágio. Tríade do estágio profissionalizante – aluno, supervisor acadêmico, supervisor de campo.
Objetivos
<p>Objetivo Geral: Apresentar diferentes áreas de atuação do Assistente Social a partir dos Campos de Estágios</p> <p>Objetivos Específicos: Apresentar características dos Campos de estágio; Analizar processos de intervenção a partir de instrumentais e técnicas; Observar in loco diferentes perspectivas de inserção do estagiário.</p>
Referências Bibliográficas Básicas
<p>ABEPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 79. São Paulo: Cortez: 2004.</p> <p>ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Temporalis, Brasília, DF, v. 1, n. 17, jan.-jul. 2009.</p> <p>BURIOLLA, Marta A.F. Estágio Supervisionado. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>CFESS, RESOLUÇÃO Nº 533, de 29 de setembro de 2008.</p> <p>LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.</p>
Referências Bibliográficas Complementares
<p>BARBOSA, Ana Maria Giusti. O importante papel do estágio no desenvolvimento de competências. IN.: Revista Agora. Ano 1, n 1, out. 2004.</p> <p>BURIOLLA, Marta A. Feiten. Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>CEFESS, Cartilha Estágio Supervisionado Meia formação não garante um direito. Natal:</p>

2011.

OLIVEIRA, C. A. H. da S. **O Estágio Supervisionado na Formação Profissional do Assistente Social: desvendando significados.** IN.: Serviço Social& Sociedade. n. 80. São Paulo: Cortez, 2004.

RAMOS, Sâmya R. **A prática na formação profissional em Serviço Social:** tendências e dificuldades In: Revista Temporalis nº14. Ano VII. São Luis: ABEPSS, Julho a dezembro de 2007.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?:** mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

6º SEMESTRE

Identificação do Componente Curricular	
Estado, Classes e Movimentos Sociais	Carga horária: 60 horas
Ementa	
O Estado Ampliado no sistema capitalista. A contrarreforma do Estado. Classe Social, consciência de classe e lutas de classes. Organização da classe trabalhadora e emancipação política. Questão Social e Movimentos Sociais. Movimentos sociais e a transversalidade de classe, relações de gênero e questões étnico-raciais. Novos Movimentos Sociais. O trabalho do(a) assistente social nas organizações da classe trabalhadora.	
Objetivos	
<p>Geral:</p> <p>Apreender o conceito de Estado Ampliado e o desenvolvimento dos movimentos sociais e novos movimentos sociais, na realidade brasileira, considerando a transversalidade de classe social, relações de gênero e étnico-raciais.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar a compreensão sobre o conceito de Estado Ampliado e o lugar dos movimentos sociais. - Refletir sobre a contrarreforma do Estado e seus impactos nas lutas da classe 	

trabalhadora.

- Proporcionar a apreensão crítica sobre a origem e desenvolvimento dos movimentos sociais e dos novos movimentos sociais, considerando a transversalidade de classe, relações de gênero e questões étnico-raciais.
- Problematizar o conceito e configurações sobre classe social, consciência de classe e lutas de classe.
- Compreender a relação entre questão social e movimentos sociais.
- Refletir sobre requisições emergentes para o trabalho do(a) assistente social nas organizações da classe trabalhadora.

Referências Bibliográficas Básicas

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andrea de Paula. **Ler Gramsci e Entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2010.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS Manifesta. **Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)**. Brasília/DF, 2014.

GOHN. Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2008.

LÖWY, Michael (Org.); Trad. Claudia Schilling; Luis Carlos Borges. **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. Ampliada. São Paulo: Editora

Fundação Perseu Abramo, 2012.

MENEGAT, Marildo; BEHRING, Elaine Rossetti; FONTES, Virgínia (Orgs.). **Dilemas da Humanidade: diálogos entre civilizações.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil:** temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

TEMPORALIS: **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** – ano 1, n. 1, (jan./jun. 2000). Brasília: ABEPSS, 2000.

Identificação do Componente Curricular

Gestão e Serviço Social I

Carga horária: 60 horas

Ementa

Teoria geral da administração, concepção de gestão e gestão social, a gestão na intervenção do assistente social. Planejamento, planos, programas, projetos.

Objetivos

Geral:

Apreender a gênese e o desenvolvimento das teorias do planejamento e da administração em relação ao Serviço Social.

Específicos:

Discutir a gestão social, olhares e perspectivas desse novo paradigma;

Estudar a gestão social nos diversos campos de atuação do Serviço Social;

Aprender sobre o Instrumental teórico-metodológico para a gestão.

Referências Bibliográficas Básicas

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social - Intencionalidade e Instrumentação: uma visão abrangente da moderna teoria das organizações.** Veras e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BIERRENBACH, Maria Ignês R.S. **Política e Planejamento social no Brasil: 1956-1978.** São: Cortez, 1987.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração – teoria, processo e prática.** São Paulo: Makron Books, 1994.

GARCIA, Joana. **O negócio do Social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MAIA, Marielene. **Gestão Social – Reconhecendo e construindo as referenciais.** Revista Virtual Textos e Contextos. Nº 4, ano IV, Dez 2005. Acessado em 30/10/2013. Disponível em:
<http://revistaseletroonicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1010/790>.

RICO, Elisabete de Mello & Reichelis, Raquel. **Gestão social, uma questão em debate.** São Paulo: Educ, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

BAUER, Rubens. **Gestão da Mudança: caos e complexidade nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1999.

CHIAVENATTO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna teoria das organizações.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

JUNQUEIRA, Luciano Prates e PEREZ, Clotilde. (Orgs.). **Voluntariado e a gestão das Políticas Sociais.** São Paulo: Futura, 2002.

MELO NETO, Francisco de Paula de. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro;** da filantropia tradicional a filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MOTA, Ana Elizabete da (Org.). **A nova fábrica de consensos:** ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

Identificação do Componente Curricular	
Estágio em Serviço Social I	Carga horária: 285 horas (255P/30T)
Ementa	
<p>Inserção do(a) acadêmico(a) em campo de estágio, com supervisão de campo e supervisão acadêmica. As diferentes expressões da questão social, objeto de trabalho profissional. A realidade social, de fronteira e institucional e os diferentes espaços sócio-ocupacionais no âmbito público e privado. Identificação das demandas sociais, institucionais e profissionais e requisições ao trabalho dos(as) assistentes sociais. Articulação teórico-prática no processo de formação e exercício profissional, a partir de referências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão. Apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade. Ênfase na elaboração da análise institucional e no planejamento do processo interventivo, de acordo com Plano de Estágio, tendo como produto o Projeto de Intervenção de Estágio.</p>	
Objetivos	
<p>Geral: Possibilitar a inserção do/a estagiário em campo de Estágio em Serviço Social I, com vista a qualificar a articulação teórico-prática na formação e exercício profissional em Serviço Social.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar a observação sistemática sobre a realidade social, de fronteira e institucional em que o/a estagiário/a estiver inserido/a. - Problematizar as demandas postas ao Serviço Social, considerando as referências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão. - Identificar as demandas institucionais, necessidades e demandas dos usuários e as possibilidades de intervenção profissional. - Fortalecer a articulação entre formação e exercício profissional e da dimensão teórico-prática na identificação, compreensão e análise das expressões da questão social. - Explorar o instrumental técnico-operativo utilizado pelo assistente social nos processos de intervenção. - Acompanhar e intervir nos processos de trabalho do assistente social nos campos de estágio, públicos e privados. - Exercitar a interdisciplinaridade, considerando as realidades e demandas institucionais. - Qualificar o processo de apropriação e sistematização das demandas institucionais e do serviço social. 	

mediante diários de campo, plano de estágio discente e análise institucional do campo de Estágio em Serviço Social I.

- Elaborar projeto de intervenção, demonstrando apreensão crítica da realidade social e institucional e as demandas dos usuários, considerando as particularidades da região de fronteira.

Referências Bibliográficas Básicas

BISNETO, José Augusto. A análise institucional no processo de renovação do Serviço Social no Brasil. In: VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Saúde Mental e Serviço social**. São Paulo: Cortez, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

SERRA, Rose (Org.). **Espaços Ocupacionais e Serviço Social – ensaios críticos**. Judiaí. Paco Editorial: 2012.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Processos de trabalho do assistente social elaboração de documentação: implementação e aplicabilidade**. Porto Alegre: Graturck, 2006.

RIOS, Terezinha. **Ética e Competência**. São Paulo: Cortez, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

_____. **Monitorando & Avaliando Mudanças**. Rev. Eletrônica Portas, v.2, n.2, p.10-17, jun.2008. <http://www.acicate.com.br/portas/monitorando.pdf>. Acesso em 16 de março de 2015.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social – Intencionalidade e Instrumentação**. São Paulo. Veras, 2000.

BRASIL, Lei n 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio para estudantes e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em 31 de março de 2015.

BARROCO, Maria Lúcia. Serviço Social e Pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. In: **Temporalis**, Ano IX, Nº17. Brasília: ABEPSS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atuação e assistentes sociais no Sóciojurídico**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Volume 4. Brasília: DF, 2014. Disponível em:

em: http://www.cfess.org.br/jsp/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESSsubsídios_sociojurídico2014.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Volume 3. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas

Sociais. Brasília: DF, 2012. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf . Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Volume 2. Brasília: DF, 2010. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Volume 1. Brasília: DF, 2009. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Política Nacional de Estágio. Brasília: DF, 2010. Disponível:
http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução 533/08: dispõe sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, 2008. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social. Brasília: DF, 2007. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução 493/06: dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Lei 8662/93. Lei de Regulamentação da Profissão. Porto Alegre: 2005. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS. Nº 273 de 13 de março de 1993. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalba Maria Carvalho. A Entrevista nos processos de trabalho do assistente social. In. **Revista Textos e Contextos**, V.6, Nº 2. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Disponível em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/2315>. Acesso em 31 de março de 2015.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso; DAL PRA, Keli Regina Dal Prá. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. . In. **Revista Textos e Contextos**, V.6, Nº 1. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Disponível em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1048>. Acesso em 31 de março de 2015.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. In: **Revista Textos e Contextos**, v.11, nº1. Porto Alegre, jan./jul. 2012, p.116-128. Disponível em:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/11647/8056>. Acesso em 31 de março de 2015.

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. In. **Revista Textos e Contextos**, N. 2. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Disponível em:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/948/728>. Acesso em 31 de março de 2015.

PRATES, Jane Cruz. O planejamento da pesquisa social. In: **Temporalis** nº 7, Porto Alegre, ABEPPSS,

2003.

UNIPAMPA. **Regulamento de Estágios Supervisionados do Curso de Serviço Social.** São Borja, 2010.

Identificação do Componente Curricular	
Oficinas de Processos Interventivos e trabalho multiprofissional	Carga horária: 60 horas (30T/30P)
Ementa	
O trabalho em equipe multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. As possibilidades de intervenção dos diferentes profissionais através da análise do Assistente Social do local onde está inserido, dimensionando o seu contexto organizacional e político. Compreensão crítica das práticas desenvolvidas. Técnicas e intervenção multiprofissional a partir de uma determinada problemática.	
Objetivos	
<p>Geral:</p> <p>Possibilitar a apreensão dos limites e possibilidades postas ao trabalho em equipe e as particularidades do Assistente Social na intervenção conjunta com profissionais de outras áreas.</p> <p>Específicos:</p> <p>Apresentar as possibilidades e limites do trabalho em equipe.</p> <p>Identificar as intervenções que concernem ao Assistente Social no trabalho em equipe, construídas através da compreensão crítica da realidade.</p> <p>Compreender e avaliar as intervenções produzidas por profissionais de outras áreas do conhecimento.</p> <p>Construir intervenções profissionais a partir do domínio de técnicas e da leitura de contextos.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	

LANCETTI, A. **Clínica Peripatética**. São Paulo: HUCITEC, 2008.

SÁ, J. L. M. de. **Serviço Social e Interdisciplinaridade – dos fundamentos filosóficos À prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. São Paulo: Cortez, 2008.

VASCONCELOS, E. (org.) **Abordagens Psicossociais**. Vol. III – perspectivas para o Serviço Social. São Paulo: HUCITEC, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

BOAL, A. **Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

IRIBARRY, I. N. Aproximações sobre a transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho de equipe. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2003.

MOREIRA, C. F. N. **O trabalho com grupos em Serviço Social – a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica**. São Paulo: Cortez, 2013.

VASCONCELOS, E. (org.) **Saúde Mental e Serviço Social – o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2006.

TURCK, M. G. G. **Redes Internas e Redes Sociais**: o desafio permanente na teia das relações sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

Identificação do Componente Curricular

Seguridade Social II - Saúde

Carga horária: 60 horas

Ementa

A saúde no Brasil. A discussão da reforma sanitária e reforma psiquiátrica. O Sistema Único de Saúde: modelo de atenção, financiamento, gerenciamento e controle social. A consolidação do Sistema Único de Saúde, impasses e perspectivas, gestão e operacionalização. Prestação e administração de serviços sociais na área da saúde. A prática profissional do assistente social na esfera da saúde pública e privada.

Objetivos

Geral:

Conhecer a história das políticas de saúde: determinantes políticos, socioeconômicos, ambientais e institucionais, no âmbito da relação Estado e Sociedade. Aprender a Reforma Sanitária, e Psiquiátrica e o vínculo do Serviço Social no processo de redemocratização do Brasil, universalização da saúde, e construção de uma política pública direito do cidadão e dever do Estado. Compreender as políticas de saúde no contexto da Seguridade Social: interfaces com a Previdência e Assistência Social (intersetorialidade), a inserção do assistente social nos espaços de trabalho na política de saúde.

Específicos:

Estudar sobre a reforma sanitária brasileira;

Conhecer a legislação do Sistema Único de Saúde;

Estudar sobre saúde mental e o movimento da reforma psiquiátrica;

Aprender sobre o trabalho do Serviço Social na saúde.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. Lei n. 8.080 de 19 de set. de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e da outras providências.

BRASIL. Lei n. 8.142 de 28 de dez. de 1990. Dispõe sobre a participação na comunidade na gestão no Sistema Único de Saúde - SUS - e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRAVO, M. I. **Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais**. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: Ed UERJ.

CARVALHO, G. “**A inconstitucional administração pós-constitucionais do SUS através de normas operacionais**”. In: Revista Ciência & saúde coletiva. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2001, vol. 6, n. 2.

MATOS, M. C. **O debate do Serviço Social na saúde nos anos 90**. Ver. Ser. Sov. Soc. n.74, Ano XXIV, jul 2003. BRAVO, M.I.S. **Questão da saúde e serviço social: as práticas profissionais e as lutas no setor**. Tese de Doutorado. DPTO PUC:SP, 1991.

MENDES, E. V. **Uma agenda para a saúde**. SP: HUCITEC, 1996.

SOUZA, R. M. S. **Controle social em saúde e cidadania**. In: Ver. Ser. Sov. Soc. n.74, Ano XXIV, jul, 2003.

VASCONCELOS, A. M. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas**

na área da saúde. São Paulo, Cortez, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares

AROUCA, A. S. S. “**Saúde e democracia**”. **Anais 8ª Conferência Nacional de Saúde**, 1986. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.

BRASIL. Relatório Final da 12ª. **Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde. 2004.

BRASIL. **Portaria 399/GM** de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o pacto pela saúde 2006.

COHN, Amélia. **Saúde no Brasil: políticas e organizações de serviços**. São Paulo. Cortez: CEDEC, 1999.

COSTA, M. D. H. “**O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais**”. In. Revista serviço Social & sociedade. São Paulo: Cortes, n. 62, 2000.

SCOREL. S. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

PAIM, Jairnilson Silva. **A crise da Saúde pública e a utopia da saúde coletiva**. Salvador: Casa da qualidade, 2000.

KRÜGER. T. R. “**As condições histórico-sociais dos serviços de saúde no Brasil**”. In. **Os fundamentos ideo-políticos das Conferências Nacionais de Saúde**. Recife: PGSS/UFPE, 2005, Tese de Doutorado, p. 30-67.

BRAVO, M.I.S. **As políticas brasileiras de seguridade social: saúde**. In: Capacitação em serviço social e política social: MOD 3, Brasília: CEAD, 2000.

FLEURY, S. **Saúde e democracia: a luta do CEBES** (org.) São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

7º SEMESTRE

Identificação do Componente Curricular

Estágio em Serviço Social II

Carga horária: 285 horas (255P/30T)

Ementa

Inserção do(a) acadêmico(a) em campo de estágio, com supervisão de campo e supervisão acadêmica.

As diferentes expressões da questão social, objeto de trabalho profissional. A realidade social, de fronteira e institucional e os diferentes espaços sócio-ocupacionais no âmbito público e privado. Identificação das demandas sociais, institucionais e profissionais e requisições ao trabalho dos(as) assistentes sociais. Articulação teórico-prática no processo de formação e exercício profissional, a partir de referências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão. Ênfase na execução, monitoramento e avaliação do Projeto de Intervenção e do Processo de Estágio. Apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade.

Objetivos

Objetivo Geral:

- Possibilitar a inserção do/a estagiário em campo de Estágio em Serviço Social II, com vistas a qualificar a articulação teórico-prática na formação e exercício profissional em Serviço Social.

Objetivos Específicos:

- Apreender, problematizar e qualificar o objeto de intervenção expresso na análise institucional e projeto de intervenção.
- Fortalecer a articulação entre formação e exercício profissional.
- Explorar o instrumental técnico-operativo utilizado pelo assistente social nos processos de intervenção.
- Acompanhar e intervir nos processos de trabalho em conjunto com os/as assistentes sociais nos campos de estágio, públicos e privados.
- Exercitar a interdisciplinaridade, considerando as realidades e demandas institucionais.
- Qualificar o processo de apropriação e sistematização das demandas institucionais e do serviço social mediante diários de campo, plano de estágio discente e elaboração de relatório final de estágio.
- Executar, monitorar e avaliar o projeto de intervenção no campo de estágio, demonstrando apreensão crítica da realidade social e institucional e as demandas dos usuários, considerando as particularidades da região de fronteira.
- Problematizar e subsidiar o objeto de estudo do Trabalho de Conclusão de Curso.

Referências Bibliográficas Básicas

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação.** São Paulo: Veras, 2002.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na contemporaneidade.** São Paulo: Cortez, 2011.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez, 1997.

Referências Bibliográficas Complementares

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

_____. **Monitorando & Avaliando Mudanças.** Rev. Rev. Eletrônica Portas, v.2, n.2, p.10-17, jun.2008. <http://www.acicate.com.br/portas/monitorando.pdf>. Acesso em: 16/03/2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Site oficial da Associação Brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social, 2015. Disponível em: <http://abepss.org.br>. Acesso em 31 de março de 2015.

BRASIL, Lei n 11.788/2008. **Dispõe sobre o estágio para estudantes e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Site oficial do Conselho Federal de Serviço Social, 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília (DF), 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf, acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio.** Brasília: DF, 2010. Disponível: em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_ corrigida.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução 533/08:** dispõe sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução 493/06:** dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Lei 8662/93. **Lei de Regulamentação da Profissão.** Porto Alegre: 2005. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS. Nº 273 de 13 de março de 1993. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.**

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. Site oficial do Conselho Regional de Serviço Social. 10ª Região. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br>. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. 10ª Região. **Coletânea de leis.** Ed. Revista e ampliada. Porto Alegre: CRESS, 2005, 238 p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atuação e assistentes sociais no Sóciojurídico.** Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Volume 4. Brasília: DF, 2014. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESSsubsidios_sociojuridico2014.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Volume 3. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: DF, 2012. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Volume 2. Brasília: DF, 2010. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Volume 1. Brasília: DF, 2009. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social.** Brasília: DF, 2007. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFP et2007.pdf>. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos:** contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Cortez, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOREIRA, Carlos. Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em Serviço Social** – a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. São Paulo: Cortez, 2013.

SERRA, Rose (Org.). **Espaços Ocupacionais e Serviço Social** – ensaios críticos. Judiaí: Paco Editorial: 2012.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Processos de trabalho do assistente social elaboração de documentação: implementação e aplicabilidade.** Porto Alegre: Graturck, 2007.

Identificação do Componente Curricular

Seguridade Social III: Previdência Social	Carga horária: 60 horas
Ementa	
<p>A constituição do sistema de proteção social e o Sistema de Seguridade Social no Brasil. A trajetória histórica da previdência e sua estrutura organizacional e mecanismos de gestão, funções e beneficiários na atualidade. Análise das políticas de previdência, orçamento e sustentabilidade na previdência social. Impactos da seguridade social na redução das desigualdades sociais no contexto e reforma da previdência social. Os indicadores previdenciários. O Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático da política de previdência.</p>	
Objetivos	
<p>Geral: Apreender a trajetória histórica da Previdência Social nas sociedades capitalistas, e suas particularidades na realidade Brasileira.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar as políticas de previdência. - Conhecer a Estrutura organizacional e mecanismos de gestão, funções e beneficiários, assim como o impacto da seguridade social na redução das desigualdades sociais. - Refletir sobre a contribuição do Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico - prático da política de previdência. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. IN: SADER, E.; GENTILLE, P. (orgs). Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. RJ: Paz e Terra, 1995.</p> <p>MOTA, A. E. Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência nos anos 80 e 90. SP: Cortez, 1995.</p> <p>OLIVEIRA, Ana M. Introdução crítica a literatura sobre políticas públicas. RJ: IUPERJ, 1982.</p> <p>VIEIRA, E. Democracia e Previdência Social. Coleção Polemica do Nossa Tempo, n.49. SP: Cortez, 1992.</p> <p>SANTOS, W. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Campus</p>	

Referências Bibliográficas Complementares

AZEREDO, B. **O sistema previdenciário brasileiro: diagnóstico e perspectivas de mudança.** RJ: Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), 1993.

BOSCHETTI, Ivanete. **A política da seguridade social no Brasil.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL: Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Secretaria de Previdência Social. **Previdência e Estabilidade social:** curso de formadores em Previdência Social. Brasília: MPAS, 2002.

COSTA, José Ricardo Caetano. **Previdência:** os direitos sociais previdenciários no cenário neoliberal. Curitiba: Juruá, 2010.

DORNELLES, Marcelo Lemos; LEITE, André Fernando Janson Carvalho. Previdência Social: entre a ética da solidariedade e a ética de mercado. In. COSTA, Maria Isabel Pereira da (Coord.). **Ética e a previdência pública e privada.** Porto Alegre: Livraria do Advogado; Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas sociais:** acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2011.

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

LOYOLA, Ivo. Porque fazer reforma na previdência social. In. MORHY, Lauro. (Org.) **Reforma da previdência em questão.** Brasília: Universidade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro. Gabinete do Reitor: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MARCONSIN, Cleier; SANTOS, Cleusa. A acumulação capitalista e os direitos do trabalho: contradição histórica que preside a seguridade social. In. BEHRING, Eliane Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (Orgs.). **Trabalho e seguridade social:** percursos e dilemas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

MARQUES, Rosa Maria. Experiências internacionais e a reforma da previdência. In. MARQUES, Rosa Maria [Et. al.]. **A Previdência Social no Brasil.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003. (Coleção Cadernos da Fundação Perseu Abramo).

MONTEIRO NETO, Armando de Queiroz. A reforma da previdência como instrumento de desenvolvimento econômico. In. MORHY, Lauro. (Org.) **Reforma da previdência em questão.** Brasília: Universidade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro. Gabinete do Reitor: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MOREIRA, Marinete Cordeiro. O Serviço Social no INSS a partir da década de 1990: análise da implantação da Matriz Teórico- Metodológica. In. BEHRING, Eliane Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (Orgs.). **Trabalho e seguridade social:** percursos e

dilemas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

NEVES, Márcia Emilia Rodrigues; SILVA, Maria de Jesus da. Previdência social; construção da prática do Serviço Social. In. BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs.). **Serviço Social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades Humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

PEREIRA, P.A.P. **A Assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil:** Brasília: Ed. Thesaurus, 1996.

REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontanele. **Serviço Social e políticas sociais.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

ROMERO, Vilson Antonio. Previdência e Seguridade Social, a consistência dos recursos orçamentários ou o mito do déficit. In. COSTA, Maria Isabel Pereira da (Coord.). **Ética e a previdência pública e privada.** Porto Alegre: Livraria do Advogado; Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, 2010.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira:** entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Ademir Alves da. O Serviço Social na previdência social: entre a necessidade social e o benefício. In. BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs.). **Serviço Social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes.** São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, Carlos. Curso de direito do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2009.

VIANA, Ana Luiza d'Avila; LEVCOVITZ, Eduardo. Proteção Social: introduzindo o debate. In. VIANA, Ana Luiza d'Avila; ELIAS, Paulo Eduardo M.; IBAÑEZ, Nelson (Orgs.). **Proteção Social.** Dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2005.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. Reforma da previdência: missão ou oportunidade perdida? In. MORHY, Lauro. (Org.) **Reforma da previdência em questão.** Brasília: Universidade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro. Gabinete do Reitor: Editora Universidade de Brasília, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Análise da matriz teórico-metodológica do Serviço Social no INSS (1995), considerando a política previdenciária, suas determinações sócio-históricas e o projeto hegemônico do Serviço Social. In. BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs.). **Serviço Social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes.** São Paulo: Cortez, 2008.

Identificação do Componente Curricular	
Trabalho de Conclusão de Curso I	Carga horária: 60 horas
Ementa	
Elaboração de projeto da monografia visando a construção do trabalho de conclusão de curso, a partir do referencial teórico-metodológico e aspectos éticos, observando as exigências do trabalho científico.	
Objetivos	
<p>Geral: Refletir sobre temática definida sob orientação, elaborar o projeto para o trabalho de conclusão de curso.</p> <p>Específicos: Sistematizar o conhecimento construído durante o curso; Elaborar projeto de TCC I;</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1992.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.</p> <p>UNIPAMPA. Regulamento interno do curso de Serviço Social para tcc. Curso de Serviço Social. Disponível em: http://cursos.UNIPAMPA.edu.br/cursos/servicosocial/files/2011/08/Regulamento-TFG.pdf</p> <p>UNIPAMPA. Manual de normalização de trabalhos científicos. Disponível em: http://porteiras.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/sisbi/files/2014/10/Manual-de-Normalização-3.-ed.-20131.pdf</p> <p>UNIPAMPA: Template para trabalhos de conclusão de curso da Universidade Federal</p>	

do Pampa. Disponível em:

<http://porteiras.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/sisbi/programa-de-capacitacao/>

Referências Bibliográficas Complementares

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CURY, Carlos Roberto. **Educação e contradição:** elementos metodológicos para uma teoria crítica fenômeno educativo. 6.ed. São Paulo: Cortez,1995.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Técnicas de Pesquisa:** Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.

SALVADOR, Angelo, D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica.** Porto Alegre: Sulina, 1981.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez,1996.

Identificação do Componente Curricular

Gestão e Serviço Social II

Carga horária: 60 horas

Ementa

Gestão social na sociedade capitalista. Gestão participativa. Sistema de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização – PMAS, como processo político-pedagógico e metodológico de intervenção. Processo de planificação: programas, projetos e planos. Apreensão crítica e articulação teórico-prática dos instrumentos de trabalho na gestão de

políticas sociais.

Objetivos

Geral:

Conhecer modelos de gestão social, com ênfase à gestão participativa, e exercitar o processo de Planificação em Serviço Social, com vistas a contribuir para o processo de monitoramento, avaliação e sistematização de políticas sociais.

Específicos:

- Compreender o que é e como pode ser implementado o processo de gestão participativa.
- Aprofundar o processo de planificação na área do Serviço Social.
- Monitorar, avaliar e sistematizar a execução de políticas sociais a partir dos projetos de intervenção de Estágio em Serviço Social.

Referências Bibliográficas Básicas

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social – Intencionalidade e Instrumentação.** São Paulo. Veras, 2000.

RICCO, Elisabeth de Melo; REICHELIS, Raquel. **Gestão Social. Uma questão em debate.** São Paulo, Educ, 1999.

Referências Bibliográficas Complementares

ARMANI, Domingos. **Monitorando & Avaliando Mudanças.** Rev. Rev. Eletrônica Portas, v.2, n.2, p.10-17, jun.2008.

<http://www.acicate.com.br/portas/monitorando.pdf>. Acesso em: 16/03/2015.

FARIA, José Henrique de. **Relações de poder e de trabalho nas organizações.** São Paulo: Atlas, 2009.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa.** São Paulo: Loyola, 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais na formulação de políticas públicas.** Disponível em:

<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>. Acesso em 16/03/2015.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social e Saúde:**

formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

8º SEMESTRE

Identificação do Componente Curricular	
Trabalho de Conclusão de Curso II	Carga horária: 60 horas
Ementa	
Elaboração e apresentação do trabalho de conclusão de curso.	
Objetivos	
<p>Geral:</p> <p>Executar e finalizar um projeto de pesquisa que resultará no trabalho final de conclusão de curso, sob orientação de um docente responsável cumprindo todas as etapas de um trabalho científico.</p> <p>Específicos:</p> <p>Apresentar o tema investigado como um Trabalho de Conclusão de Curso;</p> <p>Executar e finalizar o plano de trabalho estabelecido junto com o orientador, para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso;</p> <p>Executar e finalizar o percurso metodológico frente à questão de pesquisa, sob orientação do docente orientador;</p> <p>Realizar o Trabalho de Conclusão de Curso;</p> <p>Apresentar para Banca examinadora</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1992.</p>	

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

UNIPAMPA. **Regulamento interno do curso de Serviço Social para tcc**. Curso de Serviço Social. Disponível em:

<http://cursos.UNIPAMPA.edu.br/cursos/servicosocial/files/2011/08/Regulamento-TFG.pdf>

UNIPAMPA. **Manual de normalização de trabalhos científicos**. Disponível em: <http://porteiras.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/sisbi/files/2014/10/Manual-de-Normalização-3.-ed.-20131.pdf>

UNIPAMPA: **Template para trabalhos de conclusão de curso da Universidade Federal do Pampa**. Disponível em: <http://porteiras.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/sisbi/programa-de-capacitacao/>

Referências Bibliográficas Complementares

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CURY, Carlos Roberto. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica fenômeno educativo. 6.ed. São Paulo: Cortez,1995.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Técnicas de Pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.

5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SALVADOR, Angelo, D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1981.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social**: Utopia e realidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo:

Cortez, 1996.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1995.

2.4.5 Flexibilização Curricular

A flexibilização será possível a partir da participação dos alunos em diversos projetos de pesquisa e extensão coordenados pelos professores do curso; da matrícula em CCCGs do curso de Serviço Social e de outros cursos; participação em eventos que são integralizados como ACGs no currículo; participação de visitas técnicas e atividades orientadas. Na sequência apresenta-se a relação dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação e suas respectivas ementas.

2.4.5.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCG)

Em todos os semestres será ofertada pelo menos um CCCG. Nos semestres pares, em que há menor oferta de componentes curriculares obrigatórios, serão ofertados pelo menos dois CCCGs. Abaixo segue quadro ilustrativo dos componentes e na sequencia seu respectivo ementário.

Quadro 07: Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Códigos dos Componentes Curriculares	Nome do componente	Carga Horária teórica (T) e prática (P)
SB0466	Direitos Humanos e Mediação de Conflitos	60 horas (45T + 15P)
SB0467	Educação e Diversidade	60 horas
SB0468	Ensino Superior e formação profissional	60 horas
SB0469	Inclusão da Pessoa com Deficiência	60 horas

SB0470	Interfaces do processo de envelhecimento	60 horas
SB0471	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60 horas
SB0472	Participação Popular, Controle Social e Movimentos Sociais	60 horas
SB0473	Questão Social e Sujeito de Direito	60 horas
SB0474	Relações de gênero	60 horas
SB0475	Relações Étnico-Culturais	60 horas
SB0476	Saúde Mental	60 horas
SB0477	Subjetividade contemporânea	60 horas
SB0478	Sustentabilidade Ambiental	60 horas
SB0479	Violência Sexual contra crianças e adolescentes	60 horas

2.4.5.2 Ementário dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCG)

Identificação do Componente Curricular	
Educação e diversidade	Carga horária: 60 horas
Ementa	
A diversidade como constituinte da condição humana. Diversidade e relações de gênero. A cultura como universo simbólico que distingue os diferentes grupos humanos. A diversidade étnico-racial com ênfase nas histórias e culturas dos povos indígenas e africanos. A diversidade na formação da cultura brasileira. A diversidade social e as desigualdades econômicas. A educação como catalisadora e expressão das diversidades.	
Objetivos	
<p>Geral: Proporcionar ao aluno reflexão crítica sobre a diversidade, a cultura e a educação, despertando o interesse para a importância do componente curricular e a organização como componente presente no cotidiano de sua prática profissional.</p> <p>Específicos: Analizar o processo histórico dos povos indígenas e africanos no Brasil e no RS, a diversidade cultural e linguística, enfatizando as concepções e mitos acerca dos povos indígenas e africanos, promovendo uma reflexão crítica; Apreender a diferença sobre os povos indígenas e africanos, sua diversidade</p>	

cultural e pluriétnicidade;
 Conjecturar criticamente sobre as sociedades indígenas e africanas e reconhecê-las como uma parcela do povo brasileiro para aceitar as diferenças;
 Desenvolver uma visão crítica sobre o processo de contato com as populações indígenas e africanas, no período colonial, imperial e republicano;
 Reconhecer as características básicas de identificação e autoafirmação indígena e negra;

Referências Bibliográficas Básicas

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social.** Petrópolis, Rocco, 1987.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico.** Cortez, São Paulo: Cortez, 2000.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas sociais e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Referências Bibliográficas Complementares

BHABHA, H. **O local da cultura.** Belo horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BÔAS, Gláucia Villas e Gonçalves, Marco Antônio. **O Brasil na virada do século:** o debate dos cientistas sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2005.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Pensamento social, ciência e imagens do Brasil:** tradições revisitadas pelos educadores brasileiros. Revista Brasileira de Educação (ANPEd), n. 15 (especial) (set.-out.-nov.-dez. 2000).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos Trópicos: o instituto histórico e geográfico e o projeto de uma história nacional.** Estudos históricos, n. 1 (1988), p. 5-27.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** De Vanhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na intimidade. SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Jessé, (Org.). **Multiculturalismo, racismo e democracia:** por que comparar Brasil e Estados Unidos? In: **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil- EUA.** Brasília: Paralelo 15, 1997.

Identificação do Componente Curricular

Inclusão da Pessoa Com Deficiência

Carga horária: 60 horas

Ementa
Estudo do conceito de inclusão da pessoa com deficiência e do reconhecimento político das diferenças. Partindo do contexto da Educação, o desdobramento dos processos sociais resultantes da relação entre capital e trabalho que produzem a segregação social de diferentes sujeitos singulares e coletivos. Análise dos padrões criados socialmente na configuração de uma sociedade de classe social preconizada por padrões de comportamento típicos da sociabilidade capitalista.
Objetivos
<p>Geral: Analizar o contexto legal, social, político e econômico em que a inclusão da pessoa com deficiência está inserido, bem como os desdobramentos sociais resultantes do processo de inclusão.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer conceitualmente e legalmente a inclusão da pessoa com deficiência bem como as condições de acesso aos bens sociais na perspectiva de acessibilidade universal; - Estudar a inclusão da pessoa com deficiência na perspectiva das Políticas de Educação, Saúde, Assistência Social e Trabalho; - Perceber as condições de inclusão da pessoa com deficiência a partir das políticas inclusivistas, bem como o apoio das mídias e Desenho universal.
Referências Bibliográficas Básicas
<p>CASTRO, Clarissa Meira F. de. FERNANDES, Idilia. AZEVEDO, Rosane Arostegui de (coord). Condições de Acesso das Pessoas com deficiência aos bens sociais do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Evangraf, 2014.</p> <p>LIPPO, Humberto (org.). Sociologia da Acessibilidade e Reconhecimento Político das diferenças. Canoas RS. Ed. ULBRA, 2012.</p> <p>SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010.</p>
Referências Bibliográficas Complementares
<p>BRASIL. A inclusão social da pessoa com deficiência no Brasil - Como Multiplicar este Direito / Coordenação Instituto Paradigma: Priscila Cardoso e Danilo Namo – São Paulo: Instituto Paradigma, 2008. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.</p> <p>CARDOSO, Marilene Cardoso. Educação Inclusiva: atendimento à diversidade como práxis educativa na rede municipal de Guaíba. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação. PUCRS. Porto Alegre, 2004.</p> <p>FERNANDES, Idilia. O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. Revista Textos & Contextos. PUCRS, Porto Alegre. Nº 6, ano V, dez. 2006</p> <p>FERNANDES, Idilia. LIPPO, Humberto. Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea. In. Revista Textos & Contextos. PUCRS: Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 281 - 291, jul./dez. 2013.</p> <p>FERNANDES, Idilia. Relações Sociais no convívio com as diferenças e deficiências numa perspectiva histórica. In. LIPPO, Humberto (org.). Sociologia da</p>

Acessibilidade e Reconhecimento Político das diferenças. Canoas RS. Ed. ULBRA, 2012.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In STOBAUS, Claus Dieter. MOSQUERA, Juan José. **Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva.** 2ª ed. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2004.

SILVA. Jocenir de Oliveira Silva. **Processos de Inclusão Social Ilusórios: Um novo olhar frente à diversidade no contexto educacional.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

STOBAUS, Claus Dieter. MOSQUERA, Juan José. **Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva.** Porto Alegre. EDIPUCRS, 2004.

Identificação do Componente Curricular

Ensino Superior e Formação Profissional	Carga horária: 60 horas
---	-------------------------

Ementa

Formação profissional: do que se trata? A configuração da política de ensino superior a partir da redemocratização brasileira. Os organismos internacionais e sua relação com a educação superior brasileira. A contrarreforma da educação superior no Brasil.

Objetivos

Geral: Problematizar a formação profissional em nível superior na cena contemporânea, no intuito de apreender os (des)compassos e desafios instituídos com as mudanças na área nas últimas décadas.

Específicos:

- Problematizar conceitualmente os requisitos teórico-políticos da formação profissional em nível superior;
- Discutir a configuração do ensino superior no Brasil pós 1988 e as tendências teórico-políticas expressas no final do século XX e primeiras décadas do XXI;
- Debater as influências que os organismos internacionais exercem na educação superior brasileira e seus rebatimentos na exequibilidade da(s) política(s);
- Analisar a contrarreforma da educação superior no Brasil e os impactos na direção social e política do processo formativo em nível superior, contemporaneamente.

Referências Bibliográficas Básicas

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** 2ªEd. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

HADDAD, Sérgio, et al. **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Kátia. **Contra-Reforma na educação superior: de FHC a Lula.** São Paulo: Xamã, 2007.

NEVES, Lucia Maria W. (org). **O empresariamento da educação.** Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

Identificação do Componente Curricular

Interfaces do Processo de Envelhecimento	Carga horária: 60 horas
--	-------------------------

Ementa

Aspectos sociais que envolvem o processo de envelhecimento. Constituição de Legislação e Políticas Públicas de Atendimento a Pessoa Idosa. Envelhecimento e questão social. Intervenção do profissional do Serviço Social na Gerontologia Social.

Objetivos

Geral:

Analisar os aspectos sociais que envolvem o processo de envelhecimento.

Específicos:

Discutir a constituição da gerontologia social enquanto estudo do envelhecimento.

Estudar a trajetória histórica e legislativa de atendimento a pessoa idosa por meio de políticas sociais.

Reconhecer aspectos sociais do envelhecimento com centralidade no trabalho, família, qualidade de vida e institucionalização no envelhecer.

Pontuar o envelhecimento correlacionado a expressões da questão social.

Analisar possibilidades de intervenção do profissional do Serviço Social junto a pessoa idosa.

Referências Bibliográficas Básicas

PAIVA, Sálvia de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento, Saúde e Trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

PESSOA, Elisângela Maia Pessoa; FUZINATTO, Aline; GAVIRAGUI, Fábio. **O estatuto do idoso como Garantia dos Direitos Sociais na melhoria da Qualidade de Vida e intervenção do Serviço Social**. In. A diversidade de atuação do Serviço Social – desvelando o processo de trabalho. Porto Alegre: Faith, 2010.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e Trabalho no tempo do capital – implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TERRA, Newton Luiz; FERREIRA, Anderson Jackle; TACQUES, Cláudia de Oliveira; MACHADO, Letícia Rocha. **Envelhecimento e suas múltiplas áreas de**

conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares

BULLA, Leonia Capaverde; ARGIMOM, Irani Iracema de Lima (Org.). **Convivendo com o familiar idoso.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CORTELLETI, Ivonne; CASARA, Miriam B; HERÉDIA, Vânia B. M. **Idoso asilado:** um estudo gerontológico. Caxias do Sul: Educrs/Edipucrs, 2004

COSTA, Ruthe Corrêa. **A terceira idade hoje - sob a ótica do serviço social.** Canoas: Ulbra, 2007.

NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil, vivencias, desafios e expectativas na terceira idade.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc, 2007.

PESSOA, Elisângela Maia. **Assistência Social ao Idoso enquanto direito de proteção social em municípios do Rio Grande do Sul.** Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2010.

Revista Serviço Social e Sociedade. **Velhice e Envelhecimento.** N 75 Ano XXIV. São Paulo: Cortez, 2003.

RITT, Caroline Fockink; RITT, Eduardo. **O estatuto do idoso – aspectos sociais, criminológicos e penais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

Identificação do Componente Curricular

Saúde Mental	Carga horária: 60 horas
--------------	-------------------------

Ementa

Conceitos fundamentais de psicopatologia. A história da institucionalização da loucura. As contribuições da Psiquiatria, da Psicanálise e da Psicologia Social no campo da Saúde Mental. Os movimentos de luta antimanicomial no mundo e no Brasil. A Saúde Mental e os modelos comunitários de atendimento. A intervenção no contexto interdisciplinar.

Objetivos

Geral:

Apresentar o campo da psicopatologia e suas formas de institucionalização.

Específicos:

Conhecer os problemas de Saúde Mental que afetam as comunidades, as políticas públicas desenvolvidas na área;

Familiarizar-se com os principais transtornos psicopatológicos;

Identificar sintomas e indicativos de transtornos mentais;

Capacitar para a atuação interdisciplinarmente nas equipes de saúde mental.

Referências Bibliográficas Básicas

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-IV**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BRASIL, **ANAIIS da I Conferência Nacional de Saúde Mental** (1987). Brasília.

BRASIL, **ANAIIS da II Conferência Nacional de Saúde Mental** (1993). Brasília.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LACERDA, F. e GUZZO, R. (orgs.). **Psicologia e Sociedade – Interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas/SP: Alínea, 2010.

LANCETTI, A. **Saúde e Loucura**. São Paulo: Hucitec. nº1, 1989.

PEREIRA, J. F. **O que é Loucura**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

ROTELLI, F. et.al. **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 1990.

VASCONCELOS, E. **Abordagens Psicossociais**. Vol. I – História, teoria e trabalho no campo. São Paulo: HUCITEC, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Mental**. FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

TUNDIS, S; COSTA, N. **Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1997.

VASCONCELOS, E. (org.) **Abordagens Psicossociais**. Vol. III – perspectivas para o Serviço Social. São Paulo: HUCITEC, 2009.

WADI, Yonissa M. **Palácio para guardar doidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10 - descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

Identificação do Componente Curricular

Subjetividade Contemporânea	Carga horária: 60 horas
-----------------------------	-------------------------

Ementa

Caracterização da sociedade contemporânea: a pós-modernidade, a hipermodernidade e a sociedade de consumidores. A subjetividade na atualidade. Psicopatologia e sofrimento psíquico na contemporaneidade.

Objetivos

Geral: Contribuir para a compreensão das particularidades da sociedade contemporânea do mundo ocidental, bem como as principais manifestações de sofrimento psíquico deste contexto.

Específicos:

Refletir acerca das formas de ser no contexto contemporâneo: identidade e consumo;

Conhecer as novas configurações da sociedade de massa;

Discutir a relação entre sedução/desejo, consumo, interatividade e publicidade;

Compreender o sofrimento psíquico no contexto contemporâneo

Referências Bibliográficas Básicas

AUBERT, Nicole. **Violence du temps et pathologies hypermodernes**. Paris: Érès, 2008/2 - n° 78, p. 23 a 38.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade** de consumo. Lisboa: Edições 70, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

JERUSALINSKY, A. e FENDRIK, Silvia (orgs). **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. CHARLES, Sébastien. **Os Tempos Hipermódernos**. São Paulo: Barcarolla, 2007.

MELMAN, Charles. **O Homem sem gravidade: gozar a qualquer preço; entrevistas por Jean-Pierre Lebrun**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

Referências Bibliográficas Complementares

BAUMAN, Zygmunt. **Vidapara consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto: 1997.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KEHL, Maria Rita. **Mundo cão? Para uma teoria da cínica das depressões - entrevista**. In: Ver. Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Porto Alegre, nº 36, p. 128-138, jan./jun. 2009.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Identificação do Componente Curricular

Violência sexual contra crianças e adolescentes	Carga horária: 60 horas
---	-------------------------

Ementa

A violência sexual contra crianças e adolescentes enquanto fenômeno histórico e suas determinações contemporâneas. A violência sexual e sua relação com a desigualdade social e os processos de exclusão social. Os diferentes tipos de violência sexual. O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes a partir das políticas públicas setoriais e de direito. A intervenção profissional diante dos casos de violência sexual.

Objetivos

Geral:

Problematizar a violência sexual contra crianças e adolescentes e sua relação com as manifestações da questão social.

Específicos:

- Identificar os tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes, conceitos, contextos, causas e consequências;
- Problematizar a importância da intervenção profissional, na prevenção e atendimento das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes;

- Socializar o debate sobre as legislações e as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e a defesa de direitos para este segmento.

Referências Bibliográficas Básicas

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência sexual intrafamiliar:** é possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena Mariante. **Violência sexual contra crianças e adolescentes.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder.** São Paulo: Iglu, 2000.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos:** a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCHEZAN, Nair Angélica Comasseto; MENDES, Luís Marcelo (Organizadores). **Expressões de violência e seu enfrentamento no CREAS/Centro de Referência Especializado da Assistência Social.** Passo Fundo: Méritos, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar:** orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.** 2013.

LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.** CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. **Adolescentes em situação de prostituição:** uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. In: Psicologia: Reflexão e Crítica, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública.** In: Cad. Saúde Pública vol.10 suppl.1 Rio de Janeiro 1994.

PEDERSEN, Jaina Raquel. **Abuso sexual intrafamiliar:** do silêncio ao seu enfrentamento. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Porto Alegre, 2010.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SERPA, Monise Gomes. **Primeiras experiências de exploração sexual:** um estudo sobre o processo de aproximação de adolescentes a essa realidade. Psico v.41, n.1, pp. 32-39, jan/mar. 2010.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **O Método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural.** s/d.

_____. José Fernando Siqueira da. **Violência e Serviço Social:** notas críticas. In: Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 265-273 jul./dez. 2008.

Identificação do Componente Curricular

Direitos Humanos e Mediação de Conflitos	Carga horária: 60 horas (45T + 15P)
Ementa	
História e conceitos de Direitos Humanos. Princípios da Mediação na relação com a Educação para a Paz. Direitos Humanos na ação do profissional.	
Objetivos	
<p>Geral: Possibilitar conhecimentos a cerca do construto histórico e conceitual dos direitos humanos;</p> <p>Específicos: Desenvolver conhecimentos de Educação para a Paz; Introduzir conceitos, princípios, valores e técnicas de mediação de conflitos; Desenvolver práticas voltadas para o exercício cidadania.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>LIMA. Suzana Borges Viegas de. A Importância da Mediação para a Pacificação das Relações Sociais e Familiares. In: Mediação. Revista Do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Edição 01, 2013.</p> <p>CHAI, Cássius Guimarães; SOUSA, Maria do Socorro Almeida(ORGS).Mediação e Direitos Sociais Indisponíveis: Trabalho, Saúde, Educação e Meio ambiente. Rio de Janeiro. Global Mediation, 2014.</p> <p>JARES, Xesús R. Educação para a paz: sua teoria e sua prática. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>GUIMARÃES, Marcelo R. Aprender a educar para a paz. Educação para a paz: sentidos e dilemas. Caxias do Sul/RS: Educs, 2005.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas. São Paulo: Método, 2008.</p> <p>RAYO Tuvilla José. Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 10 de dezembro de 1948.</p> <p>DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos e cidadania. São Paulo: Moderna, 2008</p> <p>KANT. Emanuel. A paz perpétua de Kant. Editora Matos Santos. 1989.</p> <p>DISKIN, Lia. Paz, como se faz?: semeando cultura de paz nas escolas — Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, UNESCO, Associação Palas Athena, 2002.</p>	

Identificação do Componente Curricular	
Participação Popular, Controle Social e	Carga horária: 60 horas

Movimentos Sociais	
Ementa	
A participação popular na sociedade capitalista. O controle social democrático na área das políticas públicas. Movimentos sociais e a transversalidade de classe, relações de gênero e questões étnico-raciais. Novos Movimentos Sociais.	
Objetivos	
<p>Geral: Apreender conceitos e configurações da participação popular, controle social democrático e movimentos sociais, na realidade sociedade brasileira, a partir do modelo de Estado Ampliado, considerando a transversalidade de classe social, relações de gênero e étnico-raciais.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender os conceitos e formas de expressão da participação popular. - Verificar o significado do controle social democrático, a partir do referencial de estado ampliado. - Problematizar o que são e como se organizam os movimentos sociais e novos movimentos sociais na realidade brasileira. - Refletir sobre a transversalidade de classe social, relações de gênero e étnico-raciais, nos processos de participação popular, controle social democrático de políticas públicas e na organização dos movimentos sociais. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.) Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>PEREIRA, Potyara. Política social: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>SANTOS, Josiane Soares. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS Manifesta. Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014). Brasília/DF, 2014.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2008.</p> <p>MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. Controle Social da Política de Assistência Social: caminhos e descaminhos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.</p> <p>MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>SILVA, José Fernando Siqueira. Serviço Social: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.</p>	

PRADO JÚNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
 PELOSO, Ranulfo (org). **Trabalho de base** (seleção de roteiros elaborados pelo CEPIS). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Identificação do Componente Curricular

Relações Étnico-Culturais	Carga horária: 60 horas
---------------------------	-------------------------

Ementa

Relações étnico-raciais estudadas a partir de aspectos conceituais, históricos e políticos. Populações étnicas e diáspora. Etnia/Raça e a indissociabilidade de outras categorias da diferença. Culturas negra, afro-brasileira e indígena no Brasil. A “presença/ausência” do negro e do indígena na questão social brasileira. Lutas e resistências negra e indígena no Brasil. Políticas afirmativas para populações étnicas. A questão étnico-racial na prática dos assistentes sociais.

Objetivos

Geral:

Contribuir para a aquisição e formação de alunas/os do Curso de Serviço Social, da presença da diferença, da diversidade na sociedade, numa abordagem pluriétnica, multicultural e multidisciplinar, tomando como desafio possibilidades mais democráticas de tratar a diferença, e o outro no cotidiano da prática profissional. E, ainda, promover o aprofundamento da temática da formação cultural brasileira, mediante uma abordagem crítica, profunda, rigorosa e de conjunto acerca das expressões das questões étnicas-raciais que se apresentam, em especial, na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Específicos:

Discutir os conceitos de identidade, identidade negra, identidade indígena, raça, etnia, racismo, etnocentrismo, preconceito racial, discriminação racial, democracia racial;

Relacionar a constituição e institucionalização dos estudos étnicos na contemporaneidade;

Debater a discussão das identidades sociais e o descentramento dos sujeitos.

Refletir as leituras hegemônicas da nossa cultura e de suas características, assim como das relações entre os diferentes grupos sociais e étnicos.

Propor de forma crítica a articulação entre o referencial teórico e o desenvolvimento do exercício profissional, relativas a uma educação para as relações étnico-raciais.

Referências Bibliográficas Básicas

AZEVEDO, Thales de. **Democracia Racial**: Ideologia e realidade. Petrópolis: Vozes, 1975.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações Culturais. LivSovik (org.) Trad. Adelaine La Guardia Resende [...] et all. Vol. 93 de Humanitas. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Brasília Representação da Unesco no Brasil 2003.

NASCIMENTO, Elisa L. **O sortilégio da cor**: Identidade, raça e gênero no Brasil.

São Paulo; Ed. Selo Negro, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. Brasiliense: São Paulo, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu Da Silva,(org). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

STOER, S. e CORTESÃO, L. **Levantando A Pedra – Da Pedagogia Inter/Multicultural às Políticas Educativas Numa Época de Transnacionalização**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

Referências Bibliográficas Complementares

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Antropologia**. Diversidade e Educação. Fascículos 3º e 4º, 2º ed. rev. Cuiabá, EDUFMT, 2000.

Território Negro em Espaço Branco: Estudo Antropológico de Vila Bela. Editora Brasiliense. São Paulo, SP, 1988.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. Edusp: São Paulo, 2003.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Direitos humanos, educação e interculturalidade**: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 45-56, 2008.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2001.

DCNERER (Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana). **Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008**.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 2000.

MUNANGA, Kabenguele; GOMES, Nilma Lino. **Para Entender o Negro no Brasil de Hoje**: História, Realidades, Problemas e Caminhos. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004. – (Coleção Viver, Aprender).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PIOVESAN, Flavia. **Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos**. In: Ações afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

Identificação do Componente Curricular

Relações de Gênero	Carga horária: 60 horas
--------------------	-------------------------

Ementa

As relações de gênero enquanto construções sociais. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero: estruturalismo, marxismo e pós-estruturalismo. Gênero, sexualidade e identidade. As políticas sociais e a questão de gênero.

Objetivos

Geral:

Compreender as formas de construção da identidade de gênero, dimensionando no contexto das relações de gênero e das relações de poder instituídas e instituintes na

sociedade de classes, articulando os conceitos e as dinâmicas estudadas, a fim de qualificar para a compreensão das relações de gênero na sociedade brasileira contemporânea e sua relevância nas expressões da “questão social”.

Específicos:

Problematizar de acordo com campos teórico-políticos específicos, que a transformaram em categoria de análise de um conjunto de fenômenos sociais, históricos, políticos econômicos e psicológicos que, habitualmente, são vistos como naturais e isentos das relações de poder.

Analizar as diferentes concepções sobre gênero: a partir das perspectivas das Teorias Feministas, Histórica, Cultural e do Patriarcado.

Contextualizar o histórico do surgimento da categoria gênero para se falar sobre essas relações sociais não reconhecidas.

Referências Bibliográficas Básicas

ALVES, B. M. & PITANGUY. **O que é feminismo.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. G. (org). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: FCC: ED. 34, 2002.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo - A Experiência Viva.** São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRUSCHINI, C.; Costa, A. de O. (Orgs.). **Uma Questão de Gênero.** Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

GERGEN, M. Mc. C (Org.) **O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento.** Brasília, DF, Editora Universidade de Brasília, Editora Rosa dos Tempos, 1993.

HOLLANDA, Ana Buarque. **Tendências e Impasses** - o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOPES, G. (Org.) **Gênero, Educação e Sexualidade.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.

LOPES, M.J. M., MEYER, D. E., WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e saúde.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

NOLASCO, S. (Org.) **A desconstrução do masculino.** Rio de Janeiro, RJ. Ed. Rocco, 1995.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar:** Utopia da Cidade Disciplinar. Editora Paz e Terra.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004.

VIEZZER, M. **O Problema não Está na Mulher.** São Paulo, SP, Ed. Cortez, 1989.

Referências Bibliográficas Complementares

ALMEIDA, S.S. **Femicídio:** algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro, Revinter, 1998.

ADELMAN, Miriam & SILVESTRIM, C. B. **Gênero Plural:** um debate interdisciplinar. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

ARAÚJO, C. & SCALON, C. (org). **Gênero, Família e Trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro:FGV, 2005.

AVILA, Maria Bethânia (org). **Novas Legalidades e Democratização da Vida Social.** Editora Garamond.

ALZANDUA, Glória. **Falando em línguas**: uma carta para mulheres escritoras do Terceiro Mundo. In: Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, 2000.

COMBES, D., HAICAULT, M. "Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes" in KARTCHEVSKY, A. et alii. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

CITELI, M. T. **Fazendo diferenças**: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. In: Revista Estudos Feministas. V. 9 n.1, Florianópolis-SC: UFSC, 2001.

GRASSI, E. **La mujer y la profesión de asistente social**. Buenos Aires: Humanitas, 1989.

LEGAULT, Gisele. **Intervenção Feminista em Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, 37, Ano XII. (Trad. Eva Faleiros) São Paulo: Cortez, 1991.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Editora Gradiva.

OLIVEIRA, E. M. **A Mulher, a Sexualidade e o Trabalho**. São Paulo: Hucitec/CUT, 1999.

HOLLANDA, Ana Buarque. (Org.) **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: São Paulo, EDUSC, 2005.

PIERUCCI, Flávio. **As ciladas da diferença**. In: *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, 2. USP: São Paulo, 1993.

SORJ, Bila& BRUSCHINNI, C. **Novos Olhares**: mulheres e relações de Gênero no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Marco Zero, 1994.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", in **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2), jul./dez. 1990.

Identificação do Componente Curricular

Sustentabilidade Ambiental	Carga horária: 60 horas
----------------------------	-------------------------

Ementa

Fundamentos históricos da educação ambiental. Desenvolvimento sustentável. A Sustentabilidade Ambiental. Processos formativos e interventivos de Educação Ambiental. A gestão pública e garantias de Políticas Públicas na área ambiental. Espaços e instrumentos de Controle Social Democrático na área ambiental.

Objetivos

Geral:

Apreender os diferentes conceitos sobre educação ambiental e desenvolvimento sustentável, com vistas a potencializar processos formativos e interventivos, e qualificar os espaços e instrumentos de controle social democrático para o desenvolvimento sustentável.

Específicos:

- Problematizar diferentes conceitos sobre sustentabilidade, desenvolvimentismo e desenvolvimento sustentável;
- Refletir sobre sustentabilidade e processos formativos e interventivos na área da

educação ambiental.

- Verificar as leis existentes na área ambiental e os espaços e instrumentos de controle social democrático.
- Conhecer processos de gestão pública e suas contribuições para a sustentabilidade ambiental.

Reconhecer a educação ambiental como processo de integração de relações entre a sociedade humana e o ambiente, de modo integrado e sustentável.

Referências Bibliográficas Básicas

ARAÚJO, Nailza M. Souza. SANTOS, Josiane Soares. SILVA, Maria das Graças (org.). **Educação Ambiental e Serviço Social.: OPEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente.** São Cristovão/SE: Editora, UFS, 2012.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** São Paulo: Gaia, 2010.

GÓMEZ, José Andrés Dominguez; AGUADO, Vásquez Octávio; PÉREZ, Alejandro Gaona (Orgs). **Serviço Social e Meio ambiente.** São Paulo, Cortez, 2009.

GRUN, M. Ética e Educação Ambiental: a Conexão Necessária. Campinas: Papirus, 2002.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social.** São Paulo: Cortez, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.**

BRASIL. **Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010** - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Site Institucional.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos>

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente.** Ver. e ampl. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO; UNICEF, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS Manifesta. **Gestão Tempo de Luta e Resistência** (2011-2014). Brasília/DF, 2014.

MENEGAT, Marildo; BEHRING, Elaine Rossetti; FONTES, Virgínia (Orgs.). **Dilemas da Humanidade: diálogos entre civilizações.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2010.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2009.

Identificação do Componente Curricular

Questão Social e Sujeito de Direito	Carga horária: 60 horas
-------------------------------------	-------------------------

Ementa

A noção de sujeito na sociedade capitalista. A forma jurídica e a sociabilidade capitalista. A desigualdade social e a igualdade jurídica na sociedade burguesa. Questão social, direitos e intervenção estatal. Os direitos humanos e socialismo.

Objetivos

Geral:

Possibilitar um espaço de apreensão crítica sobre a categoria sujeito de direito, a noção de sujeito na sociedade capitalista e suas contradições.

Específicos:

Adensar o debate sobre os direitos humanos e os processos sócio históricos a que estão vinculados, tendo em vista a necessidade destes conhecimentos para a formação em Serviço Social.

Promover o debate sobre os direitos na sociedade capitalista e sua constituição em face das particularidades as expressões da questão social no Brasil.

Referências Bibliográficas Básicas

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silva Mara Morais dos. Questão social e direitos. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crítica da legalidade e do direito brasileiro**. QuartierLatin. São Paulo. 2003.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

Referências Bibliográficas Complementares

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social e contemporaneidade**: afirmação de direitos e emancipação política? Revista Ciências Humanas – Universidade de Taubaté (UNITAU) – Brasil – Vol. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.unitau.br/revistahumanas>> Acesso em: Jul. de 2015.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **O lugar da noção de sujeito na sociedade capitalista**.

DOUZINAS, Costas. **Os paradoxos dos direitos humanos**. Disponível em: <http://www.revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/o_paradoxo_dos_direitos_humanos.pdf> Acesso em: Jul. de 2015.

_____. **São os direitos universais?** Disponível em: <http://www.revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/sao_os_direitos_universais.pdf> Acesso em: Jul. de 2015.

_____. **Que são Direitos Humanos?** Disponível em: <http://www.revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/que_sao_direitos_humanos.pdf> Acesso em: Jul. de 2015.

_____. **Quem são os humanos dos direitos.** Disponível em: <http://www.revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/quem_sao_os_humanos_dos_direitos.pdf> Acesso em: Jul. de 2015.

_____. **Educação, revoluções e seus direitos.** Disponível em: <http://www.revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/educacao_revolucoes_e_seus_direitos_entrevista_com_costas_douzinas.pdf> Acesso em: Jul. de 2015.

_____. **Liberdade e a Esquerda.** Disponível em: <http://www.revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/liberdade_e_a_esquerda.pdf> Acesso em: Jul. de 2015.

MASCARO, Alysson. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Direitos Humanos e Sua Tutela.** Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67546/70156>> Acesso em: Jul. de 2015.

_____. **O Direito como Educador.** Disponível em: <http://www.revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/o_direito_como_educador.pdf> Acesso em: Jul. de 2015.

_____. **Os direitos humanos e a dignidade humana.** Disponível em: <http://www.revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/direitos_humanos_e_dignidade_humana.pdf> Acesso em: Jul. de 2015.

TONET, Ivo. **Para além dos Direitos Humanos.** Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/Para_alem_dos_direitos_humanos.pdf> Acesso em: Jul. de 2015.

Identificação do Componente Curricular

Língua Brasileira de Sinais - Libras	Carga horária: 60 horas
--------------------------------------	-------------------------

Ementa

Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.

Objetivos

- Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais;
- Propor uma reflexão sobre o conceito e a experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sociocultural e linguística;
- Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais.
- Desenvolver a competência linguística na Língua Brasileira Sinais, em nível básico elementar;
- Fornecer estratégias para uma comunicação básica de Libras e adequá-las, sempre que possível, às especificidades dos alunos e cursos;
- Utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural;
- Refletir e discutir sobre a língua em questão e o processo de aprendizagem;
- Refletir sobre a possibilidade de ser professor de alunos surdos e interagir com surdos em outros espaços sociais;
- Compreender os surdos e sua língua a partir de uma perspectiva cultural.

Referências Bibliográficas Básicas

BARRETO, Madson, Raquel Barreto. Livro Escrita de Sinais sem mistérios – Belo Horizonte: Ed. do autor, 2012.

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. **LIBRAS em Contexto:** Curso Básico: Livro do aluno. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2007.

GESSER, Andrei. **LIBRAS - Que língua é essa?** Parabola. 2009.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo, Caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro. Ed. Revinter, 2000.

QUADROS, Ronice; KARNOOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos**

linguísticos. Artmed, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. NOVO DEIT-LIBRAS: **Dicionário Encyclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. vol. 1. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. NOVO DEIT-LIBRAS: **Dicionário Encyclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. vol. 2. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.

FLAVIA, Brandão. **Dicionário Ilustrado de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais**. 1. ed. Global Editora, 2011.

Legislação Brasileira Online e Repositórios Digitais em Geral

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008

_____. **História da Educação dos Surdos**. Licenciatura em Letras/LIBRAS na Modalidade a Distância, universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2008.

MATERIAIS DE APOIO:

QUADROS, Ronice Muller de: PIMENTA, Nelson. **Curso de Libras 1 (iniciante)**. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2007

QUADROS, Ronice Muller de; PIMENTA, Nelson. **Curso de Libras 2 (Básico)**. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2009

<http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

http://www.faders.rs.gov.br/portal/uploads/Dicionario_Libras_Atualizado_CAS_FADER_S.pdf

<http://WWW.feneis.org.br>

<http://www.lsblearning.com.br>

2.4.6 Migração Curricular

O quadro de migração abaixo será utilizado para os alunos ingressantes até 2016/1, que optarem pela nova matriz curricular. Estes deverão estar cientes do acréscimo de carga horária, bem como da possibilidade de aumento do tempo de integralização do curso. No processo de migração os estudantes deverão optar entre permanecer no currículo antigo e para isso deverão preencher o termo de anuência (anexo D) ou migrar para o novo currículo preenchendo o termo de migração (anexo E).

Quadro 08: Migrações

Semestre em que o Componente Curricular foi ofertado até 2015/1	Componente Curricular Obrigatório (ofertado até 2015/1)	Carga horária	Proposta de alteração para a nova matriz (a partir de 2016/1)	Medida resolutiva
1º	Introdução ao Serviço Social	60	Sem alterações	Aproveitamento sem pendências
1º	Metodologia Científica e Produção Textual em Serviço Social	60	Mudança de nomenclatura para “Leitura e produção textual” e inclusão de conteúdo	Aproveitamento sem pendências
1º	Trabalho e Questão Social	60	Sem alterações	Aproveitamento sem pendências
1º	Oficina de Teoria Social I	60	Componente deixa de existir	Aproveitamento das horas como CCCG ou ACG na categoria ensino
1º	Psicologia I	60	Mudança de nomenclatura para “Fundamentos da Psicologia” e inclusão de conteúdo	Aproveitamento sem pendências
1º	Direito e Legislação Social I	60	Mudança de nomenclatura para “Direito e Legislação Social”; realocada para o 2º semestre e inclusão de conteúdo.	Aproveitamento sem pendências
2º	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológico do SS I	75	Redução de 15 horas	Aproveitamento das horas excedentes como ACG na categoria ensino
2º	Oficina de Integração Teórico e Prática I	45	Componente deixa de existir.	Aproveitamento das horas como CCCG ou ACG na categoria ensino
2º	Antropologia Social	60	Mudança de nomenclatura para “Identidades Culturais”; realocada para o 1º semestre e inclusão de conteúdo.	Aproveitamento sem pendências

2º	Formação Social Econômica e Política	60	Mudança de nomenclatura para “Formação da Sociedade Brasileira e Questão Social”; realocada para o 3º semestre e inclusão de conteúdo.	Aproveitamento sem pendências
2º	Ética em Serviço Social I	45	Mudança de nomenclatura para “Ética Profissional e Serviço Social”; ampliação de Carga Horária (60 horas - 15 horas a mais); realocada para o 3º semestre e inclusão de conteúdo.	Aproveitamento sem pendência (cumpre 75% da carga horária)
2º	Oficina de Teoria Social II	60	Mudança de nomenclatura para “Introdução ao Método na Teoria Social”; realocada para o 3º semestre e inclusão de conteúdo.	Aproveitamento sem pendências
2º	Estatística	60	Componente deixa de existir.	Aproveitamento das horas como ACG na categoria ensino
3º	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológico do SS II	75	Redução de 15 horas	Aproveitamento das horas excedentes como ACG na categoria ensino
3º	Oficina de Teoria Social III	60	Componente deixa de existir.	Aproveitamento das horas como CCCG ou ACG na categoria ensino
3º	Oficina de Integração Teórica Prática II	45	Mudança de nomenclatura para “Introdução ao Estágio em Serviço Social”; ampliação de carga horária (90 horas - 45 horas a mais); realocada para o 5º semestre e inclusão de conteúdo.	Necessidade de complementação de Carga Horária (45 horas); complementação em projeto de extensão
3º	Sociologia Geral	60	Mudança de nomenclatura para “Sociologia”; realocada	Aproveitamento sem pendências

			para o 1º semestre e inclusão de conteúdo.	
3º	Ética em Serviço Social II	45	Componente deixa de existir.	Aproveitamento das horas como CCCG ou ACG na categoria ensino
4º	Fundamentos Históricos Teórico-Metodológico do Serviço Social III	75	Redução de 15 horas	Aproveitamento das horas excedentes como ACG na categoria ensino
4º	Oficina de Integração Teórico Prática III	45	Componente deixa de existir.	Aproveitamento das horas como CCCG ou ACG na categoria ensino
4º	Direito e Legislação Social II	60	Mudança de nomenclatura para “Direitos Humanos e Instrumentos de Proteção”; realocada para o 3º semestre e inclusão de conteúdo.	Aproveitamento sem pendências
4º	Ciência Política	60	Mudança de nomenclatura para “Teoria Política, Estado e Sociedade Civil”; realocada para o 3º semestre e inclusão de conteúdo.	Aproveitamento sem pendências
4º	Psicologia II	60	Componente deixa de existir.	Aproveitamento das horas como CCCG ou ACG na categoria ensino
5º	Política Social	60	Mudança de nomenclatura para “Proteção Social”; realocada para o 2º semestre e inclusão de conteúdo.	Aproveitamento sem pendências
5º	Introdução ao Processo de Trabalho do Serviço Social	60	Mudança de nomenclatura para “Fundamentos ontológicos do ser social”; realocada para o 2º semestre e inclusão de conteúdo.	Aproveitamento sem pendências
5º	Pesquisa em Serviço Social I	60	Realocada para o 4º semestre.	Aproveitamento sem pendências

5º	Sociologia Brasileira	60	Realocada para o 4º semestre.	Aproveitamento sem pendências
5º	Economia Política	60	Realocada para o 2º semestre.	Aproveitamento sem pendências
6º	Núcleo Temático I	45	Componente deixa de existir.	Aproveitamento das horas como CCCG ou ACG na categoria ensino
6º	Estágio em Serviço Social I	225	Ampliação de carga horária (285 horas – 60 horas a mais)	Aproveitamento sem pendência (cumpre 75% da carga horária)
6º	Processo de Trabalho no Serviço Social I	60	Mudança de nomenclatura para “Instrumentalidade em Serviço Social”; realocada para o 5º semestre e inclusão de conteúdo.	Aproveitamento sem pendências
6º	Pesquisa em Serviço Social II	60	Realocada para o 5º semestre.	Aproveitamento sem pendências
6º	Seguridade Social I – Assistência Social	60	Realocada para o 5º semestre.	Aproveitamento sem pendências
6º	Gestão Social I	60	Mudança de nomenclatura para “Gestão e Serviço Social I”.	Aproveitamento sem pendências
6º	Fundamentos Históricos Teórico-Metodológico do Serviço Social IV	60	Componente deixa de existir.	Aproveitamento das horas como CCCG ou ACG na categoria ensino
7º	Núcleo Temático II	45	Componente deixa de existir.	Aproveitamento das horas como CCCG ou ACG na categoria ensino
7º	Estágio em Serviço Social II	225	Ampliação de carga horária (285 horas – 60 horas a mais)	Aproveitamento sem pendências (cumpre 75% da carga horária)
7º	Processo de Trabalho no Serviço Social II	60	Mudança de nomenclatura para “Estado, Classes e Movimentos Sociais”; realocada para o 6º semestre e inclusão de	Aproveitamento sem pendências

			conteúdo.	
7º	Trabalho Final de Graduação I	60	Mudança de nomenclatura para “Trabalho de Conclusão de Curso I”	Aproveitamento sem pendências
7º	Gestão Social II	60	Mudança de nomenclatura para “Gestão e Serviço Social II”	Aproveitamento sem pendências
7º	Seguridade Social II – Saúde	60	Realocada para o 6º semestre.	Aproveitamento sem pendências
8º	Núcleo Temático III	45	Componente deixa de existir.	Aproveitamento das horas como CCCG ou ACG na categoria ensino
8º	Trabalho Final de Graduação II	60	Mudança de nomenclatura para “Trabalho de Conclusão de Curso II”	Aproveitamento sem pendências
8º	Seguridade Social III – Previdência Social	60	Realocada para o 7º semestre.	Aproveitamento sem pendências

Destaca-se que os componentes curriculares obrigatórios a seguir relacionados, não possuem equivalência com componentes do currículo antigo, devendo os acadêmicos que optarem pela migração, estarem cientes do acréscimo de carga horária:

- Transformações Societárias e Processos de Trabalho;
- Política Social;
- Oficinas de Processos Interventivos em Serviço social;
- Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais;
- Saúde Coletiva e Saúde Mental;
- Oficinas de Processos Interventivos e Trabalho Multiprofissional

3 RECURSOS

3.1 CORPO DOCENTE

Atualmente o quadro docente é composto por dez (10) docentes específicos do Curso e outros quatro (04) de áreas complementares (base de 2016/1). Este quadro de professores complementares se modifica a cada semestre.

Quadro 09: Docentes

	Nome e Titulação	Formação	Tempo de docência no ensino superior
1	Prof. ^a Dr. ^a Jaina Raquel Pedersen	Graduada em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) (2007). Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) (2010/2014).	7 anos e nove meses
2	Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva	Graduado em o Social pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) (2005). Mestre (2008) e Doutor (2015) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).	9 anos e seis meses
3	Prof. Dr. Jocenir de Oliveira Silva	Graduado em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra 2004). Especialista em Gestão de Políticas da Saúde Familiar e Comunitária (Ulbra 2006). Mestre em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) (2009). Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) 2015.	8 anos
4	Profa. Dra. Elisângela Maia Pessôa	Graduada em Serviço Social pela Universidade do Contestado (UnC 1999). Especialista em Política Social pela Universidade do Contestado (2000). Especialista em Práticas Sociais em Família pela Universidade Regional Integrada do alto Uruguai e das Missões (URI 2003) Mestre e Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS 2007 e 2010).	11 anos e seis meses
5	Prof. ^a Dr. ^a Loiva Mara	Graduada em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2005). Mestre em Serviço	9 anos e sete meses

	de Oliveira Machado	Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2008). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013).	
6	Prof. ^a Dr. ^a Jaqueline Carvalho Quadrado	Graduação em Serviço Social – Universidade Católica de Pelotas UCPEL 1999; Mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS 2002; Doutorado em Sociologia na Universidade de Brasília - UNB 2014.	13 anos
7	Prof. ^a Dr. ^a Simone Barros de Oliveira	Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Mestre em Serviço Social/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007), Doutora em Serviço Social/ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009)	10 anos
8	Prof. ^a Me. ^a Solange Emilene Berwig	Graduada em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil-Carazinho (2010). Doutoranda na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ PUC-RS. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ PUC-RS (2013). Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA São Borja (2013).	4 anos
9	Prof. Dr. José Wesley Ferreira	Graduado em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil, ULBRA (2005). Especialização em Residência Integrada em Saúde-Grupo Hospitalar Conceição (2011). Bolsista do(a): Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio Grande do Sul (2011). Mestrado e doutorado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PPGSS/PUCRS (2008).	6 anos
10	Prof. ^a Dr. ^a Monique Soares Vieira	Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (2010). Mestre (2013) e Doutora (2015) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.	03 anos
11	Prof. ^a Dr. ^a Adriana Hartemink Cantini	Graduada em Direito pela Universidade da Região da Campanha, URCAMP - Bagé (1993). Especialização em Formação de Professores para Disciplinas Especiais pela Fundação Educacional de Alegrete (1996). Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade da Região da Campanha, URCAMP-Bagé (1998). Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do	04 anos

		Rio Grande do Sul/ PUCRS (2000). Doutorado em Pasado y Presente de los Derechos Humanos. Universidad de Salamanca, USAL, Espanha (2010).	
12	Prof. Dr. Walter Firmo de Oliveira Cruz	Doutor em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília possui graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1992), especialização pela mesma instituição em Filosofia do Conhecimento e da Linguagem (1995) e mestrado em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003). É Professor Adjunto na Universidade Federal do Pampa (RS) e membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Tem experiência na área de psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: narcisismo, gênero e subjetividades contemporâneas.	11 anos
13	Prof. Dr. César Beras	Graduado em Licenciatura, em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS (2000). Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS (2003). Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS (2008). Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS (2015).	10 anos
14	Profª. Keli Krause	Licenciatura em Letras/LIBRAS pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Bacharelado em Sistemas de Informação(2012). Especialização em Docêncica em Libras pela UTP (2014). Mestranda em Ciência Social pela Unisinos.	02 anos e nove meses

O referido corpo docente conta com o atendimento pedagógico mediante a Divisão de Formação e Qualificação/PROGRAD e o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) em cada Campus, com assessoramento do coordenador de curso e do coordenador acadêmico;

Além disso, deve prever avaliação do desempenho didático dos docentes com a participação dos discentes, sob a responsabilidade da Comissão de Curso, segundo a Resolução nº 80/2014.

3.2 CORPO DISCENTE

O Curso de Serviço Social da UNIPAMPA *Campus São Borja* possui cento e setenta (170) alunos matriculados atualmente. Duzentos e vinte e um (221) alunos já colaram grau desde o início das atividades do Curso (referência 2015/1).

Alguns programas desenvolvidos no Campus São Borja fazem parte de políticas institucionais geridas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) em articulação com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e materializados através de ações dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE) em cada Campus. Para o atendimento das demandas discentes, ações institucionais, que visam o atendimento pedagógico ao discente são desenvolvidos através do Programa de Acompanhamento ao Estudante da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), elaborado em conjunto com a Divisão de Formação e Qualificação/PROGRAD, NuDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional), Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores de Cursos. Atualmente este programa é desenvolvido numa parceria entre PRAEC, PROGRAD e NuDEs. À PRAEC cabe mais especificamente trabalhar com o projeto de acompanhamento pedagógico aos beneficiários do Plano de Permanência.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), desenvolve programas que visam melhorar as condições de acesso e de permanência dos acadêmicos na universidade, bem como contribuir com a qualificação do processo pedagógico, em uma perspectiva de formação plena e cidadã. De maneira articulada com outros setores da instituição, são oferecidos os seguintes programas:

- O Plano de Permanência (PP) auxilia os estudantes de graduação, em vulnerabilidade socioeconômica, situação esta que pode comprometer a continuidade de seus estudos. O PP visa melhorar o desempenho acadêmico e prevenir a evasão e retenção. O plano é constituído pelos programas:

Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa – contribui para o provimento das necessidades de refeição diária do aluno. Segundo a resolução 84/2014, são duas modalidades do Programa de Alimentação Subsidiada: Auxílio Alimentação (Destina-se a contribuir com as despesas provenientes da necessidade de refeição diária do aluno); e Alimentação Subsidiada, em sete Campus, atualmente oito restaurante Universitários funcionando e três em fase de implantação. Este Programa atende os beneficiários do Plano de Permanência que acessam o RU com o valor da refeição totalmente subsidiado pela universidade. No campus São Borja os(as) alunos(as) podem acessar o Restaurante Universitário (RU);

Programa de Moradia Estudantil João-de-Barro: para atender os alunos cuja residência é externa ao do município de seu Campus ou que não residam em região urbana pertencente ao município de seu Campus e que necessitam fixar residência em região urbana no município de seu Campus;

O Programa de Apoio ao Transporte: contribui com as despesas de transporte vinculadas às atividades acadêmicas regulares, e se estende ao alunos da zona rural. Os auxílios tem reajuste anual, e o aluno que ingressar neste Plano poderá receber os benefícios até se formar, desde que continue atendendo aos critérios acadêmicos e socioeconômicos, por meio de comprovação periódica junto ao assistente social de sua unidade. São realizadas edições anuais de seleção para entrada de beneficiários no Plano. A avaliação para a concessão do benefício é feita pela equipe técnica da PRAEC, que conta com assistentes sociais nos dez *Campi* da Universidade.

O Programa de Apoio à Instalação Estudantil (PBI) é destinado aos estudantes ingressantes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, não residentes no município onde está situada a sua unidade acadêmica ou não residam em região urbana pertencente ao município do seu campus, mas que precisarão fixar residência no município de seu Campus. O PBI consiste em repasse financeiro de parcela única, para apoiar a instalação destes alunos nas cidades dos *campi* da UNIPAMPA, em despesas com transportadora, aluguel e hospedagem iniciais, etc. Uma vez instalado, o estudante pode ser atendido

por outras modalidades de benefício oferecidas pela UNIPAMPA. Para participar do processo seletivo deste benefício, o aluno deve estar matriculado e apresentar documentos que comprovem o atendimento aos requisitos do edital (publicado junto ao edital do Plano de Permanência), além do formulário específico corretamente preenchido. Além da avaliação técnica, há também o suporte das assistentes sociais por unidade acadêmica no mapeamento das possíveis ofertas de moradias. O Plano de Permanência também conta com o Programa de Auxílio-Creche com base na legislação em vigor para esse tipo de política pública que tem recorte de vulnerabilidade social.

O Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA), atualmente denominado de Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA) é realizado em parceria com as Pró-Reitorias acadêmicas, e permite que os acadêmicos, previamente inscritos e selecionados, adquiram experiência em uma das quatro modalidades de formação acadêmica (Iniciação à Pesquisa, Iniciação à Extensão, Iniciação ao Ensino (Monitoria e Projetos de Ensino) e iniciação à Práticas Acadêmicas Integradas articulando ensino, pesquisa e extensão, o que contribui para a sua manutenção financeira e permanência acadêmica. Os valores das bolsas deste programa se equiparam aos dos principais órgãos de fomento e se desenvolvem em modalidades de 12h/semanais e 20h/semanais, onde o processo de seleção dos projetos se dá de forma articulada nas respectivas comissões de ensino, pesquisa e extensão.

O Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE) visa contribuir para o custeio de despesas inerentes à participação em eventos. O valor do auxílio depende da localidade do evento e do período de participação do discente. O auxílio se destina à participação de discente na condição de apresentador de trabalho e/ou para representação institucional, atende também alunos que representam a Universidade em comissões que exigem a representação estudantil, assim como em áreas específicas em que é exigida a representação da UNIPAMPA no conjunto das outras universidades.

O Programa Anauê prevê o acompanhamento dos estudantes indígenas aldeados, através de três linhas gerais: apoio pedagógico, principalmente pelo acompanhamento de monitor e tutor e do acolhimento dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE - formados por Pedagogos, Assistentes Sociais e Técnicos em Assuntos Educacionais); auxílios para manutenção (para instalação, alimentação, moradia e transporte); e atenção especial à interculturalidade, por meio do desenvolvimento de atividades acadêmicas relacionadas à temática indígena.

O Programa de Apoio Social e Pedagógico/PASP, faz parte do conjunto de atividades na área de Ações Afirmativas - com a intenção de dar suporte às atividades desenvolvidas pelos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NUDEs) e pelas Comissões Multidisciplinares de Acessibilidade das unidades acadêmicas na realização de atendimento direto a alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem por ordem diversas, desta forma, busca concretizar as políticas de Ações Afirmativas na UNIPAMPA.

Programa de Acompanhamento ao Estudante da UNIPAMPA, configura-se como uma proposta de acompanhamento e apoio aos estudantes desde o ingresso na Universidade – acolhimento, permanência e desenvolvimento da formação acadêmica. O principal objetivo é “desenvolver e promover o protagonismo dos estudantes da UNIPAMPA no processo de ensino-aprendizagem para uma educação de qualidade e para sua formação enquanto sujeito de sua própria história na universidade” (p. 6). No Programa são desenvolvidos três Projetos:(a) Projeto de Acolhimento aos Estudantes Ingressantes;(b) Projeto Inserção no Contexto Local e o Convívio com as Diferentes Culturas; e (c) Projeto de Acompanhamento aos Estudantes. Nesse último, por sua vez, são desenvolvidos cinco (05) subprojetos e, dentre estes, três (03) estão relacionados ao Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) e à acessibilidade e atendimento educacional especializado:

1. Evasão e retenção [responsabilidade PROGRAD];
2. Apoio Social e Pedagógico [responsabilidade PRAEC-PROGRAD];

3. Acompanhamento ao Desempenho do Estudante [responsabilidade PROGRAD e NInA];

4. UNIPAMPA Acessível [responsabilidade NInA];

5. NInA em Rede [responsabilidade NInA].

O Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UNIPAMPA coordena ações de e para inclusão e acessibilidade na Universidade, que incluem formação continuada de docentes e de técnicos, orientação aos NuDE para estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), aquisição de recursos de acessibilidade como impressoras Braille, leitores de livros para as bibliotecas de todos os campus, mobiliário adaptado, recursos eletrônico de tecnologia assistiva e comunicação alternativa, dentre outros. Propõe também uma política para a instituição que abrange acessibilidade arquitetônica, na comunicação e na informação, nos projetos pedagógicos dos cursos, nos materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

Na perspectiva da inclusão e acessibilidade, uma ação central na consolidação desta política interna na Universidade é o desenvolvimento do PROGRAMA INCLUIR: acessibilidade na educação superior (MEC/SECADI/SESu), que orienta a estruturação de trabalho de inclusão e acessibilidade a nível nacional para as instituições federais e disponibiliza recursos financeiros para investimento em ações relacionadas diretamente com ações na área da inclusão e acessibilidade.

A UNIPAMPA assume a inclusão e acessibilidade como política institucional em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018), com um capítulo que contempla o atendimento às pessoas com deficiência (p. 80-85), retrata esse compromisso e baliza o caminho a ser trilhado em toda a Universidade:

A promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, envolve pensar tudo o que é compartilhado na vida universitária na perspectiva do Desenho Universal. Trata-se, portanto, de um trabalho que deve ser realizado de modo articulado, portanto, intersetorial e interprofissional (...) Dado o exposto, a política institucional de inclusão e acessibilidade tem sido desenvolvida na perspectiva de garantir a todos os acadêmicos as condições para seu pleno desenvolvimento,

com remoção gradativa das barreiras à participação e à aprendizagem, a luz do entendimento contemporâneo para a inclusão educacional e da legislação vigente (PDI UNIPAMPA, 2014, p. 84-5).

É papel do NInA, em articulação com as demais Unidades da Universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto n.7.691/2011). (PDI UNIPAMPA, 2014-2018).

As principais atividades do NInA são: identificar, cadastrar e planejar o ingresso, a permanência e a formação dos acadêmicos com deficiência e demais necessidades educacionais especiais; criar mecanismos que possibilitem flexibilidade e inovação dos componentes curriculares nos cursos da UNIPAMPA; realizar levantamento das condições de infraestrutura e de acessibilidade para a proposição de adequações nas várias áreas dos *campi* da UNIPAMPA; desenvolver ações de sensibilização, orientação e mobilização e formação aos docentes, dirigentes servidores técnico-administrativos dos dez *campi* da Instituição, almejando a construção de uma efetiva política inclusiva. O Projeto UNIPAMPA Acessível visa promover o acesso à informação e aos espaços por parte dos estudantes, servidores e comunidade em geral. Compromete-se a abordar aspectos como infraestrutura arquitetônica, projetos pedagógicos dos cursos, atendimento ao público, sítio eletrônico, acervo cultural e pedagógico; O Projeto NInA em Rede visa manter um fluxo constante de informações sobre Acessibilidade, Legislação pertinente à Educação Especial aplicada à Educação Superior e formas de Atendimento Educacional Especializado entre as equipes responsáveis por conduzir as ações de inclusão e acessibilidade em todas as unidades da UNIPAMPA, constituindo uma rede integrada; e o Projeto de Acompanhamento ao Desempenho do Estudante (PADE) Promover a permanência e o sucesso acadêmico de todos estudantes, assegurando as condições necessárias para a efetiva aprendizagem

Estão sendo desenvolvidas também ações com vistas à construção de moradias estudantis, disponibilização de espaços para alimentação com refeição subsidiada, bem como a ampliação das ações e dos programas e o fortalecimento da organização estudantil.

A UNIPAMPA recebe atualmente recursos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), normatizada pelo Decreto Nº 7.234/2010. Além disso, anualmente a UNIPAMPA destina recursos próprios para a área.

- PET - O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O estudante e o professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica (site UNIPAMPA).

As temáticas relacionadas as pessoas com deficiência, Meio ambiente e educação ambiental e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, além de estarem contempladas de modo particular em CCGS, irão perpassar o conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tais atividades abordarão a inclusão da pessoa com deficiência com fins de problematizar o preconceito com esse segmento social, assim como as formas de inserção social desses sujeitos; o meio ambiente e sua degradação desencadeada por processos decorrentes do modo de produção capitalista, assim como as possibilidades de preservação dos recursos naturais e a história e a cultura das etnias afro-brasileira e indígena, assim como a exclusão desses segmentos sociais na formação sócio histórica da sociedade brasileira e as políticas compensatórias de inclusão social.

3.2.1 Oferta de componente curricular em Libras

De acordo com o Decreto nº 5.626/2005, o componente curricular de Libras deve ser inserido como Componente Curricular Obrigatório nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de Instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Constitui-se em Componente Curricular Complementar nos demais cursos de educação superior. O curso de Serviço social da UNIPAMPA contempla o ensino de Libras com a oferta do Componente Curricular Complementar de Graduação - CCCG “LIBRAS”, disponibilizado como optativo, com carga horária de 60h. No âmbito dos Direitos Humanos o Componente de Libras é fundamental para a problematização da acessibilidade. Na Universidade tal conhecimento, além de ser um dos requisitos necessários à formação humanística e profissional, é necessário para qualificar os processos de trabalho de docentes e técnicos, ao possibilitar o enfrentamento de práticas acadêmicas excludentes e discriminatórias no que tange às pessoas com deficiência.

3.2.2 Meio ambiente e educação ambiental

O curso de Serviço social da UNIPAMPA contempla o ensino de Meio Ambiente e Educação Ambiental com a oferta do Componente Curricular Complementar de Graduação - CCCG “Sustentabilidade Ambiental”, disponibilizado como optativo, com carga horária de 60h. Além da CCCG, o conteúdo também é trabalhado no projeto de extensão “Direito ao acesso e ampliação de políticas públicas na área da reciclagem – o trabalho da COOPUV em São Borja”. No âmbito do Serviço social a temática é fundamental e trabalhada de forma transversal nas discussões sobre território no enfoque das políticas públicas, da construção de identidades, das expressões da questão social e o processo de desterritorialização dos usuários

das políticas públicas. A questão ambiental também é abordada a partir de sua relação com o modo de produção capitalista (MPC) de forma transversal nos componentes curriculares que tratam por exemplo da concorrência inter-capitalista que produz degradação ambiental

3.2.3 Educação em Direitos Humanos

O curso de Serviço social da UNIPAMPA contempla o ensino de Direitos Humanos com a oferta do Componente Curricular Obrigatório Direitos Humanos e Instrumentos de Proteção, bem como com os seguintes Componentes Curriculares Complementares de Graduação – CCCG: Direitos Humanos e Mediação de Conflitos, Educação e Diversidade, Inclusão da Pessoa com Deficiência, Interfaces do processo de envelhecimento, Questão Social e Sujeito de Direito, Relações de gênero, Relações Étnico-Culturais e Violência Sexual contra crianças e adolescentes. Esses diferentes componentes curriculares reúnem um conjunto de conhecimentos que tem como elemento norteador a reflexão crítica sobre os direitos e as demandas sociais de segmentos populacionais, tais como idosos, mulheres, homens, populações LGBT's, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, dentre outros. Assim, os direitos humanos se constituem como elemento de afirmação da dignidade humana, como formas de enfrentamento das expressões da questão social e como instrumentos necessários à materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Além disso, a temática dos direitos humanos é contemplada pelos componentes curriculares ofertados na Especialização Serviço Social e Direitos Humanos.

3.2.4 História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

O curso de Serviço social da UNIPAMPA contempla o ensino de Cultura Afro-brasileira e Indígena com a oferta do Componente Curricular Complementar de Graduação - CCCG “Relações Étnico-Culturais”, disponibilizado como optativo, com carga horária de 60h. Além disso, o conteúdo é contemplado no componente curricular obrigatório “Identidades Culturais” e nos projetos de extensão “Mulheres Sem Fronteiras” e “Gênero e Diversidade na Escola”.

Nesta perspectiva a UNIPAMPA possui duas instâncias estratégicas que dão conta das problemáticas e das demandas geradas pela exclusão social da população negra e indígena. A primeira é a Comissão Especial de Estudos sobre “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” – HiCABI/UNIPAMPA que foi constituída na Universidade através da Portaria nº 1356, de 03 de agosto de 2010. Seu papel é o de coordenar a implantação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nos processos de ensino na UNIPAMPA, as quais tratam da obrigatoriedade da inclusão das temáticas de “História da África e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e da “Educação das Relações Étnico-Raciais” nos currículos da Educação Básica. (Fonte: http://porteiras.s.unipampa.edu.br/_hicabi/a-comissao-e-seu-papel/)

A segunda instância discute a cultura afro-brasileira, africana e indígena e cria espaços coletivos de reflexões sobre as posições ocupadas na sociedade por diferentes grupos étnico-raciais através do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab), da Universidade Federal do Pampa. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros possui caráter interdisciplinar e tem como objetivo subsidiar futuros profissionais com atividades voltadas à educação e produção de conhecimentos referentes à construção de uma sociedade pautada nos direitos universais e humanos. (Fonte: <http://www.unipampa.edu.br/portal/noticias/3821-2015-01-05-12-37-55>)

3.3 INFRAESTRUTURA

Estamos nesse item descrevendo os dois tipos de infraestrutura que utilizamos no campus, sendo que uma é geral e que eventualmente é utilizado pelo curso de Serviço Social e outros são utilizados pelo nosso curso.

Por se tratar de uma Universidade nova e em formação, algumas instalações estão sendo construídas e ampliadas, incluindo Laboratórios, salas de aula, salas de estudo, biblioteca e espaços administrativos. Além dos dois prédios já prontos, alguns laboratórios ainda estão em processo licitatório ou de finalização e há licitação de outros prédios (incluindo o da biblioteca) – no novo espaço físico adquirido para ampliação do *Campus São Borja*, numa área de aproximadamente 16 hectares. Há investimentos contínuos na estruturação e ampliação da estrutura, pois a instituição faz parte do Reuni (Programa de Reestruturação do Ensino Superior do MEC).

Fazem parte da prática discente como laboratórios de Rádio, Vídeo, TV, Fotografia, Produção gráfica, Pesquisa de Opinião e de informática. Cada um deles tem um sistema de atendimento, que são prioritários às demandas dos Componentes Curriculares dos cursos. Os laboratórios de informática são disponibilizados aos alunos em diferentes períodos do dia, facilitando a utilização do mesmo pelos discentes, pois não é necessário o agendamento durante os períodos que excedam o uso feito pelos Componentes Curriculares, a seguir os equipamentos de uso geral, também utilizados pelo Serviço Social.

3.3.1 Laboratório de criação e produção gráfica (Sala 1303)

O Laboratório de Criação e Produção Gráfica conta com um espaço físico de 70,72 m². É um local que está destinado como laboratório de Agência I e Agência II do Curso de Comunicação Social – habilitação Publicidade e Propaganda. É também utilizado para edição de fotos dos Componentes

Curriculares de Fotografia, para edição de áudio e vídeo dos Componentes Curriculares de Produção Eletrônica e também nos Componentes Curriculares de Criação e Produção Gráfica.

Os alunos e docentes contam com os seguintes equipamentos e materiais:

01 AR CONDICIONADO DE JANELA DE 18.000 BTUS
01 AR CONDICIONADO SPLIT DE 42.000 BTUS
02 ARMÁRIOS ALTO C/ DUAS PORTAS
01 AUTO FALANTE C/AMPLIFICADOR
41 CADEIRAS
01 CARRINHO CONFIGURÁVEL P/EQUIPAMENTO
01 CARTEIRA ESCOLAR
20 COMPUTADORES
20 ESTABILIZADORES
02 GAVETEIROS VOLANTES
02 MESAS DE REUNIÃO
20 MESAS P/COMPUTADOR
19 MONITORES DE COMPUTADOR
01 PROJETOR MULTIMÍDIA BENQ MS513PB
01 QUADRO ESCOLAR BRANCO, MED. 2,75 X 1,30M
01 TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL
01 TELEVISOR DE PLASMA, 42".

3.3.2 Laboratório de informática (Sala 2101)

O Laboratório de Informática estrutura-se em um espaço físico de 56,80m². Uso geral e recurso de acesso digital aos acadêmicos que não possuem outros meios de acessibilidade para pesquisas. É também utilizado para edição, criação e digitação de trabalhos.

Atualmente, o laboratório de informática conta com os seguintes equipamentos e materiais.

01 AR CONDICIONADO PISO TETO - 18.000 BTUS
01 CONDICIONADOR LG INVERTER
22 CADEIRAS
01 CARTEIRA ESCOLAR
13 COMPUTADORES
03 ESTABILIZADOR BMI 1000 VA
02 ESTABILIZADORES ENERMAX 3200VA
04 MESAS DE REUNIÃO
15 MESAS PARA COMPUTADOR
12 MONITORES DE COMPUTADOR
02 NOBREAK 1,5 KVA NHS

3.3.3 Laboratório de redação (Sala 1307)

O Curso também conta com mais um laboratório de redação devidamente instalado em uma área de 76,96 m². Este laboratório dispõem os seguintes equipamentos:

02 AR CONDICIONADOS DE JANELA 18.000 BTUS
01 AR CONDICIONADO SPLIT 42.000 BTUS
01 ARMÁRIO ALTO 2 PORTAS
01 AUTO-FALANTE COM AMPLIFICADOR
48 CADEIRAS
01 CARRINHO CONFIGURAVEL PARA EQUIPAMENTO
01 CARTEIRA ESCOLAR
20 COMPUTADORES
20 ESTABILIZADORES
01 MESA DE REUNIÃO
20 MESAS P/COMPUTADOR

19 MONITORES P/COMPUTADOR
01 PROJETOR MULTIMÍDIA BENQ MS513PB
01 QUADRO ESCOLAR BRANCO, MED.2,75 X 1,30M
01 TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL
01 TELEVISOR DE PLASMA, 42".
02 VENTILADORES DE COLUNA

3.3.4 Estúdio de Rádio (Sala 1304)

O estúdio de Rádio é composto por estúdios de locução, gravação e de edição. O estúdio de locução com a metragem de: 3m x 4m e 80cm x 3m e 35cm de altura. O estúdio de gravação e edição com: 3m e 10 cm x 4 metros e 80 cm x 3 m e 35 cm de altura, sendo que os dois ambientes possuem proteção acústica completa, com Sonex, em todas as paredes - exceto no teto. Cada estúdio possui uma porta seriada com chapa de aço carbono para proteção acústica, isto é antirruído, vão de passagem de 900x2100, folha de 40mm, com degrau no piso, sem visor e fechaduras em chave e maçanetas em inox. O estúdio conta com visor acústico de vidros duplos de 8mm, quadro em chapa de aço carbono e câmara interna desidratada. O estúdio de locução possui 7 tomadas com 3 saídas cada uma, um terminal para conexão à internet e um interruptor de iluminação. Este laboratório ainda oferece uma mesa redonda fórmica, para realização de debates, com 5 cadeiras; Uma mesa escolar com cadeira; duas mesas fórmicas retangulares com quatro cadeiras cada. O estúdio de gravação e edição possui 7 tomadas, um terminal para conexão à internet e um interruptor de iluminação; duas mesas fórmicas para computador; duas cadeiras giratórias; três armários e um gaveteiro. A seguir, a relação dos equipamentos do estúdio de Rádio.

02 AR CONDICIONADOS SPLIT 12.000 BTUS
03 ARMÁRIOS ALTOS COM DUAS PORTAS
14 CADEIRAS
01 CAIXA ACÚSTICA

02 CARTEIRAS ESCOLARES
01 COMPRESSOR DE VOZ
02 COMPUTADORES
02 DESCANSOS DE PÉS
02 EQUALIZADORES GRÁFICOS
01 GAVETEIRO VOLANTE
01 KIT MICROFONE DE MÃO S/FIO
01 KIT MICROFONE DE LAPELA
01 MESA DE SOM YAMAHA
06 MESAS
16 MICROFONES
01 MONITOR DE AUDIO
02 MONITORES P/COMPUTADOR
01 NOBREAK 1,5 KVA NHS
01 NOTEBOOK
01 PROCESSADOR DE EFEITOS
02 RACKS P/PERIFÉRICOS ASK
10 SUPORTES P/MICROFONE
01 TELEFONE IP
02 ESTABILIZADORES
01 COMPRESSOR DE FONES DE OUVIDO
01 CAIXA MONITOR KSK

3.3.5 Laboratório de Vídeo

O laboratório de vídeo situa-se em uma sala de 6 metros x 4 metros e conta com um técnico e a seguinte estrutura e equipamentos. Segue abaixo a relação de Equipamentos do laboratório. Espaço e equipamentos utilizados pelo curso, onde dois tipos de equipamentos são de uso do conjunto do campus e os demais de uso exclusivo do serviço social.

14 ADAPTADORES UNIVERSAIS DE AUDIO
02 APARELHOS DE RÁDIO INTERCOMUNICADOR
01 AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS
01 ARMÁRIO ALTO 2 PORTAS
01 ARMÁRIO BAIXO
01 AUTO FALANTE COM AMPLIFICADOR
13 CADEIRAS
03 CÂMERAS FILMADORAS SONY
04 COMPUTADORES IMAC
01 COMPUTADOR LENOVO
01 DESCANSO DE PÉS
02 ESTABILIZADORES DE TENSÃO 1000 VA
01 Estante SLIT FACE DUPLA
05 FONES DE OUVIDO PROFISSIONAL SENNHEISER HS251 II
01 GAVETEIRO VOLANTE
01 GRAVADOR/WALKMANN DE VIDEO HDV
09 MESAS PARA ESCRITÓRIO
04 MICROFONES DE LAPELA SONY
04 MICROFONES DE MÃO SEM FIO
05 MICROFONES SENNHEISER
01 MONITOR HP
01 NOBREAK 1,5 KVA
01 NOBREAK TB 3KVA COM SOFTWARE
01 PROJETOR MULTIMÍDIA, MARCA EPSON
01 QUADRO BRANCO P/SALA DE AULA
01 SUPORTE RODE
01 SUPORTE TRIPÉ MODELO UNIVERSAL
01 TABLET IPAD
01 TELA DE PROJEÇÃO
01 TELEFONE VOIP
01 VARA DIRECIONAL, VARA DE BUM

02 TRIPÉS MANFROTTO

3.3.6 Estúdio de TV

O estúdio serve como Laboratório para Produção Eletrônica em Vídeo e auxiliar nos demais Componentes Curriculares do Curso de Comunicação Social – habilitação Publicidade e Propaganda que façam uso de produção em vídeo. Tamanho do estúdio de televisão: Área: 208,97 metros quadrados. Dimensões: 16m X 13 m. Altura: 7,2 metros, com 05 salas para controle do estúdio, assim distribuídos:

Ilha de edição 01: 15,47 metros quadrados;

Ilha de edição 02: 15,47 metros quadrados;

Sala de locução e técnica divididas em tamanhos iguais: 9,72 metros quadrados;

Sala para laboratório de vídeo: 19,92 metros

O estúdio de televisão possui os seguintes equipamentos:

01 ADAPTADOR UNIVERSAL DE AUDIO

01 AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUS

01 CARTEIRA ESCOLAR

04 CADEIRAS SERVIDORES

02 CAIXAS ACUSTICAS MONITOR ATIVO DE AUDIO

01 COMPUTADOR IMAC

01 CONJUNTO SWITCHER SONY MVS 3000

03 CÂMERAS FILMADORAS SONY

02 ESTANTES SLIT FACE DUPLA

01 GRAVADOR DE DVD

01 GRAVADOR/WALKMANN DE VIDEO HDV

02 MESAS DE REUNIÃO

01 MESA PARA COMPUTADOR

01 MESA DE SOM YAMAHA

01 MESA DIGITALIZADORA PROFISSIONAL
01 MICROFONE LESON
05 MONITORES DE EDIÇÃO DE VIDEO
05 NOBREAK 1,5 KVA, NHS
02 SUPORTES RODE
01 TABLET IPAD
01 TELEFONE VOIP
01 TV LCD LED "40"
01 VARA DIRECIONAL, VARA DE BUM
01 VIDEO TAPE RECORDER HD
01 SWITCH D-LINK

3.3.7 Laboratório de Fotografia

O laboratório de fotografia conta com amplo espaço de ensino e equipamentos novos para utilização acadêmica. O estúdio tem 10 metros por 6 metros, tendo uma boa profundidade de campo na concepção da imagem. Fundo infinito de 2,5 metros por 3,5 metros e:

02 AR CONDICIONADOS PISO TETO - 18.000 BTUS
02 ARMÁRIOS ALTOS 2 PORTAS
03 ARMÁRIOS METÁLICOS
01 ATEK – VENTILADOR TURBO
01 ATEK – MESA MÉDIA ARTICULADA
03 BANCOS PARA LABORATÓRIO
10 CADEIRAS
19 CÂMERAS FOTOGRÁFICAS DIGITAIS
02 CARTEIRAS ESCOLARES
02 COMPUTADORES IMAC
01 COMPUTADOR LENOVO
02 DESCANSOS PARA PÉS

25 FLASH
01 FOTÔMETRO
02 GAVETEIROS VOLANTES C/ QUATRO GAVETAS
01 ILUMINADOR VLE 300
01 KIT DE ESTÚDIO DE FOTOGRAFIA COMPLETO LUZ CONTINUA
01 KIT DE FOTOGRAFIA COMPLETO TIPO FOTOFLASH
12 LENTES OBJETIVAS
05 MESAS DE ESCRITÓRIO FIXAS
01 MESA DE LEITURA REDONDA
01 MESA DE DESENHO
01 NETBOOK
01 NOTEBOOK
02 NOBREAKS 1,5 KVA
04 REBATEDORES DE LUZ
04 REFLETORES TIPO FRESNEL
02 REFLETORES ILUMINADORES
01 SCANNER EPSON
01 TELEFONE VOIP
03 TRIPÉS DE MESA MANFROTTO
07 TRIPÉS DE LUZ ALUMÍNIO DESMONTÁVEL
04 TRIPÉS PROFISSIONAIS ATEK
04 TRIPÉS PROFISSIONAIS MANFROTTO
02 TRIPÉS WF W803
01 TV LG LCD “32”
01 MONITOR ACER

3.3.8 Laboratório de Pesquisa de Opinião Pública e Social

O Laboratório de pesquisa de opinião é vinculado a todas aquelas atividades de ensino ligadas ao uso da análise de banco de dados, construção

e aplicação de questionários, pesquisas qualitativas e quantitativas. Uma sala de espelhos (laboratório) e computadores com software de análise estatística são utilizados nas atividades. Fundamentalmente, o Laboratório permitirá o desenvolvimento de práticas de pesquisa quantitativa, conforme as exigências didáticas e os projetos político-pedagógicos dos Cursos do *Campus São Borja*. Embora ligado principalmente ao tipo de pesquisa quantitativa, o Laboratório pretende considerar e incluir na sua realização o aporte fundamental da pesquisa qualitativa. Para o Curso de Comunicação Social – habilitação Publicidade e Propaganda será utilizado no Componente Curricular Obrigatório de “Pesquisa de Opinião e Mercado”, para os trabalhos da Agência Experimental e projetos de extensão e pesquisa. Segue abaixo relação de equipamentos e materiais:

02 ARMÁRIOS DE AÇO

01 AUTO FALANTE COM AMPLIFICADOR

53 CADEIRAS

04 CARTEIRAS

05 COMPUTADORES LENOVO

01 DESCANSO DE PÉS

06 ESTABILIZADORES DE TENSÃO

01 ESTAÇÃO DE TRABALHO

01 GAVETEIRO VOLANTE

05 MESAS REUNIÃO REDONDAS

02 MESAS REUNIÃO 10 LUGARES

01 MESA DE SOM YAMAHA

01 MESA PARA COMPUTADOR

06 MONITORES LED

01 MONITOR LENOVO

01 NOBREAL 1,5 KVA

2
01 PAINEL CEGO 20,08 M² + 01 PORTA

02 QUADROS ESCOLARES

01 TELEFONE VOIP

01 VENTILADOR DE COLUNA

01 CONDICIONADOR FUJITSU 42.000

01 CONDICIONADOR LG INVERTER

3.3.9 Agências Integradas de Comunicação

Em face da necessidade e relevância de uma maior integração dos acadêmicos do Curso de Comunicação Social – habilitação Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Pampa com o mercado de trabalho e, consequentemente, com os públicos-alvo (organizações não governamentais, órgãos públicos, instituições escolares, entre outros), além da importância de realizar trabalhos práticos para a própria Universidade, optou-se por estruturar um Laboratório de Práticas em Publicidade e Propaganda denominada Mazaah! Agência Experimental de Propaganda.

Trata-se, portanto, de um espaço de aplicação práticas das técnicas e teorias apreendidas em sala de aula. O projeto se caracteriza como um espaço complementar de ensino para que os discentes tenham uma primeira aproximação da prática profissional ainda na Universidade. Fundamental tanto para a sua inserção no mercado de trabalho, mas principalmente pelo desenvolvimento da sua capacidade de associar os conteúdos trabalhados em sala de aula em um ambiente prático, contribuindo assim para o processo aprendizagem.

A Agência Experimental atende a duas instâncias: a pedagógica e a da produção institucional. (1) a instância pedagógica considera que a Agência é, em essência e em primeiro plano, um espaço pedagógico, conforme solicitam os indicadores de avaliação do Curso. Desta forma, procura-se promover o conceito de que a agência é esse espaço laboratorial e de experiências para todos os alunos do curso de Publicidade e Propaganda e não apenas para um número reduzido de estagiários. A partir desse conceito, instiga alunos e

professores da área a atuarem em projetos, práticas e ações publicitárias concernentes aos Componentes Curriculares em que trabalham, utilizando o espaço e infraestrutura do laboratório nos horários de aula e, também, no horário diurno de funcionamento da Agência; (2) a instância da produção institucional compreende que a Agência Experimental de Publicidade e Propaganda, mesmo que desenvolvendo práticas laboratoriais, tem a oportunidade de ter como cliente os cursos da UNIPAMPA *campus São Borja*, além de demandas não atendidas pelos Componentes Curriculares de Agência I e II (do 6º semestre e do 7º semestre, respectivamente).

A Agência conta com estrutura física e de pessoal, contando com 10 (dez) bolsistas voluntários e 05 (cinco) professores orientadores. Segue abaixo a relação de equipamentos e materiais:

SALA 1305 – Agências Integradas de Comunicação

AR CONDICIONADO SPLIT 42.000 BTUS

03 ARMÁRIOS ALTO COM 2 PORTAS

16 CADEIRAS

02 CARTEIRAS

13 COMPUTADORES HP

01 DESCANSO DE PÉS

11 ESTABILIZADORES

02 GAVETEIROS 02 GAVETAS

02 MESAS EM “L”

14 MESAS P/COMPUTADOR

01 MESA DE REUNIÃO GRANDE

13 MONITORES HP

02 NOBREAK

²

01 PAINEL CEGO 16,56 M² + 01 PORTA

01 QUADRO ESCOLAR BRANCO

01 TELA PROJEÇÃO RETRÁTIL

02 TELEFONES VOIP

3.3.10 Salas de reuniões

Fica localizada na Sala 2106 e na sala 1202, a metragem é de 24,85m², e possui os seguintes equipamentos: 20 cadeiras, 2 mesas de reunião, 1 mesa de escritório, 1 Datashow, 1 armário duas portas e 1 Split.

3.3.11 Sala do Diretório Acadêmico

A Sala fica localizada na 2107 e a metragem é de 15,16m² ,e possui os seguintes equipamentos: 1 armário, 2 portas,1 *access point wireless*,1 mesa escritório,1 carteira escolar,1 cadeira escolar,2 mesas redondas,1 cadeira universitária,1 longarina 3 lugares,4 cadeiras plásticas,1 micro-ondas e 1 Split.

3.3.12 Espaços utilizados pelo curso de Serviço Social

Na sequência segue a relação dos espaços, equipamentos e materiais utilizados cotidianamente pelo curso de Serviço Social.

3.3.13 Salas de aula do Serviço Social

Seguem as medidas das salas de aula utilizadas pelo curso de Serviço Social, espaços aonde acontecem aulas, rodas de conversas, oficinas:

Sala 2202 - 101,75m²;
75 lugares
02 quadros brancos
04 ar condicionados tipo split

01 projetor multi media
01 computador

Sala 2309 – 60,0 m²:
50 lugares
01 quadro branco
02 ar condicionados tipo split
01 projetor multi media
01 computador

Sala 2201- 50,0 m²:
40 lugares
01 quadro branco
02 ar condicionados tipo split
01 projetor multi media
01 computador

Sala 2206: 45,0 m²
40 lugares
01 quadro branco
02 ar condicionados tipo split
01 projetor multi media
01 computador

Sala 1205: 12,0 m² (coordenação de curso)
02 lugares
01 computador
01 ar tipo split

Sala 3215: 32,0 m² (gabinete professores)
04 estações de trabalho
04 computadores
01 ar condicionado tipo split

Sala 3213: 32,0 m² (gabinete professores)
04 estações de trabalho
04 computadores
01 ar condicionado tipo split

Laboratório de foto: 56,40 m²
35 Câmeras fotográficas

Grid de iluminação
Mesa para fotografias
02 computadores para edição
01 TV
02 ar condicionados tipo split
04 armários

Laboratório de TV

01 estúdio 208,00 m²
01 sala para edição de imagens: 20,0 m²
01 sala para guarda e empréstimo de equipamentos: 15,5 m²
01 sala para controle de iluminação e imagem: 15,5 m²
Equipamentos disponíveis TV:
02 Câmeras de vídeo
08 computadores
05 ar condicionados tipo split
Grid de iluminação
Mesa de corte e edição de imagem

Estúdio de Rádio: 30 m²

02 computadores
01 mesa de áudio e demais equipamentos que compõem a bancada
microfones
02 ar condicionados tipo split

Sala 1307: 77,0 m² (laboratório PP)
20 computadores
01 ar condicionado tipo split
01 quadro branco
01 projetor multimídia

Sala 1303: 70,7 m² (Laboratório Jornal)
20 computadores
01 ar condicionado tipo split
01 quadro branco
01 projetor multimídia

Sala 2101: 47,5 m² (Laboratório de informática)
14 computadores
02 ar condicionados tipo split

3.3.14 Laboratório de Orientação, Supervisão e Práticas em Serviço Social:

O laboratório é utilizado para os Componentes Curriculares de Oficinas, supervisão de estágio, orientação de TCC, orientação de projetos de pesquisa e de extensão, atividades de simulação. A Sala é localizada na 2302 e a metragem é 11,70m². É o lugar que garante o sigilo, espaço de informações confidenciais.

3.3.15 Sala da Coordenação de curso de Serviço Social:

A metragem é de 7,65m² e fica localizada na Sala 1204. Atende os estudantes, mas mais diversas demandas

3.3.16 Sala dos professores do Serviço Social:

A Sala dos Professores fica localizada na Sala 1203 e a metragem é de 102,40m². Temos 3 gabinetes de professores, um localizado no prédio 1 52,20 metros e mais 2 gabinetes localizados no prédio 2 com 52,20 metros cada.

3.3.17 Biblioteca

A biblioteca de São Borja conta com uma bibliotecária e 4 assistentes para atender o público do Campus São Borja e comunidade. Ainda está em espaço adaptado, a porta de entrada tem informações em braile e atende a entrada para cadeirantes. No entanto, nestas condições adaptadas, esse espaço físico precisa ser melhorado para atender com maior qualidade,

especialmente cadeirantes. Há esforço significativo da equipe para atender com a qualidade que este público das necessidades especiais necessita, para tanto, sugere-se capacitação profissional adequada, considerando, que não há na equipe, profissionais capacitados do ponto de vista de cursos técnicos para atender.

O Campus São Borja dispõe do seguinte material para atender a acessibilidade pedagógica e atitudinal:

- 1 TV 21" Tela Plana CCE;
- 1 TV LCD 23" Marca LG Modelo 26LC4R;
- 1 Impressora braile Juliet Pro;
- 1 DVD Samsung P370;
- 2 Impressoras laser HP M1120 MFP;
- 3 Computadores PHB Tec com Monitor 17" LCD;
- 3 Notebooks LG Dual Core;
- 1 Impressora laser HP M1120 MFP;
- 2 Netbooks;
- 2 Mesas acessíveis para cadeiras de rodas;
- 1 Teclado numérico;
- 2 Gravadores digitais.

A biblioteca possui, hoje, um espaço de 240 m². Todo acervo da biblioteca é de livre acesso, atendendo tanto a comunidade universitária como o público em geral. O empréstimo domiciliar é um serviço exclusivo para alunos, professores e funcionários da instituição. Os usuários externos poderão realizar somente consultas no local, podendo também acessar a biblioteca através da internet para fazer consultas ao acervo, renovação ou reserva de material. O acervo é composto por livros, periódicos e CD-ROMs específicos dos cursos oferecidos no campus de São Borja, além de algumas obras de referência.

Abaixo seguem informações detalhadas sobre o acervo:

Títulos: 8.071

Exemplares: 37.447

Dados Quantitativos do Acervo de Livros por Área do Conhecimento (CNPq)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	78	473
Ciências Biológicas	55	267
Engenharias	10	24
Ciências da Saúde	93	378
Ciências Agrárias	7	33
Gestão Ambiental	1	3
Ciências Sociais Aplicadas	2.750	12.293
Ciências Humanas	3.302	18.629
Linguística, Letras e Artes	1.600	4.574
Outros	175	773
Total	8.071	37.447

Dados Quantitativos do Acervo Multimídia

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	13	13
Ciências Biológicas	1	5
Engenharias	-	-
Ciências da Saúde	66	13
Ciências Agrárias	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciências Sociais Aplicadas	159	259
Ciências Humanas	71	152
Linguística, Letras e Artes	21	52
Outros	4	4
Total	335	446

Dados Quantitativos do Acervo de Periódicos

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	-	-
Ciências Biológicas	1	1
Engenharias	-	-
Ciências da Saúde	-	-
Ciências Agrárias	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciências Sociais Aplicadas	20	20
Ciências Humanas	9	9
Linguística, Letras e Artes	2	2
Outros	1	1
Total	33	33

Existe o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, incluindo o Portal IEEE, podendo ser acessados diretamente pelas máquinas distribuídas em todo o campus.

O horário de atendimento da Biblioteca é das 10h às 21h45min.

3.4 PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O curso de Serviço Social da UNIPAMPA desenvolve diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, estes não possuem a característica de serem permanentes, pois são desenvolvidos de acordo com as possibilidades do curso, as demandas da comunidade acadêmica e comunidade de São Borja e região.

O curso de Serviço Social da UNIPAMPA assume em seu Projeto Político-Pedagógico (PPC), o compromisso com a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, buscando uma formação acadêmico-profissional que possibilite aos/as discentes espaços de análise, problematização e intervenção de forma crítica e reflexiva.

O desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão pelos/as docentes possui a intencionalidade de apreender as intrincadas conexões do real e assim construir um caminho que possibilite aos/as discentes sucessivas aproximações com a realidade bem como a edificação de conhecimentos que mediados com a concretude da realidade social.

A direção assumida pelo curso de Serviço Social para a garantia da indissociabilidade da tríade (pesquisa, ensino e extensão), visa garantir o compromisso com uma educação pública, laica e de qualidade no interior do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo a articulação e integração da universidade com a sociedade, construindo conhecimentos teórico-práticos que

poderão imprimir subsídios para a elaboração de respostas às necessidades sociais da comunidade local e regional.

Salienta-se que os projetos permitem aos/as discentes conhecer e problematizar o objetivo de investigação e de intervenção da profissão (a questão social e suas múltiplas expressões), contribuindo significativamente no processo de ensino-aprendizagem por meio de ações formativas, investigativas e interventivas.

Atualmente os/as docentes do Curso de Serviço Social desenvolvem diversos projetos, tendo como principais linhas: as políticas sociais (Saúde, Educação, Assistência Social, Trabalho e Renda, entre outras), o desvendamento das expressões contemporâneas da exploração e da opressão de diferentes segmentos sociais (mulheres, idosos, população LGBTT, pessoas com deficiências, população negra, crianças e adolescentes). Também são temáticas de estudo as expressões de violência e suas estratégias de enfrentamento, direitos humanos, os dilemas do mundo do trabalho, as particularidades da região da Fronteira Oeste, as particularidades e desafios da intervenção profissional do Serviço Social.

Tais temáticas e linhas de pesquisa e extensão, ainda que não possuam a característica de serem permanentes, pois são desenvolvidos de acordo com as possibilidades, têm como horizonte a construção de uma práxis na formação profissional, garantindo um processo de ensino-aprendizagem interdisciplinar, criativo e propositivo, articulando o conhecimento acadêmico com a realidade social.

3.5 PROTAGONISMO DISCENTE

Os Discentes do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA desde a emergência do Curso estiveram e/ou estão constantemente envolvidos em diversas representações estudantis a níveis local, regional e nacional. Também

participam de comissões: Comissão de Curso, Conselho de Campus, Conselho Superior Universitário – CONSUNI, Comissão Superior de Extensão.

Além das representações discentes em instâncias universitárias, os discentes da UNIPAMPA estão envoltos nas instâncias organizativas da profissão como na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO e na composição de Comissões do 10º Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul.

A atuação dos/as discentes se dá também por meio do Movimento Estudantil reconhecido nacionalmente, tendo uma representação que é eleita por meio de assembleias realizadas pelo público discente.

Ressalta-se que a participação do/a estudante neste espaço é de fundamental importância, uma vez que este se caracteriza enquanto lócus de escuta e reivindicações pelos/as discentes e mediação entre estudantes do Serviço Social e a Comissão de Curso. Neste espaço são também discutidas e construídas as propostas para as melhorias na formação profissional, possuindo também o papel de socializar informações e decisões que foram acatadas pelo colegiado, fortalecendo a autonomia e o protagonismo discente.

Além disso, este mesmo público também está representado pelo Diretório Acadêmico de Serviço Social (DASS- UNIPAMPA) que foi criado em 30 de Dezembro de 2011, detendo de um estatuto. Salienta-se que, o DASS trava politicamente lutas pela garantia da qualidade da formação profissional, combate as opressões, respeito a diversidade cultural, sexual e étnica bem como a defesa e fortalecimento dos movimentos sociais, reconhecendo a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) como entidade máxima de representação dos/as estudantes de Serviço Social.

Salienta-se que os/as estudantes do Curso têm participações efetivas nos encontros estudantis da categoria como nos Encontros Regionais de

Serviço Social (ERESS) e participação também no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS).

Além disso, os/as acadêmicos/as de Serviço Social também auxiliam na organização de eventos da categoria, bem como na realização e organização das Semanas Acadêmicas do curso.

Abaixo as representações:

Comissão de Curso de Serviço Social – Todos os Anos

- Roberto Junior – 2013
- Cássio Eduardo da Silveira Tôndolo – 2014 e 2015

Conselho de Campus

- Clara Barreto - Representante Discente – 2012

Comissão Local de Ensino

- Clara Barreto - Representante Discente – 2011

Comissão Local de Extensão

- Cássia Pilar Salagado – Representante Discente – 2013 e 2014

CONSUNI- Conselho Universitário da UNIPAMPA

- Emilene Oliveira – Representante Discente CONSUNI 2012
- Clara Barreto - Representante Discente 2013
- Cássio Eduardo da Silveira Tôndolo – Representante Discente 2015

Comissão Superior de Extensão e Cultura UNIPAMPA

- Cássia Pilar Salagado – Representante Discente – 2013 e 2014

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS

•Cássio Eduardo da Silveira Tôndolo - Representação Discente em ABEPESS (Suplente) – 2013 e 2014

•Tailise Almeida - 2015 e 2016 - Representação Discente em ABEPSS

Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO

•Cássio Eduardo da Silveira Tôndolo – Coordenador Regional da ENESSO / Região 6 - 2014 e 2015

•Vanessa Robalo - Coordenadora Regional da ENESSO Região 6 - 2014 e 2015

•Laiza Belem - Coordenadora Regional da ENESSO Região 6 - 2015 e 2016

•Rodrigo Ortiz – Coordenador Regional da ENESSO Região 6 - 2015 e 2016

Comissão de Formação Profissional do Conselho Regional de Serviço Social – CRESSRS

•Cássio Eduardo da Silveira Tôndolo – 2015

A atuação dos discentes se dá também por meio de um efervescente Movimento Estudantil reconhecido nacionalmente. Assim os estudantes estão representados pelo Diretório Acadêmico de Serviço Social – DASS UNIPAMPA, o qual trava politicamente lutas pela garantia da qualidade da formação profissional, combate as opressões, cultura, movimentos sociais, reconhecendo a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO como entidade máxima de representação dos estudantes de Serviço Social.

Os estudantes do Curso têm participações efetivas nos encontros estudantis da categoria como nos Encontros Regionais de Serviço Social – ERESS, com participação nos anos de 2012 (Matinhos- PR), 2013 (Porto Alegre- RS, 2014 (Blumenau- SC e 2015 (Ponta Grossa-PR) e participação

também nos ENESS – Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, nos anos de 2013 (Cuibá), 2014 (Florianópolis – SC) e 2015 (Rio de Janeiro – RJ), por meio de comitivas dos estudantes.

Não limitando-se a base, os Discente da UNIPAMPA participam também dos eventos do movimento estudantil em geral, através da participação nos eventos da União Nacional de Estudantes – UNE , por meio da CONUNE-Congresso Nacional dos Estudantes (2011, 2013,2015), no CONEB (2013) E BIENAL Cultural (2011, 2013 e 2015).

O Movimento Estudantil e a Categoria Discente do Serviço Social da UNIPAMPA, além da participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão estão envolvidos diretamente na organização de eventos da categoria.

Destacamos a organização do IV Encontro Discente da UNIPAMPA em 2014 e do 2º Encontro Gaúcho de Estudantes de Serviço Social a serem realizados em São Borja na UNIPAMPA. Temos também a organização das Semanas Acadêmicas do Curso de Serviço Social – nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2014.

Cabe citar a participação em atividades políticas como manifestações, paralizações e ocupações por melhorias na Universidade Federal do Pampa. Dentre elas Acampamento Campus São Borja (ano de 2013, reenviando melhorias físicas no campus São Borja), Paralização Campus São Borja que durou 15 dias no ano de 2013, na luta pelo ar condicionado do campus e o OcupaPRAEC, ocupação recente da Pró-Reitora da UNIPAMPA na luta por melhorias da Assistência Estudantil.

4 AVALIAÇÃO

4.1 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O projeto pedagógico encontra-se em processo permanente de avaliação, por meio de alguns espaços constituídos no curso de Serviço Social, os quais permitem constituir metodologias específicas para a avaliação dos processos acadêmicos em relação ao ensino e aprendizagem na dimensão político-pedagógica e administrativa-organizacional. E por espaços externos de avaliação do processo de ensino e aprendizagem no Serviço Social:

A avaliação externa do curso observará a sistemática estabelecida pelo SINAES, Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, com base em três processos: avaliação da instituição, avaliação do desempenho dos estudantes, avaliação do curso de graduação.

O Curso de Serviço Social participa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). A avaliação do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA é concebida como um processo coletivo, contínuo e indispensável ao seu aperfeiçoamento, com vistas a adequações das ações pedagógicas, constituindo-se num ciclo retroalimentador da qualificação do ensino buscada pelo Curso. Este vem ao encontro do processo de avaliação proposto pela UNIPAMPA no âmbito institucional, de curso e de acompanhamento de seus egressos.

A avaliação institucional é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNIPAMPA. A mesma foi criada pela portaria nº697, de 26 de março de 2010 e caracteriza-se por ser um órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento, a condução dos processos de avaliação interna, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP conforme a lei do SINAES (10.861/2004).

A CPA/UNIPAMPA assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo composta por

Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos *campi* e, por uma Comissão Central de Avaliação (CCA).

A autoavaliação do curso é realizada conforme disposto na Lei nº 10.861/2004, que aborda o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Por sua vez, os resultados das avaliações institucionais e externas são utilizados para reflexão de conteúdos nos programas dos Componentes Curriculares, alterações na matriz curricular, indicadores de atividades que alimentam a atualização do Programa de Formação Continuada de Professores, a política de egressos e de formação continuada, dentre outros.

As ações de avaliação do curso são de responsabilidade da Comissão do Curso e NDE, articulado com a CLA e a CPA/UNIPAMPA sob pressupostos do Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018). Todo o processo de avaliação tem como base os objetivos pré-estabelecidos e a mensuração dos resultados obtidos em função dos meios disponibilizados. Deste modo, variáveis como qualificação, titulação, regime de trabalho, infraestrutura de pesquisa, biblioteca, acessibilidade etc., que são de responsabilidade das IES, devem ser também referenciais para todo o processo de avaliação. Neste sentido, na autoavaliação são também considerados aspectos administrativos, acadêmicos e de infraestrutura oferecidos pela Universidade, considerando-se especialmente a biblioteca, os laboratórios de ensino e as salas de aula, com o intuito de se obter o melhoramento desses espaços físicos.

O NDE, particularmente tem como finalidade acompanhar e avaliar o processo de implementação do projeto pedagógico. De modo a assegurar a inter-relação entre os conteúdos dos componentes curriculares, entre estas e os demais, organizados no núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, no núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira e no núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

O processo de autoavaliação do curso de Serviço Social está voltado para o estudo de um conjunto de ações processuais objetivando sistematizar e trabalhar os dados obtidos da análise avaliativa dos indicadores centrais que envolvem a organização didático-pedagógica do curso. A avaliação da qualidade da organização didático-pedagógica do curso envolve as seguintes dimensões e/ou variáveis de análise:

- (a) A estrutura organizacional e a gestão administrativa do curso, com ênfase especial à sua prática de gestão;
- (b) Os professores, os alunos e a equipe de suporte técnico-administrativa;
- (c) A relação pedagógica professor-aluno-professor;
- (d) O currículo proposto, suas relações com as exigências sociais e profissionais e o desenvolvimento real de seus componentes: conteúdos programáticos e critérios de seleção, perfil esperado do futuro profissional, capacidades, competências e habilidades, métodos de ensino e de avaliação da aprendizagem, materiais curriculares, atividades pedagógico-científicas, com especial destaque para as atividades de pesquisa e de extensão, às atividades profissionais, às atividades culturais, ao estágio curricular supervisionado e ao trabalho de conclusão de curso;
- (e) O envolvimento coletivo da comunidade do curso no processo de autoavaliação e no planejamento da tomada de decisões para a elaboração dos planos de ação e dos planos de trabalho para a melhoria da qualidade do curso;
- (f) Análise da autoavaliação para rever as diferentes dimensões deste processo.

O processo de autoavaliação do curso visa o conhecimento apurado das condições materiais do curso (tempo, espaço, recursos humanos e financeiros) para o alcance do pleno desenvolvimento de seu projeto pedagógico.

A implementação do processo de autoavaliação do curso ocorre, simultaneamente, ao desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional, ao desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico do Curso, ao Programa de Avaliação Institucional e à realidade do curso constatada pelas informações provenientes da Avaliação Externa.

Dessa forma, no processo de autoavaliação do curso são trabalhados, pedagogicamente, os dados (quantitativos e qualitativos) colhidos tanto pelo Programa de Avaliação Institucional quanto pela Avaliação Externa e que dizem respeito à sua matriz curricular, às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e condições gerais de funcionamento.

4.1.1 Metodologia de trabalho do processo de autoavaliação

O Curso de Serviço Social - Bacharelado busca aperfeiçoar sua metodologia de trabalho para o processo de autoavaliação, estruturado num paradigma de avaliação que se revele, potencialmente fértil, na perspectiva de contribuir com a melhoria do curso.

A metodologia de trabalho adotada pelo processo de autoavaliação do curso pauta-se por uma filosofia avaliativa centrada na participação e na colegialidade do curso, cuja tarefa é empreender uma análise auto reflexiva da totalidade das vertentes da realidade curricular e seu entorno sociocultural, buscando alternativas pedagógico-científicas para o aperfeiçoamento constante de sua estrutura e processo de desenvolvimento curricular. Nesse sentido, e especificamente no que concerne à avaliação interna do curso, são contempladas as variáveis e respectivos indicadores institucionais, cujo diagnóstico é realizado pela Comissão Própria de Avaliação da UNIPAMPA, bem como outras vertentes de análise que poderão surgir durante o desenvolvimento curricular do curso e do próprio processo de autoavaliação.

Após a sistematização do resultado do diagnóstico, das variáveis e indicadores considerados emergentes face a especificidade do curso, estes serão trabalhados por meio da seguinte metodologia:

1. Reuniões de trabalho para elaboração do planejamento do processo de autoavaliação do curso para o ano letivo correspondente e para a identificação de variáveis e indicadores porventura não contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional.
2. Participação dos protagonistas do processo de autoavaliação do curso nos Painéis promovidos pela Comissão de Avaliação Institucional para conhecimento das informações e dos dados colhidos sobre a realidade do curso.
3. Reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso, Comissão de Avaliação Institucional e pela avaliação externa) e análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso.
4. Aplicação dos Instrumentos de Avaliação elaborados pelo próprio curso e não contemplados pelo processo de avaliação institucional e pela avaliação externa. Trata-se aqui de Instrumentos de Avaliação que abordam as dimensões específicas do curso.
5. Reuniões para a elaboração conjunta de Planos de Trabalho com base nos resultados da avaliação institucional, da avaliação externa e da autoavaliação promovida pelo próprio curso (componentes curriculares que caracterizam a especificidade do curso).
6. Desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Trabalho para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica.

7. Encontros envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder por meio de uma atitude crítica e auto reflexiva à análise do processo de autoavaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho são realizadas no transcorrer do semestre letivo, cujo cronograma de atividades é estabelecido no início de cada ano letivo, para a elaboração do planejamento do processo de autoavaliação do curso. Neste, busca-se imprimir uma metodologia que contemple uma unidade e segmento de tempo concreto em relação ao qual se distinguem três fases para um paradigma que resulte num processo de autoavaliação global: (a) avaliação inicial (condições existentes, fundamentação e necessidades); (b) avaliação de processo (variáveis que envolvem todo o processo de desenvolvimento curricular nos contextos político-administrativo, de gestão e de realização); (c) avaliação de resultados (ponderação dos resultados definidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC)).

O processo de autoavaliação do curso é um processo permanente e, é realizado anualmente, por meio da aplicação de um formulário que envolve todos os segmentos do curso – discentes, docentes e técnicos administrativos - elementos que otimizem o planejamento e/ou redirecionamento das atividades do curso, conforme o quadro Instrumento de Avaliação dos Componentes Curriculares:

Quadro 10: Instrumento de Avaliação Dos Componentes Curriculares:

Componentes Curriculares:	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Insuficiente
Importância do Componente Curricular à formação profissional					
Apresentação do Plano de Ensino					
Atingiu os objetivos nas aulas					
Conteúdos propostos pelo Componente Curricular					

Deu conta da ementa nas aulas					
Metodologia utilizada nas aulas					
Bibliografia utilizada nas aulas					
Carga horária cumprida nas aulas					
Pontualidade do(a) docente					
Assiduidade do(a) docente					
Criatividade nas aulas					
Infraestrutura em que o Componente Curricular foi realizado					
Apropriação do/a acadêmico/a em relação aos conteúdos trabalhados no Componente Curricular					
Articulação do Componente Curricular com outros componentes curriculares já cursados pelo acadêmico no curso					
Oportunidades de participação dos/as acadêmicos/as na definição de aspectos relacionados à proposta do Componente Curricular					
Acesso à bibliografia utilizada no Componente Curricular (xerox, livros, etc.)					

Proposições gerais:

— .

Os dados de maior relevância gerados a partir dessa autoavaliação são expostos à comunidade através de relatórios apresentados na Comissão de Curso, publicitado para a comunidade acadêmica em murais e sitio do curso, por meio dos quais são abordadas os principais indicadores do curso, as ações que estão sendo tomadas a curto, médio e longo prazo e o que ainda será

instituído, bem como os pontos do projeto que já foram reestruturados e seus resultados práticos.

O processo de autoavaliação empregado caracteriza-se, assim, como um ciclo que toma corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo. Este visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica do curso.

4.2 POLÍTICA DE EGRESSOS E A FORMAÇÃO CONTINUADA

4.2.1 Política de Egressos

O Programa de Acompanhamento ao Egresso/PROGRAD é previsto pelo Ministério da Educação nas políticas de atendimento aos estudantes, visa a conhecer a inserção do egresso no âmbito da atuação profissional; diagnosticar necessidades formativas que ampliem as possibilidades desta inserção e contribuam para a melhoria da qualidade do ensino de graduação e, para a oferta de continuidade dos estudos na instituição no âmbito da pós-graduação. Além disso, o programa intenta a manutenção da relação de proximidade com o egresso da instituição, entendendo-o como parte da sua história, em uma relação de solidariedade e responsabilidade para com o aluno formado pela UNIPAMPA. (UNIPAMPA, 2015)

Considerando a necessidade de aprimoramento do ensino e formação continuada, o Curso de Serviço Social prevê o acompanhamento do egresso como um mecanismo que permite a contínua melhoria do planejamento e da operacionalização do processo de ensino-aprendizagem.

Essa política de acompanhamento dos egressos é realizada com vistas ao mapeamento da inserção dos mesmos no mercado de trabalho e as áreas nas quais estes egressos estão atuando. Para tanto, é disponibilizado no sítio

do curso um espaço com os dados de egressos a partir do preenchimento de um formulário digital enviado para estes por correio eletrônico a cada doze (12) meses, no sentido de manter os dados atualizados.

As avaliações externas como o Relatório do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e da CPA/UNIPAMPA são base para o planejamento do curso e do campus, e servem como um panorama de comparação da situação para os próximos resultados avaliativos produzidos pelo ENADE e CPA/UNIPAMPA.

4.2.2 A Formação Continuada

O assistente social trabalha com as expressões da questão social em uma realidade socioeconômica, político e cultural em permanente transformação, assim a formação continuada é fundamental para qualificar o exercício profissional.

Nesse sentido, o Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, desde sua origem vem intensificando uma cultura de formação continuada aos egressos e demais profissionais da área do Serviço Social e afins, por meio de cursos de especialização (em nível de pós-graduação lato sensu), Fórum Local de Estágios, projetos e eventos de extensão.

A parceria entre curso de Serviço Social e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-10^a Região) e o NUCRESS São Borja é condição importante para a implantação da política de egressos e formação continuada.

A política de egressos e formação continuada no curso de Serviço Social deve contemplar:

a)O permanente acompanhamento dos espaços de trabalho do assistente social por meio de pesquisas;

- b) A análise conjuntural constante e sistemática do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista e os rebatimentos de novos paradigmas de trabalho do Assistente Social;
- c) A continuidade da parceria estabelecida com o Conselho Regional de Serviço Social – 10ª Região e NUCRESS SB, acompanhando a inserção do Assistente Social no mercado de trabalho e aprofundando a discussão sobre a ética profissional;
- d) A continuidade da política de formação continuada no âmbito da pós-graduação *latu sensu*;
- e) A *implementação* da política de formação continuada no âmbito da pós-graduação *strictu sensu*;
- f) A implementação de cursos de extensão, em parceria com o NUCRESS SB, que permitam o aperfeiçoamento dos instrumentais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, 2006.

ABESS/CEDEPSS. **Caderno ABESS n. 07**. Caderno Especial: Formação Profissional: trajetórias e desafios. Cortez, São Paulo: 1996.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050/2004**. Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. **Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Ata VII Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas – CAT CORDE / SEDH / PR** realizada nos dias 13 e 14 de dezembro de 2007. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.infoesp.net/CAT_Reuniao_VII.pdf>. Último Acesso em 23/08/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.640**, de 11 de janeiro de 2008. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto Federal nº 89.758**, de 06/06/84 e Portaria 121, de 02/10/84. Dispõe sobre a matrícula de cortesia, em cursos de graduação, em Instituições de Ensino Superior, de funcionários estrangeiros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares de Carreira e Organismos Internacionais, e de seus dependentes legais, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União. Brasília, DF, out, 2012.

BRASIL. **Lei nº8.662/93**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CFESS N.º 273/93 DE 13 MARÇO** de 1993 .Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº11.788** de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.

BRASIL. **Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, DF, p. 25, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, De 7 de Dezembro de 1993. Consolida a Lei Orgânica de Assistência Social. Diário Oficial da União. Brasília, DF: dez.1998.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto-lei nº7.690**, de 2 De Março de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. Diário Oficial da União. Brasília, DF, mar, 2012.

BRASIL. **Resolução nº15** de Março de 2002. Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Brasília, DF, jan, 2002.

BRASIL. **Lei 9.131**, de 25 de novembro de 1995. Parecer CNE/CES 492/2001. Parecer CNE/CES 1.363/2001. Orienta a formulação do projeto pedagógico e as Diretrizes curriculares para os cursos de Museologia.

BRASIL. **Decreto-lei nº7.690**, de 2 de Março de 2002. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, mar, 2002.

BRASIL. **Lei 11.640** de 11 de janeiro de 2008. Consolida a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, como Fundação Universidade Federal do Pampa, de natureza pública, uma instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade.

BRASIL. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.** <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>

CFESS. **RESOLUÇÃO Nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

CFESS. **Resolução 493 de 2006.** Regulamenta o exercício profissional do assistente social e dá outras providências.

Congresso Nacional. **Projeto de Lei nº 7.204/06.** Propõe a criação da UNIPAMPA.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%E3o+Borja> Acesso em 16/12/2014, às 13:14.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à Prática Educativa. Editora EGA, 1996.

GUINDANI, Evandro Ricardo; GUINDANI, Yáscara Michele Nelves Koga; NASCIMENTO, Sandro Ben Hur Gonçalves do. **A Educação frente à realidade sócioeconômica: assimetrias entre a fronteira e região central do Estado do Rio Grande do Sul.** In: III Seminário Internacional de Ciências Sociais – Ciência Política. Buscando o Sul: Política, Sociedade, Educação e suas Fronteiras. Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, 2014.

MARTINS, Bruna Braga. Trabalho de Conclusão de Curso. **Refletindo sobre a questão das cotas raciais e sociais no âmbito da Universidade Federal do Pampa Campus São Borja RS.** Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2016.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho. **Quadro sintético: produzido com base na pesquisa de diversos autores /** Jaqueline Carvalho Quadrado; (2016)

REUNI, **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.** Brasília, 2007.

ROSE D. H. e MEYER, A. **Teaching Every Student in the Digital Age: Universal Design for Learning.** 2002. Disponível em www.cast.org/teachingeverystudent/ideas/tes/. Acesso em: 29/03/2016.

UNIPAMPA. **Projeto Institucional da UNIPAMPA**, 2009.

UNIPAMPA. **Resolução nº 5**, de 17 de junho de 2010. Aprova o Regimento Geral da Universidade, nos termos em que foi apresentado.

UNIPAMPA. **Resolução nº 20**, de 26 de novembro de 2010. Aprova as normas para os estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e para os estágios realizados no âmbito desta instituição.

UNIPAMPA. **Resolução nº 29**, de 28 de abril de 2011. Aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas.

UNIPAMPA. **Resolução nº 71**, de 27 de fevereiro de 2014. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014-2018).

UNIPAMPA. **Resolução nº 97**, de 19 de março de 2015. Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelece suas normas de funcionamento.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. www.google.com.br/search?q=mapa+de+inserção+da+unipampa, Acesso em: 23/08/2016.

UNIPAMPA. **RESOLUÇÃO Nº 84. 30 de outubro de 2014.** Universidade Federal do Pampa-campus São Borja-RS, 2014.

<https://www.google.com.br/search?q=mapa+de+inserção+da+unipampa>, Acesso em: 23/08/2016.

ANEXO A: REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL UNIPAMPA

A Comissão de Curso, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, considerando o estabelecido na Resolução da UNIPAMPA nº 97, de 19 de março de 2015, em Reunião Ordinária, realizada no dia 02 de maio de 2016, no uso das atribuições, delibera pela criação do Regimento Interno do NDE do Curso de Serviço Social UNIPAMPA.

CAPÍTULO I: FINALIDADE E ATRIBUIÇÕES DO NDE

Art. 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Serviço Social é proposto pela Comissão de Curso de Serviço Social, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico.

Art. 2º O NDE tem caráter consultivo e propositivo em matéria acadêmica, tendo as seguintes atribuições:

I - Elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso.

II - Propor procedimentos e critérios para a auto avaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria.

III - Conduzir os processos de reestruturação curricular para aprovação na Comissão de Curso, sempre que necessário.

IV - Atender aos processos regulatórios internos e externos.

V - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social.

VI - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação e de sua articulação com a pós-graduação, bem como das exigências do mundo do trabalho, sintonizadas com as políticas próprias às áreas de conhecimento.

VII - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso.

VIII - Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo.

IX- Propor e conduzir as reuniões pedagógicas em conjunto com a coordenação de Curso.

Parágrafo Único. As proposições do NDE são submetidas à apreciação e deliberação da Comissão de Curso.

CAPÍTULO II: COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO NDE

Art. 3º O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social é composto por um mínimo de 05 (cinco) docentes pertencentes ao corpo docente do Curso de Serviço Social, atendidos os seguintes critérios:

I - Ser indicado pela Comissão de Curso.

II - Ter, ao menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu*.

III - Ter, ao menos, 20% (vinte por cento) dos seus membros em regime de trabalho de tempo integral.

Art. 4º O tempo de vigência de mandato para o NDE deve ser de, no mínimo, 03 (três) anos, sendo adotadas estratégias de renovações parciais de modo a haver continuidade no pensar do Curso.

Art. 5º Quando da composição ou alteração do NDE, essas devem ser aprovadas pelo Conselho do Campus, que, através de seu representante

máximo, deve enviar, para o Gabinete da Reitoria, a Ata de constituição do Núcleo, prevendo o mandato dos membros, para designação formal via portaria.

Art. 6º O Núcleo Docente Estruturante deve ter um Presidente e um Secretário escolhidos pelos pares, para um mandato de 03 (três) anos.

Art. 7º O Presidente do NDE tem as seguintes atribuições:

I - Convocar as reuniões do NDE.

II - Presidir as reuniões do NDE.

III - Receber e encaminhar demandas da PROGRAD.

IV - Receber e encaminhar demandas da Coordenação de Curso do Serviço Social.

Art. 8º O/a Secretário/as do NDE tem as seguintes atribuições:

I - Fazer registro das reuniões do NDE.

II - Zelar pela documentação do NDE (portarias, resoluções, atas, memorandos).

Art. 9º O NDE reúne-se, ordinariamente, no mínimo, 02 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

I - A convocação ordinária deverá ser feita, com no mínimo, sete (7) dias de antecedência.

II - As reuniões serão validadas com a presença de 50% do quórum.

III - Para deliberações no âmbito das atribuições do NDE é necessário 50% de aprovação dos membros.

Art. 10 Este regimento entra em vigor na data da sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

São Borja, 02 de maio de 2016.

Comissão do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA

**ANEXO B: REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E
NÃO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIPAMPA**



SÃO BORJA, SETEMBRO DE 2016.

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E DOS ASPECTOS LEGAIS

Art. 1º. Este regulamento normatiza as atividades de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, mediante a realização de convênios com instituições públicas e privadas, concedentes de estágio.

Art. 2º. O Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório em Serviço Social, fundamenta-se na legislação vigente, conforme disposto na Lei nº 11.788/2008: “Dispõe sobre o estágio de estudantes”, Lei 8.662/1993: “Dispõe sobre a Profissão de Assistente Social”, Política Nacional de Estágios da ABPESS (2010), Resolução CFESS nº 273/1993: “Código de Ética dos Assistentes Sociais”, Resolução CFESS nº 493/2006:” Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”, Resolução CFESS nº593/2008: “Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social”, Resolução CONSUNI-UNIPAMPA nº 20/2010: “Dispõe sobre a realização dos Estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os Estágios realizados no âmbito desta Instituição”, Resolução CONSUNI-UNIPAMPA nº 29/2011:“Aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas”, Orientação Normativa nº 02/2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público: “Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional” e demais orientações constantes no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social e Política Local de Estágios em Serviço Social, as quais objetivam explicitar as condições teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para sua realização.

Art. 3º. As referências contidas neste Regulamento de Estágios estão em consonância com a legislação em vigor, conforme descrito no Art. 2º e visam à materialização dos princípios, diretrizes e orientações político-pedagógicas,

contidas na Política Local de Estágios do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA.

Art. 4º. O Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – Matrícula e frequência regular atestados pela instituição de ensino.

II – Celebração de Termo de Compromisso entre estagiário(a), Unidade Concedente e a Instituição de Ensino.

III – Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio, de acordo com a área de conhecimento e aquelas previstas no Termo de Compromisso.

Art. 5º. A jornada de atividade em estágio será definida em comum acordo entre a Instituição de Ensino e a Unidade Concedente sendo descrita no Termo de Compromisso de Estágio, compatível com as atividades escolares e não devendo ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais:

I - A jornada de atividades em estágio deverá compatibilizar-se com o horário acadêmico do(a) estagiário(a) e com horário do campo de estágio.

II - O período de realização de estágio corresponde ao calendário acadêmico vigente.

III - O campo de estágio deverá proporcionar ao estagiário(a) atividades que possibilitem de aprendizagem social, cultural e profissional considerando-se as legislações que orientam a formação e trabalho profissional em Serviço Social.

IV - O(a) estagiário(a) e Unidade Concedente deverão comunicar à UNIPAMPA, situações de interrupção, conclusão ou eventuais modificações no Termo de Compromisso.

Art. 6º. Os Campos de Estágio ou Unidades Concedentes de Estágio são as Instituições Públicas, Privadas, Movimentos Sociais e Organizações do

Terceiro Setor, que desenvolvem Programas, Projetos e Serviços na área do Serviço Social, no município de São Borja e região, compatíveis com as exigências curriculares e pedagógicas do Curso de Serviço Social e da legislação vigente.

Art. 7º. Os Projetos de Extensão são reconhecidos como campos de Estágio, desde que tenham vínculo institucional com a UNIPAMPA e que estejam em consonância com o que estabelece o Art. 2º §3º da Lei 11.788/2008, com a Resolução n.20, de 26 de novembro de 2010 da UNIPAMPA, com a Resolução 29, de 28 de abril de 2011 da UNIPAMPA e com os Arts. 4º e 5º da Lei 8.662/1993, sob a orientação direta de um docente e supervisão de um profissional de Serviço Social, conforme disposto no Art. 2º da Resolução CFESS nº 533/2008. A inclusão do estágio no currículo tem papel importante e privilegiado porque visa o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, além de promover a aproximação com o ambiente de trabalho; o estágio curricular obrigatório possui carga horária e registro de notas próprios e, quando incluído no PPC é pré-requisito para aprovação e obtenção do diploma; o estágio obrigatório requer um orientador (corpo docente da Universidade) e de um supervisor (unidade concedente do estágio). A partir disso, o desenvolvimento do estágio obrigatório em atividades de extensão somente poderá ocorrer uma vez considerados os elementos elencados anteriormente e atendidas todas as exigências legais para a realização de estágio curricular obrigatório indicadas na legislação. Atualmente, a UNIPAMPA exige convênio de estágio entre a Universidade e a unidade concedente, nesse sentido, tal convênio será exigido também na realização o estágio obrigatório em atividades de extensão. Os projetos de extensão em caso de servirem como campo de estágio devem estar vinculados aos planos de ensino dos componentes curriculares de estágio curricular supervisionado, sendo acompanhado pelo supervisor acadêmico (docente orientador) e um supervisor de campo (unidade concedente).

Parágrafo Único: A oferta de Projetos de Extensão, para campos de Estágio em Serviço Social, será definida de acordo com os Programas de Extensão vigentes no Curso de Serviço Social, vinculados aos Núcleos da Formação Profissional.

Art. 8º. Para que os Projetos de Extensão sejam reconhecidos como campos de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social devem ser observados que:

I - Os objetivos e funções desempenhadas pelo Serviço Social estejam em conformidade com os Art. 4º e 5º da Lei de Regulamentação da Profissão.

II - Os projetos e planos de intervenção do estágio devem ser articulados ao trabalho do Serviço Social, considerando a análise e a apropriação crítica do contexto sócio institucional.

III - O(a) supervisor(a) de campo poderá ser o(a) docente envolvido(a) na atividade de extensão ou assistente social vinculado(a) a equipe executora do projeto, devidamente registrado no Conselho Profissional.

IV - Não haja acúmulo nas funções de supervisor(a) de campo (unidade concedente) e de supervisor(a) acadêmico(a) (professor orientador). O(a) docente, ao assumir a função de supervisor(a) acadêmico(a) de um grupo de estudantes, não poderá acumular a função do supervisor de campo junto aos mesmos.

V – Os programas e/ou projetos devem estar vinculados e integrados ao plano de ensino do componente curricular de estágio curricular obrigatório, sendo acompanhado por um docente orientador que será o supervisor acadêmico e um supervisor de campo da unidade concedente.

VI - Os programas e/ou projetos devem estar cadastrados no sistema de informação de projetos de ensino, pesquisa e extensão da UNIPAMPA (SIPPEE);

VII - As atividades de extensão devem ser projetos de fluxo contínuo do curso.

Art. 9º. O Curso de Serviço Social estabelece como prioridade a execução de convênio de estágios com as Unidades Concedentes relacionadas no Art. 6º. Em situações de não preenchimento das vagas demandadas no semestre, haverá abertura de campo de estágios em Projetos de Extensão, conforme dispõe o Art. 7º e 8º deste Regulamento.

§1º: A oferta do componente de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social é realizada anualmente e, na modalidade semestral, em casos excepcionais de doença, de reprovação por nota ou de provável formando(a).

§2º: Quando da ocorrência das situações descritas no §1º a deliberação sobre o ingresso semestral ou não fica a cargo da Comissão de Estágios.

Art. 10. A Supervisão Direta de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório constitui-se atividade privativa do(a) assistente social, conforme Lei 8.662/1993.

Art.11. Os campos de estágio, conforme Art. 6º e 7º, para celebrar convênio de estágio devem ter no seu quadro funcional, profissional assistente social, com registro junto ao Conselho Regional de Serviço Social e no pleno exercício profissional, conforme disposto na Lei 8.662/1993.

Parágrafo Único: São instrumentos do processo de conveniamento institucional de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social, a Minuta de Convênio de Estágio (Apêndice A), Termo de Compromisso de Estágio (Apêndice B).

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES

Art. 12.O Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social tem por finalidades:

I - Inserção discente em espaços sócio ocupacionais que possibilitem a experiência e articulação teórico-prática entre formação e trabalho profissional.

II – Desenvolvimento de uma postura ética, crítica e propositiva frente às demandas relacionadas aos objetos de estudo e de intervenção.

III – Qualificação dos processos de trabalho no qual o(a) assistente social se insere.

IV – Fortalecimento da articulação teórico-prática no âmbito da formação e do trabalho profissional.

V – Capacitação discente nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o trabalho profissional.

CAPÍTULO III – DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES

Art. 13. Em consonância com a Política Nacional de Estágios da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2010) a materialização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social deve assegurar os seguintes princípios:

I - Consonância como os princípios ético-políticos, explicitados no Código de Ética dos assistentes sociais de 1993, que se constituem como os valores norteadores do projeto profissional do Serviço Social brasileiro.

II - Indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

III - Articulação entre formação e exercício profissional.

IV - Indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e supervisão de campo.

V – Articulação entre Universidade e a sociedade.

VI – Unidade entre teoria-prática.

VII - Fortalecimento da interdisciplinaridade.

VIII - Articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO IV – DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 14.O Estágio Curricular Obrigatório, como componente curricular obrigatório está previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA.

§1º: As vagas de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social serão disponibilizadas de acordo com a capacidade de oferta das unidades concedentes de estágio e de disponibilidade do corpo docente, no semestre vigente.

§2º: Em situações da não disponibilidade de vagas de estágio de acordo com as demandas do semestre, o critério de organização das vagas existentes será o ranqueamento, conforme o Sistema de Informação Educacional (SIE) da UNIPAMPA.

Art. 15. O Estágio Curricular Obrigatório se configura a partir da inserção do(a) discente no espaço sócio institucional, objetivando capacitá-lo(a) para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão direta, do profissional do campo de estágio - supervisor(a) de campo - e profissional docente - supervisor(a) acadêmico(a).

Art. 16. A carga horária de Estágio Curricular Obrigatório segue a legislação vigente, que prevê 15% da carga horária do Curso para atividades de estágio e é composta por 570 horas, divididas em dois semestres de 285 horas cada. Deste total são 255 horas de atividades no campo de estágio, e 30 horas de supervisão acadêmica.

§1º: O Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social está organizado, na matriz curricular, em dois semestres, iniciando-se no 6º semestre e concluindo-se no 7º semestre.

§2º: O Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social I compreende a inserção do(a) estagiário(a) no campo de estágio, observação, elaboração da análise institucional e do projeto de intervenção e início dos processos interventivos, de acordo com as demandas do Serviço Social, no campo de estágio, com supervisão direta.

§3º: Para o ingresso no componente de Estágio Curricular Obrigatório I o/a discente deverá ter concluído os seguintes componentes: Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Ontológicos do Ser Social; Trabalho e Questão Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Ética Profissional e Serviço Social, Proteção Social; Política Social; Transformações societárias e processos de Trabalho; Instrumentalidade em Serviço Social; Introdução ao Estágio em Serviço Social.

§4º: O Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social II compreende a continuidade dos processos interventivos, de acordo com as demandas do Serviço Social, execução, monitoramento e avaliação do Projeto de Intervenção, com supervisão direta.

§5º: Para ingresso no componente de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social II o discente deverá ter concluído os seguintes componentes curriculares: Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social I; Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Ontológicos do Ser Social; Trabalho e Questão Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Ética Profissional e Serviço Social, Proteção Social; Política Social; Transformações societárias e processos de Trabalho; Instrumentalidade em Serviço Social; Introdução ao Estágio em Serviço Social.

Art. 17. A supervisão direta de estágio é constituída por duas instâncias, que são distintas e ao mesmo tempo complementares: supervisão acadêmica e supervisão de campo. Segundo Resolução 20/2010, o estágio deve ser orientado por docente da UNIPAMPA. A supervisão do Estágio é realizada pela parte concedente, que deve indicar um funcionário de seu quadro de pessoal,

com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário.

§1º: Denomina-se Supervisor(a) Acadêmico(a) o(a) profissional assistente social docente, do Curso de Serviço Social e Supervisor(a) de Campo o(a) profissional vinculado(a) a instituição concedente de estágio.

§2º: A supervisão direta de estágio deverá assegurar momentos coletivos de supervisão na universidade e campo de estágio e trabalho em tríade, com a participação do(a) supervisor(a) de campo, supervisor(a) acadêmico(a) e estagiário(a).

Art. 18. A supervisão direta de estágio deve ser realizada pelo(a) professor supervisor, e pelo(a) profissional supervisor de campo, através da reflexão, acompanhamento, sistematização e análise das atividades teórico-práticas, considerando-se os critérios estabelecidos nos instrumentos de supervisão acadêmica e de campo.

Art. 19. A supervisão direta de estágio, acadêmica e de campo, deverá prever o acompanhamento da prática discente no campo de estágio, em seus diferentes níveis, através de supervisões individuais, em grupo, visitas institucionais, reuniões com coletivas, em tríade, oficinas temáticas, fóruns locais e estadual de estágio, seminários, entre outros.

§1º: Cada professor (a) supervisor(a) acompanhará um grupo máximo de até cinco acadêmicos(as) em cada um dos semestres de estágio, totalizando até 10 (dez) estagiários, entre os dois semestres.

§ 2º: Os (as) acadêmicos(as) poderão ser organizados por temáticas comuns, durante a realização dos dois semestres de estágio.

§ 3º: São instrumentos do processo de supervisão direta de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social: Carta de Apresentação (Apêndice C), Plano de Trabalho do(a) Supervisor(a) de Campo (Apêndice D), Plano de Estágio do(a)

Estagiário(a) (Apêndice E), Roteiro de Diário de Campo (Apêndice F), Análise Institucional (Apêndice G), Projeto de Intervenção (Apêndice H), Ficha de Frequência de Supervisão de Campo (Apêndice I), Ficha de Frequência de Supervisão Acadêmica (Apêndice J), Avaliação Qualitativa do(a) Estagiário(a) (Apêndice K), Avaliação Qualitativa do(a) Supervisor(a) de Campo (Apêndice L), Avaliação do(a) Supervisor(a) Acadêmico (a) Estágio I (Apêndice M), Avaliação do(a) Supervisor(a) Acadêmico (a) Estágio II (Apêndice N), Relatório Parcial de Estágio I (Apêndice O), Relatório Final de Estágio (Apêndice P).

Art. 20. A supervisão de campo ocorre no próprio campo de estágio, a partir do Plano de Estágio e é realizada pelo(a) assistente social responsável onde está inserido o(a) discente.

Parágrafo Único: Para a supervisão de campo deve se levar em conta a carga horária do(a) supervisor(a) de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho (Resolução CFESS 533/2008, Art. 3º, Parágrafo Único).

CAPÍTULO III – DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 21. O Estágio Curricular Não Obrigatório é atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, constituindo-se como Atividade Complementar de Graduação (ACG), conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA.

§ 1º: Em hipótese alguma a realização do Estágio Curricular Não Obrigatório substituirá o Estágio Curricular Obrigatório.

§ 2º: As vagas de Estágio Curricular Não Obrigatório em Serviço Social serão disponibilizadas de acordo com a capacidade de oferta das unidades concedentes de estágio e de disponibilidade do corpo docente, no semestre vigente.

Art. 22. Para realizar Estágio Curricular Não Obrigatório o(a) discente deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Estar regularmente matriculado e frequentando as aulas.

II - Ter cursado e obtido aprovação em componentes curriculares do Curso que integralizem no mínimo 300 (trezentas) horas.

Parágrafo Único: Esta modalidade de estágio, no âmbito do Serviço Social, deve ser ofertada em consonância com as diretrizes previstas na Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010), em condições adequadas, que possibilite a supervisão de campo e supervisão acadêmica, com vistas a garantia da qualidade desta atividade no processo de formação profissional.

Art. 23. A supervisão direta de Estágio Curricular Não Obrigatório é constituída por duas instâncias, que são distintas e ao mesmo tempo complementares: supervisão acadêmica e supervisão de campo.

§1º: Denomina-se Supervisor(a) Acadêmico(a) o(a) profissional docente, do Curso de Serviço Social e Supervisor(a) de Campo o(a) profissional vinculado(a) a instituição concedente de estágio.

§2º: São instrumentos do processo de supervisão direta de Estágio Curricular Não Obrigatório em Serviço Social: Carta de Apresentação (Apêndice C), Ficha de Frequência de Supervisão de Campo (Apêndice I), Ficha de Frequência de Supervisão Acadêmica (Apêndice J), Plano de Trabalho do(a) Supervisor(a) de Campo (Apêndice Q), Plano de Estágio do(a) Estagiário(a) (Apêndice R); Avaliação do(a) Supervisor(a) Acadêmico (a) (Apêndice S), Relatório Final de Estágio (Apêndice T).

Art. 24. A supervisão direta, acadêmica e de campo, de Estágio Curricular Não Obrigatório, deverá prever o acompanhamento da prática discente no campo de estágio, observando as seguintes atribuições:

I - Planejar, juntamente com o(a) estagiário(a), acompanhar, organizar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades do Estágio.

II - Avaliar as instalações da parte concedente do Estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando e controlar o número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de Estágio.

III - Orientar técnica e pedagogicamente os alunos no desenvolvimento de todas as atividades do Estágio.

IV - Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos dos(as) estagiários(as).

V - Encaminhar à Coordenação Acadêmica do Campus os documentos relacionados aos Estágios.

VI - Zelar pela celebração e pelo cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio, em conjunto com a Coordenação Acadêmica do Campus.

VII - Informar ao Campo de Estágio as datas de realização de avaliações acadêmicas, em conjunto com a Coordenação Acadêmica.

VIII - Prestar informações adicionais quando solicitado.

CAPÍTULO IV – GESTÃO DO PROCESSO DE ESTÁGIO

Art. 25. Comissão de Estágios

I – A Comissão de Estágios em Serviço Social tem caráter deliberativo em matéria de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social.

II - A Comissão de Estágios será composta por quatro (4) pessoas titulares e (3) três suplentes, escolhidas democraticamente por seus pares, nas suas instâncias organizativas, com vistas a assegurar a participação de um (1) representante dos supervisores(as) de campo, um (1) supervisor(a)

acadêmico(a), (1) um estagiário(a) e o(a) coordenador(a) de estágio que assume a função de coordenação da Comissão de Estágio.

III - De acordo com a Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010) e Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, esta Comissão terá por atribuições:

- a) Identificar as demandas de estágio e campos conveniados e não conveniados que apresentam condições de oferta de estágio.
- b) Planejar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social.
- c) Propor a abertura e fechamento de campos de estágio, considerando os princípios da Política Local de Estágio, as demandas discentes e a disponibilidade do corpo docente.
- d) Organizar espaços de participação da tríade – supervisores(as) acadêmicos(as), supervisores(as) de campo e estagiários(as) - em eventos formativos e informativos como seminários, rodas de conversa, oficinas pedagógicas, fóruns de supervisão, entre outros, considerando-se as demandas identificadas nos campos de estágio e no processo de supervisão direta.
- e) Publicizar e possibilitar o acesso de discentes, professores(as) e supervisores(as) do material produzido pela Coordenação de Estágios, supervisores(as) e estagiários(as) relativo a estágio e áreas temáticas, de interesse desses segmentos.
- f) Organizar, em conjunto com os supervisores(as) acadêmicos(as), a apresentação dos campos de estágio e/ ou experiências de práticas profissionais, objetivando a democratização de experiências entre os(as) estudantes, principalmente os(as) ingressantes no componente de Estágio.
- g) Favorecer contatos, parcerias e troca de informações das instituições campos de estágio com os(as) estudantes do curso e supervisores(as)

acadêmicos(as), visando estabelecer canais de comunicação contínua (encontro, reuniões, seminários, visitas, etc.).

h) Deliberar sobre questões que envolvam a dimensão ética, teórico-metodológica e técnico-operativa do estágio, prevendo possíveis respostas coletivas às situações cotidianas.

IV – Questões que demandam posicionamento coletivo do Curso de Serviço Social deverão ser encaminhadas pela Comissão de Estágios à Comissão de Curso para deliberação.

Art. 26. Coordenador(a) de Estágio

I - O(a) coordenador(a) de estágio será escolhido por seus pares, exercendo a função por um período de dois (2) anos, em gestão compatível com a coordenação do Curso.

II - São atribuições do(a) coordenador(a) de estágio:

a) Coordenar a Comissão de Estágios em Serviço Social.

b) Zelar, em conjunto com a Comissão de Estágios e do Curso de Serviço Social, pela elaboração e implementação da Política de Estágio do Curso de Serviço Social.

c) Realizar contatos com as instituições campos de estágio e assistentes sociais, obedecendo aos critérios para abertura, ampliação e/ ou manutenção das vagas de estágio, de acordo com a Política Local de Estágios, objetivando o planejamento da oferta de Estágio Curricular Obrigatório.

1. Em casos especiais, o(a) estudante, professor(a) ou assistente social que tenha interesse em alguma instituição para campo de estágio, deverá dirigir-se a Coordenação de Estágio, em tempo hábil, para que a mesma efetue análise quanto abertura do campo de estágio.

- d) Estabelecer contato com as diferentes instituições objetivando analisar sua programação, interesse e possibilidade de oferecimento de vagas para estágio, estabelecendo parceria para assegurar a qualidade do estágio, por meio da promoção de eventos e atividades, direcionados a capacitação dos(as) supervisores(as) de campo.
- e) Encaminhar os(as) estagiários(as) nos campos de estágio, de acordo com as vagas oferecidas, considerando os prazos previstos no cronograma de estágio do semestre.
- f) Verificar informações quanto à celebração dos instrumentos jurídicos, observando-se o cumprimento da Resolução CFESS nº 493, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional e Resolução 533/2008, que dispõe sobre a supervisão direta de estágio.
- g) Informar os campos de estágio sobre qualquer alteração curricular ou carga horária, que venha a interferir no desempenho do(a) discente.
- h) Promover reuniões com os supervisores acadêmicos, supervisores de campo, bem como, com os estagiários, para discussão de questões relativas ao desenvolvimento do estágio.
- i) Manter um sistema atualizado de documentação e cadastramento referente aos estágios.
- j) Encaminhar a listagem dos campos de estágio, nomes e contatos dos(as) supervisores(as) acadêmicos(as) e de campo para o CRESS – 10ª Região.
- k) Promover reuniões entre os(as) docentes objetivando democratização e discussão das questões referentes ao Estágio Obrigatório e Não Obrigatório; troca de informações e experiências; busca de unidade nos encaminhamento referentes aos estágios; articulação do processo de estágio com a proposta curricular.

- I) Propor/rever modelos de documentação voltados à supervisão direta de estágio.
- m) Discutir e encaminhar, em conjunto com o(a) supervisor(a) acadêmico(a) e supervisor(a) de campo, o desligamento ou a transferência de estagiários(a), desde que seja detectado problemas relacionadas à extinção de programas/projetos.
- n) Fomentar, coordenar e articular o Fórum Local de Supervisão, em articulação com Fórum Estadual.

Art. 27. Fórum Local de Supervisão de Estágio

I - O Fórum Local de Supervisão constitui-se como espaço de educação permanente, no âmbito do Serviço Social, que tem por objetivo fomentar a troca de experiências, articulação teórico-prática e construção do conhecimento, considerando os diferentes saberes compartilhados entre supervisores(as) de campo, supervisores(as) acadêmicos(as), estagiários(as), estudantes de Serviço Social, gestores e administradores da universidade, bem como, das demais instituições relacionadas ao estágio.

II - O Fórum objetiva qualificar a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social a partir da troca de experiências e do debate sobre o processo de supervisão na formação e trabalho profissional.

III - De acordo com a Política Nacional de Estágios (ABEPSS, 2010), considerando as particularidades locais, são finalidades do Fórum:

- a) Fortalecer o estágio como momento estratégico de formação dos assistentes sociais.
- b) Propiciar espaço político-pedagógico de formação, em tríade, com a participação de supervisores(as) e estagiários(as).

- c) Promover um espaço de discussão sobre as vivencias do estágio curricular obrigatório.
- d) Proporcionar a organização de docentes, supervisores(as) de campo e acadêmicos(as), para o enfrentamento das questões relativas à formação e trabalho profissional.
- e) Fomentar a discussão sobre o estágio em Serviço Social, tomando como referências os regulamentos jurídicos-políticos e normativas da área do Serviço Social.
- f) Contribuir para o aprimoramento do processo de supervisão direta de estágio.
- g) Problematizar questões que envolvam a dimensão ética, teórico-metodológica e técnico-operativa do estágio, prevendo possíveis respostas coletivas às situações cotidianas.

Art. 28. Oficinas Pedagógicas de Estágio

I - As Oficinas Pedagógicas de Estágio constituem-se como espaço de formação permanente, no processo de supervisão direta de estágio em Serviço Social.

II – As oficinas tem por objetivo qualificar o processo de inserção do(a) acadêmico(a) no campo de estágio e a elaboração, execução, monitoramento e avaliação do projeto de intervenção, com vistas a contribuir para o alcance do perfil do egresso do Curso de Serviço Social.

II - As Oficinas Pedagógicas deverão ser realizadas ao longo do processo de Estágio I (Oficina de Observação e Planejamento) e Estágio II (Oficina de Monitoramento e Avaliação), com carga horária de três (3) horas cada.

III – A carga horária das oficinas será validada como horas de supervisão acadêmica e de campo, uma vez que se trata de uma atividade que reúne os(as) integrantes da tríade do processo de supervisão direta de estágio.

CAPÍTULO V - ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Art. 29. São atribuições dos(as) Supervisores(as) Acadêmicos(as) de Estágio em Serviço Social

I - Orientar os(as) supervisores(as) de campo e estagiários(as) sobre a Política Local de Estágios do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, inserindo o debate atual do estágio e seus desdobramentos no processo de formação profissional.

II - Orientar os(as) estagiários(as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os(as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social e com as demandas específicas do campo de estágio.

III - Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos(as) estagiários(as) do Curso de Serviço Social, na UNIPAMPA, por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, e no local de desenvolvimento do estágio, quando da realização das visitas sistemáticas aos campos de estágio, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o supervisor de campo.

IV - Auxiliar o(a) estagiário(a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional.

V - Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos(as) estagiários(as), conduzindo a supervisão embasada em

pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral.

VI - Organizar e participar de reuniões, encontros, seminários, oficinas pedagógicas, fóruns de supervisão e outras atividades que se fizerem necessárias, com os supervisores de campo, na Universidade, para atualizações acerca de demandas à profissão, qualificação do processo de formação e exercício profissional e o aprofundamento teórico sobre temáticas pertinentes à efetivação da supervisão direta.

VII - Acompanhar a trajetória acadêmica do(a) estagiário(a), no que se refere ao processo de estágio, por meio da documentação específica exigida pelo processo didático de aprendizagem da Universidade, conforme orientações previstas no Regulamento Interno dos Estágios Supervisionados Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social.

VIII - Fornecer, à Coordenação de Estágios, os documentos necessários para compor a documentação de cada estagiário(a), a qual deverá ficar armazenada em local próprio.

IX - Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados para avaliação dos(as) acadêmicos(as) em cada nível de estágio.

X - Avaliar o(a) estagiário(a) emitindo parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou nota.

XI - Encaminhar à Coordenação de Estágios, relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos, para efeito de realização de visita institucional.

Art. 30. São atribuições dos(as) Supervisores(as) de Campo de Estágio em Serviço Social

I - Comunicar à Coordenação de Estágios da UNIPAMPA, o número de vagas de estágio, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente com a coordenação de estágio, o início das atividades de estágio do respectivo período, a inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente.

II - Elaborar e encaminhar à Coordenação de Estágios do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, o Plano de trabalho do Serviço Social com sua proposta de supervisão e o respectivo cronograma de realização desta atividade.

III - Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que trabalho profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do(a) estagiário(a).

IV - Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do(a) estagiário(a), assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada.

V - Disponibilizar ao(à) estagiário(a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio.

VI - Participar efetivamente na elaboração do Plano de Estágio dos(as) estagiários(as) supervisionados(as), de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), e manter cópia do referido documento no local de estágio.

VII - Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), individuais e/ou grupais com os(as) estagiários(as), para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de

formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional.

VIII- Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do(a) estagiário(a), juntamente, com o(a) supervisor(a) acadêmico(a); quando da avaliação semestral, emitir parecer, de acordo com instrumental qualitativo, construído pelo coletivo dos sujeitos e fornecido pela Coordenação de Estágios da UNIPAMPA, conforme Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório de Serviço Social da UNIPAMPA.

IX - Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, oficinas pedagógicas, fóruns de supervisão e demais atividades promovidas pela Comissão de Estágios da UNIPAMPA, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio.

X - Encaminhar as sugestões e dificuldades à Comissão de Estágios da UNIPAMPA e contatar com os supervisores(as) acadêmicos(as), Coordenador(a) de Estágios ou Coordenador(a) de Curso quando julgar necessário.

XI - Manter o controle atualizado da folha de frequência do(a) estagiário(a), observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo(a) estagiário(a).

XII - Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio da UNIPAMPA.

XIII - Decidir, juntamente com a Coordenação de Estágios e supervisão acadêmica, sobre os casos de desligamento de estagiários(as).

XIV - Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio.

Art. 31. São atribuições do(a) estagiário(a)

I - Observar e zelar pela vaga de estágio, considerando o cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão, os regulamentos que orientam o Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social e as normas da instituição campo de estágio.

a) Ao/a estagiário(a) cabe à responsabilidade de zelar pela sua vaga de estágio, obtida primeiramente pela Coordenação e/ou Comissão de Estágio.

b) O descumprimento do acordo pedagógico implicará na perda da vaga de estágio.

c) O(a) estagiário(a) que descumprir o acordo pedagógico ficará com a responsabilidade de obter nova vaga de estágio em observância aos prazos estabelecidos no cronograma de estágio.

II - Informar ao supervisor(a) acadêmico(a), ao(a) supervisor(a) de campo e/ou ao(a) Coordenador(a) de Estágios, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso e/ ou nas normas institucionais do campo de estágio.

III - Contribuir na indicação de campos de estágio, que não estejam conveniados com a Universidade, com vistas à abertura de novo campo de estágio.

IV – Zelar pela vaga de estágio, considerando as diretrizes constantes na Política Local de Estágios e Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório da Unipampa.

V - Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades.

VI - Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio, requisitando apoio aos supervisores, de campo e acadêmico(a), frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades.

VII - Comunicar e justificar com antecedência ao(a) supervisor(a) acadêmico(a), ao(a) supervisor(a) de campo e/ou ao coordenador(a) de estágios, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas a sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas.

VIII - Apresentar ao(a) coordenador(a) de estágio, no início do período, atestado de vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde.

IX - Realizar seu processo de estágio em consonância com o projeto ético-político profissional.

X - Reconhecer o componente curricular de Estágio Curricular em Serviço Social como processo e elemento constitutivo da formação profissional, cujas estratégias de intervenção constituam-se na promoção do acesso aos direitos pelos usuários.

XI - Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como grupais, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade.

XII - Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada.

CAPÍTULO VI – DA AVALIAÇÃO

Art. 32. O processo de avaliação do Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social prevê os seguintes instrumentos:

I – Estágio Curricular Obrigatório I: Plano de Estágio do(a) Estagiário(a); Diários de Campo; Análise Institucional; Projeto de Intervenção; Ficha de Frequência de Supervisão de Campo; Ficha de Frequência de Supervisão Acadêmica; Avaliação Qualitativa do(a) Estagiário(a); Avaliação Qualitativa do(a) Supervisor(a) de Campo; Avaliação do(a) Supervisor(a) Acadêmico(a) Estágio I; Relatório Parcial de Estágio I.

II - Estágio Curricular Obrigatório II:Plano de Estágio do(a) Estagiário(a); Diários de Campo; Projeto de Intervenção; Ficha de Frequência de Supervisão de Campo; Ficha de Frequência de Supervisão Acadêmica; Avaliação Qualitativa do(a) Estagiário(a); Avaliação Qualitativa do(a) Supervisor(a) de Campo; Avaliação do(a) Supervisor(a) Acadêmico(a) Estágio II; Relatório Final de Estágio.

Parágrafo Único: A avaliação do Estágio Curricular Obrigatório segue as normas institucionais, de avaliação de componentes curriculares, conforme Resolução CONSUNI nº 29/2011.

Art. 33. O processo de avaliação do Estágio Curricular Não Obrigatório em Serviço Social prevê os seguintes instrumentos:

I – Ficha de Frequência de Supervisão de Campo (Apêndice I); Ficha de Frequência de Supervisão Acadêmica (Apêndice J); Plano de Estágio do(a) Estagiário(a) (Apêndice R); Avaliação do(a) Supervisor(a) Acadêmico (a) (Apêndice S), Relatório Final de Estágio (Apêndice T).

Parágrafo Único: A avaliação dos instrumentos constantes no Art. 33 constituem-se requisitos para a validação do Estágio Curricular Não Obrigatório, como Atividade Complementar de Graduação (ACG).

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Casos omissos neste Regulamento de Estágios, em caráter extraordinário, poderão ser deliberados pela Comissão de Estágios e Comissão de Curso de Serviço Social, quando solicitado.

APÊNDICES



APÊNDICE A – MINUTA DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO

São Borja, de .

Convênio que entre si celebram a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA e a _____,

visando o desenvolvimento de Estágio (destacar Obrigatório ou Não Obrigatório).

A Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, instituição federal de educação superior vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Bagé/RS, e endereço provisório à Avenida General Osório, 900, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 09.341.233/0001-22, representada neste ato pelo(a) Reitor(a) da UNIPAMPA Prof. Dr. _____, e a Instituição _____, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à Rua _____, representada por _____, doravante denominado UNIDADE CONCEDENTE, pelas cláusulas a seguir descritas, resolvem, de comum acordo, firmar o presente Convênio, em conformidade com a Lei nº 6.494 de 7 de dezembro de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 87.497 de 18 de agosto de 1982, que será regido pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por finalidade o estabelecimento e o desenvolvimento de atividades capazes de propiciarem a plena

operacionalização da Lei 11.788 de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho

– CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº ⁰ 5.452, de ⁰ 1º de maio de 1943, e a Lei nº ⁰ 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº ⁰⁵ 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art.

82 da Lei nº ⁰ 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. ⁰ 6º da Medida Provisória nº ⁰ 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Parágrafo Único: De acordo com a Lei 11.788/2008, (Art. 1º) Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

O objeto de que trata a cláusula anterior desenvolver-se-á mediante execução conjunta de tarefas, colaboração temporária de pessoal e uso de equipamentos, instalações, infraestruturas ou prestações de serviços por equipe de docentes, acadêmicos, e profissionais entre as partes envolvidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ESTÁGIOS

Para a devida constituição dos estágios, deverá ser assinado Termo de Compromisso de Estágio, celebrado entre o estudante e o Campo de Estágio, com participação obrigatória da UNIPAMPA. O Termo de Compromisso ficará vinculado ao presente Convênio e terá por finalidade, particularizar a relação jurídica especial existente entre o estagiário e o CAMPO DE ESTÁGIO,

constituindo-se assim em comprovante legal de que o estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza entre as partes.

Parágrafo Único – A UNIPAMPA providenciará seguro de acidentes pessoais em favor do estudante estagiário, em vigor durante o período de realização do estágio.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DETERMINAÇÕES DO ESTÁGIO

O estágio dos cursos de graduação – Bacharelado em Serviço Social - da UNIPAMPA acontecerá de acordo com as determinações indicadas nas normativas acionais e as diretrizes curriculares correspondentes, compreendendo atividades em número e carga horária definidas nos respectivos projetos pedagógicos. A duração do estágio, bem como a jornada de atividades do estágio serão estabelecidas por ocasião da celebração do Termo de Compromisso entre a UNIDADE CONCEDENTE, a UNIPAMPA e o(a) estagiário(a), de forma a não prejudicar a frequência dos estagiários(as) às aulas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA UNIPAMPA

- I. Encaminhar estudantes habilitados ao estágio, que preencham os requisitos curriculares de cada carreira;
- II. Acompanhar o desenvolvimento dos estágios do curso de Serviço Social, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, em articulação com os demais setores competentes da UNIPAMPA;
- III. Oferecer atividades de formação, em diferentes modalidades, para os profissionais envolvidos no processo de estágio;
- IV. Oferecer atividades de extensão que contribuam para a formação dos alunos, dos professores e profissionais da área;

V. Assinar, como interveniente, os Termos de Compromisso de Estágio que vierem a ser celebrado entre seus estudantes e a UNIDADE CONCEDENTE;

IV. Comunicar a UNIDADE CONCEDENTE, imediatamente após a ocorrência, os casos de conclusão ou abandono de curso, cancelamento ou trancamento de matrícula dos estudantes em estágio.

Parágrafo Único – A UNIPAMPA não será responsabilizada por qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, praticada pelos(as) estagiários(as), ficando a cargo destes(as) todo e qualquer ônus que vier a causar a UNIDADE CONCEDENTE ou terceiros. A UNIPAMPA também não se responsabilizará pelo deslocamento às instituições e/ou pela alimentação dos(as) estagiários(as).

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DOS(AS) PROFESSORES(AS) DA UNIPAMPA

I – Supervisionar, orientar e avaliar os estagiários por meio da supervisão acadêmica;

II - Provocar a reflexão nos acadêmicos em formação sobre sua prática profissional;

III - Proporcionar, junto aos acadêmicos, ações de educação continuada, por meio de discussões, reuniões de trabalho, ciclo de palestras, minicursos, etc.;

IV - Definir critérios de supervisão dos acadêmicos com os supervisores de campo;

V - Trabalhar em conjunto com os acadêmicos e profissionais na condução do processo formativo dos alunos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DOS(AS) SUPERVISORES(AS) DE CAMPO

- I - Contribuir para a construção de conhecimento sobre a realidade do acadêmico em formação;
- II - Acompanhar o acadêmico na laboração dos documentos específicos referente ao CAMPO DE ESTÁGIO;
- III - Avaliar, em conjunto com os professores da UNIPAMPA, os acadêmicos;
- IV - Acompanhar, os acadêmicos nas atividades realizadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO CAMPO DE ESTÁGIO

- I. A jornada de atividades em estágio deverá compatibilizar-se com o horário escolar do estagiário e com horário do CAMPO DE ESTÁGIO;
- II. Nos períodos de férias escolares, a jornada de estágio será estabelecida de comum acordo entre o estagiário e o CAMPO DE ESTÁGIO, com o conhecimento da UNIPAMPA.
- III. Proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, compatíveis com o Contexto Básico da Profissão, fundamentadas no Termo do Currículo do Curso;
- IV. Proporcionar ao estagiário condições de treinamento prático e de relacionamento humano;
- V. Proporcionar á UNIPAMPA, sempre que necessário, subsídios que possibilitem o acompanhamento, a supervisão de estágio;
- VI. Comunicar à UNIPAMPA a interrupção, conclusão ou as eventuais modificações do conveniado neste termo de compromisso.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO(A) ACADÊMICO(A)

- I. Participar de todas as atividades de ensino inerentes à realização dos estágios (reuniões de trabalho, avaliação, planejamento, execução, etc.);
- II. Desempenhar com ética e dedicação todas as atividades e ações que lhe forem designadas;
- III. O estagiário se obrigará, mediante do Termo de Compromisso do estágio, a cumprir as condições fixadas para estágio, bem como as normas de trabalho estabelecidas pela UNIDADE CONCEDENTE;
- IV. Cumprir a programação estabelecida para o estágio, comunicando em tempo hábil a eventual impossibilidade de fazê-lo.
- V. Comunicar a UNIPAMPA, qualquer fato relevante sobre seu estágio;
- VI. Elaborar e entregar ao Supervisor Acadêmico da UNIPAMPA, para posterior análise da unidade de concedente e/ou da instituição de ensino, relatório(s) sobre seu estágio, na forma, prazo e padrões estabelecidos;
- VII. Comunicar à UNIPAMPA a interrupção, conclusão ou as eventuais modificações do conveniado neste termo de compromisso;
- VIII. Cumprir o horário estabelecido pela unidade concedente, para um Estágio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO

O presente Convênio terá validade pelo prazo xxx anos a contar desta data, podendo ser renovado mediante Ajuste de Implementação, bem como rescindido a qualquer tempo, por solicitação de qualquer das partes, desde que comunicado por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência da data que pretenda a rescisão, sem prejuízo da conclusão dos estágios em andamento.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Convênio poderá ser alterado a qualquer tempo por iniciativa de um dos partícipes, quando houver modificação do projeto ou de suas

especificações, para melhor adequação técnica as respectivas finalidades, através de Ajuste de Implementação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá à UNIPAMPA, obedecendo o prazo legal, providenciar a publicação do extrato desse Convênio, em seu Boletim de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As eventuais dúvidas decorrentes da execução do presente instrumento serão resolvidas administrativamente de comum acordo pelas partes ou, não sendo possível, através do Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária de Bagé/RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Bagé, de de .

Reitor(a) da UNIPAMPA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____



APÊNDICE B: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO – TCE

Fundamento Legal – Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Com base na legislação vigente, as partes a seguir nomeadas acordam e estabelecem entre si as cláusulas e condições que regerão este Termo de Compromisso de Estágio.

ESTAGIÁRIO

Nome:		E-mail:
Endereço:		Bairro:
Cidade:	UF:	Telefone:
CI nº:		CPF:
Semestre:		Curso:
Campus:		Matrícula nº:
Estágio curricular:		

UNIDADE CONCEDENTE

Razão social:

Endereço:		Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:	Telefone:	
CNPJ:		Ramo de atividade:	
Representante legal:		Cargo:	
Supervisor(a) de Estágio:		Cargo:	

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Razão social:		Campus:	
Endereço:		Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:	Telefone:	
CNPJ:			
Representante legal:		Cargo:	
Supervisora Acadêmica:			

CLAÚSULAS DO TCE:

CLAÚSULA 1^a – OBJETO

Esse TCE decorre e fica vinculado ao Convênio, instrumento jurídico facultativo às instituições de ensino conforme o Artigo 8º da Lei 11.788/08,

celebrado entre a UNIPAMPA e a UNIDADE CONCEDENTE, e tem por finalidade proporcionar experiência prática na linha de formação do Estagiário, em complemento e aperfeiçoamento do seu curso.

CLÁUSULA 2^a – VIGÊNCIA

O presente TCE vigerá de ____/____/____ a ____/____/____ podendo ser prorrogado por igual período. A cada 06 (seis) meses, o “ESTAGIÁRIO”, obrigatoriamente, comprovará sua aprovação escolar e frequência regular no período anterior, sob pena de rescisão do TCE a que se refere esta cláusula.

CLÁUSULA 3^a – LOCAL, ATIVIDADES, JORNADA E RECESSO

As atividades a serem desenvolvidas durante o estágio, objeto do presente TCE, constarão no Plano de Estágio construído pelo ESTAGIÁRIO em conjunto com a UNIDADE CONCEDENTE e orientado por professor da UNIPAMPA.

O Plano de Estágio do estagiário deverá ser incorporado ao TCE por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante, (Art. 7º, parágrafo único da Lei nº 11.788/08).

As atividades não podem exceder a seis (06) horas diárias, perfazendo um total de no máximo trinta (30) horas semanais, e deve ser realizado em período compatível com o seu horário escolar, e serão desenvolvidas pelo ESTAGIÁRIO no setor da UNIDADE CONCEDENTE.

Nos períodos de férias acadêmicas, a jornada de estágio será estabelecida de comum acordo entre o ESTAGIÁRIO e a UNIDADE CONCEDENTE.

É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

CLÁUSULA 4^a – SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS

Na vigência do presente TCE, o ESTAGIÁRIO será incluído na cobertura do Seguro Contra Acidentes Pessoais, nos Termos do Inciso IV e do parágrafo único do Art. 9º da Lei nº 11.788/08, sob responsabilidade da UNIPAMPA, apólice nº 1008200508911 - Unimed, conforme Certificado Individual de Seguro, fornecido ao estagiário.

CLÁUSULA 5^a – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Nos termos do disposto no Art. 3º da Lei nº 11.788/08 o estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o ESTAGIÁRIO, a UNIDADE CONCEDENTE e a UNIPAMPA.

CLÁUSULA 6^a – DA BOLSA E AUXÍLIO TRANSPORTE

O estágio será não remunerado, conforme permite o Art. 12º da Lei nº 11.788/08, devendo, porém, objetivar a complementação do ensino e da aprendizagem profissional do aluno.

A concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como o auxílio transporte é compulsória somente na hipótese de estágio curricular não obrigatório.

CLÁUSULA 7^a – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Da UNIDADE CONCEDENTE

- a.Celebrar esse termo de compromisso com a UNIPAMPA e o educando, zelando por seu cumprimento;
- b.Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

- c.Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- d.Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- e.Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- f.Enviar à UNIPAMPA, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.
- g.Comunicar à UNIPAMPA dados básicos sobre o andamento do estágio, bem como irregularidades que justifiquem intervenção;
- h.Subsidiar a UNIPAMPA com informações que propiciem o aprimoramento do sistema acadêmico e do próprio estágio;
- i.Comunicar a UNIPAMPA em caso de prorrogação ou rescisão deste TCE ou, também, em caso de efetivação do estudante;
- j.Propiciar ao ESTAGIÁRIO, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente em suas férias escolares. O recesso deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação, e os dias de recesso previstos serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Do ESTAGIÁRIO

- a.Estar regularmente matriculado na UNIPAMPA, em semestre compatível com a prática exigida no estágio;

- b.Cumprir fielmente a programação do estágio comunicando a UNIPAMPA qualquer evento que impossibilite a continuação de suas atividades;
- c.Atender as normas internas da UNIDADE CONCEDENTE, principalmente às relativas ao estágio, que declara, expressamente, conhecer, exercendo suas atividades com zelo, exação, pontualidade e assiduidade;
- d.Comunicar à UNIPAMPA e à UNIDADE CONCEDENTE, conclusão, interrupção ou modificação deste TCE, bem como fatos de interesses ao andamento do estágio;
- e.Responder pelo ressarcimento de danos causados por seu ato doloso ou culposo a qualquer equipamento instalado nas dependências da UNIDADE CONCEDENTE durante o cumprimento do estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;
- f.Participar de todas as atividades inerentes à realização dos estágios (reuniões de trabalho, avaliação, planejamento, execução, entre outras);
- g.Desempenhar com ética e dedicação todas as atividades e ações que lhe forem designadas;
- h.Cumprir a programação estabelecida para o estágio, comunicando em tempo hábil a eventual impossibilidade de fazê-lo;
- i.Comunicar à UNIPAMPA, qualquer fato relevante sobre seu estágio;
- j.Elaborar e entregar ao orientador de estágio designado pela UNIPAMPA, para posterior análise da UNIDADE CONCEDENTE e/ou da UNIPAMPA, relatório(s) sobre seu estágio, na forma, prazo e padrões estabelecidos;
- k.Cumprir o horário estabelecido nesse TCE.

Da UNIPAMPA

- a. Coordenar, orientar e responsabilizar-se, para que a atividade de estágio curricular seja realizada como procedimento didático-pedagógico;
- b. Observar o cumprimento da legislação e demais disposições sobre o estágio curricular;
- c. Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- d. Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- e. Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- f. Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- g. Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- h. Comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

CLÁUSULA 8^a – INTERRUPÇÃO DA VIGÊNCIA

A interrupção da vigência ocorrerá por:

- a. Não cumprimento do convencionado neste TCE;
- b. Colação de grau de nível superior, reprovação, abandono ou mudança de curso ou trancamento de matrícula pelo ESTAGIÁRIO;
- c. Interrupção de vigência do TCE com a UNIPAMPA;
- d. Abandono do estágio;

e. Pedido de substituição do ESTAGIÁRIO, por parte da UNIDADE CONCEDENTE do estágio;

f. Manifestação, por escrito, de qualquer das partes.

CLÁUSULA 9^a – FORO

As partes elegem o foro de Bagé/RS, com expressa renúncia de outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão emergente do presente TCE.

E por estarem de comum acordo com as condições do TCE, as partes o assinam em 04 vias de igual teor.

São Borja, de .

UNIDADE CONCEDENTE UNIPAMPA

ESTAGIÁRIO(A)



APÊNDICE C: CARTA DE APRESENTAÇÃO

São Borja, de de .

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**, campus São Borja, tem o prazer de encaminhar ao campo de estágio obrigatório em Serviço Social a (o) acadêmica

(o)_____.

Agradecemos desde já a oportunidade do estabelecimento do convênio bem como a disposição dos profissionais em realizarem a supervisão de campo. Qualquer dúvida estamos a disposição para esclarecimentos, por meio do seguinte endereço eletrônico:xxxxxxxxx ou fone:xxxxxxxx.

Atenciosamente,

(Nome e assinatura)

Coordenador(a) da Comissão de Estágio em Serviço Social



APÊNDICE D: PLANO DE TRABALHO DO(A) SUPERVISOR(A) DE CAMPO⁹

1. Identificação:

Supervisor(a) de campo:

Registro Profissional:

Instituição:

Estagiário(a):

Nível de Estágio:

Período de realização do Estágio:

2. Objetivos da supervisão de campo:

3. Atividades (atividades a serem realizadas para contemplar os objetivos da supervisão)

4. Metodologia do processo de supervisão de estágio (destacando o dia e hora para esta atividade)

5. Cronograma das atividades (destacar o cronograma das atividades que serão realizadas pelo profissional em conjunto com o(a) estagiário(a))

6. Referências (destacar as referências bibliográficas ou documentais que vão subsidiar o desenvolvimento dos trabalhos)

9 Este Plano de Trabalho deverá ser entregue junto com o Termo de Compromisso de Estágio

APÊNDICE E: PLANO DE ESTÁGIO DO(A) ESTAGIÁRIO(A)¹⁰

I – IDENTIFICAÇÃO:

Instituição:

Nome do(a) estagiário(a):

Supervisor de Campo:

Supervisor Acadêmico:

I – APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO (descrever brevemente o território onde se localiza a entidade, as políticas públicas com o qual se vincula, o objetivo da entidade, população usuária, profissionais que integram a equipe de trabalho, entre outros)

II – OBJETIVOS DO(A) ESTAGIÁRIO(A): observar o nível de estágio I ou II, considerando-se as atribuições do(a) estagiário(a)

III – ATIVIDADES DE ESTÁGIO (descrever todas as atividades a serem desenvolvidas pelo(a) estagiário(a) no campo de estágio, incluindo o projeto de intervenção)

IV – METODOLOGIA

4.1 Sistemática das supervisões: Supervisão de Campo e Supervisão Acadêmica

4.2 Cronograma de atividades

4.3 Descrição sobre o monitoramento, avaliação e sistematização do processo de estágio

V – REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS, DISCOGRÁFICAS, ELETRÔNICAS, DOCUMENTAIS INDICADAS PELOS(AS) SUPERVISOR(AS)

10 É necessária a elaboração do Plano de Estágio do(a) Estagiário(a) em cada nível de Estágio.

APÊNDICE F: ROTEIRO PARA DIÁRIO DE CAMPO

DIÁRIO DE CAMPO - Nº __

1) Data: ___/___/___ Local: _____

2) Nome da(s) atividade(s) desenvolvida(s):

3) Objetivo da(s) atividade(s)

4) Participantes: (descrever o número, sexo, características étnico-raciais, segmentos sociais, entre outros...)

5) Descrição da atividade e metodologia de trabalho desenvolvida (considerando as atribuições privativas e competências profissionais dos/as assistentes sociais):

6) Encaminhamentos:

7) Articulação teórico-prática (de acordo com as bibliografias abordadas no curso)

8) Avaliação do(a) acadêmico(a): (relevância da atividade, desafios, percepções, observações, sugestões, entre outros...)



APÊNDICE G: ANÁLISE INSTITUCIONAL

I – APRESENTAÇÃO(apresentação geral da análise considerando suas partes constitutivas)

II - ANÁLISE INSTITUCIONAL

2.1 Histórico da Instituição: contexto onde está inserida (características do território), data de criação, lei de criação, estatuto, regimento, política ao qual se vincula, entre outros).

2.2 Estrutura Geral da Instituição: organograma, sistema de gestão, espaços de decisão...

2.3 Objetivos e/ou finalidades da Instituição: objetivos, missão, visão, prioridades de trabalho

2.4 Demandas institucionais: destacar o público usuário da instituição, as demandas que chegam a instituição, como e onde são encaminhadas

2.4 Serviços Prestados: programas, projetos, serviços que desenvolve

2.5 Recursos Institucionais: recursos humanos (destaque para a forma de constituição das equipes de trabalho: concursados, contratados, assessorias ou consultorias externas); recursos materiais (infra-estrutura, equipamentos, materiais pedagógicos...); recursos financeiros (financiamento público, recursos da iniciativa privada, parcerias...)

III – O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO

3.1 Histórico do Serviço Social na instituição: período em que foi criado, características, demandas do Serviço Social

3.2 Trabalho do Assistente Social - objetivos do trabalho do Assistente Social e instrumentos utilizados

IV- DESVELAMENTO DO OBJETO

4.1 Perfil da População Usuária que demanda a intervenção do Serviço Social

4.2 Identificação das expressões da questão social (Descrevê-las e caracterizá-las).

4.3 Desafios presentes no processo de intervenção: destaque as dificuldades apresentadas no trabalho do/a assistente social e ações possíveis para superá-las.

V - POSSIBILIDADES DA INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DE ESTÁGIO

5.1 Identificação de atividades possíveis de serem realizadas no projeto de intervenção: considerando os itens anteriores, destaque as atividades que podem ser desenvolvidas diante das expressões da questão social, demandas apresentadas pelo público usuário e pela instituição.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

VII- REFERÊNCIAS



APÊNDICE H: PROJETO DE INTERVENÇÃO

I DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome do Projeto:

Órgão / Instituição:

Acadêmico/a responsável:

Supervisor/a de Campo:

Supervisor/a Acadêmico/a:

II INTRODUÇÃO: (apresentação geral do projeto considerando suas partes constitutivas)

III APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO SERVIÇO SOCIAL:

3.1 Característica da Instituição (demandas institucionais)

3.2 Serviço Social na Instituição (demandas do Serviço Social)

3.3 Identificação das expressões da questão social (descrevê-las e caracterizá-las).

3.3.1 Definição do objeto de intervenção profissional

IV JUSTIFICATIVA:

4.1 Justificar a relevância do objeto escolhido considerando aspectos do âmbito social, acadêmico e do exercício profissional.

V OBJETIVOS:

5.2 Objetivo Geral: Corresponde a um objetivo de maior abrangência, por isso deve responder as questões: O que? Para que?

5.3 Objetivos Específicos: Também denominado de operacionais, objetiva operacionalizar a intervenção.

VI REFERENCIAL TEÓRICO:

6.1 Identificar as categorias teóricas e adensá-las, considerando os objetivos específicos.

VII METODOLOGIA:

7.1 Explicitar e adensar teoricamente o método e categorias constitutivas, que orientam a elaboração do projeto

7.2 Plano de trabalho (atividades a serem desenvolvidas, público prioritário, responsáveis e metodologia de desenvolvimento)

7.3 Estratégias metodológicas (técnicas e instrumentos individuais e grupais)

7.4 Sistema de monitoramento (construção de indicadores, considerando os objetivos específicos)

7.5 Avaliação (compreende avaliação dos resultados obtidos com o desenvolvimento do projeto)

VIII CRONOGRAMA FÍSICO: Período da execução

IX RECURSOS:

9.1 Humanos

9.2 Materiais

9.3 Financeiros

X REFERÊNCIAS: (Referências bibliográficas e eletrônicas que fundamentaram a elaboração do projeto)



APÊNDICE I: FICHA DE FREQUÊNCIA DE SUPERVISÃO DE CAMPO

Nome do(a) Estagiário(a): _____

Instituição _____ **Campo** _____ **de**
Estágio: _____

Supervisor(a) de Campo: _____

Mês/Ano: _____ **Total de horas feitas no mês:** _____

DIA	HORA DE CHEGADA	HORA DE SAÍDA	TOTAL DE HORAS	RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ASSINATURA DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

São Borja: _____ / _____ / _____.

Assinatura e carimbo do(a) Supervisor(a) de Campo


APÊNDICE J: FICHA DE FREQUÊNCIA DE SUPERVISÃO ACADÊMICA

Nome do(a) Estagiário(a): _____
 Instituição _____ Campo _____ de _____
 Estágio: _____

Supervisor(a): _____

Acadêmico(a): _____

DIA/MÊS	TOTAL DE HORAS	RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ASSINATURA DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

São Borja: _____ / _____ / _____.

 Assinatura do(a) Supervisor(a) Acadêmico

 Assinatura e carimbo do(a) Supervisor(a) de Campo



APÊNDICE K: AVALIAÇÃO QUALITATIVA DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

Nome Estagiário (a): _____

Instituição: _____

Nome do Supervisor(a) de Campo: _____

Nome do Supervisor(a) Acadêmico(a): _____

CRESS nº _____

Indicadores	Avaliação
Compreensão da política com a qual a instituição se vincula	
Identificação das demandas da instituição e do Serviço Social	
Apreensão das expressões da questão social que se manifestam no cotidiano de trabalho do(a) Assistente Social	
Exercício das competências profissionais (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa)	
Criticidade/Criatividade	
Iniciativa	
Responsabilidade/Assiduidade	
Observações pertinentes	

Local e Data: _____

Assinatura do(a) Estagiário(a) _____



APÊNDICE L: AVALIAÇÃO QUALITATIVA DO(A) SUPERVISOR(A) DE CAMPO

Nome do Supervisor de Campo:

CRESS nº _____

Nome Estagiário (a): _____

Instituição: _____

Indicadores	Avaliação
Compreensão da política com a qual a instituição se vincula	
Identificação das demandas da instituição e do Serviço Social	
Apreensão das expressões da questão social que se manifestam no cotidiano de trabalho do(a) Assistente Social	
Exercício das competências profissionais (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa)	
Criticidade/Criatividade	
Iniciativa	
Responsabilidade/Assiduidade	
Observações pertinentes	

Local e Data: _____

Assinatura e carimbo do(a) Supervisor(a) de Campo _____



APÊNDICE M: AVALIAÇÃO DO(A) SUPERVISOR(A) ACADÊMICO ESTÁGIO I

1. PERÍODO: _____

b. SUPERVISORA ACADÊMICA: _____

c. ESTAGIÁRIO(A): _____

Foco do Estágio: Inserção dos/as acadêmicos/as nos espaços sócio-ocupacionais; construção da análise institucional e projeto de intervenção.

AVALIAÇÃO PARCIAL 1 (Peso: _____)

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE SUPERVISÃO

Momentos/indicadores	Pontuação
Supervisão Individual	
1. Assiduidade	
2. Pontualidade	
3. Reflexão sobre as vivências no campo	
Supervisão Grupal	
4. Assiduidade	
5. Pontualidade	
6. Participação nas discussões	
7. Participação em atividades conjuntas	
TOTAL	

AVALIAÇÃO PARCIAL 2 (Peso:)**AVALIAÇÃO DO DIÁRIO DE CAMPO**

Diário de Campo	Pontuação
1. Entrega periódica (quinzenalmente)	
2. Descrição do cotidiano	
3. Análise com fundamentação	
4. Envolvimento e apropriação do/a acadêmico/a	
TOTAL	

AVALIAÇÃO PARCIAL 3 (Peso:)**PLANO DE ESTÁGIO**

Indicadores	Pontuação
1. Apresentação do Campo de Estágio	
2. Objetivos do/a estagiário/a	
3. Planejamento das atividades	
4. Metodologia	
5. Referências Bibliográficas	
TOTAL	

AVALIAÇÃO PARCIAL 4 (Peso:)

Indicadores	Pontuação
I – APRESENTAÇÃO	
II – ANÁLISE INSTITUCIONAL	
III – O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO	
IV – DESVENDAMENTO DO OBJETO DE INTERVENÇÃO	
V – POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DE ESTÁGIO	

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS	
VII – REFERÊNCIAS	
TOTAL	

ANÁLISE INSTITUCIONAL

AVALIAÇÃO PARCIAL 5 (Peso:)

Indicadores	Pontuação
I DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	
II APRESENTAÇÃO	
III JUSTIFICATIVA	
IV OBJETIVOS (geral e específicos)	
V REFERENCIAL TEÓRICO	
VI METODOLOGIA	
VII RECURSOS	
VIII CRONOGRAMA FÍSICO	
IX REFERÊNCIAS	
TOTAL	

PROJETO DE INTERVENÇÃO

AVALIAÇÃO PARCIAL 6 (Peso:)

RELATÓRIO PARCIAL DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL I

Indicadores	Pontuação
1. Apresentação	
2. Redação (Normas da ABNT)	
3. Conteúdo (fluência do texto)	
4. Apresenta adequada organização dos capítulos e subcapítulos de acordo com o tema do projeto	

5. Aborda de forma adequada a política que trata da temática em que está inserido/a	
6. Descreve adequadamente o espaço sócio-ocupacional	
7. Aborda de forma consistente o Serviço Social na instituição e o objeto de intervenção	
8. Descreve e problematiza de forma adequada o projeto de intervenção	
9. Utiliza referências bibliográficas adequadas ao conteúdo	
TOTAL	



APÊNDICE N: AVALIAÇÃO DO(A) SUPERVISOR(A) ACADÊMICO ESTÁGIO
II

PERÍODO: _____

SUPERVISORA ACADÊMICA: _____

ESTAGIÁRIO(A): _____

Foco do Estágio: Execução, Monitoramento e Avaliação do Projeto de Intervenção.

AVALIAÇÃO PARCIAL 1 (Peso: 1,0)

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE SUPERVISÃO

Momentos/indicadores	Pontuação
Supervisão Individual	
1. Assiduidade (0,1)	
2. Pontualidade (0,1)	
3. Reflexão sobre as vivências no campo (0,2)	
Supervisão Grupal	
4. Assiduidade (0,1)	
5. Pontualidade (0,1)	
6. Participação nas discussões (0,2)	
7. Participação em atividades conjuntas (0,2)	
TOTAL	

AVALIAÇÃO PARCIAL 2 (Peso: 1,0)

AVALIAÇÃO DO DIÁRIO DE CAMPO

Diário de Campo	Pontuação
1. Entrega periódica (quinzenalmente) (0,2)	
2. Descrição do cotidiano (0,3)	
3. Análise com fundamentação (0,3)	
4. Envolvimento e apropriação do/a acadêmico/a (0,2)	
TOTAL	

AVALIAÇÃO PARCIAL 3 (Peso: 2,0)

Indicadores	Pontuação
1. Apresentação do Campo de Estágio (0,4)	
2. Objetivos do/a estagiário/a (0,4)	
3. Planejamento das atividades (0,5)	
4. Metodologia (0,5)	
5. Referências Bibliográficas (0,2)	
TOTAL	

PLANO DE ESTÁGIO

AVALIAÇÃO PARCIAL 4 (Peso: 2,0)

PROJETO DE INTERVENÇÃO

Indicadores	Pontuação
I DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (0,1)	
II APRESENTAÇÃO (0,2)	
III JUSTIFICATIVA (0,2)	
IV OBJETIVOS (geral e específicos) (0,4)	
V REFERENCIAL TEÓRICO (0,3)	
VI METODOLOGIA (0,2)	
VII RECURSOS (0,2)	

VIII CRONOGRAMA FÍSICO (0,2)	
IX REFERÊNCIAS (0,2)	
TOTAL	

AVALIAÇÃO PARCIAL 5 (Peso: 4,0)

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Indicadores	Pontuação
1. Apresentação (0,2)	
2. Redação (Normas da ABNT) (0,4)	
3. Conteúdo (fluência do texto) (0,4)	
4. Apresenta adequada organização dos capítulos e subcapítulos de acordo com o tema do projeto (0,3)	
5. Aborda de forma adequada a política que trata da temática em que está inserido/a (0,5)	
6. Descreve adequadamente o espaço sócio-ocupacional (0,5)	
7. Aborda de forma consistente o Serviço Social na instituição e o objeto de intervenção (0,5)	
8. Descreve e problematiza de forma adequada as ações realizadas para além do projeto de intervenção (0,5)	
9. Utiliza referências bibliográficas adequadas ao conteúdo (0,4)	
10. Descreve os resultados do projeto de intervenção e proposições para o campo de estágio (0,3)	
TOTAL	

NOTA FINAL DO PROCESSO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL II

PARCIAL 1 _____ + PARCIAL 2 _____ + PARCIAL 3 _____ +
 PARCIAL 4 _____ +

PARCIAL 5 _____ AVALIAÇÃO FINAL =_____

Local _____ e Data: _____ Supervisão _____
 Acadêmica: _____



APÊNDICE O: RELATÓRIO PARCIAL DE ESTÁGIO I

I CAPA

II FOLHA DE ROSTO

III SUMÁRIO

IV INTRODUÇÃO

Síntese sobre o que se trata o referido documento, bem como apresentação sintética da estrutura e do conteúdo que será abordado no relatório.

V DESENVOLVIMENTO:

CAPÍTULO 1: O território, a instituição e política pública

- Contextualização da instituição (características do território onde está inserida, abrangência, dados sobre a população, dados sobre vulnerabilidade e risco social, entre outros).
- Características da instituição (forma gestão, infra-estrutura, recursos humanos, recursos financeiros, entre outros).
- Políticas públicas a que está vinculada a instituição
- Serviços, programas, projetos, benefícios

CAPÍTULO 2: Serviço Social na instituição, demandas institucionais e do Serviço Social, Objeto de intervenção

- Demandas institucionais e demandas para o Serviço Social (a partir dos registros dos diários de campo)
- Serviço Social na instituição (como se configura, condição de trabalho do profissional, processo de trabalho...)
- Objeto de intervenção do Serviço Social na instituição e a relação com a questão social.

CAPÍTULO 3: Atividades desenvolvidas e construção do projeto de intervenção

- Atividades desenvolvidas no decorrer do Estágio I (para além da construção da análise institucional e projeto de intervenção).
- Identificação do objeto de intervenção para o projeto de intervenção e sua justificativa
- Descrição e problematização sobre o projeto de intervenção (síntese dos objetivos propostos no projeto de intervenção e dos resultados esperados)

VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Destaque sobre o desenvolvimento do Estágio I:
 - * aprendizados, desafios, pontos relevantes, dificuldades encontradas, perspectivas
 - * processo de supervisão de estágio, desafios e possibilidades de construção da tríade



APÊNDICE P: RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO

I CAPA

II FOLHA DE ROSTO

III SUMÁRIO

IV INTRODUÇÃO

Síntese sobre o que se trata o referido documento, bem como apresentação sintética da estrutura e do conteúdo que será abordado no relatório.

V DESENVOLVIMENTO:

CAPÍTULO 1: O território, a instituição e política pública

1.1 Contextualização da instituição (características do território onde está inserida, abrangência, dados sobre a população, dados sobre vulnerabilidade e risco social, entre outros).

1.2 Características da instituição (forma gestão, infra-estrutura, recursos humanos, recursos financeiros, entre outros).

1.3 Políticas públicas a que está vinculada a instituição

1.4 Serviços, programas, projetos, benefícios

CAPÍTULO 2: Serviço Social na instituição, demandas institucionais e do Serviço Social, Objeto de intervenção

2.1 Demandas institucionais e demandas para o Serviço Social (a partir dos registros dos diários de campo)

2.2 Serviço Social na instituição (como se configura, condição de trabalho do profissional, processo de trabalho...)

2.3 Objeto de intervenção do Serviço Social na instituição e a relação com a questão social.

CAPÍTULO 3: Atividades desenvolvidas e a execução do projeto de intervenção

3.1 Atividades desenvolvidas no decorrer do Estágio I e II (para além da execução projeto de intervenção).

3.2 Descrição e problematização sobre o projeto de intervenção

* Justificativa

* Objetivos

3.3 Descrições do processo de monitoramento, a partir das ações planejadas e desenvolvidas, considerando os indicadores previstos

3.4 Descrições sobre a avaliação final do projeto de intervenção considerando as metas e resultados previstos e alcançados

3.5 Análise crítica sobre os resultados alcançados e elaboração de propostas para a instituição e para o Serviço Social

VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Destaques sobre o processo de desenvolvimento do Estágio I e II

* Aprendizados, desafios, pontos relevantes, dificuldades encontradas, perspectivas.

- * Processo de supervisão de estágio, desafios e possibilidades de construção da tríade.
- * Avaliação crítica sobre a relação teoria-prática a partir do Estágio em Serviço Social



APÊNDICE Q: PLANO DE TRABALHO DO(A) SUPERVISOR(A) DE CAMPO

DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO¹¹

1. Identificação:

Supervisor(a) de campo:

Registro Profissional:

Instituição:

Estagiário(a):

Período de realização do Estágio:

2. Objetivos do Estágio Curricular Não Obrigatório

3. Atividades a serem realizadas pelo estagiário(a):

4. Metodologia do processo de supervisão de estágio (destacar o dia e hora para esta atividade de acompanhamento ao/a estagiário/a)

5. Cronograma das atividades (destacar o cronograma das atividades que serão realizadas pelo profissional em conjunto com o(a) estagiário(a))

6. Referências (destacar as referências bibliográficas, discográficas, eletrônicas e documentais que vão subsidiar o desenvolvimento dos trabalhos).

¹¹ Este Plano de Trabalho deverá ser entregue junto com o Termo de Compromisso de Estágio



APÊNDICE R: PLANO DE ESTÁGIO DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

EM ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO¹²

1. Identificação:

Instituição:

Nome do(a) estagiário(a):

Supervisor(a) de Campo:

Supervisor(a) Acadêmico(a):

2. Apresentação do Campo de Estágio: (descrever brevemente o território onde se localiza a entidade, as políticas públicas com o qual se vincula, equipe de trabalho, população usuária, entre outros)

3. Objetivos do(a) estagiário(a): (descrever quais os objetivos do(a) estagiário(a) com o Estágio Curricular Não Obrigatório)

4. Atividades de Estágio: (descrever todas as atividades a serem desenvolvidas pelo(a) estagiário(a) no campo de estágio não obrigatório)

5. Metodologia

5.1 Cronograma de atividades

5.2 Sistemática das supervisões: Supervisão de Campo e Supervisão Acadêmica

6. Referências (destacar as referências bibliográficas, discográficas, eletrônicas e documentais que vão subsidiar o desenvolvimento dos trabalhos)

¹² É necessária a elaboração do Plano de Estágio do(a) Estagiário(a) em cada nível de Estágio.



APÊNDICE S: AVALIAÇÃO DO(A) SUPERVISOR(A) ACADÊMICO(A) DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

1. Estagiário (a): _____

2. Supervisor(a) Acadêmico(a): _____

3. Período de realização do estágio (mês de início e término): _____

4. Número total de horas de estágio (considerando as horas de inserção no campo de estágio e supervisão acadêmica): _____

OBSERVAÇÃO: *Marque com um X a avaliação correspondente em cada item.*

AVALIAÇÃO PARCIAL 1: PROCESSO DE SUPERVISÃO

Momentos/indicadores	Não executado	Executado parcialmente	Executado plenamente
Supervisão			
1. Assiduidade			
2. Pontualidade			
3. Reflexão sobre as vivências no campo			

AVALIAÇÃO PARCIAL 2: PLANO DE ESTÁGIO

Indicadores	Não executado	Executado parcialmente	Executado plenamente
1. Apresentação do Campo de Estágio			

2. Objetivos do/a estagiário/a			
3. Atividades de estágio			
4. Metodologia de trabalho			
5. Referências consultadas			

AVALIAÇÃO PARCIAL 3: RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO

SUPERVISIONADO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Indicadores	Não executado	Executado parcialmente	Executado plenamente
1. Apresentação e redação (considerando as Normas da ABNT)			
2. Descrição do território, instituição e política pública			
3. Descrição do Serviço Social na instituição, demandas institucionais e do Serviço Social			
4. Descrição das atividades previstas no Plano de Estágio do(a) Estagiário(a)			
5. Descrição das atividades realizadas e não realizadas no campo de estágio			



APÊNDICE T: RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

1. CAPA

2. FOLHA DE ROSTO

3. SUMÁRIO

4. INTRODUÇÃO

Síntese sobre o que se trata o referido documento, bem como apresentação sintética da estrutura e do conteúdo que será abordado no relatório.

5. DESENVOLVIMENTO

CAPÍTULO 1: O território, a instituição e política pública

CAPÍTULO 2: Serviço Social na instituição, demandas institucionais e do Serviço Social, destaques sobre as atividades previstas no Plano de Estágio do(a) Estagiário(a)

CAPÍTULO 3: Atividades realizadas e não realizadas no campo de estágio (considerar o que estava previsto no Plano de Estágio e o que foi executado, destacando pontos relevantes, dificuldades, descobertas e desafios a serem superados)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

**ANEXO C: REGULAMENTO INTERNO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



**REGULAMENTO INTERNO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL PARA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



São Borja, setembro de 2016

**Equipe responsável pela elaboração deste documento:****– Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Serviço Social**

- Prof.^a Dr.^a Elisângela Maia Pessoa
- Prof.^a Dr.^a Simone Barros Oliveira
- Prof.^a Dr.^a Jaina Raquel Pedersen
- Prof.^a Dr.^a Jaqueline Carvalho Quadrado
- Prof. Dr. José Wesley Ferreira
- Prof.^a Dr.^a Loiva Mara de Oliveira Machado

Comissão do Curso de Serviço Social

- Prof.^a Dr.^a Loiva de Oliveira Machado
- Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva
- Prof.^a Dr.^a Adriana Hartemink Cantini
- Prof. Dr. Jocenir de Oliveira Silva
- Prof. Dr. Walter Firmino Cruz
- Prof. Dr. Cesar Beras
- Prof.^a Esp. Keli Krause
- Prof.^a Dr.^a Monique Soares Vieira

- Prof.^a Dr.^a Elisângela Maia Pessoa
- Prof.^a Dr.^a Simone Barros Oliveira
- Prof.^a Dr.^a Jaina Raquel Pedersen
- Prof.^a Dr.^a Jaqueline Carvalho Quadrado
- Prof. Dr. José Wesley Ferreira
- Prof.^a Me.^a Solange Emilene Berwig

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO

2 - DIRETRIZES DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

3 - OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

4 – PRÉ-REQUISITOS

5 – BANCA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

5.1 - Constituição das bancas

5.2 - Troca de Orientadores/as

5.3 - Procedimentos de Elaboração, Apresentação, Notas e Publicação dos Tccs

6 – DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

7 - DAS COMPETÊNCIAS DOS/AS ORIENTADORES/AS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

8 - DAS COMPETÊNCIAS DOS ORIENTANDOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

9 – AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

10 - RECURSOS

REFERÊNCIAS

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA PROJETO DE PESQUISA

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA PROPOSTA DE RELATÓRIO TEÓRICO-PRÁTICO

APÊNDICE C – FICHA DE FREQUENCIA DE ORIENTAÇÃO TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

APÊNDICE D – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA BANCA

APÊNDICE E – ATA FINAL DE AVALIAÇÃO FINAL DE TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

APÊNDICE F – CONVITE PARA PARTIPAÇÃO DA BANCA

APÊNDICE G – TERMO DE CIÊNCIA DO/A ORIENTADOR/A

1 - APRESENTAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da graduação em Serviço Social. A efetivação do acompanhamento e normalização dos procedimentos e avaliações do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa dar-se-á por meio do presente Regulamento Interno.

A formação em Serviço Social deve possibilitar respostas às demandas expostas pelas relações sociais. Para isso, se requer um profissional propositivo, criativo, investigativo e constante aprimoramento profissional (IAMAMOTO, 1999) capaz de desvelar a gênese dos fenômenos sociais e suas contradições – tendo como finalidade e intencionalidade contribuir para a transformação da realidade.

O Trabalho de Conclusão de Curso estrutura-se em um estudo no qual o acadêmico sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo

originário de uma indagação teórica ou interventiva, preferencialmente gerada a partir da prática/vivência do estágio curricular no decorrer do curso. Este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos.

O Trabalho de Conclusão de Curso deve ser elaborado dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. Portanto, o TCC constitui-se numa monografia científica elaborada sob a orientação de um/a professor/a, de acordo com a área temática, avaliado por banca examinadora e regido por regulamento próprio e pelas normas institucionais vigentes.

O presente regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso apresenta as diretrizes, objetivos, pré-requisitos do TCC bem como a constituição da Banca e o processo de avaliação dos trabalhos, indicando as atribuições dos/as coordenadores/as de TCC, orientadores/as e orientandos/as.

2 - DIRETRIZES DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso expressa um espaço de síntese da graduação em Serviço Social onde o tema do Trabalho de Conclusão de Curso será de livre escolha do/a discente, em concordância com o seu orientador (a). Constitui atividade obrigatória para obtenção do título de Bacharel ou Bacharela em Serviço Social.

O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido em 120 (cento e vinte horas) no sétimo e oitavo semestres do curso, assim distribuídos: Trabalho de Conclusão de Curso I – 60h (sessenta horas) e Trabalho de Conclusão de Curso II – 60h (sessenta horas) sendo que ambos os componentes são ministrados por meio de orientação realizadas em forma de encontros em sala de aula, orientação individual ou coletiva com os respectivos orientadores, tendo como resultado o Trabalho de Conclusão de Curso.

O tema do Trabalho de Conclusão de Curso poderá versar sobre Relato de Experiência ou ainda resultado de Projeto de Pesquisa, desde que seu conteúdo atente para os cuidados éticos, possua caráter científico, esteja vinculado ao campo de estágio e/ou pesquisa e extensão no qual se insere o/a discente e sob orientação do/a supervisor/a acadêmico/a. O Trabalho de Conclusão de Curso, em matéria de Serviço Social será orientado por professores/as graduados/as em Serviço Social. Os Trabalhos de Conclusão de Curso, em área de Serviço Social serão, preferencialmente orientados por todos os docentes do curso de Serviço Social. A organização do número de acadêmicos por professor/a orientador/a será feita a partir da Comissão do Curso de Serviço Social, considerando-se a disponibilidade de carga horária dos/as docentes para este trabalho e a afinidade das temáticas.

3 - OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa possui os seguintes objetivos:

- Sistematizar conhecimentos teóricos, práticos e críticos no âmbito de ensino, pesquisa e/ou extensão valorizando o instrumental metodológico do Serviço Social para produção do Trabalho de Conclusão de Curso.
- Elaborar o projeto/proposta de Trabalho de Conclusão de Curso em forma de monografia, para contribuição de sua formação profissional.
- Demonstrar postura crítica e reflexiva nas dimensões das competências teórica-metodológica, técnico-operativa e ético-política da profissão.
- Produzir conhecimento no âmbito do Serviço Social possibilitando ao acadêmico de Serviço Social desenvolvimento de reflexões formuladas nos espaços sócio-ocupacionais de estágio.

4 – PRÉ-REQUISITOS

Constituem pré-requisitos para orientação e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso:

- O/a acadêmico/a deverá estar matriculado em Trabalho de Conclusão de Curso I e posteriormente Trabalho de Conclusão de Curso II.
- O/a acadêmico/a deverá ter concluído os Componentes Curriculares de Estágio em Serviço Social I e posteriormente Estágio em Serviço Social II.
- Para cursar Trabalho de Conclusão de Curso I o/a acadêmico/a deverá ter cursado Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Ontológicos do Ser Social; Trabalho e Questão Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Ética Profissional e Serviço Social, Política Social; Transformações societárias e processos de Trabalho; Introdução ao Estágio em Serviço Social; Proteção Social; Pesquisa em Serviço Social I e II; Estágio em Serviço Social I.
- Para cursar Trabalho de Conclusão de Curso II os/as acadêmicos/as deverão ter cursado Trabalho de Conclusão de Curso I, não poderão ser cursados TCC I e TCC II no mesmo semestre.
- Casos omissos serão resolvidos pela comissão de curso.

5 – ORIENTAÇÃO E BANCA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

5.1 A CONSTITUIÇÃO DAS BANCAS

Podem compor a banca de avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação da Universidade Federal do Pampa do Curso de Serviço Social, os/as seguintes profissionais:

Trabalho de conclusão de curso em matéria de Serviço Social:

• Professor/a Orientador/a docente do Curso de Serviço Social, Assistente Social.

• Dois docentes Assistentes Sociais do Curso de Serviço Social indicado pelo/a orientador/a e acadêmico/a.

OBS: É permitido que um dos Assistentes Sociais Docente, seja de outra instituição de ensino superior (públicas ou privadas), desde que possua no mínimo a qualificação de especialista. Destaca-se que a UNIPAMPA não se responsabiliza pelo custeio das despesas decorrentes da participação de membro externo.

Trabalho de Conclusão de curso em área de Serviço Social:

• Professor/a Orientador/a docente do Curso de Serviço Social.

• Dois docentes indicados/as pelo/a orientador/a e acadêmico/a.

OBS: A banca quando referente à área de Serviço Social será constituída por no mínimo dois docentes assistentes sociais, salvo quando o/a orientador/a também for assistente social. Também será permitido que um/a dos/as docentes seja de outra instituição de ensino superior (públicas ou privadas), desde que possua no mínimo a qualificação de especialista. Destaca-se que a UNIPAMPA não se responsabiliza pelo custeio das despesas decorrentes da participação de membro externo.

- As bancas serão organizadas pela Coordenação de TCC a partir de um cronograma de entrega dos trabalhos,
- A escolha dos/as docentes que irão compor as bancas de TCC I e II será realizada em reunião da Comissão de Curso de Serviço Social, tomando os seguintes critérios:
- Distribuição equitativa entre os/as docentes do Curso de Serviço Social;

- A definição da participação docente nas bancas se dará por meio de afinidade às temáticas de estudo e pesquisa dos/as professores/as;
- Orientador/a e orientando/a poderão sugerir à comissão de curso os nomes dos/as docentes para compor as bancas;
- Em caso de redistribuição, afastamento, licenças de docentes orientadores/a ou ainda de solicitações de troca de orientador/a, será realizada nova escolha de orientador/a respeitando os critérios estabelecidos neste Regulamento.

5.2 TROCA DE ORIENTADORES/AS

A troca de orientador/a constitui-se em um direito do/a discente, contudo a mesma deverá ser realizada obedecendo aos seguintes critérios e procedimentos:

- O/a discente que deseja a troca de orientador/a deverá primeiramente realizar um diálogo conjunto com seu orientador/a a fim de convergirem sobre os motivos e possibilidades de alternância de orientação;
- Após a designação do/a orientador, o/a discente possui o prazo de 20 a 30 dias para solicitar junto a Secretaria Acadêmica a troca de orientador/a.
- Deverá constar no requerimento a ser protocolado na Secretaria Acadêmica a justificativa fundamentada e documentada, sendo o documento assinado por ambos os sujeitos (orientador/a e orientado/a);
- A designação de novo/a orientador/a se realizará em reunião da comissão de curso, respeitando a equanimidade dos/as docentes.
- Casos omissos serão discutidos em reunião da comissão de curso.

5.3 PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO, NOTAS E PUBLICAÇÃO DOS TCCS

- Em TCC I será constituída banca de qualificação, sendo composta pelo/a orientador/a mais dois membros escolhidos de acordo com os critérios já estabelecidos no item 5.1 deste regulamento.
- A nota de TCC I será atribuída exclusivamente pelo/a docente orientador/a, os/as docentes da banca terão a função somente de discutir, refletir e sugerir alterações no Projeto de Pesquisa ou Proposta de Relatório Teórico-Prático;
- As notas atribuídas em TCC II considerando-se a parte escrita e apresentação oral serão atribuídas pelos/as três professores/as componentes da banca.
- O resultado final da avaliação da banca examinadora será emitido por meio de Ata de Defesa.
- Todos os TCCs defendidos no âmbito da UNIPAMPA devem ser disponibilizados em formato digital na biblioteca para serem incluídos no repositório digital da universidade. Resolução 106, de 27 de agosto de 2015.
- Serão disponibilizados para consulta na Biblioteca da UNIPAMPA os trabalhos aprovados pela banca examinadora, ou seja, que tiverem nota igual ou superior a 6,0 (seis) e atenderem às sugestões de alterações propostas.
- Refere-se ainda que nenhum integrante da banca de avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso poderá ter qualquer grau e/ou vínculo de parentesco com o acadêmico que estiver defendendo o Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social.

O trabalho do TCC II será individual, escrito conforme normas da Universidade Federal do Pampa, contendo no mínimo 45 laudas digitadas, considerando-se o roteiro de referência, excluindo-se elementos pré-textuais, anexos, apêndices e ilustrações que eventualmente sejam incluídas. O trabalho poderá ter no máximo 100 laudas.

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser entregue à Coordenação de TCC em data a ser definida no cronograma de bancas, que estipulará: o prazo de entrega dos trabalhos pelos/a acadêmicos/as, o prazo de encaminhamento dos trabalhos à banca examinadora, período de realização das bancas. O cronograma das atividades deverá considerar o calendário acadêmico da Universidade.

Os trabalhos (TCC I e II) deverão ser entregues à coordenação de TCC com no mínimo 15 dias de antecedência ao período de início à realização das bancas. Após o recebimento dos trabalhos, a coordenação de TCC terá 5 dias para encaminhá-los aos membros das bancas examinadoras. A entrega dos trabalhos no prazo estabelecido é de inteira responsabilidade do/a acadêmico/a. Não serão aceitos trabalhos após o prazo estabelecido.

A realização da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser realizada de 10 a 20 min. Posteriormente, os membros que compõe a banca, incluindo o orientador, terão 10 minutos (cada um) para apresentar suas reflexões, indagações e contribuições. O/a acadêmico/a deverá responder, no prazo de 8 à 10 minutos, aos questionamentos dos integrantes da banca, conforme recomendação do orientador realizada no início da abertura dos trabalhos. O tempo de realização das bancas será de até uma hora e meia.

Após a banca de avaliação, a versão final do trabalho de conclusão deverá ser entregue pelo/a acadêmico/a à Coordenação de TCC, no prazo estabelecido de 20 dias após a defesa final, da seguinte forma:

- Duas cópias digitalizadas em documento PDF,

- Termo de Autorização para publicação na Biblioteca da UNIPAMPA, devidamente preenchido e assinado;
- Termo de ciência do/a orientador/a acerca da realização das alterações sugeridas pela banca examinadora.

Os trabalhos deverão ser arquivados e/ou disponibilizados para consulta na biblioteca, considerando as orientações descritas neste regulamento e as normas da biblioteca da Universidade Federal do Pampa.

6 - DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A coordenação das atividades que serão desenvolvidas no TCC I e II é de responsabilidade da Comissão de Curso juntamente com o/a coordenador (a) de TCC. A Coordenação de TCC é constituída por docente do Curso de Serviço Social, eleito entre seus pares, com a atribuição de:

- I. Implementar a política de TCC do Curso de Serviço Social;
- II. Orientar os/as discente no processo de escolha dos/as docentes orientadores/as;
- III. Apresentar aos discentes a disponibilidade de professores/as orientadores/as, conforme as suas temáticas e critérios de equanimidade;
- IV. Coordenar o processo de composição das bancas examinadoras e definir o cronograma de entrega, qualificação e defesa dos trabalhos;
- V. Convocar, quando necessário, os/as orientadores/as para discutir questões referentes à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação do TCC;
- VI. Encaminhar para a Comissão de Curso os casos omissos;

VII. Apresentar aos/as discentes as linhas de pesquisa e estudos dos/as docentes bem como o número de vagas ofertadas por cada docente para orientação de TCC I e II;

VIII. Realizar a revisão periódica do Regulamento de TCC.

7 - DAS COMPETÊNCIAS DOS/AS ORIENTADORES/AS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

I- Orientar os Trabalhos de Conclusão de Curso que lhes forem distribuídos, preferencialmente quando oportuno na sua temática de atuação, acompanhando os/as acadêmicos/as no desenvolvimento do trabalho;

II- Elaborar em conjunto com o orientando o projeto de TCC;

III - Analisar e avaliar a produção sistemática do/a orientando/a;

IV- Apresentar sugestões teórico-metodológicas ao orientando;

V- Indicar em conjunto com o orientando a constituição da Banca Examinadora;

VI - Participar da Banca Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso sob sua orientação.

VII - Efetuar controle de frequência do (s) orientando (s) e das atividades de orientação direta, de acordo com o cronograma de horário, elaborado em comum acordo entre acadêmico e professor orientador.

VIII - Comunicar a Coordenação de TCC toda e qualquer situação que possa comprometer, de alguma forma, o processo de elaboração, bem como, a conclusão do trabalho.

IX – Avaliar junto ao orientando se o TCC está em condições de ser submetido à banca de avaliação.

8 - DAS COMPETÊNCIAS DOS/AS ORIENTANDOS/AS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

- I- Elaborar o projeto de TCC I sob a orientação do/a professor/a orientador/a;
- II - Desenvolver o TCC, sob orientação;
- III - Entregar ao orientador a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso encadernado e revisado;
- IV - Entregar ao orientador e membros convidados da banca uma cópia encadernada e revisada da versão final do TCC.
- V - A produção e redação do TCC é de exclusiva responsabilidade do discente;
- VI - Cumprir os prazos, definidos pelo(a) orientador(a) responsável de TCC I e Comissão Organizadora para a entrega do Projeto e do TCC;
- VII - Cumprir os encontros obrigatórios semestrais;
- VIII - Elaborar, revisar e reformular as laudas conforme as determinações feitas pelo orientador;
- IX - Submeter o TCC à revisão de português e regras do manual de normalizações técnicas da Universidade Federal do Pampa.
- X - Fazer as devidas correções no TCC conforme sugestões da Banca Examinadora;
- XI - Comparecer à banca examinadora, na data, hora e local estabelecido para a apresentação e defesa do TCC;
- XII - Seguir a orientação do/a orientador/a, cumprindo 75% da carga horária exigida pelo currículo.

XIII - Comunicar ao/a orientador/a de TCC I e II toda e qualquer situação que possa comprometer, de alguma forma, o processo de elaboração do trabalho, bem como a sua conclusão.

9 – AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Critérios para Avaliação do TCC: será estruturada em dois momentos sendo estes a defesa oral e o conteúdo do TCC.

Na exposição, serão considerados a apresentação da introdução, desenvolvimento e fechamento do trabalho, bem como a capacidade de compreender, reavaliar e responder as questões propostas pela Banca.

No conteúdo do TCC será considerada a apresentação da estrutura geral do trabalho; a revisão bibliográfica, fundamentação teórica e o desenvolvimento lógico de ideias; a capacidade de situar o problema apresentado dentro do contexto social mais amplo e de perceber o trabalho profissional com os condicionantes e limites do referido contexto; a capacidade de investigar a realidade social, considerando o desenvolvimento das habilidades técnico-operativas e/ou teórico-metodológicas e/ou o compromisso ético-político; apresentação de resultados, contribuições e apresentação de propostas, por fim normas de formatação e correção de português.

A nota final será a média das notas atribuídas na Avaliação Final, sendo que a exposição oral tem peso 2,0 e o conteúdo do trabalho peso 8,0. Parecer final dos avaliadores do TCC, contemplando nota do professor(a) orientador(a) e professores convidados: atribuir nota e recomendar ou não a publicação, a partir da planilha anexo.

Os componentes da banca deverão observar os seguintes critérios para atribuírem nota final ao acadêmico:

- Clareza na exposição, argumentação e coerência nas respostas a banca;

- Recursos Utilizados na Apresentação
- Controle do tempo
- Relevância acadêmica, social e profissional
- Coerência lógica
- Revisão bibliográfica e das demais fontes consultadas
- Referencial teórico sobre o tema ou reflexão teórico-prática com base na revisão bibliográfica na área do Serviço Social e afins.
- Clareza da inserção do Assistente Social nos processos de trabalho e objetivos da intervenção profissional diante do tema ou reflexão teórico-prática.
- Proposições sob a realidade problematizada.
- Compreensão do significado do projeto ético-político da profissão com compromisso da intervenção profissional conforme os princípios orientadores do Código de Ética em vigência.
- Correção gramatical, coerência e fluidez textual;
- Atendimento às normas do manual de normalizações da UNIPAMPA, disponível em:
<http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2014/10/Manual-de-Normaliza%C3%A7%C3%A3o-3.-ed.-20131.pdf>.

10 - RECURSOS:

No prazo de 24 horas úteis, contados a partir da publicação da nota final da defesa em Banca, o/a acadêmico/a poderá solicitar a revisão da avaliação da banca examinadora, mediante requerimento na Secretaria Acadêmica. Em caso de deferimento pela Comissão de Curso, será constituída nova banca

examinadora, composta por professores/as assistentes sociais do Curso de Serviço Social para uma nova avaliação. Situações de ausência na apresentação final do TCC deverão ser justificadas legalmente no prazo de 72 horas.

REFERÊNCIAS

CÓDIGO DE ÉTICA. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região – Gestão 1999/2002, Porto Alegre.2002.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LEI DE DIRETRIZES E BASE DE EDUCAÇÃO. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região. Porto Alegre. Gestão 1999/2002,

LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região. Porto Alegre. Gestão 1999/2002.



APÊNDICE A – ROTEIRO PARA PROJETO DE PESQUISA

I - Título: deve contemplar uma síntese do conteúdo ao qual o projeto se propõe a pesquisar. Não pode ser confundido com o tema. O título é a última parte a ser elaborada pelo pesquisador.

Introdução – serve para o leitor ter uma noção geral de todo o projeto. A introdução é uma das últimas partes a serem elaboradas, pois não deve repetir as etapas seguintes, nem ser confundida com os demais itens do projeto.

II – Tema e delimitação do tema: é a área de interesse da pesquisa, o assunto com a especificidade da pesquisa. Delimita o sujeito e o objeto do tema no tempo e no espaço.

III - Justificativa: deve responder a pergunta: “por quê aquele tema foi escolhido?” “Que motivos os justificam?” Há necessidade de se abordar a relevância pessoal, social e institucional na opção pela pesquisa e também a argumentação do proponente em relação a necessidade e pertinência de sua pesquisa.

IV - Formulação do problema: deve ser formulado como pergunta e ter relação com todos os demais itens do projeto. O problema é o que nucleia toda a proposta da pesquisa, o seu ponto gerador.

V - Objetivos: Responde aonde se quer chegar com a pesquisa. Deve ser utilizado com verbos no infinitivo. Geralmente são divididos em geral e específicos.

* *Objetivo geral* – refere-se aquilo que se quer alcançar com a pesquisa, a sua finalidade e para quê se quer alcançar. Está diretamente relacionado ao problema de pesquisa.

* *Objetivos específicos* – refere-se a cada etapa metodológica do projeto. É o desdobramento, em termos de operacionalização do objetivo geral, que se refere ao problema de pesquisa.

VI - Referencial teórico: é o item em que o pesquisador demonstra conhecimento e domínio teórico para fundamentar sua pesquisa. Pode ser definida por tópicos, deve ser descritiva e demonstrar leitura e estudo sobre o tema específico. Devem-se definir os termos-chave, baseando-se em autores de referência, evitando interpretações dúbias ou de senso comum. É importante evitar o suporte de sites da *internet* em que não são visibilizados os autores do material escrito. A fundamentação teórica do projeto deve estar alicerçada em duas perspectivas:

- Sobre o tema específico que se quer pesquisar;
- Sobre a articulação do tema com o Serviço Social.

VII - Hipóteses ou questões norteadoras de pesquisa: estão relacionadas ao problema de pesquisa. A hipótese é uma resposta provisória ao problema formulado. As questões de pesquisa são questionamentos em decorrência do problema formulado. Portanto, hipóteses e questões de pesquisa são diferentes e não devem ser misturadas no mesmo projeto.

VIII - Metodologia: precisa ser planejada em cada fase, a partir dos objetivos da pesquisa. Precisa explicitar:

- Método e categorias (do método e temáticas);
- Tipo de pesquisa e abordagem;

Como será realizada a coleta de dados:

- explicitar onde será realizada a pesquisa, no tempo e no espaço.
- diligência ética em todo o processo de pesquisa. Deve-se atentar para não expor e/ou prejudicar os sujeitos da pesquisa e a instituição pesquisada. Explicitar como os sujeitos serão preservados e respeitados no seu direito de participar ou não da pesquisa.
- a população e/ou amostra dos sujeitos da pesquisa;
- os critérios do tamanho da amostra e o processo de seleção da escolha dos sujeitos da pesquisa;
- instrumentos e técnicas de coleta de dados, o momento e a maneira em que serão aplicados, bem como suas especificações quanto as perguntas, roteiro ou questões.
- Os cuidados éticos da pesquisa

Como será realizada a análise dos dados:

- especificar e explicar a forma de análise e interpretação dos dados em todas as etapas da pesquisa.

IX - Cronograma: indicar o tempo previsto e necessário para cada fase da pesquisa. Geralmente a escala de tempo previsto à pesquisa é resumida num quadro onde são colocadas as atividades de pesquisa. Devem-se prever no cronograma quando será realizada a devolução dos resultados da pesquisa.

X – Orçamento: Explicar os recursos necessários para a execução da pesquisa e a fonte de financiamento.

XI - Referências: incluir todas as obras citadas diretamente no projeto. Devem-se citar as referências completas e seguir as normas da UNIPAMPA.

XII - Anexos ou apêndices: item opcional. Podem-se colocar documentos necessários ao projeto, como por exemplo, o roteiro de entrevista, o questionário, o termo de consentimento livre e esclarecido.

Obs: O projeto de pesquisa deverá ter no mínimo 15 páginas (excluídos os anexos ou apêndices).



APÊNDICE B: ROTEIRO PARA PROPOSTA DE RELATÓRIO TEÓRICO-PRÁTICO

I - Título – deve contemplar uma síntese do conteúdo que esteja vinculado ao campo de estágio, pesquisa e/ou extensão ao qual a proposta se propõe a relatar. Não pode ser confundido com o tema. O título é a última parte a ser elaborada pelo pesquisador.

II - Introdução – serve para o leitor ter uma noção geral de todo o RTP. A introdução é uma das últimas partes a serem elaboradas, pois não deve repetir as etapas seguintes, nem ser confundida com os demais itens do trabalho.

III - Objeto (Tema): é a área de interesse do relato, o assunto específico.

IV - Justificativa: deve responder a pergunta: “por quê aquele tema foi escolhido?” “Que motivos os justificam?”

V - Referencial teórico: é o item em que o acadêmico demonstra conhecimento e domínio teórico para fundamentar seu relatório teórico-prático. Pode ser definido por tópicos, deve ser descritivo e demonstrar leitura e estudo sobre o tema específico. Devem-se definir os termos-chave, baseando-se em autores de referência, evitando interpretações dúbias ou de senso comum. É importante evitar o suporte de *sites* da *internet* em que não são visibilizados os autores do material escrito.

VI – Análise crítica da experiência: descrição e reflexão crítica da experiência teórico-prático do acadêmico, contemplando:

- Os elementos dos processos de trabalho nos quais se insere o/a assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais;
- Articulação da experiência com a questão social em suas múltiplas expressões;
- Análise crítica das dimensões da profissão (teórico-metodologica, ético-política e técnica-operativa) e sua mediação com a experiência vivenciada no campo de estágio;
- Mediação da experiência com a direção social da profissão e com o Projeto Ético-Político do Serviço Social;

VII - Cronograma: indicar o tempo previsto e necessário para cada fase elaboração do RTP. Geralmente a escala de tempo prevista é resumida num quadro onde são colocadas as atividades.

VII – Referências: incluir todas as obras citadas diretamente no projeto. Devem-se citar as referências completas e seguir as normas da UNIPAMPA.

VIII - Anexos ou apêndices: item opcional. Podem-se colocar documentos complementares e que o acadêmico considere relevantes.

Obs: A proposta deve conter no mínimo 15 páginas.



APENDICE C: FICHA DE FREQUENCIA DE ORIENTAÇÃO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Nome do/a Orientando/a: _____

Orientador/a: _____

Período: _____

Assinatura do/a Orientador/a: _____

13

APÊNDICE D: FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA BANCA
Nome do/a Acadêmico/a: _____

Título do Trabalho _____

Data da Banca: _____ / _____ / _____

Critérios	Descrição dos Critérios	Nota
Recursos e Apresentação 2 pontos	<ul style="list-style-type: none"> - Clareza na exposição, argumentação e coerência nas respostas a banca. - Recursos Utilizados à Apresentação. - Utilização do tempo. 	
Relevância do tema 1 ponto	<ul style="list-style-type: none"> - Relevância acadêmica, social e profissional; 	
Metodologia 2 pontos	<ul style="list-style-type: none"> - Coerência lógica - Revisão bibliográfica e das demais fontes consultadas. - Detalhamento do percurso metodológico (instrumentos, técnicas, amostragem, pressupostos éticos, coleta e análise dos dados, etc.). 	
Aspectos Teórico- Metodológicos, técnico- operativo e ético-político 4 pontos	<ul style="list-style-type: none"> - Referencial teórico sobre o tema ou reflexão teórico-prática com base na revisão bibliográfica na área do Serviço Social e afins. - Clareza do processo de trabalho do Assistente Social e objetivos da intervenção profissional diante do tema ou reflexão teórico-prática. - Proposições sob a realidade problematizada. - Apreensão do significado do projeto ético-político da profissão com compromisso da intervenção profissional conforme os princípios orientadores do Código de Ética em vigência. 	

13 Este documento é válido para a banca examinadora de qualificação e de defesa de TCC, devendo ser preenchido e entregue junto à ata final da banca para a Coordenação de TCC.

Estrutura do Trabalho 1 ponto	- Correção gramatical, coerência e fluidez textual; - Atendimento às normas da UNIPAMPA.	
Pontuação Total		

Banca Avaliadora:

1 – (Orientador/a)

2 – (Examinador/a).....

3 - (Examinador/a).....



APÊNDICE E: ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, realizou-se no prédio da Universidade Federal do Pampa em São Borja, situado na _____, no horário das _____ a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado _____.

apresentado pelo/a acadêmico/a _____.

A banca examinadora foi composta pelos seguintes membros:

- 1- (Orientador/a) _____,
- 2- (Examinador/a 1) _____ e
- 3- (Examinador/a 2) _____.

Após a defesa do presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, o/a orientador/a juntamente com os/as integrantes da banca, encerraram às atividades. Foi atribuída a seguinte nota ao TCC _____ (______). Refere-se ainda que o acadêmico/a possui prazo de **vinte dias** para realizar as devidas correções e/ou sugestões indicadas pela banca, bem como para entregar duas cópias do trabalho digitalizadas em PDF (entregue em dois CDs), o Termo de Autorização e o Termo de Ciência do/a Orientador/a sob pena de não expedição do diploma. Sem, mais para o momento dá-se por encerrada a condução das atividades.

Por sugestão da banca examinadora: () Com Sugestões () Sem Sugestões

Banca Examinadora:

1 - _____

2- _____

3 - _____

Acadêmica (o) - _____

São Borja, ____ de _____ de _____.



APÊNDICE F: CONVITE PARA A PARTICIPAÇÃO DA BANCA

CONVITE

A Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja, por meio do Curso de Serviço Social vem convidá-lo (a) a compor a Banca Avaliadora do Trabalho Final de Graduação intitulado: _____.

O referido Trabalho Final de Graduação foi elaborado pelo (a) acadêmico (a) _____, e orientado pelo (a) professor (a) _____. A Banca será realizada no dia _____ às _____, nas dependências da Universidade. Sua presença é de fundamental importância para o acadêmico (a) e para o Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, bem como a produção de conhecimento acerca das temáticas teóricas que permeiam o Serviço Social.

Desde já agradecendo sua atenção e aguardando retorno.

São Borja _____ de _____ de _____.



APÊNDICE G: TERMO DE CIÊNCIA DO/A ORIENTADOR/A

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente que o/a acadêmico/a _____ realizou as alterações sugeridas pela banca examinadora na defesa oral do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado _____, apresentado em _____.

Orientador/a

São Borja _____ de _____ de _____.

ANEXO D: TERMO DE ANUÊNCIA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
 CAMPUS SÃO BORJA
 CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, _____, matrícula nº _____, RG nº _____, expedido por _____, CPF nº _____, ingressante na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus _____, no ano de _____, no Curso (código) _____, declaro que estou ciente que permanecerei cursando o currículo do referido curso (que gradualmente será extinto), da seguinte forma:

,
 dada a aprovação de alteração curricular aprovada em _____ (data, nº da Ata e instância que aprovou a alteração curricular).

Bagé, _____ de _____ de _____.

De acordo,

 Nome completo, nº de matrícula e assinatura do/a Discente

 Nome e assinatura da coordenação do Curso de _____

ANEXO E: PEDIDO DE MIGRAÇÃO DE MATRIZ CURRICULAR DE CURSO DE GRADUAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
 CAMPUS
 CURSO
 ENDEREÇO

PEDIDO DE MIGRAÇÃO DE MATRIZ CURRICULAR DE CURSO DE GRADUAÇÃO

Eu, _____, matrícula nº _____, RG nº _____, expedido por _____, CPF nº _____, ingressante na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus _____, no ano de _____, no Curso de _____, solicito migrar para a matriz curricular do Curso (código) _____, a partir de _____, já que o curso em que ingressei sofreu alteração curricular, conforme Projeto Político-Pedagógico do Curso aprovado em _____ (data, nº da Ata e instância que aprovou a alteração curricular).

Bagé, _____ de _____ de _____.

De acordo,

 Nome completo, nº de matrícula e assinatura do/a Discente

 Nome e assinatura da coordenação do Curso de _____